

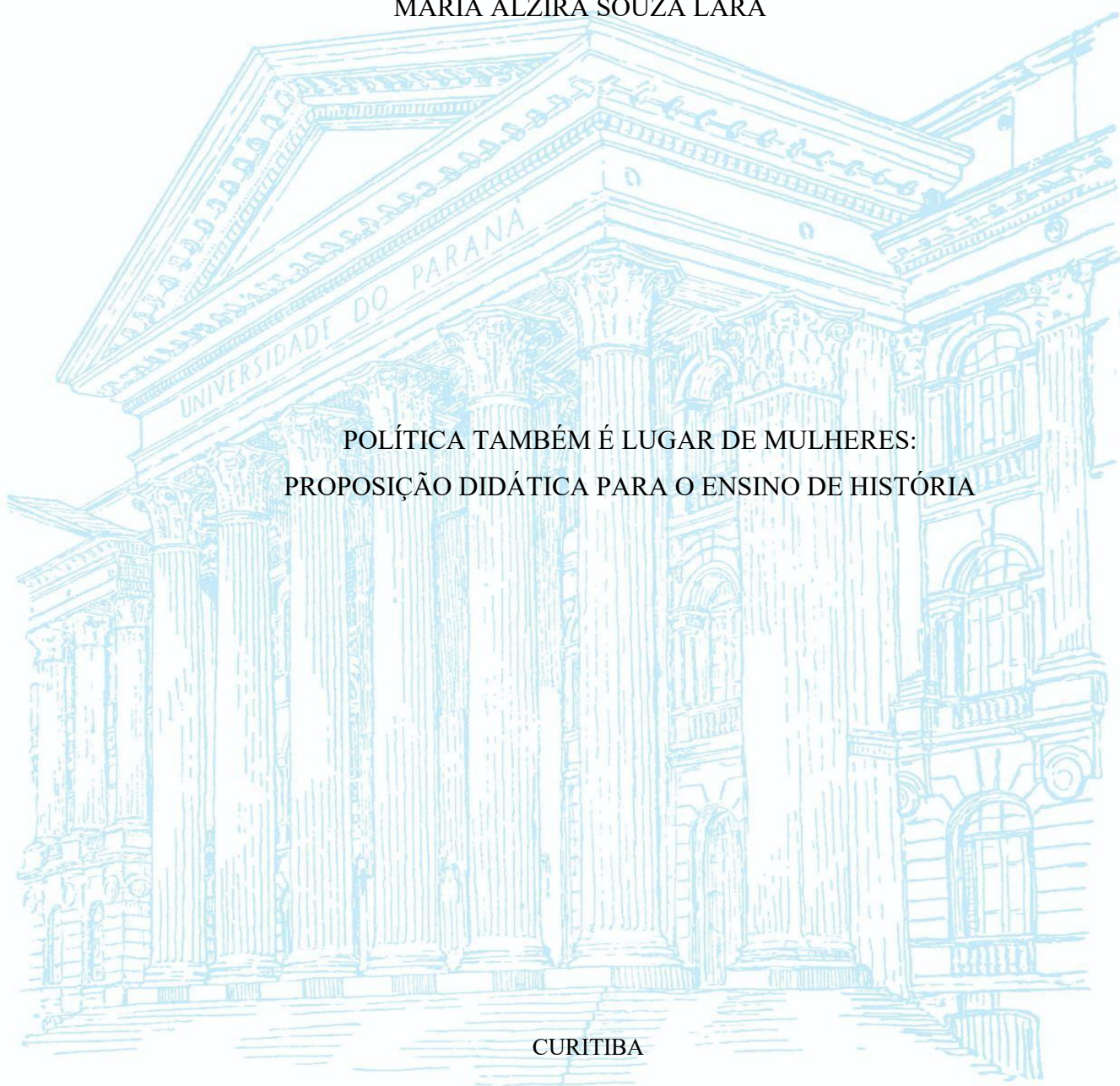
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA ALZIRA SOUZA LARA

POLÍTICA TAMBÉM É LUGAR DE MULHERES:
PROPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

CURITIBA

2026



MARIA ALZIRA SOUZA LARA

POLÍTICA TAMBÉM É LUGAR DE MULHERES:
PROPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Nadia Gaiofatto Gonçalves

CURITIBA

2026

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Lara, Maria Alzira Souza

Política também é lugar de mulheres : proposição didática para o ensino de história. / Maria Alzira Souza Lara. – Curitiba, 2026.
1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do em Ensino de História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nadia Gaiofatto Gonçalves.

1. Mulheres – História – Estudo e ensino. 2. Mulheres – Atividades políticas – Brasil. 3. Identidade de gênero. I. Gonçalves, Nadia Gaiofatto, 1971-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA -
31001017155P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARIA ALZIRA SOUZA LARA**, intitulada: **Política também é lugar de mulheres: proposição didática para o Ensino de História**, sob orientação da Profa. Dra. NADIA GAIOFATTO GONÇALVES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 09 de Fevereiro de 2026.

Assinatura Eletrônica

10/02/2026 06:57:22.0

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

10/02/2026 13:40:09.0

KARINA KOSICKI BELLOTTI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/02/2026 08:29:54.0

JAQUELINE APARECIDA MARTINS ZARBATO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Rua Dr. Faivre, 405. Dom Pedro II, 6º andar, sala 610 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-140 - Tel: (41) 3360-5105 - E-mail: profhistoria@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 509466

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 509466

Por todas as mulheres que não se curvaram.
Que lutaram. Que ousaram. Que transformaram o mundo com seus sonhos.
Pelas que estão conosco e pelas que ainda virão, traçando novos caminhos.
Por nós, mulheres que resistimos e escrevemos nossa própria história.

AGRADECIMENTOS

Tony, companheiro de toda a vida, Lucas Rudan e Maria Julia, filhos amados, e Bruna querida estiveram ao meu lado ao longo deste percurso, oferecendo apoio, incentivo e presença constante. A compreensão diante das ausências e o afeto compartilhado foram fundamentais para que eu pudesse seguir adiante com determinação. A confiança depositada em mim fortaleceu este processo e contribuiu de forma decisiva para a conclusão deste trabalho, razão pela qual lhes expresse meu sincero reconhecimento e profunda gratidão.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Profa. Dra. Nadia Gaiofatto Gonçalves, cuja dedicação, rigor acadêmico e sensibilidade intelectual foram fundamentais no processo de elaboração desta dissertação. Sua orientação criteriosa, marcada pela partilha de conhecimentos, pela escuta atenta e por aportes teóricos e metodológicos precisos, acompanhou cada etapa dessa trajetória. A motivação constante, aliada às leituras cuidadosas, às observações críticas e ao compromisso com a qualidade da pesquisa, foi decisiva para o amadurecimento deste trabalho e para minha formação como pesquisadora.

Registro, igualmente, minha gratidão às Professoras Doutoras Karina Kosicki Bellotti e Jaqueline Zarbato pela generosidade intelectual e pelas valiosas contribuições durante o processo de qualificação. Estendo meus agradecimentos às professoras e aos professores do Programa de Mestrado Profissional em História da UFPR - ProfHistória- por suas elaborações conceituais ao longo do percurso formativo, bem como às colegas e aos colegas de pós-graduação pelos diálogos e pelo apoio constantes.

Aos meus pais, Paulo Lara e Lidia Serkoniuk, agradeço pelos primeiros ensinamentos, pelo acesso à educação em tempos desafiadores e pelo incentivo permanente. Aos meus irmãos, Ana Paula e Paulo Alexandre, pelo apoio incondicional, a Day e o Alex, e às minhas sobrinhas, por inspiração constante, expresse meu reconhecimento. Alexandre Borges e Conceição, agradeço pelo cuidado dedicado à Maju e pelo apoio contínuo. Destaco, igualmente, a contribuição de todas e todos que compartilharam comigo experiências em salas de aula ao longo destes trinta e dois anos, colegas e estudantes que marcaram de maneira significativa minha formação pessoal e profissional.

Esta dissertação constitui-se também como um registro de gratidão às professoras e às mulheres que, por meio de lutas coletivas e da atuação em movimentos sociais, sindicais e partidários, contribuíram para a consolidação de direitos civis, políticos e sociais no Brasil. Suas

trajetórias, frequentemente marcadas por enfrentamentos e resistências, foram fundamentais para a ampliação de conquistas sociais e para o exercício da cidadania, reafirmando a centralidade da memória e a continuidade das lutas femininas.

Expresso minha gratidão ao Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, essencial para a aquisição de livros e para o custeio de despesas acadêmicas, bem como à Universidade Federal do Paraná. Por fim, agradeço a Deus por esta força superior que me concedeu resiliência nos momentos em que mais precisei.

RESUMO

Esta dissertação insere-se no campo do Ensino de História das Mulheres e tem como objetivo investigar a participação feminina na política brasileira, tomando como eixo analítico a trajetória da representatividade política das mulheres entre as décadas de 1910 e 2020, bem como elaborar e apresentar uma proposição didática destinada ao Ensino Fundamental. A pesquisa parte da constatação de que a presença das mulheres nas narrativas historiográficas escolares e nos livros didáticos permanece limitada, frequentemente relegada a posições secundárias ou tratada de forma marginalizada, especialmente no que se refere à política institucional, historicamente construída como um espaço predominantemente masculino. Nesse sentido, a dissertação problematiza os processos históricos, simbólicos e pedagógicos que sustentaram o silenciamento e a sub-representação feminina na História ensinada, articulando análise historiográfica e prática educativa. O referencial teórico fundamenta-se na historiografia feminista e nos estudos de gênero, em diálogo com autoras e autores como Michelle Perrot, Pierre Bourdieu, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Gerda Lerner e Paulo Freire. Essas contribuições permitem compreender a política como um campo estruturado por relações de poder e gênero, bem como evidenciar que a exclusão das mulheres das narrativas históricas escolares não decorre de lacunas fortuitas, mas de construções sociais e epistemológicas que naturalizam hierarquias e desigualdades. A pesquisa mobiliza conceitos como patriarcado, violência simbólica, representatividade e consciência histórica, fundamentais para a análise crítica do Ensino de História e para a problematização das formas pelas quais o conhecimento histórico é selecionado, organizado e transmitido no contexto escolar. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, que analisa produções historiográficas, legislações, livros didáticos e estudos acadêmicos voltados às temáticas das mulheres, da política e do Ensino de História. A investigação dialoga com debates contemporâneos sobre representatividade e violência política de gênero, buscando identificar avanços, permanências e lacunas na abordagem da participação feminina na política brasileira, especialmente no âmbito da educação básica. A dissertação apresenta uma proposição didática destinada ao 9º ano do Ensino Fundamental, estruturada a partir de fichas biográficas de pioneiras da política brasileira, contemplando mulheres eleitas e não eleitas, de diferentes regiões, pertencimentos raciais, classes sociais e trajetórias políticas e um Álbum de Figurinhas. A proposição articula uma sequência didática de caráter crítico e lúdico, visando favorecer a aprendizagem histórica, estimular o protagonismo discente e promover uma compreensão plural e problematizadora da participação das mulheres na política. Ao integrar investigação historiográfica e ação pedagógica, contribui para a ampliação do repertório didático no Ensino de História, para o fortalecimento da formação cidadã dos estudantes e para a democratização do conhecimento histórico escolar.

Palavras-chave: Ensino de História das Mulheres. Representatividade Política. Gênero. Abordagens de Ensino de História.

ABSTRACT

This dissertation is situated within the field of Women's History Teaching and aims to investigate female participation in Brazilian politics, taking as its analytical axis the trajectory of women's political representation between the 1910s and 2020, as well as to develop and present a didactic proposal for Middle School education. The research is grounded on the observation that women's presence in school historiographical narratives and textbooks remains limited, often relegated to secondary positions or treated in a marginalized manner, especially with regard to institutional politics, historically constructed as a predominantly male sphere. In this sense, the dissertation problematizes the historical, symbolic, and pedagogical processes that have sustained the silencing and underrepresentation of women in the history taught in schools, articulating historiographical analysis and educational practice. The theoretical framework is based on feminist historiography and gender studies, in dialogue with scholars such as Michelle Perrot, Pierre Bourdieu, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Gerda Lerner, and Paulo Freire. These contributions make it possible to understand politics as a field structured by power and gender relations, and to demonstrate that the exclusion of women from school historical narratives does not result from accidental gaps, but from social and epistemological constructions that naturalize hierarchies and inequalities. The research mobilizes concepts such as patriarchy, symbolic violence, representation, and historical consciousness, which are fundamental for the critical analysis of History teaching and for problematizing the ways historical knowledge is selected, organized, and transmitted in the school context. Methodologically, this is a qualitative study of bibliographic and documentary nature, analyzing historiographical productions, legislation, textbooks, and academic studies related to women, politics, and History teaching. The investigation engages with contemporary debates on representation and gender-based political violence, seeking to identify advances, continuities, and gaps in the treatment of female participation in Brazilian politics, especially within basic education. The dissertation presents a didactic proposal for the 9th grade of Middle School, structured around biographical cards of pioneers in Brazilian politics, including elected and non-elected women from different regions, racial backgrounds, social classes, and political trajectories, along with a sticker album. The proposal articulates a critical and playful teaching sequence, aiming to promote historical learning, encourage student protagonism, and foster a plural and problematizing understanding of women's participation in politics. By integrating historiographical research and pedagogical action, this study contributes to the expansion of didactic resources in History teaching, to the strengthening of students' civic education, and to the democratization of historical knowledge in the school environment.

Keywords: Teaching Women's History. Political Representation. Gender. Approaches to History Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA DAS MULHERES	45
1.1 Silenciamento: exclusão das Mulheres da História	45
1.2 Da invisibilidade à presença: conquista de lugar no Ensino de História	55
1.2.1 Desafios e possibilidades para ensinar História das Mulheres	60
1.2.2 Perspectivas críticas sobre gênero na sala de aula	74
2. A METAMORFOSE: LOBBY DO VOTO X LOBBY DO BATOM	81
2.1 A luta pelo voto feminino no Brasil: avanços e tensões	81
2.1.1 Violência Política de Gênero (VPG)	88
2.2 Sobre a presença e permanência das mulheres na política: um debate para as aulas de História	94
3. PIONEIRAS NA POLÍTICA BRASILEIRA	105
3.1 Trajetórias e resistências: mulheres que desbravaram horizontes	107
3.2 Sequência Didática: Mulheres que transformam nosso lugar	109
3.3 Fichas Biográficas	117
3.3.1 Pioneiras na política eleitas no Brasil	119
3.3.2 Pioneiras na política eleitas no Paraná	149
3.3.3 Pioneiras da política não eleitas	155
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	176
APÊNDICES	191
Apêndice A - Quadro de pioneiras da política brasileira selecionadas para esta dissertação, e referências da pesquisa	191
Apêndice B - Quadro resumo: mulheres selecionadas para esta dissertação	207
Apêndice C - Glossário Conceitual	210
Apêndice D - Álbum de Figurinhas	217

INTRODUÇÃO

*Nas mãos inspiradas
nascem antigas palavras
com novo matiz.*

Helena Kolody

Na minha adolescência, quando fui catequista na comunidade em que vivia, participei de um movimento que ficou conhecido como SOS Água, numa cidade com mais de 80% do seu território sobre um aquífero. Fazia parte do Grupo de Jovens da Igreja Católica e colaborei na fundação da Associação de Moradores do bairro, que organizou vários movimentos populares na década de 1990 por transporte coletivo, melhorias estruturais, entre outros. Percebi que essas lutas estavam diretamente ligadas à gestão da cidade e iniciei minha participação no debate político formal.

Assumi o cargo de professora de História, na rede pública estadual e atuei como gestora. No ano de 2004, fui responsável pela implementação do Orçamento Participativo. Posteriormente, ocupei a posição de Secretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo no município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná. Além disso, coordenei as Ações Pedagógicas Descentralizadas da Educação de Jovens e Adultos da rede pública estadual (Paes) e exerci a função de Diretora Geral do CEEBJA¹ Ayrton Senna da Silva.

A partir dessa participação política e da minha vivência como educadora, apresento este trabalho, que pretende refletir sobre as mulheres e a política, além de oferecer uma proposição didática, partindo de fichas biográficas. As atividades são sugeridas para uso no 9º ano do Ensino Fundamental, com indicação de trabalho no objeto de conhecimento²: protagonismo feminino e orientações de conteúdo: os movimentos sufragistas no Brasil (CREP, Paraná, 2019, p. 33). Trata-se de uma pesquisa no campo do Ensino da História das Mulheres com o objetivo de desenvolver material didático para professores e professoras

¹ CEEBJA: Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos.

² Objeto de conhecimento, protagonismo feminino, conteúdo movimentos sufragistas e objetivos de habilidades: PR. EFO9HI08. a. 9.08 Identificar e problematizar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e o significado dessas mudanças e das permanências em relação ao tema e PR. EFO9HI09. a. 9.09 Relacionar e compreender as lutas e as conquistas de direitos políticos, econômicos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais de grupos organizados, bem como analisar o anarquismo como movimento de contestação, no âmbito local, regional e nacional, conforme, PARANÁ Referencial curricular para o ensino fundamental do Paraná. Secretaria de Estado da Educação e do Paraná.

trabalharem junto aos estudantes. Atenta às discussões contemporâneas acerca da temática e respaldada pela experiência profissional acumulada ao longo de mais de 30 anos como professora de História na educação básica, identifica-se uma significativa lacuna no ensino.

Diante desse panorama, evidencia-se a necessidade de elaboração e disponibilização de materiais didáticos que abordem, de maneira sistemática e crítica, a História das Mulheres, de modo a subsidiar as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e a ampliar a compreensão sobre a participação feminina nos processos históricos. Tal necessidade articula-se diretamente às lacunas ainda existentes na produção e na circulação do conhecimento histórico, especialmente no que se refere à visibilidade das mulheres e à consolidação de abordagens que superem perspectivas tradicionais, restritivas e excludentes.

Nesse contexto, a problemática desta pesquisa estrutura-se a partir da análise dos fatores históricos, sociais e culturais que têm contribuído para o silenciamento das mulheres na produção e na transmissão do conhecimento histórico, bem como da avaliação da disponibilidade de livros e materiais pedagógicos acessíveis que abordem a História das Mulheres, em especial no âmbito da formação de professoras e professores. A investigação também contempla o exame das principais pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre a relação entre mulheres e política, das lacunas que ainda persistem nesse campo, das formas de representação das mulheres nos livros didáticos e dos impactos dessas representações na construção das percepções de gênero e poder no contexto educacional, além da análise da inserção e da participação das mulheres na política brasileira e dos desafios estruturais e culturais que continuam a limitar sua atuação nesse espaço.

Diversas pesquisas vêm abordando, ao longo das últimas décadas, questões relacionadas ao uso dos livros didáticos no contexto educacional. Destacam-se, nesse sentido, os estudos de Santos (1998), Fonseca (2006) e Felizardo (2018), os quais evidenciam a necessidade de avançar no processo de inclusão das mulheres no Ensino de História ao revelarem a persistência de um preocupante silenciamento e de uma evidente ofuscação da atuação feminina nas narrativas apresentadas aos estudantes por meio desse importante instrumento pedagógico. Tal cenário compromete a construção de uma compreensão histórica mais ampla, crítica e representativa da diversidade social.

Felizardo (2018) e Santos (1998) ressaltam pontos de atenção convergentes acerca da representação das mulheres, defendendo, de modo consistente, a necessidade de sua efetiva inclusão nas narrativas históricas, bem como a proposição de atividades e práticas pedagógicas

orientadas a esse propósito. Sara Menezes Felizardo (2018) em sua dissertação do Mestrado Profissional de História, conclui, após analisar o Edital do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2017 e todos os volumes da coleção *História, Sociedade & Cidadania*,³ Alfredo Boulos Júnior, publicado pela Editora FTD: “o número de homens nas imagens é quase três vezes maior que o de mulheres” (Felizardo, 2018, p. 18). A autora alerta sobre as influências que um livro didático pode exercer nas relações de poder e questões de gênero, sendo que “pode ou não perpetuar estereótipos considerado naturais, mas que na realidade não passam de discursos que estimulam as relações de poder nas quais homens são considerados superiores às mulheres e, por isso, se acham no direito de agredi-las, controlá-las” (Felizardo, 2018, p. 38). Em síntese:

A partir da análise, podemos considerar que as mulheres, enquanto figurativa, têm espaço nos manuais didáticos, à medida que imagens femininas ilustram quase todos os capítulos da coleção analisada. Entretanto, apesar da representação, o sujeito histórico majoritariamente continua sendo o homem e representação branco, uma vez que a representação imagética não é suficiente para colocar as mulheres no protagonismo, em especial se considerarmos que suas histórias, lutas e vivências ainda são apresentadas fora do texto principal (Felizardo, 2018, p. 105).

Para complementar, Dulce O. Amarante dos Santos (1998) propõe uma análise crítica sobre como a História das Mulheres é abordada nos livros didáticos utilizados na segunda fase do Ensino Fundamental no Brasil e apresenta questionamentos referentes às narrativas tradicionais da historiografia escolar, predominantemente masculinas e eurocêtricas, com foco na invisibilidade e estereotipação das mulheres. A autora combina análise documental com fundamentos teóricos do feminismo e da história social para refletir sobre as limitações e os desafios no Ensino da História das Mulheres.

Santos (1998) salienta o dinamismo da escrita da História, que, ao longo do tempo, ampliou seus horizontes teóricos e metodológicos. Inicialmente voltada para narrativas políticas oficiais, rompeu com essa perspectiva para incorporar questões socioeconômicas, culturais e, recentemente, dimensões subjetivas e simbólicas, como as abordadas pela história cultural do social. O conceito de evidências históricas foi revisado, permitindo a inclusão de fontes antes negligenciadas, como cartas, diários, literatura e iconografias. É nessa conjuntura de abertura temática e metodológica que as mulheres, antes marginalizadas pelas narrativas tradicionais,

³ Coleção adotada pela Secretaria Estadual de Educação no Estado do Paraná.

passaram a conquistar visibilidade. Assim, a História das Mulheres emerge não apenas como um novo campo de estudo, mas como uma crítica fundamental às estruturas de poder e exclusões que marcaram a produção historiográfica tradicional (Santos, 1998, p. 252). A autora considera o fato que “uma das grandes contribuições das pesquisas históricas sobre mulheres e gênero foi a desconstrução do discurso do sujeito universal abstrato masculino” (Santos, 1998, p. 254). Ao mesmo tempo, denuncia que a representação das mulheres nos livros didáticos é marcada por uma ausência significativa ou por sua presença limitada a papéis secundários, domésticos ou passivos. Frequentemente são retratadas como coadjuvantes nas narrativas históricas, em contraste com o protagonismo masculino nos processos políticos, econômicos e sociais. Identifica que essa invisibilidade reforça estereótipos de gênero e perpetua desigualdades no imaginário social de estudantes e conclui com a necessidade de “repensar novas propostas de ensino de história a fim de que as mulheres não continuem ausentes, mas que sejam incluídas como sujeitos históricos” (Santos, 1998, p. 256).

A partir dessas constatações, com o objetivo de aprofundar as reflexões teóricas e analíticas e de buscar alternativas interpretativas mais consistentes para a compreensão do fenômeno investigado, recorre-se também às contribuições de Fonseca (2006), cujas abordagens permitem ampliar o campo de análise e oferecer subsídios conceituais relevantes para a problematização das questões em estudo, fortalecendo, assim, o embasamento crítico da presente pesquisa.

Segundo Fonseca (2006, p. 91-104), no capítulo intitulado “Procurando pistas, construindo conexões: a difusão do conhecimento”, as mudanças historiográficas recentes, especialmente a ampliação de temas e perspectivas, provocaram uma transformação na abordagem dos livros didáticos, como a inclusão de vozes historicamente silenciadas, indígenas, mulheres e trabalhadores. No entanto, apesar dos avanços, persiste o desafio de converter essas novas abordagens em narrativas acessíveis e significativas para os estudantes. Sob tal enfoque, Fonseca (2006) aborda as dificuldades em traduzir a pluralidade historiográfica para os livros didáticos, considerando limitações como espaço, linguagem e conservadorismo em setores educacionais. Utiliza o tema da escravidão como exemplo apresenta desafios, como a pressão por simplificação versus a necessidade de abordar temas complexos, a resistência de certos grupos sociais e políticos a mudanças no currículo e o papel das editoras e dos autores na negociação entre inovação e aceitação pelo mercado educacional. Outrossim, faz-se indispensável aprofundar as investigações sobre como o conhecimento histórico escolar é

absorvido e preservado na memória coletiva, embora algumas ações já demonstrem a relevância desse tipo de pesquisa, sendo fundamental “analisar as diversas direções seguidas por este saber, de sua origem acadêmica, passando por sua transformação na escola, sua apropriação no interior dela e sua circulação fora dela” (Fonseca, 2006, p. 99).

Em consonância com essas constatações, o presente estudo tem por objetivo desenvolver uma discussão fundamentada na historiografia sobre a participação das mulheres na História, considerando o silenciamento historicamente produzido em relação a esses sujeitos e a recorrente interpretação do feminino como elemento subalterno, frequentemente analisado à margem do processo histórico.

Narrar a História das Mulheres implica reconhecer os mecanismos de exclusão que modelaram a construção da narrativa histórica e, conforme assinala Colling (2013, p. 13), desconstruir a própria história da história feminina, com vistas à sua reconstrução em bases mais reais e igualitárias, oferecendo aos professores alternativas de trabalho que favoreçam a apropriação desses conhecimentos e materiais e sua aplicação em práticas pedagógicas.

A reflexão sobre o silenciamento histórico das mulheres e sobre a necessidade de revisão crítica das narrativas tradicionais encontra respaldo na historiografia feminista, que problematiza as estruturas simbólicas e materiais responsáveis pela exclusão desses sujeitos. Ao evidenciar como a História foi construída a partir de critérios que priorizavam experiências masculinas, tal perspectiva contribui para compreender os mecanismos que produziram a marginalização das mulheres tanto no campo historiográfico quanto nas dinâmicas sociais e políticas.

É nesse horizonte analítico que se insere a contribuição de Michelle Perrot (2005), cujas reflexões aprofundam a compreensão dos processos históricos de invisibilização feminina e oferecem subsídios fundamentais para o debate sobre gênero, trabalho e representação histórica. Perrot propõe reflexões instigantes em sua obra *As mulheres e os silêncios da história* ao analisar o contexto histórico no qual determinados trabalhos foram social e culturalmente classificados como próprios das mulheres. A autora evidencia as transformações ocorridas a partir do século XIX que impactaram a vida das mulheres nos âmbitos social, econômico, trabalhista e político, ao mesmo tempo em que demonstra como a história das mulheres foi sistematicamente silenciada no interior da narrativa histórica dominante.

A autora destaca a existência de rupturas e permanências, bem como analisa os processos de codificação e construção histórica de profissões e tarefas socialmente atribuídas

às mulheres. Em um mundo historicamente estruturado a partir de referências masculinas, a ocupação de espaços pelas mulheres exigiu o enfrentamento de barreiras previamente estabelecidas. A autora exemplifica situações ocorridas entre os séculos XIX e XX, nas quais mulheres lutaram pela inserção em diferentes atividades e profissões, inclusive no contexto do pós-guerras; contudo, evidencia como a persistente distinção entre trabalhos considerados femininos e masculinos resultou, nos espaços em que houve a entrada feminina, na desvalorização simbólica e material dessas atividades:

Os setores em que elas entram são progressivamente desertados pelos homens que preferem reconstituir, em outros lugares, espaços masculinos intactos. A feminização não é necessariamente uma conquista triunfante, mas a consagração de uma retirada (Perrot, 2005, p. 256).

No campo da política, os processos de exclusão e silenciamento das mulheres revelam-se ainda mais profundos e duradouros, uma vez que esse espaço foi historicamente constituído como um domínio masculino, estruturado por práticas, normas e representações que limitaram o acesso feminino ao poder, à visibilidade e ao reconhecimento, aprofundando as desigualdades de gênero e reforçando a marginalização das mulheres na narrativa histórica e na participação institucional. Portanto, justifica-se o desenvolvimento desta dissertação, que aborda as mulheres ao apresentar pioneiras⁴ na política brasileira, tendo como referência e inspiração as reflexões de Michelle Perrot em *Os excluídos da história* (1992):

Há o caso em que a exclusão das mulheres do poder político ocorre pura e simplesmente, há outros em que essa exclusão vem acompanhada por justificativas ou compensações, e outros ainda onde ela se dá em graus variados. Seria preciso examinar e comparar teorias e práticas. As mulheres e a política: é ainda um vasto campo de reflexão para nossos esforços conjuntos (Perrot, 1992, p. 173).

A exclusão histórica das mulheres dos espaços políticos formais evidencia como as relações de gênero atravessam e organizam o campo político. No âmbito do Ensino de História, a compreensão ampliada do conceito de política contribui para a formação de sujeitos capazes de reconhecer sua atuação na esfera pública e de intervir criticamente nos processos de transformação social (Silva e Silva, 2009). Sob essa perspectiva, a política não se restringe às instâncias formais do Estado, manifestando-se também nas relações cotidianas, nos

⁴ O uso do termo “pioneiras” na pesquisa se justifica por sua capacidade de designar mulheres que ocuparam espaços políticos antes marginalizados e que, por meio de ações individuais ou coletivas, desafiaram normas de gênero e estabeleceram precedentes significativos na esfera pública. A escolha desse termo permite diferenciar essas mulheres de sujeitos passivos ou meramente representativos, ressaltando seu papel ativo na construção histórica e política do Brasil. A intenção não corresponde à idealização.

movimentos sociais e nos processos simbólicos que estruturam a vida social. Constitui um campo de disputas simbólicas e materiais entre diferentes projetos de sociedade, no qual grupos sociais buscam afirmar seus interesses, valores e visões de mundo. As relações de poder definem quem participa desse campo e quais vozes são reconhecidas como legítimas, estruturando, assim, mecanismos de inclusão e exclusão.

Bobbio, Matteucci e Pasquino a definem como “o conjunto das atividades que têm como termo de referência o Estado, ou que se desenvolvem em torno do Estado, seja para conquistar o poder, seja para exercê-lo, seja para conservá-lo” (1998, p. 954). Tal concepção evidencia que o político extrapola as instituições formais e se estrutura a partir de relações sociais que, ao longo do tempo, foram organizadas de modo excludente, especialmente no que se refere à participação feminina.

A marginalização das mulheres na esfera política não pode ser compreendida como circunstancial, mas como resultado de processos históricos que associaram o exercício do poder à masculinidade. A construção social da política como espaço predominantemente masculino contribuiu para a naturalização da ausência feminina nos cargos de decisão, reforçando desigualdades e restringindo o acesso das mulheres à cidadania plena. A incorporação feminina à política institucional representa, portanto, uma ruptura parcial com essa tradição, ainda que marcada por tensões, limites e permanências.

Embora “política” seja um substantivo feminino, a organização concreta da política permaneceu historicamente masculina. A maioria dos cargos de comando foi e continua sendo ocupada por homens. Nesse contexto, a conquista do voto feminino no Brasil configura-se como marco fundamental ao assegurar às mulheres o direito de votar e de serem votadas. Ainda que esse avanço represente uma transformação significativa, a trajetória de lutas pela ocupação dos espaços de poder e decisão permanece em curso.

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa consiste em investigar a participação das mulheres na política brasileira e a trajetória da representatividade política feminina, considerando o recorte temporal compreendido entre as décadas de 1910 e 2022.

A investigação desenvolve-se no âmbito do Ensino de História, com o propósito de oferecer alternativas viáveis de materiais didáticos, por meio da elaboração de uma proposta pedagógica que favoreça uma abordagem crítica, plural e problematizadora da temática em sala de aula.

Para a consecução desse objetivo, procede-se à análise da produção historiográfica

referente à participação das mulheres na História, refletindo-se sobre os processos de silenciamento e de ocultação de sua atuação, especialmente nas instâncias políticas e nos espaços de representatividade. Como desdobramento dessa análise, desenvolve-se a temática da História das Mulheres em uma perspectiva lúdica, explorando o uso de jogos e de atividades pedagógicas e suas potencialidades para o Ensino de História.

No plano histórico, destaca-se o Partido Republicano Feminino (PRF), fundado em 1910, em São Paulo, por Leolinda de Figueiredo Daltro, como referência fundamental na organização política das mulheres no Brasil. O PRF articulou a luta pelo direito ao voto e pela participação feminina na vida pública, atuando como movimento precursor na mobilização e visibilização das demandas femininas. Essa experiência contribuiu para a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, liderada por Bertha Lutz, consolidando a presença das mulheres na política nacional.

A professora Leolinda Daltro tomou essa iniciativa após ter seu pedido de alistamento eleitoral indeferido, situação que se repetiu com a advogada Myrthes de Campos, primeira mulher a ser aceita na Ordem dos Advogados do Brasil (Soihet, 2012, p. 219). Visando aprofundar essa discussão, Teresa Cristina Marques (2019), na obra *O voto feminino no Brasil*, registra que, já em 1910, Leolinda Daltro, privada de tomar parte das reuniões do Instituto Histórico sobre assistência aos indígenas, passou a articular formas próprias de organização e resistência política, evidenciando os obstáculos enfrentados pelas mulheres na conquista de seus direitos civis e políticos:

[Leolinda Daltro] foi impedida de participar desses encontros e mantida em sala separada, de onde podia ouvir o que se dizia, mas sem se manifestar. A experiência causou-lhe grande irritação e, com o tempo, esse sentimento transformou-se em decepção. Isso porque ela rejeitava políticas públicas que envolvessem a evangelização católica dos indígenas, e nada pôde fazer para alterar os rumos da discussão. Além disso, por ter convivido com grupos indígenas, julgava conhecer o assunto e sentia-se capaz de oferecer uma contribuição importante ao debate (Marques, 2019, p. 79).

Marques demonstra que a partir destas experiências, Daltro consolidou a convicção de que, sem voto e educação profissional, as mulheres não teriam voz nem autonomia. Com o objetivo de defender o sufrágio feminino e a emancipação da mulher, representou as sufragistas em audiências públicas, passeatas e documentos legislativos, adotando símbolos visuais inspirados nas sufragistas inglesas, como faixa e bandeira, para marcar sua presença pública.

Os registros historiográficos indicam que a primeira experiência de organização

partidária feminina no Brasil foi o Partido Republicano Feminino (PRF), fundado em 1910, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Leolinda de Figueiredo Daltro. Inserido no contexto da Primeira República, o PRF teve como pauta central a defesa do sufrágio feminino e a ampliação da participação das mulheres na política institucional em um cenário marcado pela exclusão formal feminina dos direitos políticos.

Embora não tenha alcançado reconhecimento jurídico nem participação efetiva nos processos eleitorais da época, o partido constituiu uma experiência política pioneira ao conferir visibilidade pública às demandas das mulheres e contribuir para a formulação de uma agenda de direitos que antecedeu e influenciou o movimento sufragista brasileiro das décadas seguintes.

Somente em 1932 o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro, instituiu o voto feminino no Brasil. Após a promulgação do decreto, no ano de 1933, ocorreu eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. As mulheres conquistaram o direito de votar e serem votadas pela primeira vez. A constituinte elaborou uma nova constituição, que entrou em vigor em 1934 e consolidou o voto feminino, uma vitória do movimento feminista da época. Apesar dos avanços da Constituição de 1934, o Golpe de Estado de 1937, proibiu o funcionamento dos partidos políticos, as eleições foram suspensas, o Congresso Nacional foi fechado e não houve eleições no Brasil durante 11 anos, entre outubro de 1937 e dezembro de 1945 (Nicolau, 2002, p. 42).

Se por um lado o Brasil foi pioneiro na América Latina com relação ao voto feminino, por outro é pertinente observar algumas barreiras que precisaram ser transpostas, entre elas o reconhecimento da constitucionalidade, da oportunidade e da justeza do pedido: “Um ponto a se destacar é que o voto para as brasileiras não foi considerado obrigatório, a não ser para as funcionárias públicas, até 1945” (Karawejczyk, 2019, p. 731).

A luta pelo sufrágio feminino, nesse contexto, deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de disputas pelo poder político e simbólico, no qual se colocaram em tensão projetos distintos de organização da sociedade. O acesso ao voto significou, para as mulheres, não apenas a conquista de um direito formal, mas a possibilidade de participação ativa na definição dos rumos da vida pública, rompendo com estruturas historicamente excludentes. Assim, a ampliação da cidadania feminina expressa uma transformação nas relações de poder, ao mesmo tempo em que evidencia os limites e as resistências impostas pelos grupos que buscavam preservar posições de privilégio.

Analisar esse processo implica, portanto, compreender como as hierarquias de gênero se articularam às dinâmicas políticas e sociais, produzindo formas específicas de dominação e

exclusão. O conceito de poder, tal como mobilizado nesta pesquisa, fundamenta-se em *A dominação masculina*, de Pierre Bourdieu (2012), e no *Dicionário Crítico de Gênero*, organizado por Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi (2015), em articulação com as reflexões propostas por Michelle Perrot (1992; 2005).

No âmbito do Ensino da História das Mulheres, as reflexões de Pierre Bourdieu (2012) e Michelle Perrot (1992; 2005) oferecem aportes fundamentais para compreender como o poder se manifesta na produção e transmissão do conhecimento histórico. A obra de Pierre Bourdieu (2012) demonstra que a dominação social se sustenta não apenas por meios econômicos ou políticos, mas também por mecanismos simbólicos que naturalizam hierarquias e desigualdades. Tais mecanismos produzem consensos e legitimidades que contribuem para a reprodução das estruturas de poder, tornando-as socialmente aceitas e internalizadas pelos próprios sujeitos.

No Ensino de História, o diálogo com as contribuições de Bourdieu fortalece a compreensão crítica das relações de poder e dos processos de reprodução social, permitindo aos estudantes interpretar a sociedade de forma reflexiva e reconhecer os condicionantes históricos das desigualdades (Colling; Tedeschi, 2015).

Em *A dominação masculina*, Bourdieu (2012) demonstra que a desigualdade de gênero se sustenta pela violência simbólica, que naturalizam hierarquias e se reproduz por meio do *habitus*, internalizando normas que relegam as mulheres à marginalidade social. Essa lógica ajuda a explicar o que Michelle Perrot (1992; 2005) denomina de “silêncios da História”, isto é, a exclusão sistemática das experiências femininas da narrativa historiográfica tradicional, que reforçou a centralidade masculina como medida universal do humano.

Quando transpostas ao Ensino, essas análises revelam que a ausência ou a presença residual das mulheres nos currículos escolares não é acidental, mas resultado de uma construção de poder que atua na seleção de conteúdos, nas práticas pedagógicas e nas representações legitimadas em sala de aula. Portanto, ao articular Pierre Bourdieu e Michelle Perrot, evidencia-se que o Ensino da História das Mulheres implica não apenas recuperar trajetórias femininas, mas sobretudo questionar os mecanismos simbólicos que sustentaram sua invisibilidade, promovendo uma reconfiguração crítica da memória histórica e do próprio papel da disciplina na formação cidadã. Pierre Bourdieu (2012) analisa como a desigualdade entre homens e

mulheres é socialmente construída e mantida. Ele demonstra que a dominação masculina⁵ não se limita a relações de força explícitas, mas é reforçada por normas, práticas e instituições que moldam percepções e comportamentos, muitas vezes de forma invisível. Um conceito central da obra é a violência simbólica, entendida como a imposição de significados e hierarquias que são aceitos como naturais por mulheres e homens, legitimando a desigualdade sem necessidade de coerção física ou formal. Essa forma de poder atua em diferentes campos sociais, como família, trabalho, educação e política, e se manifesta por meio de expectativas e regras internalizadas, que Bourdieu denomina “*habitus* de gênero”: “É o *habitus* que, estando inscrito nos corpos, leva os dominados a contribuírem, às vezes contra a sua vontade, para a sua própria dominação, ao aceitarem como evidente e natural a ordem estabelecida” (Bourdieu, 2012, p. 56).

Assim, a dimensão propositiva desta pesquisa materializa-se na elaboração de uma proposta voltada à prática educativa, comprometida com a inclusão, a diversidade e a formação cidadã. A articulação entre investigação histórica e ação pedagógica reafirma o compromisso ético e político do ProfHistória com a produção de conhecimentos aplicados à realidade escolar e social, contribuindo para a construção de uma educação histórica capaz de formar sujeitos críticos, conscientes e transformadores.

A presente pesquisa fundamenta-se nos pressupostos críticos da pedagogia de Paulo Freire (1996) e em uma perspectiva historiográfica comprometida com a problematização do lugar das mulheres na narrativa histórica escolar. Parte-se da premissa de que o Ensino de História deve constituir-se como prática dialógica, contextualizada e politicamente engajada, orientada para a compreensão crítica da realidade e para a transformação social.

A compreensão do silenciamento das mulheres como construção histórica não decorre de mera escassez documental, mas expressa uma lógica epistemológica de caráter patriarcal que, ao longo do tempo, marginalizou e tolheu suas experiências e vivências. Nessa perspectiva, o ensino da História das Mulheres configura-se como prática contra-hegemônica, comprometida com a valorização de narrativas subalternizadas, com a escuta atenta dos sujeitos

⁵ Pierre Bourdieu demonstra que a dominação masculina se sustenta por meio de mecanismos simbólicos, internalizados como naturais, os quais garantem a permanência das hierarquias de gênero sem necessidade de coerção explícita. Para o autor, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (Bourdieu, 2012, p. 18).

históricos e com a reconstrução compartilhada da memória social.

Em sociedades estruturadas pelo predomínio masculino nas relações de poder, as mulheres não se configuraram apenas como vítimas passivas, mas como sujeitos históricos que, mesmo em condições adversas, construíram estratégias de resistência, tensionaram papéis sociais e produziram formas próprias de atuação política e cultural. O reconhecimento, o registro e a incorporação dessas trajetórias aos materiais didáticos tornam-se, portanto, imperativos para a consolidação de uma educação histórica crítica e plural.

Historicamente, o acesso das mulheres às instâncias de poder político revelou-se limitado e desigual. Desde a cidade grega, primeiro modelo de democracia, que as excluía radicalmente, até o mundo contemporâneo, a participação feminina nas estruturas representativas mantém-se distante da paridade em diferentes países. Em diversos contextos, mulheres alcançam posições no poder executivo como substitutas, seja por continuidade de tradições familiares, como nos casos da Índia e do Paquistão, seja em situações de crise, que ativam o chamado mito da mulher salvadora (Perrot, 2005, p. 295).

Paralelamente, às formas pelas quais o poder social se manifesta e se reorganiza nas relações entre homens e mulheres modificam-se ao longo do tempo, revelando tensões, medos e disputas simbólicas. Embora as mulheres detenham força social significativa, no século XIX sua atuação não se traduziu em poder no sentido estrito, mas em uma influência difusa e eficaz exercida por meio dos costumes (Perrot, 2005, p. 86).

Ao longo do século XX, essas assimetrias se reproduzem, particularmente na associação das mulheres a profissões vinculadas ao cuidado, e se estendem também ao campo político. A opressão que incide sobre os corpos e os comportamentos femininos manifesta-se em múltiplas dimensões da vida social, desde o modo de vestir, falar e se alimentar até normas de circulação em espaços públicos, fenômenos observados em contextos históricos específicos, mas passíveis de identificação em distintas sociedades.

Para o aprofundamento dessas questões relativas às relações entre homens e mulheres na sociedade, recorre-se à obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicada originalmente em 1949, marco fundamental do pensamento feminista, na qual se analisam as raízes da opressão das mulheres e a construção social da categoria “mulher”.

Conforme a perspectiva de Beauvoir (1970), as normas sociais impõem limites às possibilidades de atuação feminina, relegando as mulheres a posições secundárias em relação

aos homens. Essa leitura preserva plena atualidade, sobretudo no contexto dos debates contemporâneos acerca dos direitos reprodutivos, da equidade de gênero, das identidades e expressões de gênero e do enfrentamento à violência contra a mulher.

Nesse sentido, sua produção teórica mantém-se como referência fundamental para pesquisadoras, pesquisadores e ativistas que lutam por uma sociedade mais justa, uma vez que, como assinala a autora, “a igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública” (Beauvoir, 1970, p. 75).

Heloísa Buarque de Hollanda (2023) desempenha papel central na sistematização e na difusão dos fundamentos do pensamento feminista contemporâneo, especialmente ao situá-lo no contexto histórico, social e político do feminismo brasileiro, a partir das obras *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* e *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Ao organizar as duas importantes coletâneas de textos, a autora reúne contribuições teóricas de diferentes tradições e vertentes do feminismo, promovendo um diálogo entre autoras e autores que problematizam conceitos como gênero, poder, identidade, interseccionalidade e desigualdade.

Essas obras constituem referenciais indispensáveis para a compreensão dos debates atuais, ao mesmo tempo em que permitem reconhecer a pluralidade de experiências e perspectivas que conformam o campo dos estudos feministas. As coletâneas organizadas por Heloísa de Hollanda não se limitam à exposição de conceitos fundamentais, mas constroem uma reflexão crítica sobre os processos históricos de formação do feminismo, com especial atenção às especificidades do contexto brasileiro e às contribuições oriundas do Sul Global.

Ao incorporar produções que dialogam com o feminismo negro, os estudos decoloniais e as teorias queer, os volumes ampliam o horizonte interpretativo do campo, evidenciando as disputas epistemológicas e políticas que atravessam a construção do conhecimento sobre gênero. Dessa forma, as obras contribuem para uma compreensão mais complexa e situada das lutas feministas, articulando teoria, história e prática social.

A autora contribui com uma base teórica consistente para a análise das relações de gênero e das estruturas de poder, ao mesmo tempo em que fortalece a formação crítica de estudantes, pesquisadoras e pesquisadores. Ao tornar acessíveis diferentes matrizes do pensamento feminista, os volumes favorecem a apropriação qualificada dos conceitos e das problemáticas centrais do campo que se evidenciam essenciais para o desenvolvimento desta

investigação, consolidando-se como referência teórica central da presente dissertação.

Em diálogo com esse aporte, recorre-se às reflexões de Joan Scott, historiadora norte-americana, cuja formulação do conceito de gênero, apresentada no artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1990), orienta a compreensão das relações sociais e das estruturas de poder que atravessam a experiência feminina. A partir desse referencial, desenvolve-se a análise das barreiras enfrentadas pelas mulheres no Brasil em suas lutas por representação, considerando as heranças de uma sociedade patriarcal e articulando tais reflexões às contribuições de Heleieth Saffioti (2015), especialmente na obra *Gênero, patriarcado, violência*, fundamental para a problematização conceitual e analítica do termo “gênero”. Segundo o *Dicionário Crítico de Gênero*, “etimologicamente, ‘representação’ provém da forma latina ‘repraesentare’ – ‘fazer presente’ ou ‘apresentar de novo’. Representar era copiar ou reproduzir o social. Essa ideia influenciou, por longo tempo, as ciências humanas e sociais” (Tedeschi, 2019, p. 639). Portanto, a teoria das representações construiu-se a partir de uma divisão entre fenômenos individuais e fenômenos coletivos. Acrescenta:

Para Pierre Bourdieu, homens e mulheres incorporam representações e constroem suas práticas dentro de uma lógica social. Dessa forma, na sociedade patriarcal, as referidas práticas determinam atitudes de dominação/submissão, donde é possível afirmar que, tanto homens quanto mulheres, nas sociedades marcadas por fortes componentes patriarcais, colocam sua posição social masculina ou feminina sob a pressão originada pela divisão do trabalho na unidade produtiva familiar, bem como pelas relações de poder (Tedeschi, 2019, p. 641).

Ao utilizar o gênero como uma lente analítica, é possível identificar como essas relações afetam a política, a economia, a cultura e as instituições, revelando dinâmicas de poder que estruturam as desigualdades sociais, além de influenciar os processos de tomada de decisão e as políticas públicas. Essa abordagem permite compreender de maneira mais profunda como normas e práticas de gênero moldam as oportunidades, os direitos e as responsabilidades dos indivíduos. Para complementar, no entendimento de Veiga e Pedro:

Tendo emergido desde o início sob rasura e tensão, com as reivindicações intrínsecas ao início dos anos 1980 sobre questões envolvendo raça, etnia, classe e outras possíveis intersecções sociais, gênero mostra-se ainda útil como categoria de análise, passando por adaptações às necessidades de cada grupo que a reivindica, incluindo historiadoras e historiadores, que buscam situar sua trajetória teórica e política, constituída e reelaborada ao longo das últimas três décadas (Veiga; Pedro, 2019, p. 333).

A análise proposta nesta dissertação fundamenta-se na concepção de patriarcado, apresentado por Gerda Lerner (2019), no livro *A criação do Patriarcado: história da opressão*

das mulheres pelos homens. Para Lerner, o patriarcado não é uma condição natural ou biológica, mas sim uma construção histórica que emergiu no contexto das primeiras sociedades agrárias (Lerner, 2019, p. 261) e:

em alguns casos, as relações entre os sexos são mais igualitárias, enquanto as relações econômicas permanecem patriarcais; em outros casos, tais mudanças dentro da família não alteram a dominação masculina básica no domínio público, nas instituições e no governo. A família não apenas espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que a sigam, mas, também cria e sempre reforça essa ordem (Lerner, 2019, p. 266).

Lerner argumenta que compreender o patriarcado como uma construção histórica possibilita uma análise crítica das desigualdades de gênero e cria condições para questionar e transformar as estruturas de poder que as sustentam. A autora concebe a História das Mulheres como constitutiva da História da humanidade e enfatiza a legitimidade das relações de gênero como campo de investigação acadêmica e política. Nessa perspectiva, o patriarcado é definido como “a manifestação e institucionalização da dominância masculina em mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (Lerner, 2019, p. 290).

Perrot (1992; 2005), Costa (2003), Rago (2023) e Federici (2023), autoras contemporâneas com propostas teóricas convergentes, ressaltam que as identidades de gênero não podem ser compreendidas sem a consideração das relações de poder que as atravessam, uma vez que tais identidades são historicamente construídas e continuamente negociadas nos contextos sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, as hierarquias de gênero produzem desigualdades estruturais que impactam o acesso a direitos, a participação política e as formas de reconhecimento social, revelando a centralidade das disputas simbólicas e materiais na constituição das experiências femininas. Dessa forma, a análise das relações de gênero exige uma abordagem crítica e interdisciplinar, comprometida com a desconstrução de naturalizações e com a promoção de uma sociedade mais justa e democrática.

Na obra *Os excluídos da História*, Michelle Perrot afirma que o “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios (Perrot, 1992, p. 185). No entanto, a autora apresenta diversos exemplos e citações que evidenciam a organização, a força e o poder feminino ao longo da história, demonstrando que as mulheres não são “passivas e nem submissas” (Perrot, 1992, p. 212):

A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Eles estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – a hierarquia, a disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (Perrot, 1992, p. 212)

Por outro lado, Margareth Rago (2023) alerta, ao escrever a respeito da epistemologia feminista, gênero e história por meio de significativas reflexões, que no Brasil ainda não temos certezas relacionadas à teoria feminista; o tema é pouco debatido e “mesmo nas rodas feministas, como, em geral, o próprio debate nos vem pronto, traduzido pelas publicações de autoras do hemisfério Norte” (Rago, 2023, p. 372).

Além disso, aborda uma visão crítica sobre o impacto do feminismo no campo das Ciências Humanas. Margareth Rago sugere que as mulheres, em razão de suas experiências históricas e culturais distintas, trazem perspectivas únicas para a produção do conhecimento. Essa abordagem valoriza a contribuição do feminismo como um movimento capaz de oferecer formas alternativas de operar e articular a ciência, desafiando modelos tradicionais.

No entanto, a autora também pondera que a teoria feminista não rompe completamente com os paradigmas dominantes, destacando a coexistência de rupturas e permanências. Isso reconhece que, embora o feminismo traga inovações importantes, ele também dialoga e se relaciona com aspectos da tradição científica. Portanto, “é fundamental investigar especificamente o aporte feminista às transformações em curso no campo da produção do conhecimento” (Rago, 2023, p. 373).

Segundo a análise de Maria Izilda de Matos no livro *Por uma História da Mulher* (2000), desde os anos 1970, historiadores passaram a enfrentar o “desafio da invisibilidade feminina no passado” (Matos, 2000, p. 7). Histórias e falas femininas têm sido recuperadas, e as mulheres ganham cada vez mais destaque acadêmico, conquistando espaço e visibilidade por meio das lutas por igualdade, liberdade e:

influência mais marcante para essa abertura parece ser a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade; o funcionamento da família; o papel da disciplina e das mulheres; o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do cotidiano (Matos, 2000, p. 11).

Matos demonstra, de forma linear, como a partir da década de 1980 a produção historiográfica brasileira apresenta a participação das mulheres nas lutas trabalhistas e a maneira

como estas resistências manifestam-se no âmbito político. Também destaca a necessidade de superar a “vitimização” das mulheres e como a partir da década de 1990 os trabalhos da historiografia brasileira passaram a abordar também questões relacionadas à violência e ao imaginário feminino, e as fontes históricas passaram a ser mais diversificadas.

Neste sentido, as concepções de Edward Palmer Thompson são incorporadas por Suely Gomes Costa ao analisar as “viradas teóricas e metodológicas” e a revisão dos “cânones economicistas” realizadas pela historiografia marxista na “aproximação com as ciências humanas em geral com a antropologia” e a forma como, a partir da década de 1970, “conhecimentos sobre a história das mulheres se multiplicaram, numa íntima associação com os movimentos feministas, ressurgidos, nesse período, com uma pauta de lutas reconhecidas sexistas” (Costa, 2003, p. 189).

A autora também destaca que no contexto brasileiro, o patriarcalismo das dinâmicas da casa-grande e senzala – amplamente influenciado pela visão de Gilberto Freyre – por muito tempo ofuscou outras formas de organização familiar, como aquelas chefiadas por mulheres. Contudo, a partir da década de 1980, estudos microanalíticos começaram a desconstruir essas visões homogêneas, revelando múltiplas experiências sociais, particularmente no âmbito da escravidão. A história social do Brasil contribuiu para evidenciar as nuances das relações de exclusão, obediência e transgressão entre homens e mulheres (Costa, 2003, p. 194).

Essa revisão questiona as perspectivas feministas clássicas, que eram marcadas por oposições rígidas e dicotômicas entre o masculino e o feminino, apontando que tais interpretações simplificadoras e binárias não conseguem mais sustentar-se diante de análises mais complexas e aprofundadas

Suely Gomes Costa destaca a necessidade de integrar o gênero à prática pedagógica no Ensino de História, rompendo com abordagens tradicionais que invisibilizam ou secundarizam as mulheres e as relações de gênero. Para tanto, ela propõe uma releitura crítica das fontes históricas e das narrativas escolares, desafiando representações naturalizadas e estereotipadas sobre o papel das mulheres e dos homens em diferentes contextos históricos. A análise de gênero, segundo Suely Costa, não se limita a “incluir” as mulheres na história, não obstante questiona as próprias estruturas que legitimam desigualdades e exclusões. Outro ponto abordado pela autora é a relação entre gênero e interseccionalidade. Costa reconhece que as experiências de gênero são atravessadas por marcadores como classe, raça e etnia, sendo fundamental considerar essas interseções para a construção de uma história mais inclusiva e

plural. A autora ainda enfatiza o potencial transformador do Ensino de História, que pode contribuir para desconstruir preconceitos e fomentar uma visão crítica sobre as hierarquias de poder nas sociedades:

uma pequena parte de uma grande tarefa intelectual pode ajudar a pensar perspectivas novas sobre as relações entre o feminino e o masculino. Se submetido à recriação conceitual do feminino e do masculino, o poder disciplinador das escolas, por exemplo, poderá deslocar-se em muitos sentidos e favorecer importantes mudanças nas práticas pedagógicas, que têm, por muitos meios, reafirmando a educação diferenciada por sexos (Costa, 2003, p. 201).

Apesar dessas restrições, é possível identificar múltiplas formas de resistência. Perrot evidencia exemplos concretos em toda a obra, que vão desde a autorização para realizar pinturas ao ar livre até a trajetória política de Sand⁶, mostrando como algumas mulheres desafiavam os limites impostos. Nesse sentido, a autora ressalta a importância de “entender as proibições e também compreender a força das resistências e a maneira de contorná-las ou de subvertê-las” (Perrot, 2005, p. 91), evidenciando que a história feminina não se reduz à marginalidade, mas se constrói também por meio de estratégias de contestação e redefinição dos espaços sociais, além de muitas vezes ter que enfrentar reações violentas dos homens.

Partindo deste pensamento, com o objetivo de incluir as mulheres que ousaram desafiar os papéis impostos a elas na História, apresenta-se este estudo a respeito das pioneiras na política brasileira, suas lutas e desafios em formato lúdico, transportando-as para um Álbum de Figurinhas.

Para a elaboração desta proposição didática, foram utilizadas como referência duas dissertações defendidas no Programa de Mestrado Profissional – ProfHistória para estabelecer um diálogo a respeito da ludicidade nas aulas de História como impulsora de produção de conhecimento. Bruno Barros da Silva, por meio da pesquisa *Da autobiografia ao jogo: o ensino das relações étnico-raciais a partir das experiências de Mahomah Gardo Baquaqua*, e Sara Menezes Felizardo, com *As mulheres na história dos livros didáticos de história de ensino fundamental II das escolas municipais de cruz das almas/BA*, ambas publicadas em 2018, justificam seu uso a partir do pensamento de Johan Huizinga, a fim de criar um ambiente propício e acolhedor, que “pode ser um importante lugar de criação de conceitos” (Silva, 2018,

⁶ A trajetória de George Sand, pseudônimo de Amantine Lucile Aurore Dupin (1804-1876), ilustra de forma emblemática a resistência feminina às restrições sociais do século XIX. Escritora e intelectual, Sand desafiou normas de gênero ao assumir publicamente uma carreira literária, adotar vestimentas masculinas em certos contextos e engajar-se politicamente, tornando-se um exemplo de como algumas mulheres contornavam ou subvertem os limites impostos pela sociedade patriarcal (Perrot, 2005, p. 91).

p. 68).

Em contrapartida, Suely Gomes Costa (2003) assinala que, embora a ampliação da visibilidade das mulheres no Ensino de História tenha contribuído para o questionamento de lacunas historiográficas, para o diálogo com distintas correntes intelectuais e para a incorporação de novas problemáticas no campo da história social e cultural, as relações de gênero, quando deslocadas do cotidiano e da esfera da intimidade, possibilitam a revisão de abordagens históricas tradicionais.

Tais abordagens, por sua vez, tendem a negligenciar essas dimensões ao privilegiar narrativas centradas em acontecimentos políticos, estruturas administrativas, dinâmicas impessoais de poder e leis econômicas de caráter universalizante. Ainda assim, a ênfase exclusiva em leituras microssociais pode resultar no afastamento da análise dos macrossistemas sociais, isto é, dos processos estruturais mais amplos que conformam a realidade histórica

de nada vale incorporar, mecanicamente, um conjunto de informações teóricas e metodológicas e se assenorear de um certo número de práticas pedagógicas. Trata-se de fazer do ensino de história um processo de tomada de consciência, que nos conduza todos a um novo patamar de conhecimento crítico sobre o Brasil e sobre nós mesmos (Costa, 2003, p. 203).

Compreendendo a relevância do tema, esta dissertação tem como propósito aprofundar a compreensão sobre a inserção das mulheres na esfera política por meio da sistematização e da análise crítica de investigações já consolidadas na área. Ainda que não seja possível abranger a complexidade do contexto nacional em sua totalidade, tampouco todas as especificidades temporais envolvidas, a articulação dessas produções permite qualificar o debate ao destacar pontos de convergência, avanços alcançados e os desafios persistentes para a ampliação e consolidação do campo de estudos sobre a temática.

Com o objetivo de ilustrar as questões desenvolvidas, torna-se pertinente introduzir um episódio histórico específico, cuja abordagem possibilita tensionar conceitos e evidenciar sua concretização no plano empírico. O fato em questão, situado em determinado contexto histórico, não deve ser compreendido como acontecimento isolado, mas como expressão de dinâmicas sociais, políticas e culturais mais amplas. Examinado à luz da perspectiva teórica adotada, esse episódio contribui para aprofundar a compreensão dos fenômenos discutidos, bem como para explicitar seus limites e potencialidades interpretativas. Dessa forma, a articulação entre teoria e empiria fortalece a consistência analítica da argumentação. Refere-se à experiência da ex-deputada Jô Moraes, narrada no artigo “Por que não nos querem?”, publicado

no livro *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*, configura um testemunho emblemático. Ao rememorar episódios vivenciados ao longo de seus vinte e dois anos de atuação parlamentar, a autora explicita as múltiplas formas de violência política de gênero e a atmosfera de hostilidade que perpassa a presença feminina nos espaços formais de poder:

O assessor que servia o cafezinho levou as xícaras até as cadeiras onde estavam sentados os homens. Parou quando iniciaram as cadeiras onde estávamos eu, a líder do PCdoB, Rosane Ferreira, do PV, e Carmen Zanotto, do Cidadania. Tivemos que chamá-lo. E ele comentou: “A gente serve primeiro os deputados.” Para aquele servidor, as mulheres que estavam ali deveriam ser assessoras. Invisíveis violências. Violências? Alguns dirão que são apenas pequenas indelicadezas. Mas são práticas individuais de uma exclusão coletiva das mulheres em espaços de poder (Moraes, 2022, p.121).

Diante dessas constatações, torna-se necessário recorrer a aportes teóricos que ofereçam sustentação conceitual e metodológica à presente dissertação, de modo a aprofundar a compreensão do problema investigado e a orientar as escolhas analíticas adotadas ao longo do trabalho. Nesse sentido, a pesquisa busca fundamentar-se em contribuições teóricas consolidadas, que permitam não apenas interpretar criticamente os processos históricos e sociais em exame, mas também estruturar a elaboração de uma proposição didática que se apresente como alternativa de trabalho para o Ensino de História, favorecendo práticas pedagógicas comprometidas com a pluralidade, a inclusão e a formação crítica dos estudantes.

A fundamentação teórica deste estudo articula-se às transformações pelas quais passou a disciplina de História e seu Ensino, em diálogo com as críticas à educação bancária formuladas por Paulo Freire (1996) e Circe Bittencourt (2009; 2011). Essa articulação contempla os métodos de ensino, os processos cognitivos desenvolvidos pelos estudantes e a construção da consciência histórica no interior da cultura histórica, incluindo o uso do lúdico em jogos e atividades pedagógicas como recurso formativo.

Paulo Freire (1996) enfatiza a centralidade da curiosidade, da reflexão permanente sobre a prática e do exercício contínuo de autocrítica como fundamentos da formação docente. Para o autor, ensinar e aprender constituem um processo indissociável e dialógico, no qual ambos os sujeitos aprendem e ensinam simultaneamente, uma vez que “ensinar inexiste sem aprender” (Freire, 1996, p. 37). Nessa perspectiva, a educação configura-se como uma construção histórica e social, sustentada pela pesquisa constante do professor e pelo engajamento com as realidades vividas pelos estudantes.

De maneira alinhada, Freire (1996) e hooks (2013) defendem práticas pedagógicas reflexivas, críticas e politicamente comprometidas, capazes de promover a autonomia discente e de valorizar as dimensões éticas, afetivas e emancipadoras da formação humana. Para complementar, Fernando Seffner (2021) acrescenta que o planejamento de aulas sobre gênero e sexualidade deve considerar os marcos institucionais da escola e a porosidade da cultura escolar frente às múltiplas culturas juvenis.

Esses princípios sustentam a proposta desta pesquisa, que compreende o Ensino da História das Mulheres como instrumento de emancipação, de reconstrução simbólica das narrativas históricas e de ampliação do repertório democrático e do sentido de pertencimento dos sujeitos históricos, em consonância com os objetivos de investigar a participação feminina na política brasileira e de oferecer subsídios ao trabalho docente.

A análise da relação entre mulheres e política, especialmente no recorte histórico desta investigação, revela-se como um campo ainda insuficientemente explorado. Embora existam contribuições relevantes em teses, dissertações e artigos, observa-se a carência de análises mais amplas e sistemáticas sobre a atuação das mulheres na política brasileira em diferentes esferas, predominando estudos de caráter local ou regional.

Com o propósito de contribuir para o avanço desse debate e responder aos objetivos propostos, a pesquisa mobiliza uma diversidade de fontes históricas, como jornais, entrevistas e materiais disponíveis em acervos digitais. Ainda que não se proponha a esgotar a problemática, busca-se, por meio da sistematização e análise crítica das produções identificadas, compor um panorama interpretativo sobre a trajetória das mulheres na política no Brasil, considerando suas complexidades e desafios, ao mesmo tempo em que se elabora uma proposição didática voltada à prática pedagógica. Nesse contexto, a escolha do material didático é entendida como uma decisão política e estratégica para a formação discente, uma vez que constitui instrumento de trabalho tanto do professor quanto do aluno (Bittencourt, 2009).

O levantamento realizado no Banco de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e em repositórios institucionais de universidades evidencia a expressiva diversidade da produção acadêmica relacionada às temáticas de gênero e à participação das mulheres na História, abrangendo campos como educação, cultura, saúde e violência. Paralelamente, foram identificados estudos recentes sobre a participação feminina na política brasileira em periódicos e eventos científicos, como os de Silva e Homem (2024), Belisário e Reis (2023) e Panke e Alves (2023), os quais demonstram a vitalidade e a atualidade

do debate no cenário acadêmico nacional.

Complementarmente, o estudo orienta-se pelos referenciais teóricos de Jörn Rüsen (2015), Schmidt, Barca e Rezende (2010) no que se refere à formação da consciência histórica dos estudantes, compreendida como um processo mental indissociável da cultura histórica. Considera-se, ainda, o potencial pedagógico do uso do lúdico, especialmente de jogos e brincadeiras, como estratégia de mediação nesse processo formativo. Nessa perspectiva, o trabalho docente é concebido como uma ação complexa, que exige o domínio de saberes diversos e heterogêneos (Bittencourt, 2009).

Conforme destaca a autora, é o professor quem transforma o saber ensinado em saber aprendido, sendo essa uma ação fundamental no processo de construção do conhecimento, no qual conteúdos, métodos e avaliação se constroem no cotidiano escolar e nas relações entre professores e alunos, constituindo, assim, um saber específico próprio do ofício docente (Bittencourt, 2009, p. 50-51).

Para a identificação das pioneiras da política brasileira, será considerada a participação das mulheres em espaços de poder e decisão, partindo das primeiras mulheres eleitas nos poderes Executivo e Legislativo, a nível municipal, estadual e federal. Pretende-se abordar a História das Mulheres em suas diversas intersecções, considerando não apenas a questão de gênero, mas também fatores como raça, etnia e classe social. A leitura de Joana Maria Pedro (2005) contribui para essa formulação.

A autora propõe reflexões sobre o percurso teórico das categorias “mulher”, “mulheres”, “sexo” e, especialmente, “gênero” da produção historiográfica no artigo “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. Destaca que, embora a categoria “gênero” tenha se difundido amplamente nos títulos de trabalhos acadêmicos, seu uso crítico e analítico permanece limitado: muitos historiadores e historiadoras citam autoras como Joan Scott e Judith Butler, mas poucos se aprofundam nas implicações teóricas de seus trabalhos (Pedro, 2005).

Conforme a perspectiva apresentada, argumenta que o uso da categoria “gênero” na pesquisa histórica não se resume à inserção das mulheres no passado, mas a uma reconfiguração do próprio campo historiográfico. Com base em exemplos de pesquisas brasileiras e internacionais, demonstra como o conceito tem sido produtivo para analisar desde a vida privada até o discurso político e as instituições. Conclui que, ao historicizar as categorias e observar como os discursos produzem o que se entende como masculino e feminino, a História pode contribuir para um mundo menos excludente.

Joana Maria Pedro mostra que o conceito de gênero, inicialmente introduzido para substituir a noção de sexo com base em argumentos culturais e não biológicos, carrega uma trajetória ligada aos movimentos sociais, particularmente os feministas, e que “todo este debate fez ver que não havia a ‘mulher’, mas sim as mais diversas ‘mulheres’, e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras” (Pedro, 2005, p. 82).

O método desta pesquisa baseia-se na identificação de mulheres que desempenharam papéis pioneiros na política brasileira com critérios analíticos definidos para assegurar diversidade e representatividade. Foram selecionadas tanto mulheres que assumiram pela primeira vez cargos eletivos em níveis municipal, estadual ou federal quanto aquelas pertencentes a grupos historicamente marginalizados, incluindo negras, indígenas e trans, contemplando diferentes regiões do país⁷.

Ao reconhecer a multiplicidade de experiências das mulheres negras, indígenas, brancas, trans e cisgêneras, esta pesquisa busca dar visibilidade às diferentes formas de opressão e sub-representação que enfrentam, sem reduzir suas trajetórias a categorias únicas ou padronizadas.

A escolha das mulheres incluídas baseia-se em categorias analíticas previamente delineadas, as quais definem os critérios metodológicos que orientam o processo de análise:

1. Primeiro Cargo Eletivo: identificação da primeira mulher eleita para um cargo específico em nível municipal, estadual ou federal;
2. Identidade Social: inclusão de mulheres pertencentes a grupos historicamente marginalizados, negras, indígenas ou trans;
3. Diversidade geográfica: contemplação de pioneiras provenientes de diferentes regiões do país;
4. Impacto político e social: mulheres cujos mandatos ou ações tiveram relevância histórica, incluindo participação na formulação de políticas públicas significativas e inclusivas;
5. Contexto histórico: consideração da época em que foram eleitas, permitindo reflexão

⁷ Na seleção das mulheres incluídas nesta dissertação, busca-se não as apresentar como exceções à regra, mas evidenciar suas trajetórias, tornando suas histórias visíveis no espaço público, e demonstrar que essas experiências podem inspirar meninas e mulheres a assumir protagonismo em suas próprias vidas, bem como incentivar a ampliação da participação feminina na política, contribuindo para fortalecer a representatividade e promover a equidade de gênero nas esferas sociais e institucionais.

sobre os desafios políticos e sociais de cada período;

6. Representatividade e influência sem cargo eletivo: mulheres que, mesmo não tendo sido eleitas, exerceram impacto relevante na política brasileira como ministras, ativistas, primeiras-damas e outras figuras públicas que contribuíram para a formulação de políticas, decisões estratégicas ou movimentos sociais, bem como aquelas com influência simbólica ou de representação política.

Após a identificação das primeiras mulheres eleitas no Brasil, elaborou-se uma ficha biográfica individual, resultante de pesquisa em fontes variadas, artigos científicos, dissertações, teses, matérias jornalísticas e entrevistas, a fim de reunir dados que permitissem uma análise contextualizada de suas trajetórias políticas e sociais. A seleção das pioneiras pautou-se pela diversidade e representatividade, contemplando mulheres pertencentes a grupos historicamente marginalizados. O estudo articula levantamento documental, atas parlamentares, jornais, arquivos pessoais, fotografias e campanhas eleitorais com uma abordagem biográfico-crítica, que integra a categoria “gênero” a outros marcadores sociais, assegurando uma perspectiva interseccional (Perrot, 1992; Pinto, 2017).

Os referenciais teóricos e metodológicos mobilizados sustentam uma proposta que integra ensino, pesquisa e prática docente. Contribui para o fortalecimento do Ensino da História das Mulheres na Educação Básica, promovendo a formação de sujeitos críticos, conscientes das desigualdades de gênero e engajados na construção de uma sociedade plural e democrática. Colling (2013, p.10) evidencia que incluir mulheres na História não significa apenas representar metade da humanidade, mas democratizar a própria disciplina, reforçando a relevância acadêmica e social deste trabalho.

A proposição didática consiste em uma sequência didática, reunindo propostas de aulas, atividades sobre a presença, participação e as fichas biográficas das pioneiras da política brasileira. Esse material oferecerá subsídios teóricos e práticos para docentes incorporarem a História das Mulheres aos currículos escolares, contribuindo para desconstruir o apagamento histórico e fortalecer a formação crítica dos estudantes, conforme apontam Colling (2013), Santos (1998) e Felizardo (2018). Cada ficha é organizada em aproximadamente uma página, conforme a quantidade de informações disponíveis sobre cada sujeita histórica, e não segue um formato rígido, o que permite flexibilidade na apresentação dos dados. Ademais, são incluídas referências complementares no material, oferecendo aos profissionais interessados recursos adicionais para aprofundamento e estudo mais detalhado de cada trajetória.

Será apresentado, de forma conjunta, um álbum de figurinhas, organizado de acordo com as categorias previamente definidas, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica das e dos estudantes ao favorecer a aproximação com as trajetórias de mulheres pioneiras na política brasileira e estimular a reflexão crítica acerca da presença feminina nos espaços de poder.

Wilson de Oliveira Neto (2022), no artigo “Uma breve história dos álbuns de figurinhas”, apresenta a maneira como as figurinhas foram introduzidas no Brasil, como elas podem apresentar diferentes aspectos históricos da sociedade e que “a febre pelas figurinhas possui uma acentuada dimensão memorial. Completar o álbum da Copa remonta à infância e serve de mote para pensarmos sobre as formas com as quais as pessoas se relacionam com o passado” (Oliveira Neto, 2022, on-line). Incluir a História das Mulheres neste universo, apresenta-se como uma abordagem incentivadora e lúdica para as aulas.

Fundamentada nas reflexões de Michelle Perrot (2005) acerca da visibilidade das mulheres na História e nas proposições de Ana Maria Colling (2020) sobre a ampliação dos sujeitos históricos, a atividade propõe que as e os estudantes preencham o espaço destinado a uma mulher de sua escolha, pertencente à família, à comunidade ou à sociedade em geral. Tal proposta favorece o reconhecimento da diversidade das experiências femininas e promove o exercício ativo da construção da memória histórica.

A fim de complementar, apresenta-se uma contextualização cultural das práticas associadas ao colecionismo de figurinhas, com ênfase nas dinâmicas de troca e no jogo tradicional conhecido como “bafo”. Busca-se explicitar os referenciais culturais e conceituais que fundamentam a elaboração do álbum de figurinhas enquanto produto educacional desta dissertação, contribuindo para a compreensão das escolhas pedagógicas realizadas.

A prática de completar álbuns de figurinhas envolve, para além da aquisição de pacotes, um conjunto de interações sociais que inclui a troca de figurinhas repetidas entre colecionadores. Esses intercâmbios ocorrem em espaços públicos ou em encontros espontâneos, nos quais crianças, adolescentes e adultos negociam cromos com vistas à ampliação e à completude de suas coleções. Tal dinâmica evidencia o caráter cultural do colecionismo, marcado pela sociabilidade, pela cooperação e pelo compartilhamento de regras informais que estruturam essa prática no cotidiano.

Distante da lógica cooperativa das trocas, embora inserida no mesmo universo cultural, a prática conhecida como “jogar bafo com figurinhas” configura-se como um jogo tradicional

de caráter lúdico e competitivo, no qual os participantes apostam em figurinhas. Nessa dinâmica, os cromos são dispostos com a face voltada para baixo e, alternadamente, os jogadores desferem um golpe com a mão com o objetivo de virá-los, passando a possuir aqueles obtidos com sucesso. Trata-se de uma prática marcada pelo risco, pela destreza e pela imprevisibilidade, diferenciando-se das trocas pela possibilidade de perdas e ganhos imediatos.

A coexistência dessas práticas revela a complexidade cultural do colecionismo de figurinhas, no qual se articulam dinâmicas de cooperação, negociação e disputa simbólica. Pesquisas sobre jogos, cultura material e colecionismo indicam que atividades como o bafo, embora amplamente difundidas no cotidiano infantil e juvenil, ainda carecem de investigação sistemática no campo acadêmico, sendo, contudo, reconhecidas como formas significativas de sociabilidade lúdica e de construção de pertencimento em torno de objetos culturais compartilhados (Schmidt, 2022; Veja, 2018; Folha de Londrina, 2018).

Nesse sentido, o artigo “A cultura das figurinhas: as configurações de linguagens do colecionismo no álbum da Copa do Mundo FIFA 2018”, de Anderson Gurgel Campos e Helena Maria Afonso Jacob, oferece contribuição relevante ao analisar o álbum de figurinhas como um texto da cultura. Fundamentados na semiótica da cultura de Iúri Lotman, os autores demonstram que o álbum da Panini ultrapassa sua função lúdica, constituindo-se como dispositivo simbólico, econômico e midiático vinculado às dinâmicas comunicacionais dos megaeventos esportivos. O conceito de “jogo dentro do jogo” evidencia como o colecionismo antecipa, prolonga e intensifica a experiência da Copa do Mundo, criando vínculos afetivos e disputas simbólicas que antecedem o próprio evento.

Inspirada por essas reflexões, bem como pelas discussões de Francisco Schmidt (2022) acerca dos jogos e do colecionismo no campo do patrimônio cultural, esta dissertação adota o álbum de figurinhas como instrumento pedagógico e documental. O material elaborado busca refletir práticas culturais historicamente observadas entre colecionadores, incorporando a lógica da troca e a referência ao bafo como jogo tradicional, compreendido não como prática a ser reproduzida em atividades avaliativas, mas como elemento cultural a ser contextualizado e problematizado no processo educativo. No âmbito do Ensino de História, o uso do álbum de figurinhas possibilita problematizar objetos do cotidiano como fontes históricas e culturais, favorecendo reflexões sobre memória, cultura material e formas de sociabilidade. Ao mobilizar uma linguagem próxima ao universo dos estudantes, o material contribui para o desenvolvimento da consciência histórica e para a valorização de práticas culturais

compartilhadas, reafirmando o compromisso ético e acadêmico da pesquisa, uma vez que todas as figurinhas produzidas se baseiam exclusivamente em elementos de domínio público, sem incidência de direitos autorais.

Destaca-se, que a apropriação do álbum de figurinhas para além de seu uso como instrumento de avaliação constitui uma sugestão pedagógica relevante para o reforço da aprendizagem dos conteúdos trabalhados ao longo da sequência didática. A mobilização do álbum em atividades lúdicas inspiradas em jogos tradicionais, como o bafo, devidamente contextualizado, amplia o envolvimento discente, favorece a retomada dos conhecimentos construídos e contribui para a consolidação dos conteúdos históricos, reafirmando o potencial do álbum como recurso didático que articula ludicidade, sociabilidade e aprendizagem.

Adicionalmente, será disponibilizada uma rubrica de avaliação, acompanhada de orientações para o desenvolvimento das aulas. As rubricas constituem instrumentos de observação de evidências de aprendizagem presentes nos processos e produtos elaborados pelas e pelos estudantes nas práticas avaliativas (Fernandes, 2020). Segundo o autor, para a elaboração da rubrica, é fundamental identificar os critérios de avaliação, estabelecer a ordem de importância de cada um deles e definir os níveis de desempenho que representam qualitativamente o processo ou o produto, considerando uma escala gradativa.

A marginalização das mulheres nos discursos historiográficos e didáticos revela um processo histórico de invisibilização que compromete a pluralidade na produção do conhecimento histórico. Neste contexto, analisa-se a inserção da História das Mulheres no Ensino de História, enfatizando os desafios e os avanços relacionados à construção de abordagens críticas sobre as relações de gênero no ambiente escolar.

Ao longo do capítulo 1, a expressão “silenciamento” remete ao processo ativo e intencional de apagamento, no qual as experiências, contribuições e vozes das mulheres foram deliberadamente excluídas dos registros históricos. O conceito é amplamente discutido em estudos feministas e decoloniais, que evidenciam como a ausência das mulheres na História não é mera omissão, mas sim resultado de estruturas de poder que marginalizam determinados sujeitos históricos. No desenvolvimento do texto, são identificadas as bases históricas do patriarcado, suas consequências para a humanidade, seus reflexos na educação e no Ensino de História.

No capítulo seguinte, discute-se a luta das mulheres pelo direito ao voto no Brasil,

evidenciando os avanços e as resistências enfrentadas ao longo desse processo, especialmente a Violência Política de Gênero. São analisadas as transformações históricas das pautas femininas, com ênfase na atuação das mulheres na política, desde a conquista do sufrágio até os desafios contemporâneos da representatividade. Problematiza-se a permanência das mulheres na política, propondo um debate crítico para o Ensino de História sobre a persistência de barreiras estruturais e culturais que dificultam essa participação.

Por fim, o capítulo 3 apresenta as pioneiras, discute a importância destas memórias, problematizando sua visibilidade histórica, as trajetórias de mulheres que desbravaram espaços na política brasileira, destacando suas resistências e contribuições. Expõe-se a presença feminina nos espaços de poder, considerando tanto aquelas que alcançaram mandatos eletivos quanto aquelas que, apesar de não eleitas, exerceram papéis fundamentais na construção de debates políticos. Encerra-se com a proposição didática.

O uso do termo “pioneiras na política” justifica-se por seu caráter simbólico e histórico ao reconhecer as primeiras mulheres que, após a conquista do voto feminino em 1932, transgrediram fronteiras estruturais e culturais ao adentrar espaços de poder tradicionalmente reservados aos homens. Tal designação não se limita à precedência temporal, mas expressa o potencial transformador dessas trajetórias, marcadas pela resistência às restrições de gênero e pela busca por legitimidade em um contexto de dominação patriarcal.

Conforme observa Michelle Perrot (2005, p. 91), é necessário “entender as proibições e também compreender a força das resistências e a maneira de contorná-las ou de subvertê-las”, o que demonstra que a história das mulheres não se reduz à marginalidade, mas se constrói pela ação política e pela contestação das normas sociais.

Sob essa perspectiva, o reconhecimento das pioneiras na política brasileira representa um gesto de reparação simbólica e historiográfica, que evidencia as estratégias de enfrentamento utilizadas por mulheres que desafiaram os papéis impostos e contribuíram para redefinir as fronteiras da cidadania e da representatividade feminina.

Em consonância com essa abordagem, Margareth Rago (2023) ressalta que o feminismo introduziu novos modos de compreender a produção do conhecimento ao evidenciar as relações de poder subjacentes às práticas científicas e sociais, valorizando as experiências e saberes historicamente silenciados.

Essa inflexão epistemológica possibilitou repensar as narrativas históricas, abrindo

espaço para a inserção de vozes femininas e para a reconstrução crítica do passado. De forma convergente, Maria Izilda de Matos (2000) aponta que a historiografia das mulheres promoveu uma redefinição do conceito de político, deslocando-o da esfera institucional para o âmbito do cotidiano, o que permitiu reconhecer formas de atuação feminina até então invisibilizadas.

Diante desse quadro, o termo “pioneiras na política” adquire densidade interpretativa e analítica ao designar mulheres cujas trajetórias inauguraram práticas de resistência e participação, ampliando os limites da cidadania e contribuindo para a democratização do espaço público no Brasil. Tais experiências consolidam-se como marcos fundamentais na luta pela igualdade de gênero e na promoção de transformações sociais de longo alcance.

A proposta desta dissertação encontra respaldo, entre outros fundamentos, na promulgação da Lei nº 14.986/2024, que se configura como uma das principais justificativas para o desenvolvimento da pesquisa, na medida em que se insere no movimento de enfrentamento do silenciamento histórico das mulheres e da marginalização de suas experiências na historiografia e no Ensino de História. Ao reconhecer a urgência de tornar visíveis as trajetórias, lutas e contribuições femininas, tanto a legislação quanto o presente estudo convergem na defesa de práticas pedagógicas que analisem criticamente as desigualdades de gênero e ampliem as narrativas históricas trabalhadas na educação básica.

Nesse contexto, a Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, ao alterar dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), estabelece a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relativos à participação e às contribuições das mulheres nos processos históricos nos currículos do Ensino Fundamental e Médio. Além disso, institui a “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História” no âmbito das escolas de educação básica em todo o território nacional, reafirmando, em termos normativos, a importância de abordagens pedagógicas fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas e fortalecendo o compromisso institucional com a ampliação da visibilidade das mulheres na educação histórica escolar.

A promulgação dessa legislação, contudo, não garante, por si só, a transformação das práticas pedagógicas e dos currículos escolares, tornando imprescindível a discussão sobre sua efetiva aplicação no cotidiano educacional. A incorporação da História das Mulheres e das perspectivas femininas exige não apenas o cumprimento formal da norma, mas também o engajamento das instituições de ensino, a formação continuada dos professores e a disponibilização de materiais didáticos adequados, capazes de subsidiar abordagens críticas e

historicamente fundamentadas.

A implementação da lei apresenta-se como um desafio pedagógico e político, pois exige a revisão de conteúdos historicamente naturalizados, o enfrentamento de resistências culturais e o fortalecimento de uma educação comprometida com a igualdade de gênero e com a ampliação das narrativas históricas desenvolvidas no espaço escolar. Nesse sentido, a presente pesquisa insere-se como uma contribuição teórico-metodológica voltada ao enfrentamento desses desafios ao propor alternativas concretas para o trabalho docente no Ensino de História.

À luz dessa constatação, torna-se necessário recorrer às contribuições de Segat, Vieira e Caetano (2025), que desenvolvem uma leitura crítica da legislação no artigo “Basta falar de mulheres? A Lei 14.986/24 sob uma ótica feminista decolonial”, no qual problematizam a interpretação imediata da norma como um avanço progressista no campo educacional. As autoras e o autor sustentam que a aprovação da lei só pode ser compreendida à luz do contexto neoliberal e neoconservador que caracteriza o cenário político brasileiro contemporâneo, o que impõe limites concretos ao seu potencial transformador e exige cautela quanto aos seus efeitos práticos.

A abordagem proposta tem início na reconstrução do percurso legislativo que culminou na promulgação da Lei nº 14.986/2024, situando-a em relação a legislações anteriores, como a Lei Maria da Penha e a Lei nº 14.164/2021, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente em março, com o objetivo de promover a conscientização, a formação cidadã e o respeito aos direitos humanos.

Assim, reforça o papel da escola na prevenção de desigualdades de gênero e da violência. Embora todas façam referência à educação como espaço estratégico para a promoção da igualdade, o exame comparativo evidencia diferenças substantivas no vocabulário empregado e nas concepções de gênero mobilizadas, sendo perceptível um progressivo esvaziamento da abordagem interseccional presente na legislação de 2006.

A tramitação da Lei nº 14.986/2024 revela que sua aprovação foi atravessada por disputas políticas e negociações institucionais que envolveram distintos atores e espectros partidários. Conforme analisam as autoras e o autor, o projeto percorreu diversas comissões da Câmara dos Deputados, sob relatorias vinculadas a partidos ideologicamente heterogêneos, até alcançar o Senado Federal, onde também obteve ampla aprovação. Esse percurso indica que a redação final da lei resultou de acomodações políticas que possibilitaram a convergência de

interesses diversos.

A expressiva adesão parlamentar ao projeto, inclusive entre senadores e senadoras pertencentes a partidos de direita e centro-direita, sugere que a sanção da lei não decorreu exclusivamente de um consenso em torno de uma agenda feminista. As autoras e o autor argumentam que tal adesão foi viabilizada por um processo de moderação discursiva, no qual categorias historicamente associadas aos estudos de gênero e ao feminismo foram substituídas por formulações menos confrontacionais, tornando o texto legislativo compatível com distintas posições ideológicas (Segat; Vieira; Caetano, 2025).

No plano teórico-político, o estudo sustenta que as legislações mais recentes voltadas às mulheres se inserem em um cenário de fortalecimento da articulação entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Tal articulação manifesta-se, sobretudo, na naturalização das desigualdades sociais e na reafirmação da família cisheteropatriarcal como eixo organizador da vida social, deslocando a educação de um espaço potencialmente emancipatório para um instrumento de regulação moral, política e econômica.

Ao discutirem a presença das mulheres nos currículos escolares, as autoras e o autor afirmam que não se trata de uma ausência absoluta, mas de uma inserção marcada pela marginalidade e pela fragmentação. As mulheres aparecem, com frequência, subordinadas a uma narrativa histórica e científica centrada no masculino, sendo apresentadas de forma episódica, em quadros laterais ou atividades complementares, o que não rompe com a lógica estrutural que institui o homem branco como sujeito universal do conhecimento.

A leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprofunda essa crítica ao evidenciar que as menções às mulheres são escassas, desiguais entre os componentes curriculares e distribuídas de maneira irregular ao longo dos períodos históricos. Nesse sentido, as autoras e o autor questionam se a Lei nº 14.986/2024, ao enfatizar a inclusão de perspectivas femininas, não incorre no risco de reforçar um modelo aditivo de currículo, ampliando a visibilidade sem promover uma revisão efetiva de suas bases epistemológicas.

É nesse contexto que o artigo mobiliza contribuições dos feminismos negro, latino-americano, pós-colonial e decolonial, dialogando com autoras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, bell hooks, María Lugones e Ochy Curiel. A partir desses referenciais, evidencia-se que a categoria “mulher”, quando utilizada de forma universalizante, tende a assumir como parâmetro experiências brancas, cisgênero e de classes médias, invisibilizando trajetórias atravessadas pela raça, pela colonialidade, pela classe e pela sexualidade.

A noção de interseccionalidade ocupa lugar central nessa reflexão ao possibilitar a compreensão de como gênero, raça, classe e sexualidade operam de forma articulada na produção das desigualdades sociais. As autoras e o autor argumentam que políticas públicas que desconsideram essas articulações tendem a reproduzir hierarquias coloniais, mesmo quando se apresentam sob a retórica da igualdade, limitando-se à incorporação seletiva de algumas mulheres à ordem dominante.

Ainda a interculturalidade é apresentada como chave analítica e política, especialmente a partir da distinção entre interculturalidade funcional e interculturalidade crítica, conforme formulada por Catherine Walsh. As autoras e o autor sustentam que a Lei nº 14.986/2024 se aproxima majoritariamente de uma interculturalidade funcional ao reconhecer a diversidade sem confrontar de forma efetiva as estruturas de poder que produzem as desigualdades, o que a torna compatível com a racionalidade neoliberal (Segat; Vieira; Caetano, 2025).

Alinhando-se às preocupações teóricas e metodológicas das autoras e do autor, a presente dissertação se justifica como instrumento acadêmico e político voltado à análise crítica e à efetivação da Lei nº 14.986/2024 no campo educacional. Ao articular os aportes dos feminismos decoloniais com a historiografia das mulheres e com o Ensino de História, busca compreender, de maneira situada, de que modo essa legislação é apropriada, reinterpretada ou esvaziada nas práticas curriculares concretas. É no cotidiano do ensino de História, entre conteúdos selecionados, abordagens pedagógicas e ausências persistentes, que se revela se a Lei nº 14.986/2024 operará como instrumento de transformação curricular ou como mais uma política de inclusão formal sem ruptura epistemológica.

Embora essas considerações sejam relevantes, o contexto em apreciação aponta para avanços, amplia possibilidades e poderá contribuir para impulsionar tanto o meio acadêmico quanto o escolar a se adequarem à nova legislação. De acordo com a historiadora Ana Maria Colling: “incluir as mulheres no processo histórico e nos currículos de história, não significa apenas incluir a metade da humanidade, mas democratizar a história” (Colling, 2013, p. 10).

É pertinente mencionar que a construção da BNCC de História foi marcada por disputas políticas, epistemológicas e narrativas, evidenciando que o currículo é um campo de embates entre diferentes projetos de sociedade (Silva, 2018; Cerri e Costa, 2021).

Apesar das tentativas de omissão de temas como gênero e diversidade, a BNCC assegura o estudo sobre mulheres no 9º ano, assim como o CREP Paraná inclui o ensino das conquistas femininas, especificamente na unidade temática “O nascimento da República no Brasil e os

processos históricos até a metade do século XX”, e no objeto de conhecimento “anarquismo e protagonismo feminino” (Brasil, 2018, p. 428), evidenciando avanços na visibilidade de sujeitos historicamente silenciados e fortalecendo a possibilidade de um ensino crítico e inclusivo.

Em decorrência dessa leitura crítica, identifica-se uma possibilidade concreta de abordar biografias no Ensino de História, especialmente à luz das exigências previstas na legislação educacional vigente. Longe de constituir um recurso meramente ilustrativo, a perspectiva biográfica mostra-se pertinente ao favorecer a articulação entre trajetórias individuais e processos históricos mais amplos. A legislação não apenas respalda, como também incentiva práticas pedagógicas que valorizam sujeitos historicamente marginalizados. Desse modo, o trabalho com biografias revela-se compatível com os marcos normativos e com os objetivos formativos da educação histórica. Trata-se, portanto, de uma estratégia metodológica consistente e academicamente justificada.

Nessa perspectiva, a reflexão metodológica apresentada por Michele Cardoso, no artigo “Biografia e temporalidades: prática historiográfica e o ensino de história”, compreende a biografia como prática historiográfica capaz de evidenciar múltiplas temporalidades e contextos que atravessam trajetórias individuais. No âmbito do Ensino da História das Mulheres, essa abordagem se mostra particularmente relevante, pois rompe com narrativas lineares e moralizantes que frequentemente reduzem experiências femininas a modelos exemplares ou excepcionais. Ao situar as ações das mulheres em seus contextos históricos, sociais e políticos, a escrita biográfica contribui para problematizar silenciamentos e hierarquizações de gênero presentes na produção e transmissão do conhecimento histórico (Cardoso, 2021).

No campo pedagógico, a autora enfatiza que o uso da biografia deve ir além de sua função ilustrativa, assumindo caráter metodológico e inserindo os/as estudantes nos procedimentos da pesquisa histórica. Aplicada ao ensino da História das Mulheres, essa perspectiva favorece o envolvimento dos/as discentes na investigação de trajetórias pouco visibilizadas, exigindo levantamento, análise crítica e cruzamento de fontes diversas. Esse processo aproxima os estudantes das práticas da historiografia e estimula reflexões sobre os critérios utilizados para selecionar e narrar fatos históricos. Ao lidar com lacunas documentais e com a impossibilidade de narrar uma vida em sua totalidade, as e os estudantes passam a compreender os limites da escrita histórica, reconhecendo o caráter situado e interpretativo das narrativas biográficas. Incentivar a produção de biografias de mulheres historicamente

invisibilizadas amplia o repertório de sujeitos presentes no currículo escolar e tensiona narrativas consagradas nos livros didáticos. A escrita biográfica, orientada por critérios historiográficos, possibilita questionar escolhas narrativas que sustentam o apagamento das mulheres na História.

Dessa forma, o Ensino da História das Mulheres, mediado pela biografia, promove aprendizagem crítica, articulando gênero, temporalidade e produção do saber histórico. Além disso, fortalece o protagonismo discente e reforça o compromisso com a justiça social ao incentivar reflexões sobre desigualdades de gênero e os processos que moldam a escrita da História (Cardoso, 2021).

Em síntese, incorporar a biografia como recurso metodológico no ensino permite problematizar silenciamentos históricos, ampliar o repertório de sujeitos abordados e tensionar narrativas tradicionais do currículo escolar. Ao articular rigor historiográfico, reflexão crítica e protagonismo discente, essa abordagem contribui para uma aprendizagem histórica comprometida com a equidade de gênero, formando sujeitos capazes de compreender a História como campo de disputas, interpretações e escolhas.

Silva (2010) e Pinsky (2010) fundamentam a opção pelo uso de biografias, sendo um ponto de partida para discutir o papel das mulheres em diferentes momentos e contextos, proporcionando uma visão mais plural e inclusiva. A abordagem biográfica permite articular trajetórias individuais e estruturas históricas, questionando narrativas hegemônicas e ampliando a compreensão do papel das mulheres em diferentes contextos. De acordo com Pinsky (2010), as biografias constituem um recurso pedagógico que permite aproximar os estudantes das trajetórias históricas das mulheres, promovendo maior identificação com o passado histórico. A utilização de biografias no ensino e a análise de documentos históricos a partir de uma perspectiva feminista contribuem para a construção de um conhecimento histórico crítico e reflexivo. As narrativas biográficas humanizam a História, evidenciam lutas femininas por direitos, participação em movimentos sociais e contribuições em política, ciência e cultura, reforçando o protagonismo feminino e desconstruindo a ideia de passividade histórica (Silva, 2009, Silva e Silva 2010; Pinsky, 2010).

A intenção não é a de desenterrar a velha História dos “grandes homens”, aplicando esta lógica às mulheres. Pelo contrário, trata-se de somar à História Social e Cultural, ou seja, estrutural, como em geral é trabalhada no Brasil, as biografias de personagens comuns e também de líderes e artistas que atuem como representações de seus períodos históricos (Silva e Silva,

2010, p. 17).

A utilização de biografias de mulheres pioneiras e lideranças, que assumiram cargos eletivos ou exerceram impacto político relevante mesmo sem ocupá-los, constitui um recurso pedagógico com potencial transformador, capaz de fortalecer a construção de consciência crítica e a valorização da diversidade de experiências femininas (Perrot, 1992; Rago, 2023).

1. O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA DAS MULHERES

A presente seção tem como objetivo apresentar, em linhas gerais, os fundamentos dos processos históricos que conduziram à exclusão das mulheres da narrativa histórica, bem como os principais marcos de conquista e de visibilidade alcançados ao longo do tempo. Busca-se, ainda, discutir alternativas de abordagem a serem desenvolvidas em sala de aula acerca das questões de gênero, dos desafios e das possibilidades para o Ensino da História das Mulheres, com especial atenção à temática da representação política.

Ao incorporar às práticas pedagógicas reflexões sobre a participação feminina em diferentes períodos e contextos sociais, o Ensino de História não apenas amplia o repertório das e dos estudantes, mas também contribui para a construção de uma formação mais crítica, democrática e igualitária. Dessa forma, propõe-se evidenciar a relevância dessa temática, destacando seus desafios, avanços e potencialidades para o ensino.

Para o desenvolvimento dessas discussões, o capítulo organiza-se em eixos complementares. Inicialmente, a seção “Silenciamento: exclusão das Mulheres da História” problematiza os processos históricos e epistemológicos que produziram a marginalização das mulheres na construção do conhecimento histórico. Em seguida, a seção “Da invisibilidade à presença: conquista de lugar no Ensino de História” analisa os avanços na incorporação das mulheres como sujeitas históricas no campo educacional. Na subsequente “Desafios e possibilidades para ensinar História das Mulheres”, discutem-se os obstáculos enfrentados na prática pedagógica e as estratégias possíveis para sua superação. Por fim, em “Perspectivas críticas sobre gênero na sala de aula”, são abordadas as contribuições teóricas e metodológicas que fundamentam uma abordagem crítica e emancipatória do ensino voltada à problematização das relações de gênero.

1.1 Silenciamento: exclusão das mulheres da História

Apesar dos avanços a respeito da História das Mulheres, ainda existem lacunas significativas no entendimento do tema, particularmente em relação à representatividade política. Uma compreensão mais profunda a respeito das razões desta insuficiência poderá ser obtida a partir das bases deste silenciamento. Para tanto, Simone de Beauvoir (1970) e Gerda Lerner (2019) apresentam contribuições essenciais no aprofundamento do entendimento desta ausência a partir das investigações e reflexões desenvolvidas acerca das raízes da exclusão das mulheres nas narrativas históricas.

É pertinente ressaltar que Beauvoir esteve entre as precursoras no estudo das mulheres, inaugurando as bases para futuras investigações. Em *O Segundo Sexo*, livro publicado em 1949 e dividido nos volumes “Fatos e Mitos” e “A Experiência Vivida”, a autora examina os fundamentos da opressão das mulheres e oferece uma crítica contundente às concepções tradicionais. No primeiro volume, “Fatos e Mitos”, Beauvoir rejeita explicações biológicas, psicanalíticas e materialistas que reduzem a mulher ao corpo ou a abstrações econômicas. A autora argumenta que a condição feminina é historicamente construída, sendo resultado de um processo de dominação masculina que transforma a mulher em objeto e nega sua subjetividade. Em sua análise, desconstrói mitos criados ao longo da história para justificar a opressão das mulheres, incluindo os discursos religiosos, filosóficos e científicos que perpetuam a desigualdade.

A autora argumenta que a opressão feminina não é destino, mas uma construção social e histórica, destacando o papel das estruturas de poder e apresentando uma das frases mais célebres, frequentemente relatada, analisada e amplamente selecionada, a qual sintetiza de maneira exemplar suas principais ideias e teorias: “não se nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1970, p. 9).

Tal abordagem contribuiu significativamente para sua notoriedade não apenas no campo de estudos das mulheres, mas também para condensar suas reflexões sobre o feminismo, evidenciando a emancipação feminina através da liberdade das mulheres e da capacidade de transcender as condições que as aprisionam, como a dependência econômica, as normas culturais e a internalização da inferioridade. Ao introduzir essa frase, não apenas sintetiza sua perspectiva teórica, mas também oferece uma chave interpretativa para compreender a totalidade de seu pensamento (Beauvoir, 1970).

A partir da categoria existencialista de “Outro”, Beauvoir (1970, p. 13) evidencia que as mulheres foram historicamente definidas em relação aos homens, sendo relegadas a uma condição de alteridade na qual o homem é concebido como o Sujeito, o Absoluto, enquanto a mulher é reduzida à posição de Outro.

Beauvoir argumenta que a ausência de independência econômica e social impediu as mulheres de se afirmarem como agentes históricos. Conclui que, por não disporem de meios concretos para se constituírem como um grupo coeso capaz de se afirmar em oposição ao homem, permanecem dispersas entre eles. A autora articula fatores econômicos, sociais e culturais para explicar a persistência histórica da opressão e a naturalização das desigualdades

entre gêneros.

Vale destacar a análise que Simone de Beauvoir produz a respeito do materialismo histórico. Ela avança examinando as contribuições e limitações dessa perspectiva teórica para compreender a condição feminina. Fundamentando-se no marxismo, a autora reconhece a relevância do materialismo histórico em destacar a relação entre estruturas econômicas e opressão, mas critica suas insuficiências ao abordar questões existenciais e subjetivas que ultrapassam o campo econômico.

A análise crítica de Beauvoir aponta falhas no tratamento dado por Friedrich Engels à opressão feminina, em especial sua visão sobre a propriedade privada como origem da subjugação das mulheres, ao ignorar aspectos fundamentais dos ser humano, reduzindo-o a uma abstração econômica. Segundo a autora, a teoria hegeliana "permanece superficial, e as verdades que descobre parecem-nos contingentes", dado que não investiga suficientemente a origem dos interesses que sustentam as instituições sociais (Beauvoir, 1970 p. 75). Nos argumentos apresentados, é possível notar uma perspectiva compartilhada em abordagens sobre o tema desenvolvidos por Gerda Lerner (2019) na obra *A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*.

Outro ponto significativo da crítica de Beauvoir é a incapacidade do materialismo histórico de reconhecer as particularidades da experiência feminina. Destaca que, embora a opressão das mulheres esteja vinculada às condições materiais, é preciso considerar sua "situação singular" como reprodutora e parceira sexual. Postula que "o materialismo histórico só vê no homem e na mulher entidades econômicas" e, portanto, falha ao não captar a complexidade existencial da condição feminina (Beauvoir, 1970, p. 79).

Beauvoir (1970) reconhece, entretanto, que o materialismo histórico oferece contribuições valiosas ao estabelecer conexões entre o desenvolvimento técnico e a subjugação das mulheres. Enfatiza que "para descobrir a mulher, não recusaremos certas contribuições da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico, mas consideramos que o corpo, a vida sexual e as técnicas só existem concretamente para o homem na medida em que os apreende dentro da perspectiva global de sua existência" (Beauvoir, 1970, p. 80).

A investigação interdisciplinar da autora integra Filosofia, História, Biologia, Literatura e Sociologia, tornando o livro uma referência fundamental nos estudos de gênero. Sua crítica à naturalização da desigualdade, sua defesa da liberdade e da autonomia feminina continuam influenciando o pensamento feminista e as lutas por igualdade.

Sob essa perspectiva, Gerda Lerner afirma que “a falta de conhecimento das mulheres sobre a própria história de luta e conquistas é um dos principais meios de nos manter subordinadas” (Lerner, 2019, p. 277). Em *A criação do patriarcado*, conclui que, desde a invenção da escrita na Antiga Mesopotâmia, a história foi registrada e interpretada predominantemente por homens, ignorando as contribuições femininas e perpetuando sua exclusão das esferas de poder e do simbolismo cultural. As formulações das autoras Beauvoir e Lerner são complementares e fundamentais para entender a História das Mulheres e os mecanismos de seu silenciamento ao longo do tempo. Seus trabalhos dialogam ao evidenciar as múltiplas formas de exclusão e resistência, contribuindo para uma visão mais ampla e crítica sobre o papel das mulheres na história.

Gerda Lerner (2019) apresenta uma análise pertinente sobre o que é a História e a maneira que sua escrita se desenvolve, na obra *A criação do patriarcado* ao ressaltar o fato de as mulheres serem metade e às vezes mais da metade da humanidade e sempre compartilharam o mundo e o trabalho como os homens. No entanto, existe uma diferença entre o que foi registrado e os fatos que não foram nem registrados e interpretados ao longo do tempo, excluindo a participação das mulheres do processo (Lerner, 2019, p. 28).

O trabalho da autora complementa as reflexões previamente elaboradas por Simone de Beauvoir e aprofunda a discussão do ponto de vista histórico. Embasada em uma diversidade de estudos, inclusive de antropólogas feministas, demonstra como a explicação tradicional a respeito de uma superioridade masculina, especialmente em sociedades de caçadores-coletores, não se sustenta, considerando que a atividade de coleta era tão importante para a sobrevivência do grupo quanto a da caça, uma complementada pela outra, derrubando a ideia de supremacia que será instituída a partir das transformações sociais, econômicas e culturais que a humanidade percorreu ao longo dos últimos milênios.

Lerner sustenta que as alterações no ciclo da vida e a significativa redução da mortalidade infantil tornaram desnecessárias, para a população moderna, qualidades que foram essenciais à sobrevivência humana em contextos históricos anteriores. A autora, assim, questiona interpretações tradicionalistas que, ao aceitarem a libertação dos homens das imposições biológicas, “esperam que as mulheres tenham os mesmos papéis que eram funcionais e essenciais à espécie no Período Neolítico” (Lerner, 2019, p. 47).

Lerner aborda a construção histórica do sistema patriarcal, enfatizando sua historicidade e rejeitando interpretações que o consideram natural ou imutável. Lerner argumenta que, para

compreender as raízes e a consolidação do patriarcado, é necessário adotar uma abordagem interdisciplinar e comparativa que leve em conta aspectos econômicos, sociais, religiosos e simbólicos. Problematizando a naturalização do patriarcado ao longo da história e destacando como explicações androcêntricas⁸, nesta dissertação o entendimento do conceito será pautado por Gerda Lerner (2019) ao demonstrar que os homens dominaram as interpretações históricas e neste ponto fundamental, questiona a universalidade e inevitabilidade do sistema de dominação masculina, propondo que ele seja fruto de processos históricos específicos. A autora utiliza exemplos de mudanças nas estruturas sociais e religiosas do Antigo Oriente Próximo para ilustrar como o patriarcado se consolidou ao longo de milênios por meio de alterações nas relações de parentesco, no controle da reprodução e na simbologia divina.

Argumenta que, nas primeiras organizações sociais humanas, a divisão sexual do trabalho teve origem em fatores ligados às funções reprodutivas, os quais determinaram a distribuição diferenciada das atividades entre homens e mulheres. O fato biológico foi transformado em cultural no decorrer do tempo, contribuindo para a dominação masculina. Essa visão ampla permite uma análise mais nuançada das relações de gênero ao longo do tempo.

A partir do advento da agricultura, as mulheres passaram a ser submetidas a formas de exploração e dominação, com a finalidade de aumentar a quantidade de filhos, incorporados como força de trabalho destinada à ampliação da produção e à acumulação de bens. Lerner afirma que, em sociedades mesopotâmicas, no segundo milênio antes de Cristo, as meninas de famílias mais pobres eram comercializadas para casamentos, noivados, prostituição ou pagamento de dívidas de jogos: “o primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada [...] do homem foi ser aquele que executava a troca ou definia os termos das trocas” (Lerner, 2019, p. 263).

Ademais, a partir da divisão sexual do trabalho, a dominação masculina é estabelecida a partir da troca de mulheres e do processo de desenvolvimento da escravização, pois “a opressão de mulheres precede a escravidão e a torna possível” (Lerner, 2019, p. 112). No entanto, Lerner não deixa de apontar as lacunas na historiografia. A ausência de uma história sistemática das mulheres e a predominância de modelos explicativos excludentes são obstáculos que, segundo a autora, precisam ser superados para avançar na compreensão do patriarcado.

⁸ Relacionada a uma perspectiva ou visão de mundo centrada no homem na qual a masculinidade é vista como a norma e o padrão, muitas vezes, desvalorizando ou ignorando experiências e perspectivas femininas. Ver Lerner (2019) quando discute as bases do patriarcado na obra *A criação do patriarcado*, especialmente no capítulo onze, p. 216 a 280.

Essa crítica é pertinente e ainda ressoa nas discussões acadêmicas atuais, reforçando a relevância da pesquisa.

A obra apresenta contribuição para os estudos feministas e para a historiografia ao analisar sob uma perspectiva histórica o patriarcado, desconstruindo sua naturalização. Lerner (2019) oferece um modelo teórico robusto, que combina análise crítica e interdisciplinaridade, além de abrir caminho para futuras investigações sobre a participação ativa das mulheres na história, tanto como agentes quanto como sujeitas da opressão. Ao investigar as razões históricas para a longa subordinação das mulheres, acrescenta a "cumplicidade histórica" em preservar o patriarcado, transmitindo-o às gerações futuras.

Fundamentada em análises elaboradas por múltiplas pesquisas, investigações e pensadores, entre os quais Sigmund Freud, Friedrich Engels e Lévi Strauss, em algumas questões concordando, em outras apresentando discordâncias, Gerda Lerner (2019) argumenta que a relação de dominação das mulheres se forma com estabelecimento da ideia de propriedade privada a partir da revolução urbana do Neolítico.

Por outro lado, observa-se a falta de detalhamento sobre certas sociedades matriarcais ou igualitárias mencionadas como alternativas históricas. Além disso, sua dependência de fontes secundárias para certas regiões e períodos pode limitar a profundidade da análise.

A autora argumenta, com base em Orlando Patterson, que as práticas de escravização surgiram como alternativa à eliminação física, priorizando o isolamento e, posteriormente, a desonra dos indivíduos escravizados. Inicialmente, tais estratégias foram aplicadas às mulheres, que se submetiam visando à proteção de seus filhos. Em muitos casos, essa submissão ocorria quando não havia gestação resultante de violência sexual ou exploração do corpo feminino. Além disso, o isolamento e o sofrimento intensificam a sensação de domínio exercida pelos capturadores (Gerda Lerner, 2019, p. 114).

Portanto, com a formação das cidades-estados, guerras e dominação, surge a família patriarcal, pautada no controle e domínio, com a mulher transformada em propriedade do homem, o qual controla a família, os filhos, têm o poder de vender as filhas e de transferência das terras e das mulheres, tratadas como minoria, apesar se serem maioria. Acrescente-se:

A questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa do seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido. As mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade. Como esse processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos logo ver que a marginalização das mulheres

nesse esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada (Lerner, 2019, p. 29).

Nesse contexto, é importante destacar Joan Scott (1990). A autora introduz uma nova perspectiva ao propor uma categoria inédita para a análise histórica e institui gênero como uma ferramenta analítica essencial para compreender as relações sociais e as dinâmicas de poder ao longo da história no artigo “Gênero: Uma categoria útil para análise histórica”. O texto original é de 1989.

Scott propõe que o gênero transcende o entendimento biológico, destacando sua construção social e simbólica como elemento estruturante das relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos: "O gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si" (Scott, 1990, p. 23).

Para ampliar a compreensão, é importante frisar que as reflexões de Gerda Lerner (2019) e de Joan Scott (1990) apresentam uma proximidade significativa em suas abordagens, especialmente no que diz respeito a gênero. Cada autora enfatiza aspectos distintos que enriquecem a discussão de maneira complementar. Suas opiniões convergem em pontos essenciais, demonstrando concordância em relação à construção social da dominação masculina.

Joan Scott fundamenta o conceito de gênero em quatro níveis inter-relacionados: símbolos culturais, conceitos normativos, instituições e organizações sociais e identidades subjetivas. Um ponto central do texto é a crítica ao essencialismo biológico, que frequentemente limita a análise das relações de gênero. Scott enfatiza que "o gênero é [...] uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres" (Scott, 1990, p. 7). A autora argumenta pela desconstrução das oposições binárias e hierarquias implícitas que reforçam desigualdades, destacando a importância de analisar gênero em sua relação com classe e raça.

Outro aspecto relevante é a interseção entre gênero e poder político. Scott (1990) analisa como, historicamente, o gênero foi utilizado para legitimar estruturas de poder e exclusão. Ela exemplifica como regimes autoritários consolidaram sua autoridade associando símbolos de masculinidade à força e à ordem, ao passo que fizeram prevalecer ao feminino a fraqueza e a submissão (Scott, 1990, p. 26).

Além disso, a autora explora as implicações do gênero na análise histórica ao criticar abordagens meramente descritivas que mantêm as categorias de masculino e feminino como fixas e universais. Nesse sentido, aponta que “a nova história abrirá possibilidades para a

reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico)” (Scott, 1990, p. 29), sinalizando a necessidade de integrar perspectivas críticas e interseccionais à historiografia.

Não obstante, convém salientar que, embora o tema não seja objeto desta pesquisa, é relevante mencioná-lo, dado a sua importância no contexto da discussão. Trata-se da contribuição de Oyèrónke Oyěwùmí, cientista social, teórica e feminista nigeriana, que apresenta outro olhar sobre o conceito de gênero através do livro *A invenção das mulheres*, no qual defende que gênero como construção teórica e ideológica ocidentais não se repetem na cultura ioruba: “usar as teorias de gênero ocidentais para interpretar outras sociedades sem recorrer a suas próprias cosmopercepções impõe a elas um modelo ocidental” (Oyěwùmí, 2021, p. 212).

Oyěwùmí, no livro *A invenção das mulheres*, apresenta uma profunda crítica às teorias ocidentais sobre o corpo e o gênero, ressaltando como essas construções se distanciam das cosmologias africanas, especialmente no contexto iorubá. A autora desafia a universalidade das noções de gênero e hierarquias corporais que sustentam as práticas coloniais argumentando que estas são enraizadas em um paradigma visual e biológico específico da cultura ocidental.

Do mesmo modo, a autora demonstra que, no contexto da cultura iorubá pré-colonial, a constituição das identidades não se fundamentava em distinções anatômicas, mas na posição social e nos papéis exercidos pelos sujeitos. Ao contrário da visão ocidental, que essencializa o corpo como determinante da identidade e da posição social, o sistema iorubá atribui significados baseados em contextos e linhagens, ignorando a anatomia como fator hierarquizante.

Esse contraste ilustra a imposição colonial de categorias de gênero como uma forma de reestruturar as sociedades africanas segundo uma lógica patriarcal e racializada: "Na sociedade iorubá pré-britânica, as anafêmeas, como os anamachos, tinham múltiplas identidades que não eram baseadas em sua anatomia. A criação de ‘mulheres’ como categoria foi uma das primeiras realizações do Estado colonial." (Oyěwùmí, 2021, p.189). Oyěwùmí também condena o reducionismo biológico das teorias ocidentais, que frequentemente vinculam poder e identidade a marcadores visuais do corpo, como cor da pele e gênero. Essa abordagem é contrastada com a fluidez do sistema iorubá, em que categorias como "homem" e "mulher" emergem apenas no contato com a colonialidade ocidental: “As categorias de raça e gênero emanam obviamente da preocupação na cultura ocidental com os aspectos visuais e, portanto, físicos da realidade humana. Ambas as categorias são uma consequência biológica da cultura ocidental” (Oyěwùmí,

2021, p.186).

A autora acredita que, ao introduzir hierarquias que reestruturaram os papéis sociais, marginalizaram as mulheres africanas duplamente, como colonizadas e, assim, como mulheres. A crítica de Oyěwùmí é perspicaz ao revelar a colonialidade do poder e o impacto da biologia como ferramenta epistemológica de controle, e sua obra é uma contribuição indispensável para os debates sobre gênero, colonialismo e epistemologias do Sul, além de apresentar um olhar diferenciado a respeito dos conceitos analisados neste trabalho. Recorre-se a Heleieth Saffioti, tomando como referência a obra *Gênero, patriarcado, violência*, publicada em 2015, para a compreensão e problematização a respeito do uso da palavra “gênero”, uma vez que suas reflexões teóricas contribuem de forma significativa para tensionar paradigmas estabelecidos e ampliar o horizonte analítico da presente pesquisa. A autora manifesta discordância em relação à abordagem de Joan Scott (1990) a respeito do conceito de gênero, sobretudo no que tange à sua dimensão analítica e histórica.

Na obra *Gênero, Patriarcado, Violência*, Heleieth Saffioti desenvolve uma análise aprofundada do conceito de gênero, compreendendo-o como uma categoria histórica complexa e multifacetada. A autora argumenta que o gênero não se restringe a uma categoria analítica, embora seja útil nesse sentido, mas constitui também uma construção histórica que requer significativo investimento intelectual para sua investigação. Saffioti apresenta diferentes abordagens teóricas que concebem o gênero de maneiras diversas: como aparelho semiótico (Laureis, 1987), como símbolos culturais evocadores de representações normativas e de identidades subjetivas (Scott, 1988), como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987) e até mesmo como uma gramática sexual que regula relações entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres (Saffioti, 2015; Saffioti; Almeida, 1995).

Heleieth Saffioti enfatiza que, apesar das diferentes ênfases teóricas, existe um consenso limitado entre as feministas: “Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (Saffioti, 2015, p. 47). Essa construção social implica que as identidades de gênero são moldadas por normas culturais, históricas e sociais, e não determinadas biologicamente, tornando evidente que as relações de gênero são dinâmicas e sujeitas a transformações conforme mudam as estruturas de poder e as lutas sociais.

Compreender o gênero como categoria histórica permite analisar criticamente as

relações de poder que estruturam a sociedade patriarcal. Ao reconhecer o gênero como construção social e histórica, torna-se possível identificar as formas de opressão e dominação que afetam mulheres e outras identidades de gênero, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que promovam a transformação dessas estruturas desiguais. Para Saffioti (2015), o gênero deve ser compreendido, prioritariamente, como uma categoria histórica e material, diretamente vinculada às estruturas concretas de poder, em especial ao patriarcado e às relações de classe. A autora argumenta que “o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres”, razão pela qual considera fundamental a manutenção do patriarcado como categoria analítica específica para a compreensão das formas históricas de dominação masculina (Saffioti, 2015, p. 48). No âmbito desta dissertação, adota-se a concepção de gênero formulada por Saffioti.

Em contraste, Joan Scott (1990) propõe o gênero como uma categoria interpretativa que não se restringe às estruturas materiais, mas se estende às dimensões discursivas, simbólicas e epistemológicas das relações sociais. Para a autora, o gênero constitui uma forma primária de significar as relações de poder e está intrinsecamente associado à construção histórica das diferenças sexuais por meio do discurso (Scott, 1990).

Heleieth Saffioti (2015) formula críticas à centralidade atribuída por Scott (1990) aos processos discursivos e epistemológicos ao argumentar que tal ênfase pode enfraquecer o compromisso político e a análise das condições sociais objetivas que sustentam as desigualdades de gênero. Segundo Saffioti, o deslocamento excessivo para o plano simbólico tende a obscurecer as bases materiais da dominação masculina.

Embora ambas as autoras reconheçam a historicidade do gênero e sua relevância para a compreensão das relações de poder, suas abordagens apresentam inflexões analíticas distintas. Enquanto Saffioti defende uma perspectiva materialista, comprometida com as estruturas sociais e econômicas, Scott amplia o conceito ao incorporar suas dimensões simbólicas, discursivas e epistemológicas.

Nesse sentido, Saffioti ainda diferencia o conceito de gênero, entendido como formulação teórica e abstrata, da categoria “gênero”, associada ao seu uso metodológico na análise da realidade histórica e social. Ao articular essas duas dimensões, a autora critica usos excessivamente neutros ou genéricos do termo sem, contudo, desconsiderar a relevância e a originalidade das contribuições de Joan Scott (Saffioti, 2015, p. 47-48).

Tendo em vista as investigações apresentadas, compreende-se que o silenciamento das

mulheres na História não constitui um fenômeno episódico, mas resulta de dinâmicas históricas e epistemológicas que estruturaram a produção do conhecimento sob uma lógica excludente. A invisibilização das experiências femininas revela-se, assim, como uma construção social sustentada por relações de poder que definiram quem poderia ser reconhecido como sujeito histórico. Reconhecer esses mecanismos é condição necessária para problematizar seus efeitos no campo educacional e pensar possibilidades de superação desse legado. É nesse movimento de crítica e reconstrução que se insere a discussão a seguir, dedicada a examinar a passagem da invisibilidade à presença das mulheres no Ensino de História.

1.2 Da invisibilidade à presença: conquistando lugares na História e em seu Ensino

Esta seção dedica-se a examinar os processos históricos, sociais e educacionais que possibilitaram a incorporação gradual das mulheres como sujeitas reconhecidas na produção do conhecimento histórico e nas práticas pedagógicas. Analisa-se como essa trajetória de conquista foi marcada por disputas, resistências e transformações nas formas de narrar o passado. Considera-se, ainda, o papel da historiografia crítica e dos movimentos feministas na ampliação das possibilidades de representação feminina. Por fim, discute-se a relevância dessas mudanças para a construção de uma educação mais inclusiva, reflexiva e comprometida com a equidade.

Segundo a historiadora Ana Maria Colling (2013), no artigo *Relações de poder e gênero na História do Brasil*, a constituição da História como disciplina científica, a partir do século XIX, ocorreu sob hegemonia masculina. Nesse contexto, os homens afirmaram-se como os principais produtores do conhecimento histórico, definindo objetos, métodos e narrativas legitimadas. As mulheres, por sua vez, foram relegadas à margem da chamada história universal, com participação limitada e frequentemente mediada pelo olhar masculino. Como destaca a autora, “ao descreverem as mulheres, serem seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-se como sujeitos, tornando-as invisíveis” (Colling, 2013, p. 11).

Irene Vaquinhas (2019) esclarece o fato de algumas iniciativas terem surgido na década de 1960, especialmente nos Estados Unidos, país em que, impulsionado pela militância feminista, foram criados os primeiros núcleos de *women's studies*. A consolidação desse novo campo de conhecimento deve ser entendida em um contexto mais amplo. Ressalvadas as diferenças advindas de distintos contextos nacionais, diversos fatores de natureza política, institucional e historiográfica contribuíram para a emergência desse domínio.

Adicionalmente, segundo a autora, é importante destacar o papel fundamental

desempenhado por organizações internacionais que, a partir de meados da década de 1970, incorporaram questões relativas aos direitos das mulheres em suas agendas. Exemplos marcantes incluem a celebração do Ano Internacional da Mulher em 1975, a proclamação da Década das Mulheres (1976-1985) pela ONU, bem como as deliberações promovidas pelo Conselho da Europa, pela Comunidade Econômica Europeia e por outras instituições sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (Vaquinhas, 2019, p. 367-368). É necessário enfatizar:

As primeiras pesquisas sobre história das mulheres foram suscitadas pelos movimentos feministas, em especial, pelo esforço de resgate de uma memória coletiva, orientando-se para a análise histórica do associativismo reivindicativo feminino e principais conquistas. Aliás, a história das mulheres foi um dos pilares em que assentou a construção de uma consciência específica e identitária, tendo também contribuído para a revisão crítica dos conhecimentos históricos. Ao pôr-se em causa os fundamentos epistemológicos do saber (sua neutralidade, a relação entre o público e o privado, os conceitos de natureza e de universal, etc.) dinamizou-se a renovação da ciência, assumindo um carácter político e subversivo (Vaquinhas, 2019, p. 368).

Convém destacar o artigo “Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto”, de Albertina de Oliveira Costa, Carmem Barroso e Cynthia Sarti, originalmente escrito em 1989 e revisado para publicação em 2019, como referência fundamental para a compreensão dos desafios iniciais enfrentados pelos estudos de gênero e sobre as mulheres no Brasil. O texto oferece um panorama crítico da trajetória da produção de conhecimento acerca das mulheres no país, evidenciando as limitações e os avanços desse campo de pesquisa (Costa; Barroso; Sarti, 2019).

Em acordo com as demais pesquisadoras analisadas neste trabalho, identificam a década de 1970 como um marco do rompimento do silêncio a partir do fortalecimento do movimento feminista e da influência das teorias feministas provenientes de outros contextos, especialmente nos Estados Unidos e na Europa.

O título provocador do artigo apresenta como referência o cenário anterior a 1970, período em que a mulher era ausente da pesquisa acadêmica, nem mesmo considerada objeto de investigação (limbo). Aponta para o risco que estudos sobre mulheres passaram ao se consolidarem como um campo próprio, mas marginalizado, isolado dos debates centrais das ciências sociais, como se fossem um nicho à parte (gueto). As autoras argumentam que, em oposição ao ser transversal, o tema da mulher foi confinado a um espaço específico, o que impediu maior diálogo com outros campos teóricos e metodológicos.

O texto expõe a tendência de abordar mulheres apenas em contextos específicos, como família, maternidade ou sexualidade, o que reforça estereótipos e limita a compreensão mais ampla das múltiplas experiências femininas na sociedade. Propõe que a mulher seja pensada como sujeito histórico e político, em diferentes esferas da vida social. Apoiadas nesta análise, as autoras defendem a necessidade, acolhida nesta dissertação, de superar o isolamento disciplinar, apontando que os estudos sobre as mulheres ganham densidade quando dialogam com diferentes áreas do saber – História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, entre outras –, e sugerem a perspectiva interdisciplinar como estratégica para fortalecer o campo.

Além disso, o artigo examina de forma aprofundada o papel desempenhado pelas instituições acadêmicas, pelas agências de fomento e pelos movimentos sociais feministas na consolidação da produção de conhecimento sobre as mulheres. As autoras enfatizam que esses diferentes atores têm contribuído para a ampliação e a legitimação desse campo de estudos no interior da academia.

Chamam, ainda, a atenção para a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas consistentes de incentivo à pesquisa, bem como para a formação de pesquisadoras comprometidas com uma agenda crítica e transformadora vinculada ao feminismo. Tais medidas revelam-se fundamentais para a superação das desigualdades estruturais que ainda atravessam a produção do conhecimento científico.

Nesse sentido, a reduzida participação masculina nesse campo de estudos evidencia a persistência de barreiras simbólicas que segmentam o conhecimento e expressam não apenas desatenção, mas também profundas assimetrias de poder na definição do que é socialmente reconhecido como conhecimento relevante. Tal configuração revela como a produção acadêmica permanece atravessada por disputas simbólicas que reproduzem hierarquias e exclusões, inclusive no interior da própria ciência.

Tal compreensão igualmente se encontra formulada por Joan Scott, para quem, em *História das Mulheres* (1989), publicado na coletânea “A escrita da História: novas perspectivas”, organizada por Peter Burke, a ausência das mulheres na História não decorre da escassez de fontes, mas de escolhas políticas, culturais e epistemológicas operadas pela própria historiografia. Assim, a *História das Mulheres* não se limita à simples visibilização de sujeitos anteriormente ignorados, mas implica a problematização dos próprios fundamentos da produção do conhecimento histórico ao evidenciar que as relações de gênero estruturam tanto

os processos históricos quanto às formas de apresentá-los.

Desse modo, os estudos sobre as mulheres consolidam-se como uma crítica profunda à produção acadêmica tradicional, especialmente às explicações naturalizantes que, historicamente, sustentaram as desigualdades entre os sexos, propondo uma ruptura com interpretações essencialistas e afirmando um novo recorte temático na historiografia, comprometido com a revisão do conhecimento estabelecido e com a denúncia do “androcentrismo, que torna invisíveis as mulheres enquanto atrizes sociais” (Costa; Barroso; Sarti, 2019, p. 111).

As décadas de 1970 e 1980 são recorrentemente apontadas pela bibliografia especializada como períodos decisivos para a consolidação da História das Mulheres. Nesse contexto, historiadoras e historiadores passam a delimitar um momento de inflexão na historiografia, marcado pela incorporação de novos sujeitos históricos e pelo fortalecimento de investigações voltadas às representações sociais e culturais. Entre as autoras que destacam a relevância desse processo, sobressaem Matos (2000), Perrot (1992, 2005) e Lerner (2019).

Nesse processo de institucionalização do campo, destaca-se a contribuição de Gerda Lerner (2019), que, na década de 1970, implantou na Universidade Sarah Lawrence, em Nova York, o primeiro curso de pós-graduação em História das Mulheres nos Estados Unidos. Posteriormente, a autora produziu uma ampla e significativa obra dedicada à temática, entre as quais se sobressai o conjunto de estudos reunidos sob a denominação “Mulheres negras na América branca”, que ampliou de modo decisivo as perspectivas analíticas do campo.

Aprofundando este campo de análise, Suely Costa (2003), no artigo “Gênero e História”, a partir da análise de E. P. Thompson, destaca as “muitas viradas teóricas e metodológicas”, assim como a “crescente aproximação das ciências humanas em geral, especialmente da antropologia”, incluindo sujeitos históricos até então silenciados, em particular mulheres, impulsionadas pelo movimento feminista. Outro ponto central da análise de Costa é a necessidade de compreender como os discursos políticos moldam as relações de gênero ao longo da história. A autora argumenta que o poder político não se manifesta apenas em instituições formais, como governos e parlamentos, mas também na construção de normas e valores que definem os papéis sociais de homens e mulheres (Costa, 2003, p. 189-190).

No que se refere à relação entre gênero e política, a autora argumenta que o conceito de gênero permite superar análises binárias e reducionistas de opressão e resistência. Costa (2003) destaca que as relações de poder entre homens e mulheres não se limitam à subordinação

feminina, mas constituem uma dinâmica dialética marcada por disputas, negociações e estratégias de manutenção e contestação do poder, sendo, portanto, insuficiente considerar apenas a opressão ou a rebelião para compreender a dominação como uma relação complexa.

Assim, propõe uma abordagem que reconhece a agência feminina nos diferentes contextos históricos, sem ignorar as estruturas de dominação que moldam essas relações (Costa, 2003, p. 189). A trajetória da presença de grupos historicamente marginalizados no ensino de História reflete um processo contínuo de luta por reconhecimento e representação. Se antes eram relegados à invisibilidade nos currículos e narrativas historiográficas, hoje se observa um avanço significativo na construção de espaços que possibilitam sua valorização.

No entanto, esse progresso não ocorre de maneira linear ou isenta de desafios, exigindo esforços contínuos para consolidar práticas pedagógicas que contemplem a diversidade e promovam a inclusão. Matos demonstra que a inclusão da mulher e a abordagem de gênero na história ocorre ao mesmo tempo em que a própria história passou por transformações.

Além disso, a autora aponta que o crescimento da presença das mulheres nos estudos acadêmicos ocorre ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a ocupar o mercado de trabalho. Importante destacar o fato da “descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as relações da sociedade” (Matos, 2000, p. 11).

Para a autora, a década de 1970 testemunhou o descobrimento das mulheres como sujeitos da história e sua inclusão como objetos de estudo, sendo que os estudos deste período se concentraram, em sua maioria, em pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho. Neste momento histórico, constata-se lutas imediatas, dentro dos movimentos de mulheres, relacionados às melhores condições de vida, saúde, educação, saneamento básico, habitação e a luta pela anistia, evidenciando a vinculação entre a produção acadêmica e a emergência dos movimentos feministas e de mulheres.

A produção historiográfica a respeito das mulheres no Brasil, na década de 1980, destaca “estudos sobre o papel feminino na família, as relações vinculadas ao casamento, à maternidade e à sexualidade”. Focalizando a intersecção entre o privado e o público, entre o individual e o social, o demográfico, o político e o erótico”. Portanto, evidencia-se a “cultura da resistência”, com estudos a respeito do papel feminino nestes temas (Matos, 2000, p. 14).

A partir dessas análises, evidencia-se que a presença das mulheres na História e na historiografia não resulta de concessões espontâneas, mas de um processo histórico de disputas, rupturas e afirmação intelectual que vêm, progressivamente, reelaborando os modos de produzir

e interpretar o conhecimento histórico. Essa conquista de espaços, tanto no plano da investigação acadêmica quanto na construção das narrativas históricas, demanda, de forma necessária, sua incorporação efetiva no Ensino de História.

Compreende-se, portanto, que tais transformações só se consolidam plenamente quando alcançam o campo educacional, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, atentos às desigualdades e comprometidos com a construção de uma sociedade mais democrática. Nesse sentido, a escola assume papel central na mediação desse processo ao promover práticas pedagógicas que reconheçam as mulheres como protagonistas da História e ampliem os referenciais de compreensão do passado.

Na leitura teórica de Fernando Seffner (2021), é necessário planejar aulas com conceitos, métodos e fontes que abordam gênero e sexualidade, promover análise crítica, atentar às políticas e regimentos que moldam a socialização no ambiente escolar, avaliar e mediar a porosidade da cultura escolar em relação às diferentes culturas infantis e juvenis, reconhecendo os modos pelos quais crianças e jovens constroem sua sociabilidade, enquanto se busca fomentar interações que promovam respeito e diversidade, ou seja, “os conteúdos ensinados auxiliam nessa empreitada, mas não funcionam sozinhos” (Seffner, 2021, p. 454).

Espera-se que esta dissertação contribua significativamente para o Ensino de História das Mulheres, oferecendo novas perspectivas sobre representatividade política e subsidiando professoras e professores através da apresentação da Proposição Didática.

1.2.1 Desafios e possibilidades para ensinar História das Mulheres

À medida que se aprofunda a discussão, esta seção dedica-se a analisar os principais desafios enfrentados no Ensino da História das Mulheres, bem como as possibilidades pedagógicas que emergem da incorporação dessa temática no currículo escolar. Esses entraves estão associados a heranças historiográficas que privilegiam narrativas tradicionais, concepções reducionistas de conhecimento e limites institucionais que dificultam a ampliação de perspectivas críticas. Ao mesmo tempo, observa-se a emergência de estratégias e caminhos que favorecem a construção de práticas educativas mais inclusivas, reflexivas e socialmente comprometidas. Nesse contexto, é importante destacar que a inserção das mulheres na História como sujeitas de conhecimento esteve historicamente vinculada a uma luta fundamental: o acesso à educação, condição indispensável para sua participação nos processos de produção e transmissão do saber histórico.

Fúlvia Rosemberg (2012) apresenta uma retrospectiva a respeito do percurso que as mulheres brasileiras trilharam para conquistar o direito à educação no artigo “Mulheres educadas e a educação das mulheres”. Segundo a autora, no Brasil, a educação feminina é relativamente recente e marcada por intensas transformações. Ao longo do século XIX e, de forma mais significativa, no século XX, a inclusão das mulheres nos espaços escolares refletiu lutas constantes por reconhecimento, autonomia e cidadania. Esse processo histórico revela que o acesso ao conhecimento foi, e ainda é, um dos pilares fundamentais para a afirmação dos direitos das mulheres.

Compreender esse percurso é essencial para fundamentar o Ensino da História das Mulheres, pois evidencia que esta conquista não apenas ampliou a presença feminina nos espaços públicos, mas também abriu caminhos para a produção de saberes críticos sobre as desigualdades de gênero. Assim, o Ensino da História das Mulheres não pode ser desvinculado da reflexão sobre as lutas que garantiram às mulheres o acesso à formação intelectual e política, sendo o próprio campo do ensino um espaço de disputa por representatividade e memória.

Historicamente, o acesso das mulheres à educação no Brasil esteve estreitamente ligado à possibilidade de inserção em ocupações socialmente reconhecidas, destacando-se o magistério como uma das primeiras oportunidades profissionais para o gênero feminino. Para Rosemberg, a formação e atuação das mulheres no ensino escolar configuram não apenas aquisição de conhecimento, mas também um espaço de protagonismo social e intelectual, permitindo-lhes exercer atividades remuneradas, influenciar práticas pedagógicas e contribuir para a ampliação da escolarização feminina. Nesse contexto, o magistério emergiu como um campo de prática educativa que consolidou a participação das mulheres na produção e transmissão do saber, ainda que limitado por concepções tradicionais de gênero e restrições institucionais.

Desde o primeiro censo realizado em 1872, os índices de analfabetismo entre as mulheres eram significativamente superiores aos dos homens, e essa disparidade somente foi revertida no início da década de 1990. A abordagem desta questão torna-se imprescindível para demonstrar o quão desafiador é tratar a respeito do Ensino da História das Mulheres em um país que as privou de acesso à educação propriamente dita até um século atrás. Este fato ilustra como as lutas contra o silenciamento das mulheres atravessaram múltiplas esferas, sendo o acesso à educação uma das principais, e que irá influenciar nas demais.

Entre os obstáculos históricos enfrentados, destacam-se a segregação por gênero nas

escolas, a concepção de que a educação destinada às meninas e jovens deveria ser mais restrita em comparação à dos meninos, fundamentada em argumentos que atribuíam às mulheres uma saúde frágil, uma inteligência limitada e uma formação voltada exclusivamente para a maternidade. Além disso, barreiras estruturais impediram por muito tempo a continuidade dos estudos em nível secundário e superior, restringindo ainda mais as possibilidades educacionais e profissionais das mulheres (Rosemberg, 2012, p. 333-334).

A autora demonstra que as mudanças de regimes de governo no Brasil pouco afetaram a situação das mulheres com relação ao sistema educacional. Cabe destacar o fato do surgimento e consolidação dos movimentos de mulheres e/ou feministas que adotam em sua agenda política o combate à educação diferenciada, o sexismo na educação, especialmente entre as décadas de 1970-2010. Constata-se que barreiras surgem em todos os períodos da História do país, porém

conforme são retirados os impedimentos e as interdições, as mulheres vêm se educando e educando outras mulheres e homens, a despeito das máximas sexistas que permaneceram ou foram criadas, divulgadas, promulgadas ao longo da história (com mais ou menos sucesso, dependendo da época e da conjuntura) (Rosemberg, 2012, p. 338).

Esse percurso histórico encontra precedente na Lei Geral do Ensino de 1827, que autorizou a criação de escolas para meninas e estabelece normativas para a formação de professores. Os cursos normalistas, voltados à formação de professoras, passaram a ser frequentados em grande número pelas mulheres a partir do final do século XIX, funcionando como um dos primeiros caminhos de profissionalização feminina. Dessa forma, a educação formal e o magistério não apenas proporcionam acesso ao saber, mas também se configuraram como instrumentos de inserção social e de protagonismo, consolidando espaços nos quais as mulheres puderam exercer influência e participar ativamente da esfera pública.

Dessa perspectiva, a análise de Louro (1986) complementa o entendimento histórico apresentado por Rosemberg (2012) e pelas discussões sobre a lei de 1827 ao evidenciar que o magistério e a escolarização feminina não apenas ofereceram oportunidades de profissionalização, mas também ocorreram em um contexto de normas e expectativas de gênero que estruturam a participação das mulheres na esfera pública. Assim, a educação das mulheres deve ser compreendida simultaneamente como espaço de acesso ao conhecimento e como arena de reprodução e contestação das relações de poder que marcaram sua trajetória social e profissional.

Nas páginas iniciais da tese *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*, Guacira

Lopes Louro (1986) desenvolve uma análise consistente sobre a educação feminina enquanto processo histórico e social, articulando-a às relações de poder responsáveis pela produção e manutenção das desigualdades de gênero. A autora parte do pressuposto de que a escola não pode ser compreendida como um espaço neutro, mas como uma instituição que historicamente produziu normas, valores e expectativas acerca do feminino. Nesse sentido, a educação escolar das mulheres emerge como elemento central na constituição de papéis sociais e na delimitação de sua participação na vida pública, contribuindo para o silenciamento de suas trajetórias e experiências.

Um dos conceitos centrais mobilizados por Guacira Louro é o de “prendas”, compreendido como o conjunto de saberes, habilidades e comportamentos socialmente valorizados na formação feminina. Essas aprendizagens, frequentemente associadas à domesticidade, à moralidade e à preparação para o matrimônio, integravam um projeto pedagógico voltado à adequação de mulheres dóceis, disciplinadas e vinculadas ao espaço privado. A autora demonstra que tais práticas educativas não eram secundárias, mas estruturantes de uma concepção específica de feminilidade, legitimada pela escola e amplamente reproduzida no tecido social.

De forma complementar, Louro introduz a noção de “antiprendas”, referente aos comportamentos, desejos e ambições considerados inadequados ou ameaçadores quando manifestados por mulheres. A repressão à autonomia intelectual, à participação política e à visibilidade pública feminina evidencia como a educação escolar operava também por meio do controle e da vigilância. Assim, o processo educativo não apenas ensinava o que era esperado das mulheres, mas estabelecia aquilo que deveria ser evitado, silenciado ou punido, reforçando hierarquias de gênero historicamente construídas.

Ao analisar a expansão da escolarização feminina, a autora problematiza leituras que associam automaticamente o acesso à educação a um processo de emancipação plena. A autora reconhece que a ampliação da presença das mulheres na escola representou uma conquista histórica relevante, especialmente quando comparada à exclusão educacional de períodos anteriores. Contudo, destaca que essa ampliação ocorreu dentro de limites bem definidos e orientados à formação de mulheres aptas a cumprir funções sociais específicas, sobretudo relacionadas à maternidade, à moralização da família e à manutenção da ordem social.

Ainda assim, as páginas analisadas permitem compreender a educação feminina como um espaço marcado por ambiguidades e contradições. Ao mesmo tempo em que reforçava

padrões normativos e contribuía para o silenciamento das mulheres enquanto sujeitas históricas, a escola também lhes possibilitou o acesso à alfabetização, à cultura letrada e à circulação em espaços institucionais. Esses elementos ampliaram o repertório simbólico e político feminino, criando condições para a formulação de questionamentos e demandas por direitos civis, mesmo quando não previstos pelos projetos pedagógicos dominantes.

Nesse contexto, a escolarização feminina pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de construção da cidadania. O acesso à leitura, à escrita e ao debate público possibilitou às mulheres tensionar sua exclusão das instâncias decisórias e fundamentar reivindicações por direitos civis e políticos. Louro indica que a formação educacional foi um dos elementos que sustentaram a atuação de mulheres em associações, movimentos sociais e espaços de debate, ampliando sua presença na esfera pública e problematizando as fronteiras entre o privado e o político.

A análise proposta pela autora também contribui para compreender as lutas pelo direito ao voto feminino como resultado de um processo histórico gradual e não linear. A educação, ao formar mulheres capazes de intervir no espaço público, forneceu instrumentos simbólicos e argumentativos para a contestação da exclusão política. Dessa maneira, a escolarização feminina não pode ser dissociada das mobilizações que culminaram na conquista do sufrágio, ainda que essa relação tenha assumido formas distintas conforme os contextos sociais e regionais.

Do ponto de vista teórico, Louro adota uma perspectiva que compreende o poder como relacional e difuso, operando por meio de práticas cotidianas, discursos institucionais e saberes legitimados. A escola aparece, assim, como espaço privilegiado de disciplinamento, mas também como locus de produção de subjetividades que, em determinadas circunstâncias, permitiram formas de resistência. Essa abordagem possibilita compreender a educação feminina como um campo de disputas no qual se contrapõem dominação e oportunidades de transformação social.

A análise de Louro concentra-se majoritariamente na escolarização feminina em contextos urbanos e letrados, especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, período marcado pela consolidação do sistema escolar e pela intensificação dos debates sobre o papel social da mulher. Esse recorte temporal e social delimita o alcance da obra, mas não diminui sua relevância; ao contrário, fornece elementos fundamentais para compreender os mecanismos históricos que produziram o silenciamento feminino nos

currículos escolares e nas narrativas históricas, questão central desta dissertação.

Nesse sentido, os estudos de Louro (1986) dialogam com as análises de Rosemberg (2012) e com marcos históricos como a Lei Geral do Ensino de 1827, evidenciando que a educação feminina ocorreu simultaneamente como instrumento de controle social e como meio de profissionalização, especialmente por meio do magistério. Ao promover a formação segundo padrões normativos, a instituição escolar reproduz desigualdades de gênero e silenciou experiências históricas das mulheres, ao mesmo tempo em que viabilizou trajetórias que se articularam decisivamente às lutas pela ampliação dos direitos civis e políticos. Assim, a educação escolar aparece como elemento central tanto no silenciamento quanto na emergência das mulheres como sujeitos da história e da cidadania no Brasil.

A título de complemento, o artigo “História de mulheres e educação: transgressões, resistências e empoderamentos”, de autoria de Maria Celi Chaves Vasconcelos, Márcia Cabral da Silva e Cristina Maria Coimbra Vieira, publicado em 2022, apresenta o dossiê temático dedicado à análise das relações entre história, gênero e educação. Fundamentando-se em aportes teóricos de diversas autoras, entre as quais Michelle Perrot, as autoras denunciam a longa tradição historiográfica que relegou as mulheres ao silêncio, restringindo suas experiências à esfera privada e inviabilizando sua inserção como sujeitos históricos no campo educacional (Vasconcelos; Silva; Vieira, 2022).

A partir da crítica à memória do privado, o texto evidencia como a educação feminina foi historicamente concebida como instrumento de disciplinamento atrelada aos papéis sociais de esposa, mãe e dona de casa. Contudo, as autoras destacam que esse mesmo espaço da educação se tornou, para muitas mulheres, um campo de resistência e apropriação de saberes, viabilizando sua atuação na esfera pública, ainda que em condições de desigualdade marcadas por classe, raça e gênero: “ao transgredir e resistir aos rótulos e aos estereótipos muitas mulheres fizeram da educação uma forma de liberdade, da escrita um empoderamento e, a partir desse domínio, foram, pouco a pouco, mudando o seu entorno e, dele, para o mundo” (Vasconcelos; Silva; Vieira, 2022, p. 10).

O Ensino da História das Mulheres enfrenta desafios históricos e estruturais, resultado do silenciamento feminino ao longo do tempo, como analisado por Simone de Beauvoir (1949) e Gerda Lerner (2019). A ausência das mulheres nos registros históricos reflete uma construção de conhecimento excludente, o que exige esforços para desconstruir narrativas e incorporar perspectivas femininas ao ensino.

Cabe citar a escassez de materiais didáticos que abordam a trajetória das mulheres de forma crítica e contextualizada. A História das Mulheres ultrapassa a condição de simples campo de pesquisa, configurando-se como uma necessidade para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais de cada época. Nesse sentido, a formação docente deve contemplar referenciais teóricos que questionem a marginalização feminina na historiografia (Perrot, 2005).

A coletânea “A História e as Mulheres: novas encruzilhadas, outros sujeitos” (2020), organizada por Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi, contribui de modo significativo para a compreensão dos obstáculos que ainda se impõem à inserção das mulheres nos currículos escolares e aponta caminhos possíveis para o enfrentamento dessas limitações, especialmente no campo do Ensino de História. Nesse sentido, ao reunir diferentes perspectivas teóricas e empíricas, a obra evidencia a complexidade do processo de incorporação das mulheres como sujeitas históricas legítimas no conhecimento escolar.

Um dos principais entraves identificados reside na persistência de um cânone historiográfico que, historicamente, marginalizou a presença feminina. A predominância de narrativas centradas em acontecimentos políticos, diplomáticos e militares reforça uma concepção androcêntrica da História e dificulta a incorporação de temas relacionados às experiências, lutas e protagonismos das mulheres. Tal configuração restringe as possibilidades de construção de uma abordagem historiográfica mais plural, crítica e representativa da diversidade social.

Somam-se a esse quadro a escassez de materiais didáticos adequados e as lacunas na formação inicial e continuada de professoras e professores no que se refere aos debates feministas e de gênero, fatores que comprometem a efetivação dessa temática no cotidiano escolar. Esses desafios, entretanto, não devem ser compreendidos como obstáculos intransponíveis, mas como indicadores da necessidade de políticas formativas, produção de recursos pedagógicos e revisão crítica das práticas de ensino, de modo a consolidar uma educação comprometida com a equidade, a inclusão e a justiça social.

No artigo “A escrita da história e os conteúdos ensinados na disciplina de História no ensino fundamental”, Marlene Cainelli (2012) analisa criticamente o processo histórico de seleção dos conteúdos escolares de História e suas implicações para a aprendizagem dos estudantes. A autora parte da premissa de que o ensino de História não é uma prática neutra ou meramente técnica, mas um campo atravessado por disputas em torno da memória, da identidade nacional e da formação dos sujeitos históricos. Essa perspectiva permite

compreender que ausências e silenciamentos, como aqueles relacionados às trajetórias das mulheres, resultam de escolhas curriculares historicamente situadas e politicamente orientadas.

Marlene Cainelli (2012) sustenta que a definição dos conteúdos escolares está diretamente relacionada às concepções historiográficas dominantes e às relações de poder que estruturam o currículo. A aprendizagem histórica, segundo a autora, só pode ser compreendida de modo consistente quando fundamentada na própria ciência da História, especialmente por meio do desenvolvimento do pensamento histórico e da consciência histórica dos estudantes. Tal abordagem contribui para problematizar a naturalização de narrativas hegemônicas que, por longo tempo, privilegiaram sujeitos históricos masculinos.

A análise da autora dialoga com os referenciais da Educação Histórica, mobilizando as contribuições de Jörn Rüsen, Peter Lee, Isabel Barca e Maria Auxiliadora Schmidt. Esses autores defendem que a aprendizagem histórica envolve operações cognitivas específicas, distintas da simples memorização de fatos e datas e da reprodução mecânica do conteúdo. Nesse contexto, para Cainelli (2012), o ensino de História deve favorecer a construção de uma consciência histórica capaz de orientar os sujeitos na compreensão do tempo e da vida social, abrindo espaço para múltiplas narrativas.

Ao reconstruir o processo de institucionalização da disciplina de História no Brasil, Cainelli demonstra que seus conteúdos foram estruturados, inicialmente, em torno da história política e da consolidação do Estado nacional. Durante grande parte do século XX, o ensino de História permaneceu marcado por uma abordagem eurocêntrica, factual e nacionalista, reforçada pelos livros didáticos e pelas políticas educacionais. Essa configuração contribuiu para a marginalização de sujeitos e experiências históricas, entre elas as experiências históricas das mulheres.

Mesmo diante das transformações historiográficas promovidas por correntes como o marxismo e a Nova História Cultural, os conteúdos escolares apresentaram mudanças lentas e limitadas. A autora evidencia que a escola tende a resistir às inovações teóricas da historiografia, mantendo práticas pedagógicas tradicionais e condutoras. Essa resistência institucional ajuda a explicar as dificuldades de incorporação da História das Mulheres nos currículos escolares.

A principal contribuição do artigo reside na defesa de um ensino de História orientado pelos pressupostos da Educação Histórica, no qual a aprendizagem é concebida como um

processo de construção de significados. Nesse modelo, o professor deixa de ser mero transmissor de conteúdos e passa a atuar como mediador do desenvolvimento do pensamento histórico, favorecendo interpretações críticas do passado e do presente.

Marlene Cainelli atribui centralidade à narrativa histórica como estratégia metodológica, compreendendo-a como instrumento de explicação, interpretação e produção de sentido. A narrativa permite articular passado, presente e futuro, oferecendo respaldo teórico para a inclusão de trajetórias femininas no ensino de História, não como apêndices, mas como parte constitutiva dos processos históricos.

Ao criticar a dependência excessiva do livro didático e reafirmar que a escolha dos conteúdos é um ato político, cultural e epistemológico, o artigo dialoga diretamente com a proposição desta dissertação. A ênfase no pensamento histórico e na narrativa fundamenta a produção de materiais didáticos comprometidos com o enfrentamento do silenciamento feminino e com a ampliação da representação das mulheres no ensino de História.

No entanto, o Ensino da História das Mulheres apresenta possibilidades promissoras. A ampliação do escopo temático da disciplina, incluindo questões como participação política, trabalho, cultura e resistência das mulheres, permite a construção de uma narrativa histórica mais plural:

Trata-se de uma história que coloca no centro os interesses dos sujeitos simples, dos humildes, dos/as subalternizados/as. O desafio que se coloca na perspectiva pós/decolonial é analisar e estudar uma nova valorização das experiências desses sujeitos mediante uma nova forma de abordar a história, a revisão dos modelos epistêmicos que têm impregnado as análises de todos os grupos sociais e as representações construídas que afetam os mesmos (Colling; Tedeschi, 2020, p. 34).

A abordagem interseccional, conforme sugerido por Colling e Tedeschi (2020), possibilita a compreensão das diversas formas de opressão que atravessam as experiências femininas ao longo do tempo, promovendo uma visão mais complexa e contextualizada. A ampliação dos debates de gênero na educação e o uso de metodologias ativas estimulam o pensamento crítico dos estudantes.

Metodologicamente, utilizar fontes orais que evidenciem a diversidade de experiências e a construção social dos papéis de gênero e biografias de figuras transgressoras, a comparação entre diferentes períodos históricos e a análise de representações culturais são estratégias que favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico e que permitem destacar trajetórias individuais e coletivas femininas, dando destaque a personagens historicamente invisibilizadas. Colling e Tedeschi ressaltam que a presença das mulheres na história deve ser ensinada de maneira transversal, evidenciando suas contribuições ao longo dos diferentes períodos e campos de atuação. (Colling; Tedeschi, 2020, p. 22-36).

Neste sentido, Pinsky resalta que "capacitar os estudantes para perceber a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais é justamente umas das principais funções das aulas de História" (Pinsky, 2010, p. 32). Dessa forma, o uso de biografias pode servir como um ponto de partida para discutir o papel das mulheres em diferentes períodos e contextos, proporcionando uma visão mais plural e inclusiva da história. O uso de biografias de mulheres que desafiaram normas de gênero, a análise de documentos históricos a partir de uma ótica feminista e a problematização dos discursos midiáticos e historiográficos são estratégias que permitem a construção de um conhecimento histórico crítico e reflexivo. O trabalho com biografias possibilita uma aproximação mais concreta entre os estudantes e a experiência histórica das mulheres, promovendo maior engajamento e identificação com as narrativas apresentadas (Silva, 2010, p. 13-28).

As narrativas biográficas contribuem para a humanização e personalização da História, permitindo maior aproximação dos estudantes com contextos concretos e conferindo visibilidade às contribuições das mulheres. Além de favorecerem o engajamento discente, essas narrativas promovem uma análise crítica das estruturas de poder e de gênero, estimulando reflexões acerca do papel desempenhado pelas mulheres na construção histórica e da forma como tais processos continuam a influenciar o presente (Silva, 2010, p. 13-28).

Silva (2009) aponta duas motivações centrais para o desenvolvimento desse trabalho em sala de aula: o apelo que o gênero biográfico exerce sobre o público leigo e a potencialidade da biografia como forma de representação dos contextos históricos vivenciados pelas pessoas biografadas.

O ensino de biografias, articulado à análise de documentos históricos sob uma perspectiva feminista, contribui significativamente para a construção de um conhecimento histórico crítico, reflexivo e problematizador. As narrativas biográficas possibilitam a

humanização da História ao evidenciar trajetórias individuais e coletivas marcadas por lutas por direitos, participação em movimentos sociais e atuações nos campos da política, da ciência e da cultura, contribuindo para o reconhecimento do protagonismo feminino e para a desconstrução de interpretações que naturalizam a exclusão das mulheres dos processos históricos (Silva, 2009, 2010; Pinsky, 2010).

Além disso, o ensino biográfico permite tornar visíveis experiências femininas historicamente marginalizadas, destacando a participação ativa das mulheres na constituição das relações sociais e políticas. A incorporação de personagens excluídas ou ofuscadas pelas narrativas tradicionais contribui para tensionar a ideia de passividade feminina e reforça a compreensão de que as relações de gênero estruturam e legitimam hierarquias de poder, ainda que não atuem de forma isolada no interior das sociedades, conforme apontam os estudos de gênero.

Afinal, as sociedades são estruturadas e se desenvolvem a partir de continuidades e de rupturas (Pinsky, 2010, p. 46-47). Incluir biografias no Ensino da História das Mulheres representa uma possibilidade concreta de ampliar o repertório dos estudantes, estimular o pensamento crítico e combater a invisibilização feminina na historiografia tradicional. Aliada a uma abordagem interdisciplinar e à utilização de fontes variadas, essa metodologia favorece a construção de uma narrativa histórica mais democrática e representativa.

Carla Pinsky defende que os processos históricos determinam os resultados e que, a partir do momento que as pessoas reproduzem ou não aceitam os padrões estabelecidos, contribuem para as alterações da estrutura hegemônica ou para sua manutenção. Portanto, “movimentos sociais, rebeldias individuais, transformações econômicas, crises demográficas, entre outras coisas podem servir para repensar os termos de gênero ou para reforçar conceitos tradicionais sob novas aparências” (Pinsky, 2010, p. 47).

A autora sugere que professoras e professores podem destacar questões de gênero em cada assunto que julgarem interessante. Acredita que esta perspectiva contribui na reescrita da História ao incluir a contracepção, transformação do vestuário, periodização, cidadania, sugerindo atividades lúdicas através de filmes, peças de teatro, ópera, romances, contos e leituras de textos produzidos por historiadoras e historiadores.

Ademais, apresenta sugestão relacionada ao estudo de biografias, neste caso a abordagem escolhida para este trabalho. Considerando a conjuntura atual mundial, na qual a

ciência recebe ataques, especialmente a História, em tempos de revisionismo histórico, científico e apropriações seletivas, como alerta Fernando Pena (2016) no artigo “Programa Escola sem Partido: uma ameaça à educação emancipadora”, tem-se tarefas, necessidades e desafios que são múltiplos e urgentes.

Ensinar História das Mulheres exige uma revisão dos paradigmas tradicionais, bem como um compromisso com práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Superar os desafios impostos por uma historiografia excludente e por barreiras institucionais implica reconhecer a centralidade das mulheres na construção da sociedade e garantir que suas vozes sejam efetivamente integradas.

A conquista do voto feminino no Brasil, formalizada em 1932 com o Código Eleitoral provisório, representa um marco simbólico e jurídico de inflexão na trajetória da luta das mulheres por cidadania e reconhecimento político. Todavia, não se traduziu, de imediato, em igualdade substantiva de direitos, tampouco provocou, nas referências institucionais da educação histórica, uma reconfiguração das narrativas hegemônicas que por séculos relegaram a experiência feminina à invisibilidade ou à marginalidade nos discursos sobre o passado.

Neste contexto, a análise crítica das possibilidades e dos desafios para o Ensino da História das Mulheres a partir do sufrágio revela-se uma via frutífera para tensionar tanto os limites das representações tradicionais, quanto as potencialidades de construção de uma memória histórica mais inclusiva e dialógica. A partir de uma análise que articula teoria, prática pedagógica e política curricular, pretende-se evidenciar como os dispositivos escolares podem tanto reproduzir os paradigmas excludentes da historiografia tradicional quanto operarem como espaços de insurgência e resistência capazes de promoverem a reescrita da memória histórica sob uma perspectiva crítica e inclusiva.

Ao abordar a experiência histórica das mulheres no pós-sufrágio, torna-se fundamental recorrer aos aportes teóricos de Michelle Perrot (1992, 2005) e Joan Scott (1990), cujas contribuições permitem desestabilizar os pressupostos androcêntricos que estruturam a historiografia e o currículo escolar. Perrot (2005), ao evidenciar os silêncios impostos às mulheres nos arquivos e nas narrativas históricas convencionais, instaura uma leitura atenta às práticas cotidianas, aos espaços domésticos e às formas subterrâneas de agência feminina, desafiando a concepção da história como domínio exclusivo da esfera pública e masculina.

Por outro lado, Scott (1990), ao propor o gênero como categoria útil de análise histórica, desloca a questão da inclusão de “novos sujeitos” para uma crítica mais radical das estruturas

discursivas que produzem o significado das diferenças e das desigualdades, apontando para a centralidade das relações de poder na constituição dos sujeitos históricos. Apresenta uma revisão epistemológica que exige o deslocamento do olhar historiográfico para as práticas cotidianas, os espaços privados e os gestos sutis que conformam a experiência feminina.

Este trabalho propõe, assim, uma reflexão sobre os modos pelos quais o Ensino de História pode incorporar e ressignificar a História das Mulheres a partir do marco do sufrágio, reconhecendo tal evento não como ponto de chegada, mas como início de um processo ainda inconcluso de disputas por reconhecimento, representação e disputas no espaço político e simbólico.

Ao articular os pressupostos teóricos das autoras com as práticas pedagógicas no ensino básico, busca-se explorar as potencialidades de uma abordagem crítica, interseccional e historicamente situada, que permita aos estudantes problematizar as continuidades e rupturas das lutas femininas no Brasil contemporâneo.

Portanto, ensinar a História das Mulheres não é apenas ampliar o conteúdo curricular, mas reconfigurar as formas de pensar, narrar e ensinar o passado à luz de projetos ético-políticos comprometidos com a justiça social e epistêmica e discutir os principais entraves e potencialidades no processo. Ao abordar a História das Mulheres como campo em disputa, este trabalho se ancora na premissa de que ensinar História implica necessariamente tensionar as narrativas estabilizadas e construir outras formas de inteligibilidade do passado, comprometidas com a justiça epistemológica e a transformação social.

Tendo como referência o documento “Compromissos éticos da docência em História”, publicado pela Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) em 2022, que reforça esta perspectiva ao sustentar que a ética docente é concebida como uma prática crítica, honesta e socialmente comprometida, que reconhece a complexidade dos sujeitos históricos, o impacto das narrativas no presente, tal concepção não se limita a condutas individuais, mas envolve uma dimensão política da atuação docente, exigindo responsabilidade frente às memórias, identidades e disputas que atravessam o campo histórico.

Nesse sentido, a docência em História assume um compromisso inegociável com a democracia, entendida como a valorização da pluralidade de vozes e experiências históricas, e com os direitos humanos, concebidos como princípios que orientam a luta contra desigualdades estruturais.

Ensinar História, portanto, não é apenas transmitir conteúdos, mas promover a formação

de sujeitos críticos, capazes de interpretar o passado com consciência ética: “à docência em História deve estar orientada pela defesa dos direitos humanos, o que implica reconhecer e combater desigualdades históricas de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, geração, entre outras” (ABEH, 2022, p. 7).

O documento sustenta que o direito à História está intrinsecamente ligado ao direito à memória, ao reconhecimento de diferentes grupos sociais como sujeitos históricos e à pluralidade de narrativas sobre o passado. Tais princípios encontram pleno respaldo nesta pesquisa, uma vez que reforçam a necessidade de uma abordagem historiográfica inclusiva, capaz de valorizar experiências historicamente silenciadas e de promover a construção de conhecimentos críticos, reflexivos e socialmente engajados, alinhados à proposta de ensino problematizador da História das Mulheres.

Sob esta abordagem, a ação pedagógica e historiográfica deve se orientar pelo combate aos apagamentos, silenciamentos e negações sistemáticas das experiências de povos indígenas, populações negras, mulheres, pessoas LGBTQIA +⁹, trabalhadores e demais grupos historicamente marginalizados. Assim, o compromisso ético da docência em História exige uma escuta sensível às múltiplas vozes que constituem o tecido social e histórico do país, além da disposição em problematizar os consensos fabricados pelas narrativas oficiais.

A atuação docente, nesse contexto, é entendida como um gesto político e ético, que envolve escolhas conscientes sobre o que ensinar, como ensinar e com que finalidades. Os conteúdos selecionados, os métodos utilizados, os materiais didáticos adotados e as formas de avaliação revelam concepções de mundo e de sociedade: “à docência em História exige um compromisso com o direito à História de todos os sujeitos sociais, de modo que se torne possível a participação deles na construção de narrativas, sentidos e usos do passado” (ABEH, 2022, p. 36).

Além disso, o documento aponta que esse compromisso deve ser assumido em todas as esferas da atividade docente: na sala de aula, na pesquisa, na formação inicial e continuada de

⁹ A sigla representa a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Cada letra corresponde a um grupo ou identidade específica, e o sinal “+” reconhece outras existências e expressões que não estão explicitamente nomeadas: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer, com um sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade, a partir do Cadernos *LGBTQIA + Cidadania: volume 1 – Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+*, especialmente p. 7-12. Ministério dos Direitos Humanos.

professoras e professores, na produção de materiais didáticos e nas políticas educacionais. Sem essas condições, o direito à História torna-se inviável na prática cotidiana da escola, comprometendo a qualidade da educação e o papel social da disciplina.

A História ensinada deve contribuir para a construção de sujeitos autônomos, capazes de compreender criticamente o mundo em que vivem e de atuar para transformá-lo. Trata-se de formar uma cidadania ativa, baseada no respeito às diferenças, na valorização das lutas sociais e na promoção dos direitos humanos. Como afirma o documento, “o direito à História é também o direito a ser reconhecido como sujeito histórico, a ter suas experiências compreendidas, suas memórias respeitadas e suas vozes ouvidas” (ABEH, 2022, p. 37). Convém acrescentar a defesa da necessidade de garantir condições materiais e institucionais para que o Ensino de História se efetive de forma ética e democrática. Implica defender a presença da disciplina nos currículos escolares, assegurar a liberdade de cátedra, combater a censura e a perseguição a docentes, valorizar o trabalho docente e promover a formação crítica e contínua dos professores. Enfrenta inúmeros desafios, especialmente no que se refere à superação de invisibilidades, estereótipos e silenciamentos ainda presentes nos currículos escolares e materiais didáticos.

Contudo, também se apresenta como uma possibilidade potente de transformação ao promover práticas pedagógicas que valorizam as experiências femininas e fomentam a reflexão crítica sobre os processos históricos. Ao incluir as mulheres como sujeitas ativas da História, o ensino contribui para a construção de uma narrativa mais plural, capaz de dialogar com as demandas contemporâneas por justiça social e igualdade de gênero.

1.2.2 Perspectivas críticas sobre gênero na sala de aula

A perspectiva crítica de gênero no Ensino de História tem se consolidado como uma necessidade para a construção de uma educação emancipadora e não excludente. A historiografia tradicional silenciou as experiências das mulheres e as relações de gênero ao longo do tempo.

Esta inserção não se limita à introdução de personagens femininas na narrativa histórica, mas deve problematizar as relações e os processos de exclusão que definiram as experiências de mulheres e outros grupos marginalizados. De acordo com Joan Scott (1995), o gênero é um elemento fundamental dentro das relações sociais, estruturado a partir das diferenças percebidas entre os sexos e um dos aspectos imprescindíveis para a compreensão das relações de poder. Ao tratar gênero de forma crítica, professoras e professores possibilitam que os estudantes

compreendam as dinâmicas históricas de opressão e resistência, rompendo com estereótipos e visões simplistas sobre o papel das mulheres na história.

Entre os desafios para a implementação dessa abordagem, destaca-se a resistência de setores conservadores da sociedade, que buscam restringir debates sobre gênero e diversidade no ambiente escolar, evidenciando um campo de disputa política e epistemológica, refletindo as transformações sociais e os embates ideológicos contemporâneos. A formação docente frequentemente carece de preparo adequado para abordar criticamente e com embasamento as temáticas relacionadas ao gênero. Nesse contexto, Colling e Tedeschi (2020) destacam a importância de incorporar essa perspectiva à formação de professores, de modo que o Ensino de História se articule aos desafios sociais contemporâneos e promova a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para Fernando Seffner (2021) tais temas não apenas compõem o repertório das reivindicações sociais contemporâneas, mas também estruturam o próprio campo da educação histórica, sendo alvo de ataques sistemáticos que buscam excluí-los dos currículos escolares e das políticas educacionais.

O autor defende que a resistência a essas abordagens está diretamente relacionada à ofensiva conservadora que, nos últimos anos, mobilizou o discurso da chamada “ideologia de gênero” com o objetivo de desqualificar os avanços teóricos e políticos dos estudos de gênero e sexualidade. Ainda destaca que essa estratégia não apenas deturpa o debate acadêmico, reduzindo-o a uma suposta agenda ideológica, mas também fomenta o pânico moral e legítimas ações de censura em materiais didáticos e eventos culturais.

Neste sentido, o artigo “*Gênero e seus/suas detratores/as: “ideologia de gênero” e violações de Direitos Humanos*”, de Roger Raupp Rios e Alice Hertzog Resadori, apresenta uma análise crítica do fenômeno denominado “ideologia de gênero” enquanto construção político-discursiva. Ao deslocar o debate do plano meramente opinativo para uma abordagem jurídico-analítica, os autores sustentam que tal expressão opera como instrumento de deslegitimação dos estudos de gênero e de restrição de direitos fundamentais, especialmente em contextos marcados por disputas morais e religiosas. A argumentação central revela-se consistente ao demonstrar que o uso dessa categoria está associado à produção de pânicos morais e à tentativa de reconfiguração regressiva de direitos historicamente conquistados.

Do ponto de vista teórico, o estudo estabelece um diálogo implícito com formulações clássicas dos estudos de gênero, sobretudo ao contrapor a perspectiva essencialista às abordagens

construcionistas e queer. Nesse sentido, a análise aproxima-se das contribuições de Joan Wallach Scott, para quem o gênero constitui uma categoria útil de análise histórica, fundamental para a compreensão das relações de poder que estruturam a sociedade. Tal aproximação permite tensionar os limites da análise empreendida, ao evidenciar a importância de considerar o gênero não apenas como categoria jurídica ou social, mas também como ferramenta analítica central para a interpretação histórica.

De modo complementar, o trabalho pode ser colocado em diálogo com a obra de Michelle Perrot, especialmente no que se refere à visibilização dos silenciamentos históricos. Perrot enfatiza que a história das mulheres é marcada por ausências e apagamentos sistemáticos, produzidos por estruturas de poder que definem quem pode falar e ser reconhecido. Nessa perspectiva, o discurso da “ideologia de gênero” pode ser interpretado como uma atualização contemporânea desses mecanismos de silenciamento, ao tentar interditar debates e excluir determinadas experiências do espaço público. Embora Rios e Resadori evidenciem de forma consistente os efeitos jurídicos dessas exclusões, uma abordagem mais aprofundada das dimensões historiográficas permitiria compreender como tais discursos se enraízam em processos históricos mais amplos de marginalização.

A análise desenvolvida pelos autores mostra-se particularmente relevante ao situar o fenômeno no contexto brasileiro, destacando as disputas em torno das políticas educacionais e a atuação de movimentos conservadores. A identificação da “ideologia de gênero” como estratégia retórica revela-se pertinente, sobretudo ao demonstrar como a simplificação conceitual pode ser mobilizada politicamente. Contudo, cabe problematizar em que medida o estudo poderia avançar na análise das mediações sociais e institucionais que possibilitam a ampla circulação desse discurso. Em outras palavras, embora o texto identifique com precisão os efeitos e as origens do fenômeno, há espaço para aprofundar a investigação sobre as condições de sua recepção social e sua eficácia política.

A discussão acerca das violações de direitos humanos constitui um dos pontos mais robustos do estudo, especialmente ao evidenciar a interrelação entre diferentes dimensões de direitos, civis, políticos e sociais. A argumentação de que os discursos antigênero comprometem o princípio democrático, a liberdade de expressão, o direito à educação e a dignidade humana é sustentada de forma consistente, articulando teoria jurídica e análise social. Nesse aspecto, o trabalho contribui significativamente para o campo ao explicitar que tais disputas não se

restringem ao plano simbólico, mas produzem efeitos concretos na vida de indivíduos e grupos historicamente marginalizados.

Autoras como Joan Wallach Scott e Michelle Perrot demonstram que os direitos não são apenas instrumentos de emancipação, mas também produtos de contextos históricos específicos, marcados por disputas e exclusões. Assim, uma problematização mais incisiva poderia considerar de forma mais explícita em que medida o próprio campo jurídico, ainda que orientado pela defesa dos direitos, pode também operar como instância de reprodução de desigualdades estruturais. Outro aspecto relevante refere-se à relação entre conhecimento e poder. Ao denunciar a disseminação de informações distorcidas sobre os estudos de gênero, os autores evidenciam a centralidade da disputa epistemológica no debate contemporâneo, ainda que esse ponto pudesse ser explorado de maneira mais aprofundada à luz das teorias críticas do poder.

O estudo de Rios e Resadori apresenta, portanto, uma contribuição relevante e atual ao campo dos estudos de gênero e dos direitos humanos, ao evidenciar que o discurso da “ideologia de gênero” constitui uma estratégia política de restrição de direitos e de produção de desigualdades. Seu principal mérito reside na articulação entre análise jurídica e crítica social, demonstrando a materialidade das disputas discursivas e seus efeitos concretos. A ampliação do diálogo com a historiografia feminista, especialmente com autoras como Joan Scott e Michelle Perrot, permite aprofundar a compreensão das dimensões histórica e simbólica do fenômeno, enriquecendo a análise de suas raízes e implicações.

Por fim, é fundamental explicitar que a expressão “ideologia de gênero” não possui fundamento científico nem reconhecimento no âmbito dos estudos de gênero, configurando-se como uma construção discursiva produzida em contextos políticos e religiosos específicos. Tal termo foi elaborado com a finalidade de deslegitimar um campo consolidado de pesquisa, operando por meio da simplificação e distorção de conceitos teóricos complexos. Diferentemente do que sugere essa expressão, os estudos de gênero constituem um domínio acadêmico plural, fundamentado em rigor teórico-metodológico e em ampla produção científica, voltado à análise das relações sociais, das desigualdades e das estruturas de poder.

Dessa forma, ao se afirmar a inexistência de cientificidade do termo “ideologia de gênero”, estabelece-se de modo inequívoco a distinção entre uma formulação político-ideológica, marcada por intencionalidade normativa e um campo legítimo de investigação acadêmica,

distinção esta fundamental não apenas para a precisão conceitual, mas também para a preservação da autonomia do campo científico frente a disputas de natureza político-ideológica.

Diante desse contexto, torna-se essencial refletir sobre os impactos dessas tensões na prática docente e na formação dos sujeitos históricos. O Ensino de História, ao privilegiar uma abordagem crítica das relações de poder, deve incluir a categoria de gênero como um elemento estruturante das relações sociais. Como argumenta Fernando Seffner (2021) a marginalização das histórias das mulheres, das populações LGBTQIA + e de outras identidades dissidentes não apenas reflete uma história hegemônica centrada no masculino, branco e heteronormativo, mas também reforça hierarquias e desigualdades históricas.

Além disso, a presença destas temáticas nas salas de aula não se limita à dimensão curricular, mas perpassa a própria dinâmica escolar. Seffner (2021) ressalta que as e os estudantes, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, demonstram interesse crescente por esses debates, como evidenciado nas ocupações escolares de 2015 e 2016, em que a discussão sobre gênero e sexualidade emergiu como uma demanda espontânea dos jovens ocupantes.

Compreender a relevância das perspectivas críticas sobre gênero na educação implica não apenas reconhecer a centralidade dessas questões na vida social, mas também enfrentar os desafios impostos pelos discursos reacionários. A prática docente, nesse sentido, deve se pautar por uma abordagem que valorize o pensamento crítico e a formação cidadã, garantindo que a história ensinada seja, de fato, um espaço de disputa e transformação. Incluir questões de gênero e sexualidade no ensino tem se mostrado fundamental para a formação voltada à cidadania crítica e reflexiva.

A ação educativa não deve se limitar à discussão da presença das mulheres na História, mas envolve a compreensão das dinâmicas de poder que historicamente sustentam desigualdades e processos de exclusão. Nessa perspectiva, o Ensino de História assume papel fundamental na problematização dessas estruturas e na construção de formas mais inclusivas de compreensão do passado, conforme ressalta Seffner (2021). Uma abordagem crítica dessas temáticas contribui para que a escola se consolide como espaço de acolhimento, valorização da diversidade e formação cidadã, preparando os estudantes para interpretar e interagir de modo consciente com as complexidades do mundo contemporâneo.

Essas reflexões ganham maior densidade quando se consideram as análises apresentadas no artigo “Professor/a pesquisador/a: problematizando gênero e sexualidade na escola”, de

Sandra dos Santos Andrade (2018), que propõe uma reflexão sobre a prática docente e a pesquisa educacional a partir das categorias de gênero e sexualidade. A autora compreende a escola como um espaço de formação social e cultural atravessado por disputas simbólicas, no qual identidades são produzidas e desigualdades são continuamente reafirmadas ou questionadas (Andrade, 2018).

O texto suscita questionamentos a respeito do papel do/a professor/a como pesquisador/a de sua própria prática, capaz de identificar e intervir nos discursos normativos que sustentam hierarquias entre homens e mulheres, heterossexuais e sujeitos LGBTQIA +. Ao mobilizar o conceito de gênero como categoria de análise, Andrade enfatiza que a compreensão das relações sociais exige ultrapassar explicações biologizantes, reconhecendo os processos históricos e culturais que estruturam o poder.

Tal perspectiva possibilita analisar a escola tanto como espaço de reprodução quanto de contestação de estereótipos. Dessa forma, a autora convida professores e professoras a discutirem suas práticas pedagógicas e a reconhecerem o currículo como um campo permeado por valores, silenciamentos e disputas simbólicas. Em uma de suas reflexões centrais, Andrade afirma:

[] o que implica compreender que, ao falar em mulheres, estamos necessariamente falando também em homens e nas relações de poder que se travam entre eles. Por este viés, ao se falar nos alunos, também estamos falando nas alunas, ao se falar em professores, também estamos falando em professoras e, conseqüentemente, nas relações sociais e culturais que organizam a vida de ambos dentro da escola (Andrade, 2018, p. 46).

Esse trecho sintetiza o eixo teórico do texto ao evidenciar que a análise das dinâmicas escolares pressupõe a consideração das relações de gênero que as atravessam e estruturam. A autora sustenta que o olhar do pesquisador deve abranger a totalidade das experiências vividas no espaço escolar, de modo a compreender como o poder se manifesta nas linguagens, nas práticas pedagógicas e nas representações sociais.

Outro ponto central do artigo consiste na problematização da suposta neutralidade científica e pedagógica. Ao conceber o professor como pesquisador de sua própria prática, Sandra Andrade propõe uma epistemologia comprometida com a transformação social, reconhecendo o saber docente como forma legítima de produção de conhecimento. Essa perspectiva estabelece diálogo direto com a pedagogia freireana ao compreender a educação como prática de liberdade e construção coletiva do saber, na qual o trabalho docente requer sensibilidade política e ética para perceber as múltiplas formas de exclusão presentes na escola

(Andrade, 2018, p. 49).

A partir dessas reflexões, compreende-se que o enfrentamento das desigualdades de gênero e sexualidade no ambiente escolar demanda a desconstrução de discursos hegemônicos e o fortalecimento de uma postura pedagógica crítica. A noção de professor/a pesquisador/a amplia o campo da formação docente ao aproximá-lo das lutas sociais por reconhecimento e justiça, reafirmando a escola como espaço político e formativo, onde a docência ultrapassa a mera transmissão de conteúdos e se configura como intervenção reflexiva e transformadora na realidade social.

O artigo de Sandra dos Santos Andrade oferece contribuição significativa para a reflexão que fundamenta o presente estudo, fornecendo bases teóricas e analíticas que sustentam sua elaboração. Ao combinar rigor conceitual, sensibilidade interpretativa e compromisso ético-político, a autora fornece elementos essenciais para compreender como o cotidiano escolar pode simultaneamente reproduzir e confrontar desigualdades de poder, evidenciando o potencial transformador da prática docente e reforçando a relevância de sua abordagem diante dos desafios enfrentados pela pesquisa e pela educação contemporânea.

2. A METAMORFOSE: LOBBY DO VOTO X LOBBY DO BATOM

Este capítulo busca explorar as transformações sociais a partir da análise do recorte temporal, dando ênfase à dinâmica das mobilizações e conquistas em torno do sufrágio feminino no Brasil e da Constituição de 1988, destacando a participação das mulheres, sua importância, organização e lobby¹⁰. A análise parte da luta histórica pelo direito de votar, que marcou a inserção das mulheres na arena política, e avança para a atuação contemporânea de grupos e redes de mulheres que influenciam decisões políticas.

A proposta central é compreender a trajetória dessas mobilizações, quais estratégias foram adotadas e de que forma as demandas por representatividade feminina no espaço político têm se consolidado. Para isso, serão abordadas questões como a atuação de lideranças femininas, o papel dos movimentos sociais e os desafios enfrentados na construção de uma agenda política que contemple a equidade de gênero.

Ao longo do texto, busca-se demonstrar que, se no passado o direito ao voto era o ponto central das reivindicações, hoje o foco se desloca para a participação efetiva das mulheres nas esferas de poder e na formulação de políticas públicas. A partir dessa mudança, o capítulo discute as diferenças e continuidades entre esses dois lobbies e seu impacto na construção de uma democracia mais representativa.

A análise evidencia que a democracia brasileira permanece incompleta. Não se pode falar em representação política plena enquanto as mulheres enfrentarem mecanismos de silenciamento que limitam suas vozes e suas decisões. Superar a violência política de gênero é essencial para expandir o horizonte democrático, garantindo que a presença feminina não seja apenas quantitativa, mas efetivamente transformadora, capaz de redefinir as estruturas de poder.

2.1 A luta pelo voto feminino no Brasil: avanços e tensões

Rachel Soihet (2012) demonstra que a conquista do direito ao voto e participação efetiva na política formal pelas mulheres no Brasil foi resultado de uma longa e árdua trajetória de mobilização e luta política. Percorre essa ampla jornada apresentando diferentes momentos e até mesmo contraposição de enfoques metodológicos entre as principais lideranças feministas.

¹⁰ O termo “lobby” refere-se à atuação organizada de grupos de interesse que buscam influenciar processos decisórios no âmbito do Estado, especialmente no Poder Legislativo e no Poder Executivo, sem ocupar formalmente cargos eletivos. Trata-se de uma prática característica das democracias representativas, por meio da qual atores coletivos procuram incidir sobre a formulação, tramitação ou implementação de políticas públicas (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998).

Durante o início do século XX, intensificou-se a reivindicação das mulheres por inclusão na cidadania plena, desafiando normas sociais e estruturas políticas excludentes.

Nesse contexto, sobressai a fundação do Partido Republicano Feminino (PRF), em 1910, como uma das primeiras iniciativas organizadas a articular politicamente a luta pelo sufrágio feminino. Idealizado por Leolinda Daltro, professora, feminista de vanguarda e ativista, o partido adotou uma postura combativa e direta em sua militância, promovendo campanhas por educação política e direito ao voto das mulheres.

Daltro liderou passeatas em 1917 e, no ano anterior, apresentou ao Congresso um requerimento em defesa da emancipação política feminina. Sua atuação caracterizou-se por confrontos diretos e por uma linguagem incisiva, orientada a romper, de maneira imediata, com as estruturas patriarcais que excluía as mulheres da cidadania política. Tal estratégia visava constranger publicamente os homens e operar, de forma explícita, como prática de lobby, mediante a presença constante em sessões legislativas e reuniões públicas (Soihet, 2012, p. 219).

A passeata de 1917, realizada no centro do Rio de Janeiro, reuniu dezenas de mulheres organizadas que ocuparam o espaço urbano como forma de reivindicação política. Munidas de faixas e palavras de ordem, as participantes afirmaram o sufrágio feminino como direito e não como concessão. A manifestação conferiu visibilidade inédita ao movimento, evidenciando o uso da ação coletiva como instrumento de pressão sobre as instituições da Primeira República.

No entanto, o êxito somente ocorreu em 1932 e representou um marco importante. Esse direito foi fruto de uma intensa mobilização que desafiou as normas do período, exigindo participação nos espaços de decisão política. O Código Eleitoral Provisório representou um marco na história dos direitos políticos no país. Ainda assim, a conquista do sufrágio não encerrou as lutas das mulheres por igualdade política. Insere-se em um processo histórico mais amplo, marcado por avanços, limites e especificidades contextuais.

Isto é, o sufrágio feminino no Brasil resultou de um processo marcado por tensões e resistências persistentes, afastando-se da ideia de concessão espontânea do Estado. A análise de Soihet evidencia a coexistência de estratégias distintas, entre elas a atuação combativa de Leolinda Daltro e do Partido Republicano Feminino, que confrontam diretamente a ordem patriarcal. O intervalo entre essas mobilizações iniciais e a conquista do voto, em 1932, revela os limites impostos à cidadania feminina. Assim, deve ser compreendido como resultado de pressões políticas continuadas. As experiências internacionais de luta pelo sufrágio, por outro

lado, evidenciam trajetórias que não coincidem plenamente com o percurso brasileiro, seja no ritmo das conquistas, seja nas formas de organização adotadas. A abordagem comparativa dessas experiências possibilita identificar singularidades e aproximações entre os movimentos, contribuindo para uma compreensão mais complexa. A partir dessa perspectiva, torna-se viável examinar as diferenças e convergências entre as lutas pelo sufrágio no Brasil e em outros países, situando-as em seus respectivos contextos históricos.

No caso brasileiro, as mulheres envolvidas diretamente no processo eram parentes de políticos ou de homens influentes e que haviam estudado, inclusive, fora do país, como Bertha Lutz. “De fato, as mulheres que aqui lideraram a luta pelo voto eram em sua maioria de segmentos elevados da sociedade” (Soihet, 2012, p. 218).

Neste sentido, é importante destacar a contribuição de Branca Moreira Alves no artigo “A luta das sufragistas” (2019). A autora defende que o movimento sufragista brasileiro foi responsável por inaugurar uma tradição de militância política feminina, cujos reflexos se fazem sentir nas lutas contemporâneas por igualdade de gênero e representatividade política. Para a autora, compreender essa trajetória é essencial para revalorizar o papel das mulheres na história e para repensar criticamente os limites da democracia brasileira.

O artigo, escrito originalmente em 1980, evidencia que a exclusão das mulheres do espaço político não era apenas uma prática social, mas uma imposição legal, fundamentada em argumentos biologizantes e morais que desvalorizavam as capacidades femininas. O voto era considerado uma prerrogativa masculina, baseada na suposição de que as mulheres pertenciam à esfera privada e doméstica.

Branca Moreira Alves traça um panorama histórico da mobilização feminina pelo direito ao voto no Brasil, evidenciando tanto as resistências encontradas quanto às estratégias utilizadas pelas mulheres para conquistar a cidadania política. A autora insere a luta sufragista no contexto mais amplo das transformações sociais e políticas que marcaram o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, destacando a influência dos ideais liberais, republicanos e feministas internacionais.

A autora estabelece uma comparação entre os movimentos sufragistas dos Estados Unidos e do Brasil, destacando tanto suas semelhanças quanto suas diferenças. Por meio dessa análise comparativa, a autora evidencia convergências nos discursos e nas estratégias de mobilização, ao mesmo tempo em que ressalta as especificidades dos contextos sociopolíticos de cada país, as quais influenciaram o desenvolvimento e os resultados das respectivas lutas

pelo direito feminino (Alves, 2019, p. 61-63). A análise comparativa desenvolvida por Branca Moreira Alves demonstra que as lutas pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos e no Brasil foram condicionadas por contextos políticos e institucionais distintos.

Alves afirma que o regime latifundiário-escravocrata desenvolveu uma estrutura social rígida, somado à hierarquia sem participação dos fiéis dentro da igreja católica e a estrutura familiar cristã-moura autoritária, a partir das relações senhor-escravo, marido-mulher, pai-filhos, que levou as sufragistas brasileiras a se pautarem em influência pessoal, estratégia adotada devido ao número restrito de participantes do mundo político, sempre de alguma forma relacionados entre si, considerando que a política brasileira nunca se caracterizou pela participação popular, nem pelo incentivo às atividades comunitárias (Alves, 2019, p. 62).

Nos Estados Unidos, o movimento se estruturou ao longo de décadas, apoiado em uma tradição mais consolidada de participação cívica e pressão social organizada. No Brasil, a centralização do poder e a fragilidade das práticas democráticas limitaram as possibilidades de mobilização, influenciando diretamente as formas de atuação das sufragistas e os alcances de suas reivindicações.

No caso norte-americano, o sufrágio assumiu estratégias mais confrontacionais, com manifestações públicas, marchas e ações de desobediência civil que tensionaram o sistema político e ampliaram o debate sobre cidadania e direitos. Esse padrão de mobilização foi favorecido por um ambiente institucional que reconhecia, ainda que de forma conflitiva, a legitimidade da ação coletiva. No Brasil, privilegiaram estratégias moderadas e institucionais, buscando inserção gradual no campo político por meio do diálogo com as elites e da legitimação jurídica de suas demandas.

Outro elemento central destacado por Branca Moreira Alves refere-se à composição social dos movimentos. Nos Estados Unidos, apresentou-se maior capacidade organizacional, articulando diferentes associações femininas e ampliando sua presença no espaço público, embora marcado por exclusões raciais e de classe. No Brasil, a luta pelo voto concentrou-se majoritariamente em mulheres das camadas médias e altas, o que restringiu sua expansão social e contribuiu para a manutenção de limites estruturais à participação política feminina.

Quanto ao significado político da conquista do voto, a autora argumenta que, nos Estados Unidos, o sufrágio feminino representou uma ampliação efetiva da cidadania, resultante de uma mobilização prolongada que redefiniu o lugar das mulheres no sistema político. No Brasil, apesar de seu inegável valor simbólico e histórico, a conquista do direito ao

voto não produziu, de imediato, uma participação política ampla das mulheres, permanecendo condicionada por estruturas de poder que continuam a limitar sua presença nos espaços decisórios, conforme analisa Branca Moreira Alves.

A autora mostra como, apesar desses obstáculos, surgiram vozes dissonantes que passaram a reivindicar a inclusão feminina na cidadania. Segundo Alves, essas pioneiras foram fundamentais para a constituição de uma consciência feminista no país, ainda que suas ações enfrentassem resistência tanto do Estado quanto da sociedade civil.

Alves analisa também o papel das associações femininas, da imprensa e dos debates públicos na construção de uma agenda sufragista. A autora destaca que o movimento não era homogêneo: havia disputas internas quanto aos rumos da luta e quanto à articulação com outras pautas, como a educação feminina, o direito ao trabalho e a reforma do Código Civil. A autora sublinha que o sufragismo brasileiro foi influenciado por experiências internacionais, mas desenvolveu características próprias, vinculadas às especificidades do contexto político e social nacional.

A conquista do voto feminino em 1932, durante o governo Vargas, é apresentada como um marco histórico, mas não significa o fim da luta. Alves argumenta que essa conquista foi parcial, pois permaneceu atrelada a restrições, como a obrigatoriedade do alistamento apenas para mulheres com renda ou instrução formal, e não rompeu com a lógica patriarcal que sustentava a exclusão feminina dos espaços de poder.

Desde a rejeição das emendas à Constituição de 1891, que tratavam de “educação de qualidade, direito de voto e de elegibilidade”, até as petições individuais de alistamento eleitoral indeferidas da advogada Myrthes de Campos e da professora Leolinda Daltro, (Soihet, 2012, p. 218-219) ou os desafios não transcritos por Jacqueline Pitanguy, em *A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro*.¹¹

Estabelecer um paralelo entre a luta pelo voto e a participação na Assembleia Constituinte indica que, em ambos os momentos, as mulheres atuaram para ampliar os limites da cidadania e redefinir sua inserção no campo político. Enquanto o sufrágio garantiu a participação formal no processo eleitoral, a Constituição de 1988 possibilitou a incorporação de direitos que extrapolam o voto, abrangendo esferas como o trabalho, a família, a saúde e a

¹¹ Jacqueline Pitanguy compartilha sua experiência na mobilização das mulheres durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988, destacando as estratégias adotadas e os desafios enfrentados para garantir a inclusão dos direitos das mulheres na nova Constituição brasileira.

igualdade jurídica. Para tanto, Jacqueline Pitanguy (2019) ilustra de forma consistente o processo histórico abordado e contribui para a compreensão do fenômeno em questão. No entanto, a presença feminina no processo constituinte também revela os limites da efetivação desses direitos, uma vez que sua consolidação permaneceu condicionada a disputas políticas e institucionais posteriores. Assim, a cidadania política das mulheres deve ser compreendida como uma construção histórica marcada por conquistas parciais e continuidades estruturais. Para tanto, ilustra de forma consistente o processo histórico abordado e contribui para a compreensão do fenômeno em questão.

Foi presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) entre 1986 e 1989, participando na defesa de direitos durante a elaboração da Constituição de 1988, como licença-maternidade, igualdade civil e combate à violência doméstica. Além de recuperar o contexto de mobilização que marcou o período, destaca os significados simbólicos e desdobramentos políticos da atuação das mulheres na construção da chamada Constituição Cidadã.

Pitanguy argumenta que a Carta representou um instrumento político e pedagógico de grande potência na medida em que, ao mesmo tempo em que articulava propostas concretas para a inclusão dos direitos das mulheres no texto constitucional, também incentivou um amplo processo de formação e conscientização política. Ressalta a capacidade de organização e mobilização do movimento de mulheres, que conseguiu, de forma inédita, articular uma ampla aliança nacional, reunindo grupos feministas, entidades sindicais, organizações populares de diferentes origens regionais, étnico-raciais e ideológicas.

Ao destacar essa pluralidade, enfatiza o caráter democrático e inclusivo da construção da Carta, ressaltando que a diversidade de vozes não compromete a unidade política do documento. Pelo contrário, foi justamente essa diversidade que lhe conferiu legitimidade e força social para pressionar os constituintes e conquistar avanços significativos no campo dos direitos civis, sociais e reprodutivos.

Jacqueline Pitanguy sustenta que a presença ativa das mulheres na Constituinte quebrou barreiras simbólicas e institucionais ao inserir novos sujeitos no processo de elaboração constitucional e disputar os sentidos da cidadania no Brasil. Nesse sentido, sua análise aponta para o caráter transformador da participação feminina, ao passo que inscreve na história do país um marco da ampliação democrática e da inclusão de pautas de gênero no centro do debate

público.

Apesar dos avanços conquistados, a autora alerta para os limites e desafios da efetivação desses direitos, reconhecendo que a inscrição de garantias na Constituição não implica, por si só, sua concretização na realidade. Propõe uma reflexão sobre a necessidade de permanente vigilância e mobilização social, sobretudo em contextos de retrocessos democráticos e de avanço de pautas conservadoras.

Pitanguy não realiza apenas um exercício memorialístico, mas propõe que a memória seja compreendida como instrumento de luta e resistência, capaz de inspirar novas gerações e fortalecer a defesa dos direitos das mulheres no presente e no futuro. Sua análise reafirma o valor político da memória feminista como um legado vivo e como um componente essencial para a construção de uma democracia substantiva e inclusiva.

A autora aponta que muitas das propostas contidas na Carta das Mulheres foram incorporadas ao texto constitucional de 1988, como o princípio da igualdade entre homens e mulheres, os direitos reprodutivos e à maternidade e a proteção contra a violência. Contudo, ela também reconhece que os direitos inscritos na Constituição não se realizam automaticamente e que ainda existem desafios para a efetivação desses direitos na prática, o que exige vigilância e continuidade da luta feminista.

Sob esta ótica, as barreiras enfrentadas para a conquista plena da cidadania manifestam-se no cotidiano, para evidenciar a persistência desses obstáculos na experiência histórica e social, é oportuno retornar o episódio envolvendo a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima Marina Silva, que ilustra a presente discussão ao evidenciar as resistências impostas às mulheres em espaços de poder. Em 2025, durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, a ministra protagonizou um confronto verbal com senadores, o que culminou em sua retirada antecipada da sessão. O registro audiovisual desse episódio teve ampla repercussão e encontra-se disponível em diferentes plataformas digitais, como o YouTube, explicitando as contradições estruturais que permeiam a perspectiva analítica adotada. Na ocasião, a Ministra se retirou de uma audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado após ter sido alvo de ofensas.¹²

Em um dos momentos mais tensos, o presidente da comissão, senador Marcos Rogério

¹² Marina Silva deixa audiência após ser alvo de ofensas: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/27/marina-silva-abandona-audiencia-na-ci-apos-discussao-com-senadores>

(PL-RO), interrompeu diversas vezes a ministra, cortou seu microfone e, ao reagir a críticas, afirmou que ela deveria “se pôr no seu lugar”. Marina Silva reagiu de forma firme, dizendo que tinha educação, mas que o senador esperava que ela fosse uma mulher submissa, o que não era o caso, e declarou que continuaria a falar. Após a repercussão negativa, Marcos Rogério tentou justificar a declaração, alegando que fazia referência ao papel institucional da ministra como representante do Poder Executivo, e não a uma questão de gênero.

Apesar disso, sua fala foi alvo de críticas por parte de outros parlamentares. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) acusou o presidente da comissão de machismo, enquanto o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado, Rogério Carvalho (SE-PT), manifestou apoio à ministra e respaldou sua decisão de deixar a audiência.

Esse fato remete a uma problemática central do debate contemporâneo, a Violência Política de Gênero, na medida em que revela a permanência de mecanismos simbólicos e institucionais que restringem a participação plena das mulheres nos espaços de poder. Ao articular processos históricos e manifestações atuais, a pesquisa reafirma sua relevância para a compreensão crítica das desigualdades de gênero no campo político e para o enfrentamento de suas expressões persistentes.

A compreensão da trajetória que conduziu a esse estágio revela-se fundamental para a análise crítica das desigualdades que ainda marcam a participação política das mulheres. Ao situar a Violência Política de Gênero em processos sociais historicamente construídos, torna-se possível identificar continuidades, rupturas e reconfigurações dos mecanismos de exclusão que se manifestam ao longo do tempo.

Esse estudo permite compreender que tais práticas não são episódicas, mas estruturais. Assim, o exame das trajetórias e das lutas femininas contribui para problematizar o presente, ao evidenciar como conquistas formais coexistem com obstáculos persistentes. Tal perspectiva histórica amplia o alcance interpretativo da pesquisa e reforça sua relevância analítica.

2.1.1 Violência Política de Gênero (VPG)

A leitura crítica do artigo “A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres”, escrito por Marlize Matos (2022), suscita uma série de questionamentos a respeito da produção historiográfica referente à conquista do voto das mulheres no Brasil e às lacunas entre o documentado sobre o sufrágio brasileiro e o que de fato aconteceu com as pioneiras neste processo.

Marlize Matos demonstra que a Violência Política de Gênero (VPG) vem sendo exercida ao longo do tempo e “é uma forma de controle e disciplinamento do acesso e permanência das mulheres no campo político parlamentar”, além de que “toda mulher que exerceu, exerce ou já se candidatou a exercer um cargo político tem alguma história para contar sobre essas formas de violência” (Matos, 2022, p. 201). A autora apresenta uma análise densa e bem fundamentada sobre como a violência política se configura não apenas como um obstáculo individual, mas como um fenômeno estrutural que atinge, sobretudo, mulheres negras, indígenas, trans e periféricas.

Matos busca diferenciar a violência política de gênero de outras formas de violência, destacando que ela se manifesta justamente para impedir que mulheres participem ativamente da vida pública e ocupem posições de poder (Matos, 2022). Esse tipo de violência opera por meio de mecanismos simbólicos, institucionais e diretos, e visa silenciar, deslegitimar ou eliminar a presença feminina em espaços de decisão.

Um dos méritos do artigo está na ênfase que a autora dá à perspectiva interseccional. Ao evidenciar que a violência política afeta de forma mais intensa mulheres marcadas por múltiplas opressões, como raça, classe, sexualidade e território, a autora recusa uma visão homogênea do feminino e propõe uma abordagem mais complexa e realista do problema. Essa abordagem permite compreender que as experiências de violência política não são universais, mas atravessadas por desigualdades históricas.

Outro ponto relevante está na crítica às estruturas institucionais que mantêm a política como um espaço predominantemente masculino e branco. A autora aponta que a naturalização da exclusão das mulheres da política é uma das faces mais perversas da violência de gênero, pois sustenta a ideia de que elas “não pertencem” a esse lugar. Essa exclusão não ocorre apenas por meio da violência direta, mas também por práticas discursivas, normas informais e lógicas partidárias excludentes.

Matos propõe que a violência política de gênero seja compreendida como uma violação dos direitos humanos e como um entrave à própria democracia. Segundo a autora, não é possível falar em democracia plena enquanto mulheres continuam sendo ameaçadas, hostilizadas e eliminadas por ousarem disputar o poder. “A política formal se constitui numa das ‘últimas fronteiras’ dos processos de democratização de gênero/sexualidade e raça/etnia” (Matos, 2022, p. 210).

Essa segregação é expressa de forma aguda na violência política de gênero, tema central da obra de Moraes, ao relatar experiências de mulheres eleitas que enfrentaram silenciamento, boicotes e ameaças. A autora denuncia o caráter sistemático da violência que visa expulsar as mulheres dos espaços políticos. Moraes afirma categoricamente que “não se trata apenas de impedir que mulheres entrem, mas de garantir que, se entrarem, não fiquem” (Moraes, 2022, p. 43). O depoimento das parlamentares revela que a violência simbólica, institucional e física é uma ferramenta de manutenção do *status quo* masculino e que sua naturalização dentro das casas legislativas constitui uma grave violação aos princípios democráticos.

Em interlocução com Matos e Moraes, o artigo “Os homens estruturam um mundo deles e para eles: a violência política de gênero como estratégia ortodoxa de reprodução do campo político”, de Letícia Kulaitis (2024), reforça a interpretação apresentada e aprofunda outros eixos analíticos ao sustentar que a Violência Política de Gênero constitui uma estratégia por meio da qual os homens buscam preservar o domínio masculino no campo político, concepção inspirada na teoria de Pierre Bourdieu.

Baseia-se na perspectiva de que o campo político brasileiro foi historicamente configurado para atender prioritariamente aos interesses de homens cisgêneros, brancos e heteronormativos, engendrando dispositivos simbólicos e materiais voltados a controlar, limitar e afastar mulheres que desafiam a ocupação dos espaços institucionais de poder. Sob essa ótica, sustenta que, à medida que as mulheres buscam reconhecimento e capital político, manifestam-se práticas destinadas a preservar e reforçar a ordem hierárquica estabelecida.

Kulaitis (2024) discute que o avanço legislativo referente à ampliação dos direitos políticos das mulheres, como o sufrágio universal, as cotas eleitorais e a criminalização da violência política de gênero, ocorre simultaneamente ao fortalecimento de estratégias de reação e boicote à presença feminina. Assim, como indica a autora, ao impedir que mulheres consolidem sua atuação institucional, indiretamente observa-se que a violência se torna um obstáculo concreto à democratização, uma vez que o regime democrático exige participação plural e diversidade representativa. Destaca-se:

A violência política de gênero se apresenta como estratégia ortodoxa de manutenção do campo político dado que a atuação política de mulheres é percebida como ameaça à ordem de gênero estabelecida. Suas múltiplas expressões resultam da fragilidade das instituições democráticas e da ausência ou ineficácia de medidas de proteção (Kulaitis, 2024, p. 5).

O texto exemplifica, por meio de relatos e episódios reais, como a violência política

afeta especialmente mulheres negras, indígenas e LGBTQIA +, que acumulam múltiplos marcadores de opressão. Retomando Joan Scott e Pierre Bourdieu, argumenta que as diferenças de gênero são socialmente naturalizadas e convertidas em desigualdades de poder, evidenciando que o campo político historicamente restringe a participação feminina.

Ao discutir acontecimentos recentes no Brasil, Letícia Kulaitis ressalta o papel da imprensa na intensificação da Violência Política de Gênero, utilizando recursos discursivos, imagéticos e simbólicos que deslegitimam mulheres em ascensão ao poder. O impeachment de Dilma Rousseff é apresentado como exemplo paradigmático de ataques misóginos, nos quais sua imagem e autoridade foram questionadas sob o pretexto de incapacidade para governar, reforçando uma lógica de exclusão baseada em estereótipos de gênero.

Esses episódios, somados a outros casos emblemáticos, evidenciam que a violência política assume múltiplas formas, como assédio, ameaças, constrangimentos, disseminação de fake news, desqualificação moral e sexualização. Casos envolvendo Marielle Franco, Manuela D'Ávila, Erika Hilton, Áurea Carolina, Benedita da Silva, Bruna Rodrigues e Daiana Santos demonstram os efeitos concretos dessas práticas, que podem enfraquecer a autoestima e interromper carreiras políticas, levando à evasão do campo político por exaustão, como ocorreu com Áurea Carolina, que optou por não disputar a reeleição ao final de seu mandato como deputada federal (2019–2023), decisão associada, entre outros fatores, ao desgaste provocado pela violência política de gênero.

A autora enfatiza que a Violência Política de Gênero não atinge todas as mulheres igualmente, sendo agravada para negras, indígenas e LGBTQIA + devido à interseção de racismo, sexismo e classismo. A perspectiva interseccional, oriunda do feminismo negro, permite compreender como essas múltiplas opressões atravessam a atuação política, exemplificada por figuras como Marielle Franco, que representam mulheres historicamente marginalizadas (Kulaitis, 2024, p. 13).

Ressalta que a democracia brasileira permanece incompleta enquanto não assegurar a plena representatividade política das mulheres. Rejeita a naturalização da violência e defende estratégias heterodoxas de enfrentamento capazes de subverter estruturas patriarcais e evidenciar que, embora os homens historicamente tenham estruturado o campo político em seu próprio interesse, a resistência e a permanência das mulheres na política institucional podem transformá-lo.

Essa perspectiva de resistência e transformação permite estabelecer uma articulação

analítica fundamental com as ofensivas recentes dirigidas aos direitos e às conquistas sociais no Brasil. Ao compreender a atuação política das mulheres como um elemento de contestação às estruturas históricas de poder, evidencia-se que os ataques às agendas de gênero não se configuram como episódios pontuais ou desconectados, mas se inserem em um cenário mais amplo de disputas pelo controle do espaço público e pela definição das normas sociais que regem a vida coletiva.

Nesse contexto interpretativo, o e-book *Políticas antigênero na América Latina: Brasil*, de Corrêa e Kalil (2020), apresenta um marco analítico consistente para compreender a emergência e a consolidação das políticas antigênero no país. Nas páginas iniciais da obra, as autoras demonstram que tais ofensivas não devem ser interpretadas como fenômenos isolados ou episódicos, mas como parte de processos mais amplos de desdemocratização, caracterizados pela erosão progressiva das instituições democráticas e pelo esvaziamento da participação política substantiva. Esses processos resultam, ainda, no silenciamento de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres, pessoas LGBTQIA+ e comunidades racializadas.

O texto dialoga com a produção teórica de Brown (2015) e Cooper (2017), articulando a convergência entre neoliberalismo econômico e conservadorismo moral-religioso como elemento central para compreender a reconfiguração contemporânea do Estado. Nesse cenário, a redução das políticas sociais e a mercantilização da vida coexistem com a intensificação de discursos morais disciplinadores. No contexto latino-americano, essa combinação assume características próprias, atravessadas por desigualdades históricas, fragilidade institucional e legados autoritários persistentes.

A introdução ao caso brasileiro evidencia a complexidade e heterogeneidade do país como fatores que tornam desafiadora a análise de dispositivos políticos de enfrentamento às pautas feministas. Corrêa e Kalil destacam que, embora a intensificação dessas ofensivas seja recente, suas raízes estão ancoradas em processos históricos de longa duração. A eleição de Jair Bolsonaro é apresentada como ponto de inflexão no qual discursos antes marginalizados se deslocam para o centro do poder estatal, adquirindo capacidade normativa e institucional, consolidando políticas que impactam diretamente a cidadania e a representação das mulheres e minorias.

O recorte temporal e social do estudo concentra-se nas últimas décadas do século XX e

início do século XXI, período marcado pela redemocratização, expansão de direitos civis e ampliação da participação social feminina. Esse contexto permite compreender como a consolidação de políticas antigênero ocorre em tensão com avanços formais em educação e direitos civis, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais e o silenciamento de vozes femininas e de grupos marginalizados (Corrêa; Kalil, 2020).

A seção dedicada a indicadores socioeconômicos e demográficos cumpre papel metodológico relevante, fornecendo base empírica para contextualizar as disputas políticas e morais analisadas. Os dados revelam um país profundamente desigual, marcado por clivagens de classe, raça e gênero, nas quais mulheres negras e populações racializadas aparecem de forma desproporcional entre os grupos mais vulneráveis. A desigualdade estrutural não atua apenas como pano de fundo, mas como elemento central para compreender a receptividade social a discursos conservadores e autoritários (Corrêa; Kalil, 2020).

No campo do gênero, os indicadores evidenciam contradições significativas. Apesar de as mulheres apresentarem maior nível de escolaridade média, permanecem submetidas a desigualdades salariais expressivas e a índices elevados de violência, incluindo crescimento dos feminicídios, especialmente entre mulheres negras. Esses dados reforçam que avanços formais em direitos e educação não se traduziram em igualdade substantiva, abrindo espaço para disputas simbólicas e políticas sobre moral, família e papéis de gênero (Corrêa; Kalil, 2020).

A análise do contexto brasileiro aprofunda essa leitura, destacando urbanização acelerada, centralidade da violência estrutural e papel do agronegócio e da financeirização na organização econômica. Corrêa e Kalil demonstram como o modelo econômico vigente reforça desigualdades e produz insegurança social, criando terreno fértil para narrativas autoritárias que prometem ordem, moralidade e punição. Nesse cenário, atuam como dispositivos de mobilização política capazes de canalizar frustrações sociais difusas e reforçar o silenciamento de vozes dissidentes.

A seção sobre o sistema político evidencia limitações da democracia pós-1988. Apesar da Constituição Cidadã ter ampliado direitos e garantias fundamentais, o presidencialismo de coalizão, aliado à fragmentação partidária e à persistência de práticas clientelistas, contribuiu para o distanciamento crescente entre sociedade e instituições. Esse descompasso manifesta-se em elevados índices de desconfiança em relação ao Congresso e no aumento da credibilidade das Forças Armadas e instituições religiosas, fatores que ajudam a compreender o cenário

político de 2018 (Corrêa; Kalil, 2020).

A avaliação da posse de Bolsonaro explicita a centralidade do discurso de contestação às políticas de gênero na agenda governamental. Corrêa e Kalil demonstram que a retórica contra a “ideologia de gênero” não foi apenas recurso eleitoral, mas eixo estruturante de um projeto político que associa moral conservadora, anticomunismo e autoritarismo. A recorrência desse discurso ao longo da trajetória parlamentar confirma sua inserção em estratégia de longo prazo de reorganização do campo político brasileiro.

Na seção “Rasgos sistêmicos, trajetórias contemporâneas”, as autoras oferecem interpretação densa da formação social brasileira, marcada por colonialismo, racismo, patriarcado e autoritarismo. Argumentam que tais iniciativas ganham força ao mobilizar esses legados históricos, operando como reação às transformações sociais ocorridas desde a redemocratização, especialmente no que se refere aos direitos das mulheres, da população LGBTQIA+ e de grupos racializados (Corrêa; Kalil, 2020).

Corrêa e Kalil demonstram que, no caso brasileiro, devem ser compreendidas como instrumentos de acumulação de poder político, articuladas à crise da democracia, à precarização social e à reconfiguração do papel do Estado. O e-book oferece contribuição relevante para os estudos de gênero, política e democracia, explicitando de forma consistente que tais ofensivas não representam retrocesso isolado, mas disputa central pelos sentidos da cidadania, dos direitos humanos e da própria democracia no Brasil contemporâneo.

A Violência Política de Gênero atua como mecanismo de preservação das hierarquias patriarcais que estruturam o campo político brasileiro. Mesmo com a conquista de direitos formais de participação e representação, o espaço institucional permanece orientado por lógicas que legitimam o masculino como sujeito natural do poder. A presença de mulheres em mandatos eletivos e cargos, portanto, não assegura a democratização das relações políticas.

O estudo dessas medidas permite analisar como políticas afirmativas contribuem para reduzir barreiras estruturais e promover a presença efetiva das mulheres nos espaços de decisão, estabelecendo continuidade entre a compreensão das desigualdades e as estratégias para superá-las.

2.2 Sobre a permanência das mulheres na política: um debate para as aulas de História

A participação das mulheres na política brasileira enfrenta uma série de desafios que extrapolam o momento da eleição e perpassam pelos complexos domínios das estruturas institucionais, culturais e simbólicas. A análise de cinco estudos recentes que examinam a

representação feminina (Belisário; Reis, 2023), a desigualdade de gênero nas eleições de 2018 (Campos *et al.*, 2018), a sub-representação feminina (Cavalcante; Alcantara, 2024), violência política de gênero (Moraes, 2022) e as eleições de 2002 sob uma perspectiva interseccional (Silva; Homem, 2024) permite identificar que, embora avanços tenham sido conquistados no campo da representação formal, persistem entraves marcados por estereótipos, desigualdades de gênero, violência política e uma estrutura de poder que resiste à transformação.

Esses trabalhos sustentam que a permanência das mulheres nos espaços políticos não é uma questão meramente eleitoral, mas estrutural, e demanda uma reflexão crítica sobre o funcionamento da democracia brasileira. Belisário e Reis (2023), no artigo “Representação feminina na cena política brasileira: estereótipos e preconceitos”, destacam que a persistência das mulheres nos espaços de poder é continuamente desafiada por estereótipos de gênero que as associam à emoção, à fragilidade e à incompetência política. Esses estigmas não apenas limitam a entrada de mulheres na política como também dificultam sua atuação e continuidade nos cargos eletivos: “as representações sociais que vinculam o feminino à esfera privada e o masculino à esfera pública ainda operam com vigor no imaginário político nacional” (Belisário; Reis, 2023, p. 5). Tais concepções mantêm a política como um espaço de dominação masculina, onde as mulheres são frequentemente percebidas como corpos estranhos.

Nesse sentido, o estudo de Lígia Fabris Campos, Décio Vieira da Rocha, Leandro Molhano Ribeiro e Vitor de Moraes Peixoto, publicado em 2020, reforça a ideia de que a competição política no Brasil está profundamente marcada por desigualdades de gênero, o que contribui para a baixa permanência das mulheres nas assembleias legislativas estaduais, em competição política e desigualdades de gênero nas eleições para assembleias estaduais em 2018. A autora e os autores examinam as eleições de 2018 e demonstram que, mesmo com a implementação de cotas, os partidos operam estratégias que mantêm os homens como protagonistas: “a maior competitividade das eleições estaduais não se traduziu em maior inclusão de mulheres nas listas viáveis dos partidos” (Campos *et al.*, 2020, p. 605).

Mais precisamente, as cotas são frequentemente instrumentalizadas de forma simbólica, sem garantia real de acesso a recursos ou apoio político necessário à eleição e manutenção das candidaturas femininas. A permanência das mulheres na política, portanto, está vinculada a um sistema partidário que não apenas resiste à inclusão, como também opera formas sutis e explícitas de exclusão.

Esse ponto é aprofundado em “A sub-representação feminina e a fragilidade da

democracia: a necessária inclusão feminina nos espaços e debates públicos” por Cavalcante e Alcântara (2024) ao defenderem que a sub-representação feminina constitui uma fragilidade democrática. Para os autores, o não reconhecimento da importância da diversidade de gênero nos espaços públicos compromete a legitimidade da democracia e perpetua assimetrias históricas. Isto é: “a inclusão das mulheres na política não é apenas uma demanda por equidade, mas uma condição para o aprofundamento da democracia” (Cavalcante; Alcântara, 2024, p. 2). Os autores reforçam a denúncia que os espaços institucionais ainda se estruturam a partir de uma lógica masculina que exclui e marginaliza as mulheres.

De modo complementar, Silva e Homem (2024) lançam mão de uma perspectiva interseccional para analisar as eleições de 2020 no artigo “De Alzira Soriano a Tainá de Paula: as eleições de 2020 sob uma perspectiva interseccional”, avaliando como raça, gênero, classe e sexualidade impactam as possibilidades de eleição e permanência de mulheres negras e periféricas. As autoras abordam as trajetórias de Alzira Soriano, primeira prefeita eleita no Brasil em 1928, e Tainá de Paula, arquiteta e vereadora negra eleita no Rio de Janeiro em 2020, para demonstrar que, embora separadas por quase um século, ambas enfrentaram resistências similares.

Segundo Silva e Homem, “a permanência de mulheres negras na política não é apenas sobre sobrevivência institucional, mas sobre transformar o próprio sentido da política” (Silva; Homem, 2024, p. 12). A abordagem interseccional permite compreender que as opressões não atuam de forma isolada, mas articulada, o que exige políticas públicas e estratégias partidárias que reconheçam a pluralidade das experiências femininas.

A correlação entre os estudos revela um consenso: a permanência das mulheres na política brasileira depende de uma transformação estrutural que vá além da inserção numérica e aborde as condições materiais e simbólicas que sustentam sua exclusão. Como apontam Belisário e Reis, “a conquista de espaço não implica, necessariamente, o fim do preconceito; muitas vezes, ele se reinventa” (Belisário; Reis, 2023, p. 7). Essa reinvenção se manifesta nos arranjos partidários, nas dinâmicas legislativas e nos discursos que tentam desqualificar a atuação das mulheres.

A perspectiva crítica de Cavalcante e Alcântara (2024) também se alinha a essa ideia ao afirmar que a sub-representação feminina é, simultaneamente, um sintoma e um instrumento da crise democrática. Os autores propõem uma reestruturação institucional que inclua mecanismos de proteção contra a violência política de gênero, financiamento público proporcional para

candidaturas femininas e educação política com enfoque de gênero. Tais medidas seriam, segundo eles, passos fundamentais para garantir não apenas o acesso, mas a permanência das mulheres na política.

Moraes (2022) oferece, nesse sentido, uma contribuição imprescindível ao dar voz às parlamentares que vivenciam essas violências. Seus relatos mostram que a violência política é vivida cotidianamente e tem como objetivo o desgaste psicológico e simbólico das mulheres eleitas. Como consequência, muitas acabam desistindo de mandatos ou não se lançam novamente como candidata ao cargo, o que compromete a renovação da representação e perpetua a hegemonia masculina.

Ademais, a leitura de Silva e Homem (2024) permite evidenciar que, mesmo quando mulheres negras e periféricas alcançam cargos políticos, enfrentam expectativas desiguais quanto à performance, além de uma cobrança permanente para representar “todas as mulheres” ou “toda a periferia”, o que é humanamente inviável. A interseccionalidade, nesse contexto, não é apenas uma lente analítica, mas uma ferramenta política de resistência.

Fernando Meireles e Rubim Valença (2017) investigam a persistente sub-representação das mulheres nos cargos eletivos brasileiros, mesmo após a consolidação de marcos legais voltados à ampliação de sua participação política, no artigo “Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros”. Os autores destacam que a desigualdade de gênero na política não pode ser explicada apenas por fatores culturais ou individuais, sendo necessário compreender também as estruturas institucionais que condicionam a competição eleitoral. O estudo propõe examinar a relação entre magnitude eleitoral, número de cadeiras em disputa em cada distrito e as chances de eleição de mulheres nos municípios.

Ao articular ciência política e estudos de gênero, os autores evidenciam que, embora as mulheres componham aproximadamente 52% do eleitorado entre 2016 e 2022, sua presença nos legislativos municipais permanece reduzida, com apenas cerca de 15% dos cargos efetivamente ocupados por mulheres. O foco nos municípios é relevante, pois concentra a maior parte dos cargos eletivos e constitui porta de entrada para trajetórias políticas. A magnitude eleitoral influencia as oportunidades de eleição, mas interage com regras partidárias, financiamento de campanha e cultura política local, mostrando que fatores institucionais e contextuais moldam as chances das candidaturas femininas.

Metodologicamente, o artigo utiliza dados oficiais de eleições municipais, garantindo confiabilidade e permitindo analisar um amplo universo de casos. Os resultados indicam que

municípios com maior magnitude tendem a eleger percentuais mais elevados de mulheres, aproximando o Brasil de tendências observadas em contextos internacionais. Entretanto, mesmo em condições mais favoráveis, a representação feminina permanece aquém de sua proporção no eleitorado, demonstrando que a magnitude eleitoral facilita, mas não garante, igualdade substantiva.

A perspectiva histórica permite compreender a persistência da exclusão política feminina. Desde a conquista do sufrágio em 1932, o acesso das mulheres à política foi mediado por regras institucionais que favoreceram candidaturas masculinas consolidadas. Dados do portal “TSE Mulheres” (2023) reforçam que, mesmo após quase um século de elegibilidade feminina, os percentuais de candidaturas e de eleitas permaneceram baixos, especialmente em municípios menores, refletindo desigualdades estruturalmente produzidas. Dessa forma, a magnitude eleitoral interage com padrões institucionais e culturais que historicamente limitaram a participação feminina.

O Portal TSE Mulheres revela que, entre 2016 e 2022, apenas 33% das candidaturas foram femininas e, nas eleições de 2022, 18% dos eleitos ao Legislativo eram mulheres, apesar de estas representarem 46% do quadro partidário. Internacionalmente, em 2022, o Brasil ocupava a 129ª posição no ranking da União Interparlamentar, com 17,7% de assentos femininos na Câmara dos Deputados. Esses dados reforçam a necessidade de políticas afirmativas e práticas educativas que ampliem a presença e a voz feminina nos espaços de decisão política.

Os autores destacam implicações normativas importantes: contextos institucionais mais inclusivos tendem a favorecer a eleição de mulheres, sugerindo que reformas eleitorais podem reduzir desigualdades, desde que acompanhadas de mudanças culturais e organizacionais. O estudo combina análise empírica, perspectiva histórica e reflexão teórica, oferecendo subsídios relevantes para compreender os limites e possibilidades da representação política feminina no Brasil contemporâneo.

Essa análise expõe que a sub-representação feminina não é apenas um fenômeno contemporâneo, mas resultado de processos históricos de exclusão e silenciamento das mulheres no espaço político. Ao demonstrar como fatores institucionais, culturais e históricos condicionam a participação feminina, o estudo reforça a importância de refletir sobre a maneira como a história política das mulheres é apresentada nos materiais didáticos. A compreensão dessas desigualdades estruturais justifica a proposição desta dissertação de elaborar conteúdos

que valorizem trajetórias políticas femininas, oferecendo instrumentos para superar o apagamento histórico e fomentar a construção de uma cidadania plena e equitativa.

Os estudos aqui apresentados convergem na defesa de que a representação feminina precisa ser compreendida como um pilar da democracia, não apenas como um número a ser alcançado, mas como um direito a ser garantido em sua plenitude. A superação dos desafios exige, portanto, uma atuação coordenada entre partidos, sociedade civil, sistema de justiça eleitoral e movimentos feministas, com vistas à construção de uma política verdadeiramente inclusiva e democrática.

A sub-representação, a violência política de gênero, os estereótipos naturalizados e o racismo estrutural, particularmente em relação às mulheres negras e periféricas, configuram um cenário de exclusão que compromete não apenas o princípio da igualdade, mas a própria legitimidade das instituições representativas. Mais do que contabilizar candidaturas ou mandatos, é necessário compreender que a efetiva permanência das mulheres nos espaços de poder político exige a transformação das regras formais e informais que organizam a política brasileira.

Diante desse panorama, torna-se fundamental reconhecer o papel da educação na formação de uma consciência crítica e cidadã comprometida com a igualdade de gênero. As aulas de História, nesse contexto, assumem uma posição estratégica para a desnaturalização das desigualdades políticas e para a valorização das lutas históricas das mulheres por direitos civis, políticos e sociais. A invisibilização histórica das mulheres na historiografia e nos currículos escolares contribuiu, por décadas, para a reprodução da ideia de que elas são alheias à esfera pública e à política institucional. Inverter essa lógica é um imperativo pedagógico, ético e democrático.

Nesse sentido, assume centralidade no debate a recente legislação federal sancionada pelo Governo Federal, em setembro de 2024, que torna obrigatória a inclusão das lutas das mulheres nos currículos do ensino fundamental e médio (Brasil, 2024). De acordo com a norma, as escolas deverão garantir o estudo das contribuições femininas para a construção da sociedade brasileira, bem como refletir sobre os desafios enfrentados pelas mulheres em diferentes momentos históricos. Trata-se de uma conquista importante para o campo da educação e para os movimentos feministas, pois inscreve no espaço escolar o direito à memória, à justiça e à representatividade histórica.

Assim, a abordagem crítica das dificuldades de permanência das mulheres na política

deve ser incorporada às práticas pedagógicas com o objetivo de estimular o debate, a empatia e o engajamento estudantil na construção de uma sociedade mais igualitária. O estudo de trajetórias como a de Alzira Soriano e Tainá de Paula permite às e aos estudantes compreenderem que a política é um campo em disputa e que as mulheres, sobretudo aquelas que enfrentam múltiplas opressões, são agentes ativas dessa transformação.

É preciso, ainda, que as formações docentes, os materiais didáticos e os projetos pedagógicos estejam alinhados com os pressupostos dessa nova legislação, de modo a garantir que a presença das mulheres na política seja ensinada não como exceção, mas como parte integrante da história brasileira. Conforme sustentam Belisário e Reis (2023), a desconstrução dos estereótipos exige uma atuação contínua e multissetorial. No campo educacional, essa atuação se concretiza em práticas que desafiam a narrativa patriarcal e oferecem às novas gerações referências femininas no exercício do poder.

Portanto, a efetiva inclusão das lutas das mulheres no Ensino de História pode contribuir para reverter o ciclo de exclusão política ao fomentar o reconhecimento e a valorização da presença feminina nos processos de decisão coletiva. A formação histórica crítica é, assim, uma ferramenta fundamental para a consolidação de uma cultura democrática que reconheça, combata e repare as desigualdades de gênero. Afinal, como apontado por Cavalcante e Alcântara (2024), não há democracia plena sem a participação efetiva e contínua das mulheres nos espaços de poder.

No intuito de qualificar o debate, Luciana Panke e Mércia Alves (2023) apresentam suas contribuições, preocupações e reflexões a respeito da exclusão das mulheres dos espaços de poder a partir de um dossiê publicado na revista *Teoria & Pesquisa*, que compilou artigos relacionados aos trabalhos de pesquisadoras de 28 países de diversas áreas do conhecimento. Um dos artigos, apresentado por Alves e Panke, demonstra, através de pesquisa documental realizada por Kátia Belisário e Ruth Reis, um aspecto inquietante, que é o crescimento da violência sofrida pelas mulheres a partir do aumento de sua presença nos espaços de poder, em função do avanço do conservadorismo. As autoras demonstram que, apesar das mulheres representarem 53% do eleitorado brasileiro, nosso país ocupa a 140^a posição em representatividade política feminina entre 191 nações, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres, 2020), e que na América Latina o Brasil está à frente apenas de Belize e Haiti (Belisário; Reis, 2023, p. 3). As autoras enfatizam:

Machismo, patriarcado, controle e exclusão de gênero são características presentes na sociedade global desde os primórdios da civilização, e no Brasil não é diferente. A história do país é marcada pelo engajamento de lideranças e movimentos feministas, pela presença constante de diversos grupos ativistas e por muitas batalhas travadas para garantir a participação civil e política equânime entre os gêneros (Belisário; Reis, 2023, p. 7).

É relevante mencionar que Samarha Lemos Vieira, Gabriela Cappellari, Jeferson Luís Lopes Goularte e Clarice Vepo do Nascimento Welter Vieira, no artigo “Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant’Ana do Livramento, RS”, publicado em 2023, inferem o fato de que, nas eleições de 2016, o município teve 56 candidatas concorrendo ao cargo de vereador em um universo de 179 candidatos e apenas duas foram eleitas. Os autores apresentam o resultado de entrevistas realizadas com mulheres eleitas, suas conquistas e desafios (Vieira *et al.*, 2023).

A análise da participação política de mulheres no Brasil, especialmente no período imediatamente posterior à conquista do voto feminino, tem se beneficiado de estudos que visam recuperar trajetórias silenciadas pela historiografia tradicional. É nesse contexto que se destacam os artigos de Céli Regina Jardim Pinto, “Uma mulher 'recatada': a deputada Suely de Oliveira (1950-1974)”, publicado em 2016, e “Elas não ficaram em casa: as primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil” (2017). Ambos os estudos contribuem substancialmente para uma compreensão mais refinada da presença feminina nos espaços legislativos brasileiros, problematizando a tensão entre agência política e normatividade de gênero.

No artigo dedicado à trajetória de Suely de Oliveira, observa-se uma leitura cuidadosa da performance política da deputada gaúcha à luz das expectativas sociais que definiam a mulher pública ideal como discreta, respeitadora das normas e associada aos valores familiares. A autora demonstra que Suely não apenas se adequa a essas expectativas como as mobiliza estrategicamente, evitando embates diretos com o discurso dominante para garantir sua permanência no espaço político. Essa análise ressoa com os apontamentos de Michelle Perrot (2005) quando afirma que muitas mulheres, ao ocuparem a cena pública, precisaram adotar estratégias de invisibilidade relativa para que sua presença não fosse percebida como transgressora.

Por sua vez, o segundo artigo amplia o olhar para um grupo de 12 mulheres eleitas na década de 1950, compondo o que Céli Regina (2016; 2017) chama de biografia de grupo. A

análise, ao contemplar aspectos como escolarização, filiação partidária, redes familiares e trajetórias profissionais, reforça a ideia de que essas pioneiras não formavam um bloco homogêneo, mas sim múltiplos percursos marcados por tensões entre tradição e modernidade.

A perspectiva adotada neste estudo se articula com a noção de representação discutida por Losandro Tedeschi (2019), que compreende o conceito não apenas como presença física em espaços de poder, mas como produção simbólica que envolve discursos, imagens e sentidos historicamente construídos.

Ambas as produções acadêmicas estabelecem interlocução com a crítica de Ana Maria Colling à invisibilidade das mulheres na produção do conhecimento histórico escolar. Ao apresentar essas trajetórias como dignas de estudo, Céli Regina (2016; 2017) se insere na perspectiva teórica definida por Colling (2013) como “epistemologia feminista do ensino de história”, um deslocamento de foco que permite incluir sujeitos historicamente marginalizados nas narrativas oficiais. Ao mesmo tempo, a autora denuncia as barreiras estruturais que dificultaram e ainda dificultam a consolidação de uma presença feminina autônoma e crítica nos espaços legislativos.

Observa-se que as contribuições de Céli Regina Jardim Pinto, em consonância com as obras de Perrot (1992; 2005) e Colling (2013; 2020), revelam que a representação política das mulheres no Brasil não pode ser compreendida unicamente a partir de sua eleição para cargos públicos. É necessário atentar para as condições sociais, culturais e simbólicas que moldam os modos de ser mulher na política e que, como mostram os estudos analisados, exigiram das pioneiras constantes negociações com um campo de poder historicamente masculino.

A análise de Céli Regina Jardim Pinto (2017) problematiza a noção recorrente da excepcionalidade feminina na política, apontando para a construção social de discursos que mantêm naturalizada a exclusão das mulheres dos espaços de poder. Ao afirmar que “a relação entre a vida das mulheres e sua inserção no mundo da política não resiste ao senso comum que as qualifica como exceção, como mostram as experiências das mulheres tomadas como exemplo” (Pinto, 2017, p. 461), a autora denuncia um processo de representação simbólica que reitera estereótipos de gênero e contribui para a manutenção da desigualdade.

A concepção de representação proposta por Tedeschi (2019) também não se restringe à presença formal nos espaços institucionais, mas inclui os modos pelos quais os sujeitos são simbolicamente (in)visibilizados. O deslocamento promovido por Jardim Pinto dialoga ainda com as proposições de Michelle Perrot (2005), que aponta os silêncios da história como

territórios densos de significação, nos quais a ausência das mulheres atua como presença estruturante da narrativa histórica. Nesse sentido, a reconstrução das trajetórias das primeiras deputadas brasileiras torna-se um exercício metodológico e político de rearticulação dos sentidos do passado, permitindo não apenas reconhecer experiências marginalizadas, mas desestabilizar categorias consolidadas pela tradição historiográfica.

O artigo de Barros, Mitozo e Busanello (2021), “Depois de eleitas: os desafios de deputadas federais para o exercício do mandato”, apresenta uma análise abrangente sobre os obstáculos enfrentados por deputadas federais brasileiras durante o exercício do mandato parlamentar na legislatura de 2015-2019. A pesquisa adota um rigor metodológico consistente ao articular técnicas qualitativas e quantitativas, como grupos focais, *surveys* e entrevistas com as próprias parlamentares.

A principal contribuição do artigo reside na ênfase ao fato de que os entraves à participação política das mulheres não se restringem ao momento eleitoral. Pelo contrário, continuam a operar dentro do próprio Parlamento por meio de práticas institucionalizadas que desvalorizam a atuação das deputadas. Apesar de reconhecer avanços, como a ampliação das cotas e a maior visibilidade da agenda de gênero, os autores mostram que a estrutura partidária e a lógica do “*hard politics*” ainda excluem as mulheres das decisões centrais. A crítica ao uso estratégico e superficial da imagem feminina pelos partidos revela a persistência do machismo institucional, mesmo sob o verniz da inclusão formal.

O aporte de Gerda Lerner (2019) permite aprofundar a análise do artigo “Depois de eleitas: os desafios de deputadas federais para o exercício do mandato” ao evidenciar que a sub-representação feminina na política institucional brasileira não é um dado contingente, mas expressão histórica de um sistema patriarcal estruturante. Ao demonstrar que as deputadas, mesmo após eleitas, enfrentam obstáculos simbólicos e institucionais que comprometem seu pleno exercício parlamentar, o estudo empírico reforça a tese de Lerner (1986) de que o patriarcado é uma construção histórica e cultural, moldada ao longo de milênios, que naturalizou a autoridade masculina e relegou as mulheres à subordinação social. A autora demonstra que essa dominação se sustenta não apenas em práticas materiais, mas também na produção de sentidos que excluem as mulheres como sujeitos históricos e políticos.

A constatação de que as parlamentares “são pouco escutadas no parlamento, são mais interrompidas nas falas e discursos” (Barros; Mitozo; Busanello, 2021, p. 124) materializa o

que Lerner denominou como exclusão epistêmica das mulheres da esfera pública e da construção da autoridade. Assim, o artigo não apenas documenta a desigualdade de gênero no Legislativo, mas também confirma a persistência de uma ordem histórica em que as mulheres, mesmo presentes, são sistematicamente desautorizadas.

Esta dissertação busca subsidiar investigações futuras que aprofundem o entendimento sobre a temática, contribuindo para romper o silenciamento em torno da participação das mulheres na construção do país. Ressalta-se, porém, que o presente estudo é limitado diante da complexidade de um tema que envolve mais da metade da população brasileira.

3. PIONEIRAS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Ao abordar o lugar das mulheres na política, Michelle Perrot (2005) assinala que o silenciamento configura-se também como uma forma de consentimento socialmente construído. Segundo a autora, “a ideia de que a política não é assunto das mulheres [...] permanece enraizada” (p. 184), o que evidencia mecanismos sutis de exclusão que atravessam tanto os discursos públicos quanto às interpretações individuais.

No exame da presença feminina na política, Perrot (2005) ressalta que o afastamento das mulheres das esferas de poder não se explica apenas por formas explícitas de exclusão institucional, mas por processos persistentes de naturalização da desigualdade. Como observa a autora, “uma vez mais, todo o problema do consentimento que aí se coloca. Na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres” (Perrot, 2005, p. 184).

Esta dissertação propõe-se a atuar em sentido oposto a essa lógica ao evidenciar mulheres que ocuparam, pela primeira vez, cargos eletivos e espaços de representatividade política no Brasil. Para tanto, adota como estratégia metodológica a elaboração de fichas biográficas e de um álbum de figurinhas, cujo caráter lúdico-pedagógico visa ampliar o alcance social da pesquisa e favorecer abordagens mais sensíveis e inclusivas no Ensino de História.

Nesse contexto, a visibilização das trajetórias pioneiras de mulheres eleitas no país contribui para tensionar estruturas excludentes, reafirmando seu papel na construção da esfera pública e no exercício da cidadania política. As reflexões de Silvia Federici (2023) mostram-se fundamentais para compreender como as experiências femininas podem ser interpretadas como práticas coletivas de resistência e de reconstrução social ao afirmar que “o processo de tornar comum deve ser o de produzirmos a nós mesmos como sujeitos comuns” (Federici, 2023, p. 388).

Ao convocar a superação do esquecimento histórico e a construção de uma memória partilhada, fundada na solidariedade e na recusa das hierarquias que sustentam as exclusões, Federici estabelece um diálogo direto com os objetivos desta pesquisa. De modo convergente, Wilma de Lara Bueno (1998) destaca a importância de uma abordagem interseccional na análise das experiências femininas ao demonstrar que etnia, classe e condição social atravessam as formas de inserção das mulheres na vida pública.

Em seu estudo, ao destacar a atuação de mulheres imigrantes na sociabilidade curitibana, Wilma Bueno evidencia o quanto determinados grupos femininos foram marginalizados pelas

narrativas históricas dominantes ao afirmar que “a estas últimas, juntaram-se as polacas que na luta asseguraram a participação na vida sociocultural curitibana” (Bueno, 1998, p. 674).

Dessa maneira, mapear e visibilizar trajetórias pioneiras não constitui apenas um exercício de construção da memória histórica, mas também um posicionamento político e epistêmico. Ao desestabilizar modelos tradicionais de representação, tal iniciativa contribui para novas formas de compreender o pertencimento feminino nos espaços de decisão e para o enfraquecimento de estruturas simbólicas que, historicamente, restringiram o acesso das mulheres ao poder.

Cada fonte histórica consultada desempenha papel central na construção do conhecimento na medida em que reúne informações inicialmente fragmentadas que, quando articuladas, conformam uma ampla e consistente rede de dados, narrativas e interpretações sobre a história da representação política das mulheres no Brasil. Esse processo de interconexão entre documentos, obras e registros permite compreender a complexidade das trajetórias femininas no espaço público.

Ao serem analisadas de forma integrada, tais fontes possibilitam apreender tanto as experiências individuais quanto os movimentos estruturais que moldaram a participação feminina na vida política nacional, contribuindo para uma leitura mais abrangente e crítica do processo de consolidação dos direitos políticos das mulheres ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de uma produção historiográfica que evidencia a importância do diálogo entre diferentes registros e perspectivas.

No interior desse amplo conjunto documental, algumas obras assumem relevância singular por sua capacidade de síntese, problematização e organização do conhecimento histórico produzido sobre o tema. Nesse sentido, entre as dezenas de referências examinadas ao longo da pesquisa, destacam-se *Nova História das Mulheres no Brasil*, organizada por Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, e o *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, de Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil.

A primeira obra oferece uma análise densa e interpretativa dos processos históricos que estruturaram a presença das mulheres na sociedade brasileira, especialmente no que se refere às relações de poder, à construção das identidades de gênero e às formas de inserção no espaço público e político, fornecendo sólido embasamento teórico para a compreensão das dinâmicas da cidadania feminina. A segunda constitui instrumento de referência indispensável ao reunir, de maneira sistemática e acessível, um vasto conjunto de trajetórias individuais, permitindo

visibilizar personagens femininas historicamente silenciadas e conectar experiências pessoais às transformações mais amplas da vida social e política do país, contribuindo, em conjunto, para a reconstrução crítica da história da representação política das mulheres no Brasil.

Para a elaboração das fichas biográficas, também foram mobilizadas demais obras, artigos acadêmicos, teses e dissertações devidamente indicados nas referências biográficas. Essas produções constituem o suporte teórico e documental da pesquisa, conferindo-lhe rigor metodológico e consistência historiográfica. A seleção das fontes privilegia trabalhos consolidados no campo da História e dos estudos de gênero, assegurando a fidedignidade das informações apresentadas e a transparência quanto às bases utilizadas.

A identificação das mulheres aqui analisadas foi realizada por meio de ampla consulta a fontes documentais e digitais de caráter oficial e jornalístico. O levantamento fundamentou-se, prioritariamente, nos portais eletrônicos dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e das Assembleias Legislativas Estaduais (ALEs), bem como nas bases de dados do Senado Federal (SF), da Câmara dos Deputados (CD) e em diários oficiais, os quais disponibilizam informações relativas a candidaturas, mandatos e registros históricos.

De forma complementar, foram analisadas matérias veiculadas em jornais impressos e digitais, além de conteúdos divulgados por portais de comunicação reconhecidos por sua relevância informativa. Essa abordagem múltipla possibilitou não apenas o mapeamento dos marcos de ineditismo, mas também a constituição de um corpus documental aberto, permitindo a incorporação de outras figuras femininas à medida que novos dados venham a ser identificados.

3.1 Trajetórias e resistências: mulheres que desbravaram horizontes

Jornadas e lutas, muitas vezes apagadas intencionalmente dos registros institucionais, revelam o quanto a história oficial foi produzida sob filtros excludentes, legitimando desigualdades e invisibilizando conquistas. Recuperar essas presenças não é apenas um gesto de reparação simbólica, mas uma exigência ética diante da persistência das estruturas que continuam limitando a participação feminina nos espaços de poder.

Ao reconhecer a centralidade dessas experiências, este capítulo propõe uma reflexão sobre as formas pelas quais diferentes mulheres desbravaram horizontes, enfrentaram resistências e, sobretudo, inauguraram caminhos ainda em construção. Seus passos, muitas

vezes silenciados pela rigidez dos arquivos e pela seletividade da memória oficial, ecoam agora como vestígios de coragem, sementes de outras possibilidades de existir e transformar. Cada biografia apresentada é uma fresta por onde a História respira mais livre.

Espera-se que a apresentação dessas vozes historicamente silenciadas contribua para questionar narrativas excludentes e fortalecer o compromisso com uma escrita da História mais plural e representativa. Ao evidenciar trajetórias femininas frequentemente ausentes dos materiais didáticos, a pesquisa propõe ampliar a compreensão do passado e promover reflexões críticas sobre as desigualdades de gênero que estruturam a política brasileira. Nesse sentido, o trabalho busca contribuir para a construção de perspectivas históricas que reconheçam a presença das mulheres como parte constitutiva da vida política e social do país.

A metodologia organiza-se em torno de duas produções educacionais interdependentes: fichas biográficas e um álbum de figurinhas sobre pioneiras da política no Brasil. As fichas biográficas constituem a base informativa da proposta, enquanto o álbum atua como recurso de aprofundamento, favorecendo o engajamento dos estudantes e a reflexão crítica sobre representatividade feminina.

De modo complementar, apresenta-se uma sequência didática voltada ao 9º ano do Ensino Fundamental, com orientações metodológicas para a utilização do material em sala de aula. As fichas biográficas foram elaboradas como instrumentos autônomos de informação histórica, reunindo dados como nome completo, período de vida, cargos ocupados, principais realizações e contexto histórico-social.

A redação prioriza nitidez e objetividade, sem comprometer o rigor acadêmico, a fim de atender diferentes públicos, estudantes, docentes e equipes pedagógicas, assegurando consistência historiográfica e coerência com os objetivos do Ensino de História. As fichas foram elaboradas para uso direto em sala de aula. Como subsídio ao/à professor/a, no Apêndice há um quadro em que estão indicadas as fontes utilizadas para a escrita de cada ficha biográfica.

Cada figurinha apresenta imagem ou ilustração, nome e principal cargo político da personagem, favorecendo a construção de conhecimentos históricos relacionados à noção de participação política e cidadania. O álbum não substitui o livro didático, mas pode ser utilizado como recurso complementar de aprofundamento, possibilitando a análise de trajetórias femininas a partir das categorias de permanência, mudança e agência histórica. Como componente interativo da pesquisa, o material articula ludicidade e reflexão, dialogando com Paulo Freire (1996) ao compreender o aprendizado como processo vinculado à leitura crítica da

realidade social.

Ao integrar pesquisa histórica e estratégias pedagógicas, a metodologia possibilita a produção de um material com dupla finalidade: registro histórico e instrumento de educação crítica. Essa articulação contribui para ampliar a visibilidade das mulheres na política, fortalecer a construção de uma memória histórica inclusiva e oferecer subsídios para práticas pedagógicas comprometidas com a formação cidadã. Dessa forma, a proposição didática não se apresenta como elemento acessório, mas como parte constitutiva da proposta investigativa.

Cabe ressaltar que o engajamento discente requer intencionalidade pedagógica. Embora o álbum estimule o interesse inicial e a organização visual das informações, ele não garante, por si só, a reflexão crítica. Por essa razão, a proposta prevê a inserção de questões problematizadoras que orientem a análise das barreiras enfrentadas pelas mulheres, das conquistas políticas alcançadas e das relações entre essas trajetórias históricas e os direitos políticos femininos na contemporaneidade.

A utilização do álbum pode ser compreendida à luz das contribuições de Paulo Freire e bell hooks. Freire (1996) defende a construção do conhecimento a partir da problematização da realidade social, enquanto hooks (1994) entende a educação como prática comprometida com a valorização de sujeitos historicamente marginalizados. Nesse sentido, o recurso possibilita que as e os estudantes analisem trajetórias de mulheres pioneiras, reflitam sobre desigualdades de gênero e desenvolvam uma leitura crítica da participação feminina na política brasileira. As atividades propostas organizam-se em uma sequência didática estruturada, apresentada em anexo, que orienta as etapas de estudo, análise e síntese dos conteúdos. A etapa final consiste em uma roda de conversa, espaço de socialização das interpretações e construção coletiva de sentidos sobre as trajetórias políticas femininas. Esse momento privilegia o diálogo e o pensamento crítico, consolidando o álbum de figurinhas como um recurso pedagógico de aprofundamento nas aulas de História

3.2 Sequência Didática: Mulheres que transformam o nosso lugar

A elaboração dessa sequência didática busca articular a dimensão teórica, ancorada nos estudos de gênero e na História das Mulheres, à prática docente. Busca-se, assim, promover o desenvolvimento da consciência histórica das estudantes e dos estudantes acerca do tema. A proposta dialoga com a perspectiva de Michelle Perrot (2007), ao defender a visibilização das trajetórias femininas como condição para compreender a construção histórica das

desigualdades, e com Ana Maria Colling (2020), que enfatiza a importância de incluir as mulheres como sujeitas do processo histórico no ensino. Desse modo, a sequência “Mulheres que transformam o nosso lugar” constitui não apenas um recurso didático, mas também uma prática de investigação e intervenção pedagógica que reafirma o compromisso ético e político da História ensinada com a equidade de gênero e a valorização das experiências femininas.

1. Público-alvo

Estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental.

2. Objetivos

Geral

Promover o reconhecimento e a valorização das trajetórias femininas na política e na comunidade, estimulando a construção de conhecimentos históricos, o protagonismo estudantil e a reflexão crítica sobre as relações de gênero e a participação social das mulheres.

2.1 Objetivos Específicos

- Apresentar e discutir biografias de mulheres pioneiras na política brasileira, destacando suas conquistas e desafios;
- Estimular o protagonismo discente na produção de narrativas históricas e na valorização da memória local;
- Desenvolver habilidades de pesquisa, síntese, escrita e expressão artística;
- Favorecer reflexões sobre cidadania, representação e participação política das mulheres;
- Compreender a História como processo coletivo e contínuo, articulando dimensões nacionais e locais.

3. Unidade Temática: Totalitarismos e conflitos mundiais

- Objetos de Conhecimento: Organização das Nações Unidas e a questão dos Direitos Humanos.
- Orientações de Conteúdos: ONU. Direitos Humanos. A luta pelos direitos civis. Movimento feminista.
- Objetivos de Aprendizagem (Habilidades): PR. EFO9HI16. a. 9.19 – Relacionar e problematizar a Carta dos Direitos Humanos no processo de afirmação dos direitos

fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação, considerando os espaços locais, regionais e nacionais. A Habilidade EF09HI16 da Base Nacional Comum Curricular objetiva relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana.

- Trimestre: 2o.

4. Recursos necessários

- Fichas biográficas das 26 mulheres pioneiras incluídas no álbum de figurinhas;
- Álbum de figurinhas correspondente;
- Materiais para criação artística ou digital (papel, lápis, canetas coloridas, computador/tablet, câmera ou celular, se disponível);
- Quadro, projetor ou espaço para socialização coletiva das produções.

5. Metodologia e Sequência Didática

A sequência é composta por três aulas articuladas entre si, de modo a promover uma aprendizagem ativa, significativa e contextualizada conforme os pressupostos freireanos e a abordagem dos estudos de gênero aplicados ao ensino de História. O percurso valoriza o diálogo, a construção coletiva e o vínculo entre conhecimento histórico e experiências sociais.

Aula 1 - Apresentação das pioneiras

Distribuir as fichas biográficas das mulheres pioneiras na política brasileira, apresentando suas trajetórias, conquistas e contribuições. Em seguida, conduzir uma discussão coletiva com apoio de perguntas norteadoras:

- Qual foi a importância dessas mulheres para a história política do Brasil?
- Quais obstáculos elas enfrentaram e de que forma os superaram?

Atividade reflexiva: Convidar as estudantes e os estudantes a compartilhar exemplos de mulheres conhecidas na história de cidade, bairro ou família, estabelecendo conexões

entre o conteúdo nacional e as realidades locais.

Aula 2 - Preenchimento do Álbum de Figurinhas

Organizados em duplas ou pequenos grupos, as estudantes e os estudantes utilizam as Fichas Biográficas para preencher o álbum de figurinhas, inserindo informações resumidas sobre cada pioneira no espaço destinado a ela. Nesse momento, a professora ou o professor orienta a síntese das informações, incentivando a leitura crítica e a identificação de padrões e rupturas nas trajetórias apresentadas. Será necessário realizar a leitura prévia das fichas biográficas para assumir o papel de mediação na realização da atividade. Ao final da aula, cada grupo apresenta brevemente uma ou duas figuras, promovendo o compartilhamento de saberes e a ampliação da memória coletiva.

Cada estudante deverá, como atividade para a próxima aula, identificar uma mulher de destaque ou liderança na comunidade (bairro, escola, cidade ou família). A partir disso, deve realizar uma pequena pesquisa biográfica, coletando dados como:

- Nome e período de atuação;
- Principais realizações ou contribuições para a comunidade ou localidade;
- Contexto social e comunitário em que atuou.

Aula 3 - Inclusão de mulheres locais

A aula será iniciada com a socialização da atividade de pesquisa previamente desenvolvida. A partir das informações coletadas, as/os estudantes produzirão uma figurinha personalizada, recorrendo a desenho, colagem, fotografia ou recursos digitais. Essa produção será inserida no espaço final do álbum, acompanhada de uma breve biografia escrita.

Reflexão coletiva: ao final, a turma discute as semelhanças e diferenças entre as pioneiras nacionais e as mulheres locais, refletindo sobre o impacto político, social e simbólico de cada trajetória.

6. Avaliação da Sequência Didática – Mulheres que transformam o nosso lugar

A avaliação das atividades propostas nesta sequência didática está organizada de forma a valorizar o protagonismo estudantil, reconhecendo não apenas os resultados finais, mas também o percurso de aprendizagem de cada estudante. Alinhada às diretrizes da Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) e aos referenciais teóricos utilizados na dissertação, articula pesquisa, diálogo, criatividade e consciência histórica, estimulando o engajamento ativo e a reflexão crítica.

O enfoque está na valorização das mulheres como sujeitas históricas, reforçando a compreensão de suas contribuições sociais, políticas e culturais. Para operacionalizar essa avaliação, consideram-se diferentes momentos e instrumentos, como a participação nas discussões em aula, o acompanhamento do trabalho em grupo, a organização das informações no álbum de figurinhas e a produção final, garantindo uma abordagem formativa, transparente e integrada ao processo educativo.

Ressalta-se que os valores atribuídos a cada critério na rubrica apresentada funcionam como referências orientadoras, passíveis de ajustes pela professora ou professor, conforme a realidade da turma, os objetivos da atividade e o contexto institucional. A rubrica pode ser utilizada tanto na avaliação individual quanto coletiva, em trabalhos realizados em duplas ou grupos, sempre preservando os princípios formativos, o acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem e a valorização do protagonismo discente. Essa flexibilidade permite adequar os critérios às necessidades específicas dos estudantes, promovendo um olhar atento ao desenvolvimento de competências e habilidades ao longo das atividades.

Além disso, a utilização da rubrica como instrumento avaliativo contribui para objetividade e precisão dos critérios, permitindo que os estudantes compreendam com as expectativas em relação ao desempenho esperado. Esse procedimento favorece a responsabilização sobre o próprio processo de aprendizagem, incentivando a autoavaliação e o desenvolvimento de habilidades metacognitivas. Quando aplicada de maneira contínua e formativa, a rubrica não se limita à atribuição de notas, mas também fortalece a construção de competências, o engajamento ativo e a reflexão crítica sobre os conteúdos trabalhados. Em consonância com os objetivos da sequência, a avaliação considera a participação nas discussões iniciais sobre as pioneiras (Aula 1), o trabalho coletivo e a apresentação oral do álbum de figurinhas (Aula 2) e a pesquisa e produção da figurinha personalizada sobre a mulher local, bem como a participação na reflexão coletiva final (Aula 3).

6.1 Rubrica Detalhada

Valor total: 5,0 pontos

Critério	Ótimo (1,0)	Satisfatório (0,7)	Precisa melhorar (0,4)	Outro (a critério)
1. Pesquisa e informações	Pesquisa completa e correta sobre a mulher local e as pioneiras; informações claras e confiáveis.	Pesquisa adequada, com pequenas falhas ou dados incompletos.	Pesquisa superficial ou com informações pouco claras.	
2. Compreensão do tema	Demonstra que compreendeu o papel histórico e social das mulheres e faz boas conexões entre histórias locais e nacionais.	Demonstra compreensão parcial do tema.	Demonstra pouca compreensão do tema.	
3. Participação nas atividades e rodas de conversa	Participa ativamente, escuta os colegas e contribui para o diálogo.	Participa de forma ocasional.	Participa pouco ou não contribui.	
4. Produção da figurinha e do álbum	Produção organizada, criativa e cuidadosa; texto claro e bem apresentado.	Produção adequada, com alguns problemas de organização ou clareza.	Produção incompleta ou com pouco cuidado.	
5. Compromisso e envolvimento	Cumprir todas as etapas, demonstra interesse, autonomia e responsabilidade.	Cumprir as etapas com pequenos deslizes.	Não cumprir as etapas ou demonstra pouco envolvimento.	

6.2 Ficha Avaliativa – Sequência Didática Mulheres que transformam o nosso lugar

Escola: _____

Professor (a): _____

Componente curricular: História

Série/Ano: _____ Turma: _____

Estudante: _____

Nº de chamada: _____ Data: ____/____/____

Critério	Ótimo (1,0)	Satisfatório (0,7)	Precisa melhorar (0,4)	<i>outro (a critério)</i>	Pontuação
1. Pesquisa e informações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		_____
2. Compreensão do tema	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		_____
3. Participação e diálogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		_____
4. Produção da figurinha e do álbum	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		_____
5. Compromisso e envolvimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		_____

Pontuação Final _____ / 5,0

Observações da professora ou professor:

Assinatura _____

6.3 Tabela Resumida de Avaliação

Aula	Atividade/Enfoque	Instrumentos de Avaliação	Critérios Observados
Aula 1	Discussão sobre as pioneiras e reflexões iniciais	Registro de observações da professora ou professor	Participação nas discussões, contribuições às reflexões, interesse e engajamento
Aula 2	Trabalho em grupo: organização do álbum de figurinhas e apresentação oral	Rubrica de avaliação individual, registro de observações	Colaboração, organização das informações, clareza na apresentação oral, cumprimento das tarefas em grupo
Aula 3	Pesquisa sobre liderança local, produção da figurinha personalizada e reflexão coletiva final	Rubrica de avaliação individual, produção final (álbum de figurinhas completo), registro de observações	Qualidade da pesquisa, criatividade e relevância da figurinha, participação na reflexão coletiva, compreensão histórica do tema

7. Justificativa da atividade final

O preenchimento do álbum de figurinhas, enquanto culminância da sequência didática, contribui para que as estudantes e os estudantes atuem como autoras e autores, bem como mediadoras e mediadores, do conhecimento histórico. Essa atividade promove o reconhecimento de trajetórias femininas próximas e significativas, muitas vezes invisibilizadas, e fortalece o vínculo entre a História e a memória comunitária.

A proposta mobiliza competências de pesquisa, síntese, escrita e expressão artística, articulando saberes escolares e experiências vividas. Conforme destaca Michelle Perrot (2007), compreender a História das Mulheres exige tornar visíveis trajetórias múltiplas e cotidianas, revelando sujeitos históricos que foram silenciados nas narrativas oficiais. Assim, as fichas biográficas e o álbum se convertem em instrumentos pedagógicos e simbólicos de resistência, visibilidade e reconhecimento.

8. Resultados esperados

- Álbum de figurinhas completo, reunindo as 26 pioneiras e as personagens escolhidas pelas e pelos estudantes;
- Ampliação do reconhecimento de mulheres como agentes de transformação social e política;
- Desenvolvimento de competências de pesquisa, escrita e leitura crítica;
- Estímulo ao protagonismo estudantil e à valorização das memórias locais;
- Fortalecimento da compreensão da História como campo plural, dinâmico e inclusivo.

Em síntese, a sequência didática “Mulheres que transformam o nosso lugar” reafirma o potencial formativo do ensino de História como instrumento de transformação social e de ampliação da consciência crítica. Ao promover o diálogo entre trajetórias femininas nacionais e experiências locais, a proposta contribui para desconstruir narrativas hegemônicas e ampliar o repertório simbólico de estudantes acerca da participação política das mulheres.

A atividade final, ao convidar estudantes a incluírem no álbum uma mulher de sua escolha, da família, da comunidade ou da sociedade, concretiza o princípio de que a História é um campo em constante construção, no qual múltiplas vozes e experiências podem ser reconhecidas. Assim, a sequência consolida-se como uma prática educativa comprometida com a democratização do conhecimento histórico e com a valorização das mulheres como sujeitas históricas, em consonância com as reflexões de Michelle Perrot (2007) e Ana Maria Colling (2020).

3.3 Fichas Biográficas

Neste tópico, apresentamos as fichas biográficas das mulheres relacionadas na pesquisa, disponibilizadas em formato pronto para impressão e uso didático. Para facilitar a visualização e organização, as fichas foram subdivididas em três categorias: Pioneiras na Política Eleitas no Brasil, Pioneiras na Política Eleitas no Paraná e Pioneiras na Política não Eleitas. Com o objetivo de assegurar maior transparência e ordenação, as fichas estão organizadas em ordem alfabética dentro de cada categoria. As mulheres selecionadas seguiram os critérios detalhados nas seções anteriores, garantindo consistência metodológica e relevância histórica.

Ressalta-se, entretanto, que essa seleção não se apresenta como definitiva. Ao contrário, constitui apenas o ponto de partida para a inclusão de outras pioneiras na política brasileira,

abrindo espaço para futuras investigações e para a ampliação do repertório histórico disponível. Essa abordagem reforça a necessidade contínua de identificação, reconhecimento e valorização das trajetórias femininas, contribuindo para a construção de um panorama mais abrangente, crítico e representativo da participação das mulheres na política nacional.

Para o aproveitamento pleno do material, sugere-se que a leitura e o estudo das fichas sejam realizados em conjunto com um dicionário, permitindo que termos pouco usuais ou que não façam parte do cotidiano sejam devidamente investigados. Adicionalmente, recomenda-se recorrer ao Glossário Conceitual, disponível no Apêndice C, como recurso complementar para aprofundamento terminológico e fortalecimento da compreensão crítica do conteúdo.

3.3.1 Pioneira na política Eleitas no Brasil

Alzira Soriano (1897-1963)

Luiza Alzira Teixeira Soriano nasceu em 29 de abril de 1897, no município de Jardim de Angicos, distrito de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte. Era filha do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos e de dona Margarida Teixeira de Vasconcelos. O casal teve vinte e dois filhos, dos quais sete mulheres e um homem chegaram à idade adulta. Seu pai concentrava expressivo poder político na região, que abrangia os municípios de Lajes e Pedra Preta, além de ser o maior comerciante local, pertencendo a uma família rica e tradicional.

O casamento de Alzira Soriano ocorreu em abril de 1914, quando tinha dezessete anos, com Tomaz Soriano de Sousa Filho, promotor de justiça pernambucano. Em janeiro de 1919, seu esposo faleceu em consequência da gripe espanhola. Alzira encontrava-se grávida de Ivonilde. O casal teve quatro filhas: Sônia, Ismênia, Maria do Céu, que morreu de sarampo antes de completar um ano, e Ivonilde. Viúva aos vinte e dois anos, passou a residir com as filhas na fazenda Primavera, localizada nas proximidades da casa de seus pais.

Assumiu responsabilidades centrais na administração da fazenda e do patrimônio rural da família, o que contribuiu significativamente para o amadurecimento de suas competências em gestão e para a consolidação de uma percepção mais ampla acerca das dinâmicas políticas locais. Inserida no ambiente de atuação pública do pai, participou ativamente das iniciativas por ele conduzidas.

As articulações que culminaram na escolha de seu nome como candidata a prefeita envolveram lideranças nacionais e locais, como Bertha Lutz, à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, o governador Lamartine e o pai de Alzira Soriano. De acordo com relatos de jornais da época e estudos historiográficos, Alzira Soriano sofreu ataques misóginos durante sua campanha eleitoral de 1928, sendo alvo de insinuações que a desqualificavam moralmente, chegando a ser chamada de “prostituta” ou de “mulher pública”. Ainda assim, sua candidatura pelo Partido Republicano obteve cerca de sessenta por cento dos votos válidos do município, resultado que levou seu principal adversário a se afastar não apenas da cidade, mas também do estado.

A vitória eleitoral de Alzira Soriano, primeira mulher eleita prefeita no Brasil e em toda a América Latina, foi viabilizada por uma legislação estadual que passou a reconhecer formalmente a participação das mulheres no cenário político potiguar. A Lei Estadual nº 660, promulgada em 25 de outubro de 1927, estabeleceu que, no Rio Grande do Norte, todos os

cidadãos que atendessem às exigências legais poderiam votar e ser votados, independentemente do sexo, conforme registro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN).

Sua gestão foi marcada por ações voltadas à organização do espaço urbano e à melhoria dos serviços públicos locais. Entre os feitos atribuídos ao seu governo destacam-se iniciativas relacionadas à abertura e conservação de estradas, à ampliação de equipamentos públicos voltados ao abastecimento e à educação, bem como investimentos na modernização da iluminação urbana.

Com o Golpe de 1930, devido a sua discordância em relação ao governo de Getúlio Vargas e por ter apoiado Júlio Prestes à Presidência da República, Alzira Soriano, embora convidada a permanecer no cargo na condição de interventora, recusou a proposta. Segundo relato de uma de suas filhas, no último dia de sua gestão, realizou visitas tanto a aliados políticos quanto a antigos opositores e, ao ser ofendida por um deles, Miguel da Silveira, respondeu à ofensa, atingindo-o fisicamente.

Transferiu-se para Natal, buscando melhores oportunidades educacionais para as filhas, permanecendo na capital até 1939. Retornou à fazenda Primavera, em Jardim de Angicos. Manteve-se vinculada às dinâmicas políticas da região e, com a redemocratização do país em 1945, Alzira Soriano candidatou-se ao cargo de vereadora pela União Democrática Nacional (UDN), sendo eleita e assumindo a liderança da bancada. Foi diagnosticada com câncer de útero em estágio avançado, em 1961. Passou o último ano de sua vida entre Natal, a fazenda Primavera e o Rio de Janeiro, alternando períodos de internação hospitalar e repouso domiciliar. Faleceu em 28 de maio de 1963, na cidade de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte.

O município de Lajes promoveu, entre os dias 24 e 29 de abril de 2018, a Semana Alzira Soriano, evento que reuniu atividades de caráter educacional e cultural voltadas à valorização de sua contribuição histórica. Em Jardim de Angicos, sua memória encontra-se preservada por meio de um museu municipal que reúne fotografias, mobiliário histórico e registros da imprensa, além de sua imagem constar na bandeira do município, associada à representação de elementos naturais da região. O dia 29 de abril, data de seu nascimento, foi instituído como feriado local. Foi homenageada pela Câmara dos Deputados com o Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, honraria concedida a mulheres que se destacaram na promoção da cidadania e na defesa dos direitos das mulheres.

Antonieta de Barros (1901-1952)

Antonieta de Barros foi professora, oradora, escritora e deputada estadual. Nasceu em 11 de julho de 1901, em Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Era filha de Catarina Waltrich, mulher negra e ex-escravizada, que trabalhava como lavadeira, e de Rodolfo José de Barros, falecido precocemente. Sua mãe atuou como doméstica na residência do político Vidal Ramos, pai de Nereu Ramos, que viria a ocupar o cargo de vice-presidente do Senado e a exercer, por dois meses, a Presidência da República.

Sua alfabetização foi favorecida pelo ambiente doméstico, uma vez que a casa administrada por sua mãe funcionava como pensão para estudantes. Esse convívio cotidiano com jovens escolarizados constituiu um espaço informal de circulação de saberes, estimulando sua aproximação com a leitura e a escrita.

Após concluir os estudos básicos na Escola Lauro Müller, ingressou, aos dezessete anos, na Escola Normal Catarinense, formando-se professora em 1921. O magistério constituiu o eixo estruturante de sua trajetória pública, compreendido não apenas como profissão, mas como instrumento de intervenção social. Para Antonieta, a educação assumia papel central na ampliação da cidadania e na transformação das condições de vida das camadas populares.

Destacou-se no jornalismo e na literatura, utilizando a imprensa como espaço privilegiado de debate público. Entre 1922 e 1927, fundou e dirigiu o jornal *A Semana*, tornando-se a primeira mulher negra a atuar de forma sistemática no jornalismo catarinense. Em suas crônicas, publicadas no jornal *O Estado*, questionava as políticas educacionais do então governador Irineu Bornhausen, o que resultou em controvérsias públicas e em ataques dirigidos a Antonieta, frequentemente marcados por discursos ofensivos e racistas.

A adoção do pseudônimo “Maria da Ilha” pode ser entendida como estratégia de inserção em um meio intelectual predominantemente masculino, no qual a autoria feminina, sobretudo negra, enfrentava constantes processos de deslegitimação. Ao longo de sua carreira como cronista, publicou mais de mil artigos em oito veículos de imprensa e criou a revista *Vida Ilhoa*.

Em 1922, fundou em sua residência o Curso Particular Antonieta de Barros, com o objetivo de combater o analfabetismo entre adultos em situação de vulnerabilidade social. Entre 1937 e 1945, exerceu a direção do Colégio Dias Velho, instituição de grande prestígio no cenário educacional catarinense. Também foi diretora do Instituto de Educação Dias Velho, atual Instituto Estadual de Educação, no período de 1944 a 1951.

Em 1937, publicou o livro *Farrapos de Ideias*, obra que reúne artigos e crônicas nos quais sistematiza seu pensamento social e político. Os textos abordam temas como a valorização do magistério, a função social da escola, as desigualdades raciais e a exclusão das mulheres da vida pública. Os recursos financeiros obtidos com a primeira edição foram destinados à construção de uma escola para atender crianças filhas de pais internados no leprosário Colônia Santa Tereza. Posteriormente, a obra teve mais duas edições.

Em 1934, envolveu-se de forma ativa nos debates sobre direitos civis, sociais e políticos, destacando-se na defesa do direito das mulheres ao voto. Eleita deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense e empossada em 1935, Antonieta de Barros tornou-se a primeira mulher negra a exercer um mandato parlamentar no Brasil. Sua atuação legislativa concentrou-se especialmente nas áreas da educação e da administração pública, participando diretamente da elaboração da Constituição catarinense, com contribuição expressiva nos capítulos referentes à Educação, à Cultura e ao Funcionalismo Público. Até o presente momento, não se registra a eleição de outra mulher negra para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Com a instauração do Estado Novo em 1937, seu mandato foi cassado, assim como diversas experiências democráticas e a presença feminina nos espaços institucionais rompidos. Após a redemocratização, retornou à vida parlamentar, exercendo novo mandato entre 1947 e 1951. Nesse período, apresentou o projeto que instituiu, em Santa Catarina, o Dia do Professor, celebrado em 15 de outubro, antecipando a oficialização nacional da data, ocorrida vinte anos depois.

Antonieta de Barros faleceu em 28 de março de 1952, em Florianópolis, em decorrência de complicações de saúde associadas ao diabetes. Uma das poucas frustrações de sua trajetória pessoal e profissional foi não ter cursado o ensino superior, pois seu desejo era ingressar na Faculdade de Direito. Em Florianópolis, sua memória encontra-se materializada em diferentes edificações e espaços públicos. Destaca-se o Túnel Antonieta de Barros, importante via de ligação entre o centro da cidade e a região sul da ilha.

Seu nome foi inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, em 2023, reafirmando a relevância histórica de sua contribuição e reafirmando a necessidade de integrar sua experiência às narrativas da história política nacional.

Benedita da Silva

Benedita Souza da Silva Santos nasceu em 11 de março de 1942, no Hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro. Filha de Maria da Conceição, conhecida como Dona Ovídia, lavadeira, e de José Tobias, pedreiro e lavador de carros, cresceu em territórios populares da capital fluminense, inicialmente na favela da Praia do Pinto, em seguida, no Morro do Chapéu Mangueira, no bairro do Leme. Atuou como servidora pública, professora, auxiliar de enfermagem e assistente social, exercendo o mandato de deputada federal (2023-2026).

Desde a infância, Benedita da Silva trabalhou para contribuir com a renda familiar, atuando como vendedora ambulante, operária e auxiliar da mãe no trabalho doméstico remunerado. Na década de 1960, envolveu-se com atividades culturais ligadas ao samba e, em 1965, foi eleita “Miss IV Centenário”, fato que lhe conferiu visibilidade pública. Aos 26 anos, converteu-se à Assembleia de Deus, experiência que se articulou à sua atuação comunitária e ao fortalecimento de vínculos sociais em seu território de moradia.

Durante as décadas de 1960 e 1970, em meio ao regime militar, consolidou sua liderança, especialmente na organização de mulheres do Morro do Chapéu Mangueira. Fundou o Departamento Feminino da Associação de Moradores local e, a partir do diálogo com o movimento feminista carioca e com o Centro da Mulher Brasileira, ampliou a construção de debates públicos sobre as condições de vida das mulheres negras e periféricas, estabelecendo pontes entre os territórios populares e os espaços institucionais de poder.

Benedita da Silva foi a única integrante de sua família a concluir o ensino superior, graduando-se em Serviço Social aos 40 anos, após cursar Estudos Sociais e Serviço Social na Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro, entre 1980 e 1984. Sua vida pessoal foi marcada por perdas significativas, tendo ficado viúva em 1981 de Nilton Aldano da Silva, com quem teve dois filhos, e, posteriormente, de Aguinaldo Bezerra dos Santos, conhecido como Bola, liderança comunitária falecida em 1988. Segundo registros biográficos, é atualmente casada com o ator e político Antônio Pitanga.

Sua militância nos movimentos de favela, no movimento negro e no movimento de mulheres impulsionou sua candidatura a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 1982. Construiu uma trajetória política marcada pela ascensão a cargos de destaque, tornando-se a primeira mulher afro-brasileira a ocupar posições centrais na política nacional, como vereadora, deputada federal constituinte, senadora, eleita em 1994 com mais de

2,4 milhões de votos e vice-governadora em 1998.

Na Assembleia Nacional Constituinte, destacou-se como a única parlamentar negra. Integrou a Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas e Minorias, além de comissões voltadas à ordem social e aos direitos humanos. Sua atuação contribuiu para a inclusão de temas relativos à igualdade racial e de gênero na Constituição de 1988, amplamente reconhecida como Constituição Cidadã.

Ao longo de sua carreira parlamentar, Benedita da Silva exerceu diversos mandatos e tornou-se a primeira mulher negra eleita senadora no Brasil, ao conquistar o mandato em 1994, representando o estado do Rio de Janeiro no Senado Federal. Entre suas iniciativas destacam-se ações voltadas ao reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional, à institucionalização do 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, à defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas e ao enfrentamento do racismo estrutural.

Em 2002, tornou-se a primeira mulher negra a governar o estado do Rio de Janeiro, ao assumir o cargo de governadora quando exercia a vice-governadoria e o titular renunciou para concorrer à Presidência da República. Integrou o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como Ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social, entre 2003 e 2007. Exerceu o cargo de Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2007 a 2010.

Em reconhecimento à sua atuação no combate ao racismo, foi homenageada, em 2017, na exposição Lembre-se da Escravidão, da Organização das Nações Unidas. Em 2020, no exercício do mandato parlamentar e representando a ONG Educafro, encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral questionamento sobre a adoção de cotas para candidaturas negras, bem como sobre a distribuição proporcional de recursos e tempo de propaganda eleitoral. No mesmo ano, o Tribunal acolheu o pedido, com aplicação imediata no pleito de 2020. No contexto da pandemia de COVID-19, destacou-se ainda como autora da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Atualmente, ocupa funções de liderança parlamentar, entre as quais a coordenação-geral da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados no biênio 2023-2025. Segundo registros oficiais da Câmara, atua em diversas comissões e exerce cargos de coordenação e vice-liderança interna, como primeira vice-coordenadora da Bancada Negra e primeira vice-presidente da Comissão de Cultura, com participação ativa no processo legislativo em 2025.

Bertha Lutz (1894-1976)

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, em 2 de agosto de 1894, filha do cientista Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Foler. Concluiu sua formação na Europa, onde manteve contato direto com a campanha sufragista inglesa, graduando-se em Ciências Naturais pela Universidade de Paris (Sorbonne). Bióloga de formação, atuou como zoóloga, destacando-se internacionalmente pelos estudos sobre anfíbios brasileiros. Em 1919, prestou concurso para bióloga do Museu Nacional, tornando-se a segunda mulher brasileira a ingressar no serviço público federal, onde trabalhou por 46 anos. cursou Direito na Faculdade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), concluindo a graduação em 1933.

Em conjunto com outras militantes, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919. A entidade deu origem à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), consolidando-se como um dos principais instrumentos de mobilização em defesa dos direitos das mulheres no país, a partir de 1922. No mesmo ano, organizou o I Congresso Feminista do Brasil e representou as mulheres brasileiras na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos.

A atuação da Federação caracterizou-se pela promoção de debates públicos, pela pressão sistemática sobre as instituições políticas e pela articulação de redes femininas, desempenhando papel decisivo na conquista do sufrágio feminino, oficializado em 1932. Em 1930, um projeto de ampliação do direito de voto às mulheres chegou a ser aprovado em segunda discussão no Parlamento, mas a ruptura institucional de outubro daquele ano suspendeu as atividades legislativas. Diante das pressões democráticas por eleições, em 1931, Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, nomeou Bertha Lutz para integrar a comissão de juristas encarregada da elaboração do novo Código Eleitoral.

Representou o Brasil na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, ocasião em que foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. No ano seguinte, participou da Conferência Internacional da Mulher, em Roma, sendo condecorada pelo governo belga pelo estudo desenvolvido, a serviço de uma comissão do Ministério da Agricultura, sobre a difusão de conhecimentos domésticos e agrícolas junto à população rural. Candidatou-se ao cargo de deputada federal pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, representando a Liga Eleitoral Independente, vinculada ao movimento feminista. Embora tenha alcançado a primeira suplência em 1934, assumiu o mandato em 28 de julho de 1936, após o falecimento do deputado titular, Cândido Pessoa.

Durante sua atuação no Congresso Nacional, apresentou propostas voltadas à criação de um Ministério Nacional da Mulher, à regulamentação do trabalho feminino, à garantia da licença-maternidade, à defesa da equiparação salarial e da redução de jornada de trabalho, que então alcançava 13 horas diárias. Seu mandato foi interrompido em 1937, com a instauração do Estado Novo, que resultou no fechamento do Congresso Nacional e no enfraquecimento das instituições democráticas. Diante desse contexto autoritário, retomou integralmente suas atividades científicas.

Integrou a delegação brasileira na Conferência de São Francisco, responsável pela elaboração da Carta das Nações Unidas, que aconteceu em 1945. Sua participação foi decisiva para a inclusão do princípio da igualdade de gênero no texto final do documento, fortalecendo a presença das pautas feministas nos processos de construção da governança internacional do pós-guerra e a articulação entre lutas nacionais e agendas globais de direitos humanos.

Em 1975, declarado Ano Internacional da Mulher, integrou a delegação brasileira na Conferência Mundial da Mulher, promovida no México pela Organização das Nações Unidas (ONU), atuando como delegada titular do Brasil junto à Comissão Interamericana de Mulheres. Ao longo de sua trajetória, participou de diversas associações nacionais e internacionais, entre as quais a Sociedade Internacional das Mulheres Geógrafas, a Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e Igualdade Política entre os Sexos, da qual integrou a diretoria, a Comissão Feminina Consultiva do Trabalho da Mulher, o Escritório Internacional do Trabalho da Sociedade das Nações, em Genebra, o Escritório Internacional de Proteção à Natureza e o Museu Americano de História Natural, em Nova Iorque.

Bertha Lutz faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1976, aos 82 anos, em decorrência de complicações associadas à idade avançada. Seu legado permanece fundamental para a compreensão histórica da participação feminina na política, na ciência e na consolidação dos direitos no Brasil, assim como para o fortalecimento das redes feministas em âmbito nacional e internacional.

Carlota Pereira de Queirós (1892-1982)

Carlota Pereira de Queirós foi a primeira mulher eleita deputada federal no Brasil e na América Latina. Nascida em 13 de fevereiro de 1892, na cidade de São Paulo, era filha de José Pereira de Queirós e Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queirós. Proveniente de uma família de proprietários rurais pelo lado paterno e vinculada a tradições políticas pelo lado materno, cresceu em um ambiente que lhe assegurou acesso à educação formal e à vida intelectual, condições ainda restritas à maioria das mulheres brasileiras do período. Esse contexto social e familiar ajuda a compreender as condições que possibilitaram sua história singular, em contraste com a realidade da maioria das mulheres brasileiras da época, cuja exclusão educacional e política ainda era estrutural.

A formação inicial ocorreu no magistério, tendo cursado a Escola Normal em 1910 e atuado como professora e inspetora escolar. Ingressou na Faculdade de Medicina de São Paulo, concluindo o curso em 1926. Apresentou a tese, intitulada Estudos sobre o câncer, reconhecida com o Prêmio Miguel Couto, distinção que evidencia seu destaque precoce no campo científico e sua inserção em espaços acadêmicos majoritariamente masculinos.

A projeção pública de Carlota Pereira de Queirós ocorreu a partir da Revolução Constitucionalista de 1932. Durante o conflito, organizou, em parceria com a Cruz Vermelha paulista, um grupo de aproximadamente setecentas mulheres destinado ao atendimento médico e à assistência aos feridos. Essa experiência fortaleceu sua visibilidade pública e política.

Em 1933, além de Carlota Pereira de Queirós, outras dezoito mulheres candidataram-se ao cargo de deputada constituinte, entre elas Bertha Lutz, Almerinda de Farias Gama, Leolinda Figueiredo Daltro e Alzira Reis Vieira Ferreira. Sendo a única mulher, entre os 254 constituintes, a assinar a Constituição de 1934. Entre suas principais iniciativas legislativas destacam-se projetos voltados à criação e à ampliação de serviços sociais, bem como propostas que asseguravam destinação orçamentária obrigatória para políticas públicas nessas áreas. Nesse sentido, sua atuação contribuiu para a institucionalização de iniciativas como a Casa do Jornaleiro e o Laboratório de Biologia Infantil.

Com a promulgação da Constituição de 1934, os mandatos foram prorrogados, o que possibilitou sua eleição como deputada federal nas eleições de outubro daquele ano, pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Permaneceu no cargo até novembro de 1937, quando a instauração do Estado Novo levou ao fechamento do Congresso Nacional. Ainda na década

de 1930, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, instituição que posteriormente passou a abrigar parte significativa de seu acervo documental.

Assumi posições que nem sempre convergiam com as pautas feministas de seu tempo. Manifestou-se contrariamente à proposta de criação de um Departamento Nacional da Mulher, defendida por Bertha Lutz, argumentando que a institucionalização de órgãos específicos poderia reforçar distinções baseadas no sexo e limitar a integração das mulheres nas políticas gerais do Estado. Ainda assim, essa posição ilustra não apenas a pluralidade de estratégias entre as pioneiras da política feminina, mas também os limites históricos impostos à participação das mulheres na vida pública brasileira. Essas tensões revelam a complexidade do movimento de mulheres no período e afastam leituras simplificadoras que tratam a luta feminina como homogênea ou linear. Na década de 1940, após o encerramento do mandato parlamentar, dedicou-se à medicina, à pesquisa e ao associativismo profissional. Em 1942, tornou-se membro da Academia Nacional de Medicina e, em 1950, fundou a Associação Brasileira de Mulheres Médicas, da qual foi presidente. Produziu ainda trabalhos nas áreas de medicina, educação, história e política social, mantendo vínculos com instituições científicas nacionais e internacionais.

Sua atuação parlamentar desenvolveu-se em um ambiente marcado por mecanismos de exclusão e resistência à presença feminina nos espaços políticos. Essas circunstâncias revelam os obstáculos estruturais enfrentados pelas mulheres que passaram a ocupar cargos de representação e o contexto social adverso no qual sua participação se construiu. Faleceu na cidade de São Paulo, em 14 de abril de 1982, por causa de problemas de saúde associados à idade, teve sua carreira amplamente reconhecida por meio de diversas homenagens públicas e institucionais.

Destacam-se, entre elas, o monumento erguido em sua memória no bairro de Pinheiros, a Avenida Carlota Pereira de Queirós, no distrito de Socorro, e a Escola Municipal de Educação Infantil Carlota Pereira de Queirós, no distrito de Cidade Tiradentes, ambos na capital paulista, além da Rua Carlota Pereira de Queirós, localizada no bairro Cajuru, em Curitiba, Paraná. Seu legado é celebrado pela Câmara dos Deputados por meio do Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, instituído pela Resolução nº 3, de 2003, concedido anualmente a mulheres que se destacam na promoção da cidadania, na defesa dos direitos das mulheres e no enfrentamento das desigualdades de gênero.

Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Formada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ocupa lugar singular na história política brasileira por ter sido a primeira mulher eleita Presidenta da República, em 2010, e reeleita em 2014, marco que não apenas rompeu uma tradição secular de exclusão feminina do Poder Executivo, mas também reconfigurou simbolicamente as formas de acesso das mulheres às mais altas instâncias de decisão política no país.

Sua trajetória política foi marcada, desde cedo, pela militância contra a ditadura civil-militar instaurada em 1964. Ao integrar organizações de resistência ao regime autoritário, foi presa em 1970, com 22 anos, acusada de subversão em razão de sua atuação política, permanecendo sob custódia do Estado e submetida a tortura por aproximadamente três anos. Essa experiência de repressão constitui elemento estruturante de sua concepção de Estado, democracia e direitos humanos, permitindo compreender não apenas sua atuação posterior na esfera institucional, mas também o sentido ético-político que orientou sua trajetória pública.

Em 1971, permaneceu detida no Presídio Tiradentes, sendo libertada apenas no final de 1972, em virtude de redução de pena. No ano seguinte, estabeleceu-se em Porto Alegre, onde iniciou um processo de reconstrução pessoal, acadêmica e profissional. Em 1975, passou a atuar na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), inicialmente como estagiária, período que coincide com o nascimento de sua filha, Paula Rousseff Araújo. Já em 1979, engajou-se de forma ativa nas campanhas pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, inserindo-se no amplo movimento de redemocratização que redefiniu os marcos da vida política brasileira. Esse percurso culminou, em 1980, com sua participação na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul, ao lado de Leonel Brizola, consolidando sua inserção no campo político-institucional por meio da atuação na assessoria da bancada estadual da legenda.

Exerceu o cargo de secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre entre 1986 e 1988, posteriormente atuou como presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul de 1991 a 1993 e, ainda na década de 1990, ocupou a função de secretária estadual de Energia, Minas e Comunicações nos períodos de 1993 a 1994 e de 1999 a 2002. A partir de 2001, ao filiar-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), ampliou sua projeção política, inserindo-se de modo mais direto no cenário nacional.

Foi Ministra de Minas e Energia entre 2003 e 2005, período em que coordenou projetos estruturantes nos setores de infraestrutura e energia, e, em 2005, assumiu a chefia da Casa Civil da Presidência da República, função que exerceu até 2010. Nesse intervalo, tornou-se uma das principais articuladoras do governo federal, acumulando capital político e visibilidade pública que se revelariam decisivos para sua eleição à Presidência da República em 2010.

Durante seus governos, entre 2011 e 2016, foram implementadas políticas públicas orientadas à redução das desigualdades sociais, à ampliação do acesso à educação e ao fortalecimento dos sistemas de proteção social. Contudo, a partir de 2014, o país ingressou em um ciclo de desaceleração econômica profunda, com retração expressiva do crescimento e queda do Produto Interno Bruto per capita entre 2014 e 2016, contexto que afetou de maneira decisiva a percepção social de sua gestão e intensificou as disputas no interior do sistema político.

Em paralelo, os protestos de grande magnitude ocorridos em 2013 revelaram uma crise de representação de natureza não apenas econômica, mas também simbólica e social, ampliando a instabilidade política e aprofundando as tensões entre governo, sociedade e instituições. Reeleita em 2014, Dilma Rousseff passou a governar em um cenário de agravamento simultâneo das crises econômica, política e institucional, marcado por sucessivos impasses no Congresso Nacional e por crescente fragilização da governabilidade.

O processo de impeachment que culminou em sua destituição, em 2016, constitui um dos episódios mais controversos da história republicana recente. Estruturada formalmente em torno de manobras fiscais, conhecidas como “pedaladas fiscais”, a acusação não lhe imputou envolvimento direto em práticas de corrupção. A mesma votação que determinou seu afastamento rejeitou sua inabilitação para cargos públicos, preservando seus direitos políticos.

No plano internacional, participou da criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS em 2014 e, em 2023, foi eleita presidenta da instituição, com sede em Xangai, sendo reconduzida ao cargo em 2025. Dilma Rousseff foi alvo de recorrentes episódios de violência política de gênero, fenômeno que evidencia os limites estruturais da democracia brasileira no que se refere à presença e à legitimidade das mulheres nos espaços máximos de poder. Em maio de 2025, o Estado brasileiro reconheceu Dilma Rousseff como vítima de perseguição política durante a ditadura, concedendo-lhe anistia política e pedido formal de desculpas pelas violações de direitos humanos sofridas.

Erika Hilton

Erika Santos Silva, conhecida como Erika Hilton, constitui uma das figuras mais expressivas da política brasileira no início do século XXI, tanto pelo significado histórico de sua presença institucional quanto pela densidade de sua atuação pública. Nascida em 9 de dezembro de 1992, no município de Franco da Rocha, na Região Metropolitana de São Paulo, cresceu em contexto de forte vulnerabilidade social.

Durante a fase em que sua família se converteu ao cristianismo e passou a considerar equivocada sua identidade de gênero, Erika foi expulsa de casa, chegou a morar com tios evangélicos em Itu, frequentou a igreja por algum tempo e, aos 15 anos, passou a viver nas ruas, recorrendo à prostituição para sobreviver.

Após aproximadamente cinco anos em situação de rua, Erika foi acolhida por sua mãe, que buscou restabelecer a relação. Nesse contexto, concluiu o ensino médio por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, posteriormente, ingressou na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde iniciou o curso de Gerontologia, o qual não chegou a concluir. Erika graduou-se, então, em Pedagogia.

Sua aproximação com a política institucional ocorreu em 2015, a partir de um episódio de discriminação envolvendo o uso do nome social em uma passagem de ônibus, experiência que desencadeou mobilizações públicas e ações coletivas em defesa dos direitos das pessoas trans. Esse processo de engajamento a conduziu ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pelo qual, em 2018, passou a integrar o mandato coletivo da chamada “Bancada Ativista”, nas eleições estaduais em São Paulo.

Negra e travesti, foi eleita vereadora da cidade de São Paulo, destacando-se como a mulher mais votada do país nas eleições de 2020, a mais votada pelo PSOL e a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal paulistana, com mais de 50.508 votos. Ativista de direitos humanos, sua atuação é marcada pela defesa da igualdade racial, pelo enfrentamento à discriminação contra a população LGBTQIA+ e incentivo a iniciativas voltadas à juventude e às culturas historicamente marginalizadas. Apresentou aproximadamente 162 projetos de lei, entre os quais se destacam aqueles aprovados que instituíram o Fundo Municipal de Combate à Fome e o “Dia Municipal pela Vacinação e em Defesa das Trabalhadoras da Saúde”.

Durante o mandato, destacou-se pela apresentação de projetos legislativos voltados à promoção da igualdade de gênero, pelo enfrentamento da transfobia e pela proposição da CPI da Transfobia, entre outras iniciativas que ampliaram sua visibilidade política. Em 2021, sua

atuação ultrapassou as fronteiras nacionais, quando recebeu o prêmio internacional Generation Change, concedido no MTV Europe Music Awards, em reconhecimento à sua influência política e social. No ano seguinte, concorreu a uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Estado de São Paulo, sendo eleita deputada federal em 2022 com 256.903 votos, uma das maiores votações do país, consolidando-se como liderança emergente no cenário político nacional.

O reconhecimento público e institucional de sua trajetória prosseguiu em 2022, quando foi incluída pela BBC entre as 100 mulheres mais inspiradoras e influentes do mundo. Em 2023, figurou entre as parlamentares mais bem avaliadas no Prêmio Congresso em Foco, tanto pelo público quanto pelo júri especializado. Já em 2024, tornou-se a primeira pessoa trans a assumir a liderança de seu partido na Federação PSOL-REDE, na Câmara dos Deputados, além de ser eleita a melhor deputada do Brasil na votação popular da mesma premiação.

No exercício do mandato federal, apresenta atuação sistemática e intensa no processo legislativo, com elevado número de proposições direcionadas à promoção da igualdade de gênero, à defesa dos direitos das pessoas trans, ao enfrentamento da violência política e à redução das desigualdades sociais. Sua inserção em comissões temáticas e em espaços institucionais dedicados aos direitos humanos e à cidadania reforça seu papel como liderança comprometida com pautas historicamente marginalizadas no âmbito do Legislativo brasileiro.

Como deputada federal por São Paulo, Erika Hilton mantém protagonismo na articulação de agendas progressistas e na representação política de grupos sub-representados. No Congresso Nacional expressa transformações recentes nos padrões de representação política, sobretudo no que se refere à participação de mulheres trans e travestis em espaços institucionais historicamente excludentes. Autora de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca acabar com a escala de trabalho 6x1, modelo em que o trabalhador exerce seis dias consecutivos de trabalho para apenas um de descanso e reduzir a jornada semanal para 36 horas, com quatro dias de trabalho e três de folga, como forma de promover melhores condições de vida e dignidade aos trabalhadores brasileiros. A trajetória de Erika Hilton articula vivências de exclusão social, mobilização coletiva e ascensão política, permitindo compreender como sujeitos historicamente silenciados têm ocupado tensionados e transformados as estruturas tradicionais do sistema político brasileiro.

Eunice Michiles

Eunice Mafalda Michiles nasceu em 10 de julho de 1929, no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo. Formou-se pela Escola Normal e atuou como atendente de enfermagem antes de se casar, em 1950, com Darci Augusto Michiles, com quem teve quatro filhos. Após a mudança para Maués, no Amazonas, passou a exercer funções no magistério e na gestão educacional, atuando como professora, diretora de instituições de ensino e responsável pelo Serviço Municipal de Educação. Nesse período, desenvolveu também atividades assistenciais, sobretudo na área da saúde, o que lhe conferiu reconhecimento público no âmbito local.

Com o fim do casamento, em 1966, transferiu-se para Manaus, onde passou a atuar no setor comercial. Sua entrada na política institucional ocorreu em 1974, ao candidatar-se à Assembleia Legislativa do Amazonas pela Aliança Nacional Renovadora, sendo eleita deputada estadual. Essa eleição marcou o início de uma trajetória política construída em um contexto de intensa sub-representação feminina nos espaços legislativos.

Em 1978, em razão do sistema de sublegendas então vigente, foi convidada a concorrer ao Senado Federal. Com a vitória da chapa e o falecimento do senador titular eleito, assumiu o mandato em 31 de maio de 1979, tornando-se a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado brasileiro. Esse episódio constituiu um marco simbólico na história da participação feminina em um espaço historicamente masculinizado do poder legislativo.

Durante sua atuação no Senado, Eunice Michiles destacou-se pela defesa da Amazônia e pela proposição de iniciativas voltadas à ampliação dos direitos civis e trabalhistas das mulheres. Sua presença no Parlamento evidenciou, ainda, obstáculos estruturais à participação feminina, como a ausência de condições institucionais básicas, exemplificada por seu relato de que, à época de sua posse, não havia instalações sanitárias destinadas às mulheres nas dependências do Senado.

Sua prática parlamentar desenvolveu-se em um contexto de transição política, marcado pelo progressivo enfraquecimento do regime autoritário. Nesse cenário, concentrou sua agenda em temas relacionados ao desenvolvimento regional, às políticas sociais e à proteção do território amazônico, articulando sua atividade legislativa às demandas do estado que representava.

Os valores religiosos vinculados à Igreja Adventista do Sétimo Dia, influenciaram sua concepção de atuação pública. Sua defesa da presença feminina na política esteve associada a uma perspectiva considerada moderada, pautada na cooperação entre homens e mulheres e na

valorização de papéis sociais tradicionais, o que revela a diversidade de posicionamentos entre mulheres pioneiras na política brasileira.

Integrou o Partido Democrático Social, no qual organizou o Movimento da Mulher Democrata Social, iniciativa voltada à mobilização feminina no interior da legenda. Essa experiência mostra esforços de institucionalização da participação das mulheres nos partidos, ainda que condicionados pelos limites ideológicos e estruturais característicos do período.

Criticou a exigência da chamada “prova de virgindade” como critério para a contratação de mulheres, prática então presente em determinados contextos institucionais. Posicionou-se contrariamente a esse procedimento, entendendo-o como uma violação da dignidade feminina e uma forma de discriminação. Sua intervenção contribuiu para o debate público acerca dos direitos das mulheres no mercado de trabalho, evidenciando a necessidade de mecanismos legais que coibissem tais exigências. Ainda que não tenha resultado imediatamente em legislação específica, sua atuação antecipou discussões posteriormente incorporadas ao campo dos direitos trabalhistas.

Com a redemocratização, foi eleita deputada federal constituinte pelo Partido da Frente Liberal, exercendo mandato entre 1986 e 1990. Na Assembleia Nacional Constituinte, participou dos debates que resultaram na Constituição de 1988, contribuindo para a reorganização institucional do Estado brasileiro em um novo marco democrático. Em 1992, foi nomeada conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, tornando-se a primeira mulher a ocupar esse cargo.

Seu pioneirismo no Senado não implicou adesão automática a uma agenda feminista, mas tensionou estruturas excludentes e contribuiu para ampliar, de forma gradual e complexa, os limites da participação das mulheres nos espaços institucionais de poder. Apesar de ter sido eleita por um partido de perfil liberal e conservador, a trajetória política de Eunice Michiles foi marcada por experiências de misoginia no Senado Federal. Conforme exposto em uma entrevista: “Não tinha nem banheiro feminino”, diz primeira mulher no Senado, sua atuação ocorreu em um espaço historicamente dominado por homens, no qual atitudes machistas eram recorrentes e colocavam as mulheres em posição de inferioridade. Embora fosse tratada com cordialidade, não eram reconhecidos plenamente como colega em condição de igualdade pelos demais senadores, o que evidenciava as barreiras simbólicas e institucionais enfrentadas pelas mulheres na política.

Iolanda Fleming

Iolanda Ferreira Lima, conhecida como Iolanda Fleming, ocupa posição de destaque na história política brasileira por ter sido a primeira mulher a governar um estado no país, o Acre. Nascida em 1936, no município de Manoel Urbano, no interior do estado, sua vida foi marcada por condições sociais adversas e pela necessidade constante de superação. Filha de um seringueiro cearense e de uma imigrante árabe, cresceu em um contexto de escassez de oportunidades educacionais, sendo alfabetizada inicialmente pela própria mãe, diante da inexistência de escola em sua localidade. Desde a infância, acumulou estudo e trabalho, experiência que contribuiu para a construção de seu compromisso social com a vida pública.

A formação educacional de Iolanda Fleming exigiu mobilidade e persistência. Para dar continuidade aos estudos, deslocou-se para Sena Madureira e, depois para Rio Branco, onde concluiu o ensino médio enquanto trabalhava como empregada doméstica e caixa de loja. Ingressou no magistério como professora do ensino primário e, mais tarde, cursou Direito, concluindo a graduação aos 37 anos, trajetória que evidencia os obstáculos enfrentados por mulheres oriundas de contextos periféricos para acessar a educação formal e os espaços de qualificação profissional.

A aproximação com a política ocorreu ainda na juventude, a partir de sua participação em comícios e atividades partidárias ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro no Acre. Esse envolvimento inicial permitiu-lhe construir redes políticas e ampliar sua visibilidade pública, inserindo-a progressivamente nos espaços institucionais do poder local, sempre vinculada às demandas sociais da população urbana e rural do estado.

Eleita vereadora de Rio Branco em 1972, destacou-se pelo desempenho parlamentar e pela capacidade de articulação política, sendo reeleita em 1976 e escolhida para presidir a Câmara Municipal, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O exercício dessa função fortaleceu sua projeção política e a credenciou para cargos de maior relevância, evidenciando sua capacidade de liderança em um cenário ainda fortemente masculinizado.

Em 1978, foi eleita deputada estadual à Assembleia Legislativa do Acre, pelo (MDB). Sua expressiva votação na capital foi determinante para integrar, como vice-governadora, a chapa liderada por Nabor Júnior. No exercício da vice-governadora, assumiu interinamente o governo em diferentes ocasiões, adquirindo experiência administrativa e consolidando sua presença no Poder Executivo.

Em 14 de maio de 1986, com a saída definitiva de Nabor Júnior para disputar o Senado Federal, Iolanda Fleming tornou-se a primeira mulher a exercer esse cargo em caráter efetivo no Brasil.

Durante seu mandato, priorizou políticas de caráter social e ações voltadas à ampliação dos direitos das mulheres. Naquele contexto histórico, marcado pela força do movimento feminista e pela mobilização em defesa dos direitos das mulheres, a posse de Iolanda ganhou um significado simbólico especial, acompanhada pela presença ativa de mulheres de diversos estados, que se manifestaram publicamente em apoio à sua trajetória. Seu governo destacou-se por iniciativas pioneiras no Acre, como a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, fortalecendo as políticas de proteção e enfrentamento à violência de gênero.

Além disso, ao sancionar a legislação que permitiu o ingresso de mulheres na Polícia, abriu caminho para a participação feminina em um espaço até então restrito aos homens, possibilitando que, ao longo do tempo, mulheres alcançassem inclusive postos de comando, como o de coronel. As escolhas e ações de sua gestão contribuíram para ampliar a presença feminina em cargos de liderança e inspiraram novas gerações. Paralelamente, sua atuação política estendeu-se a outros mandatos, tendo exercido as funções de deputada estadual, vice-prefeita de Rio Branco e vereadora, o que consolidou sua relevância na história política do Acre. Continuou projetos estruturais iniciados em gestões anteriores, com investimentos em infraestrutura viária e na área da saúde, incluindo a construção do Hospital Estadual. Sua gestão pautou-se pelo princípio da continuidade administrativa e pelo compromisso com a melhoria das condições de vida da população acreana, mesmo diante das limitações políticas e financeiras do período.

Após deixar o governo estadual, Iolanda Fleming manteve atuação na vida pública, exercendo o cargo de vice-prefeita de Rio Branco e ocupando funções administrativas. Embora não tenha obtido êxito em novas disputas eleitorais majoritárias, permaneceu como referência política no estado, especialmente pela dimensão simbólica de sua atuação pioneira.

Recebeu o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz em 26 de março de 2019, em sessão solene no Plenário do Senado Federal, em reconhecimento ao fato de ter sido a primeira mulher governadora de um estado brasileiro e à sua participação histórica na política nacional. Permanece como referência histórica fundamental para a compreensão dos processos de inserção das mulheres nos espaços de poder, reafirmando a relevância do pioneirismo feminino para o fortalecimento da democracia brasileira.

Joênia Wapichana

Joênia Batista de Carvalho, Joênia Wapichana, nasceu em 20 de abril de 1973, na comunidade indígena Truaru da Cabeceira, localizada no município de Boa Vista, no estado de Roraima. A adoção do nome expressa de forma inequívoca seu pertencimento étnico e cultural, reafirmando o vínculo com o povo Wapichana.

Inserida em um contexto marcado por desigualdades históricas e pela negação sistemática de direitos aos povos indígenas, Joênia construiu sua formação em meio a desafios estruturais no acesso à educação e às políticas públicas. Sua caminhada comprova o papel da escolarização como estratégia de fortalecimento político e social, sobretudo para mulheres indígenas, cuja presença em espaços institucionais permaneceu, por muito tempo, severamente limitada.

Após concluir o ensino médio, Joênia Wapichana passou a trabalhar durante o dia em um escritório de contabilidade, conciliando essa atividade com os estudos noturnos no curso de Direito da Universidade Federal de Roraima (UFRR), para o qual ingressou ao alcançar o quinto lugar no processo seletivo, contexto em que conciliou a formação universitária com o casamento e a maternidade.

Formada em Direito pela Universidade Federal de Roraima, em 1997, Joênia Wapichana tornou-se a primeira mulher indígena a exercer a advocacia no Brasil. Desde o início de sua atuação profissional, orientou sua prática jurídica para a defesa coletiva dos direitos indígenas, compreendendo o direito não apenas como instrumento técnico, mas como mediação entre o Estado brasileiro e as demandas históricas das comunidades originárias.

Nesse percurso, atuou por mais de duas décadas como assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima, tornando-se uma das principais referências na defesa dos direitos territoriais indígenas na região Norte do país. Ao longo desse período, desenvolveu uma atuação voltada à proteção das terras indígenas, à denúncia de violações de direitos humanos e ao fortalecimento da autonomia política das comunidades representadas.

Um dos momentos mais emblemáticos de sua trajetória ocorreu em 2008 quando se tornou a primeira advogada indígena a realizar sustentação oral no Supremo Tribunal Federal, durante o julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esse episódio assumiu caráter histórico ao inserir uma mulher indígena, com legitimidade étnica e formação jurídica, em um espaço central das decisões do Poder Judiciário brasileiro em uma área de 1,7 milhão de hectares em Roraima cuja demarcação estava sendo contestada por fazendeiros. A

causa defendida por Joênia foi vencedora, e o STF determinou a saída imediata dos não indígenas que ocupavam a região.

Durante a análise na Comissão de Constituição de Justiça do PL 490, ela foi desqualificada, silenciada e precisou ouvir que as terras indígenas eram “zoológicos humanos” e que os guerreiros mobilizados no Levante pela Terra eram “arruaceiros” e “boçais”. Em 2004, se tornou a primeira indígena a denunciar violações do Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Em 2011, a deputada foi a primeira a completar um mestrado em uma universidade dos Estados Unidos. Em 2018, foi consagrada com o principal prêmio de Direitos Humanos das Nações Unidas, que divide com nomes como o da ativista Malala Yousafzai e o do ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela.

Eleita deputada federal pela REDE Sustentabilidade em 2018, Wapichana tornou-se a primeira mulher indígena a ocupar uma cadeira no Parlamento brasileiro. Ocupando o gabinete 231, selecionado de forma simbólica em referência ao artigo da Constituição Federal considerado central para a garantia dos direitos dos povos originários. Já no pleito de 2022, observou-se um crescimento significativo da participação indígena feminina, com a duplicação do número de candidatas à Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, Joênia destacou-se pela coordenação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, composta por 210 deputados e 27 senadores, espaço estratégico de articulação política em torno das pautas indígenas no Legislativo. Também exerceu a liderança da Rede Sustentabilidade e atuou como vice-líder da Oposição, além de integrar comissões centrais para a formulação de políticas públicas, como a de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), a de Minas e Energia (CME) e a de Educação (CE).

Em 2023, Joênia assumiu a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, nomeada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, tornando-se a primeira mulher indígena a ocupar esse cargo desde a criação da instituição. Sua nomeação representou um marco simbólico e político, ao sinalizar a ampliação da participação indígena na formulação e gestão de políticas públicas voltadas aos próprios povos indígenas.

Joênia Wapichana evidencia transformações relevantes nos padrões de representação política no Brasil contemporâneo.

Laélia Alcântara (1923-2005)

Laélia Contreiras Agra de Alcântara, conhecida como Laélia de Alcântara, nasceu em Salvador (BA) em 7 de julho de 1923, filha de Júlio Martins Agra e Beatriz Contreiras Agra. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1949, aos 26 anos. Desde cedo, demonstrou vocação para a prática médica voltada à assistência social, o que se consolidou ao longo de sua trajetória profissional e política. Após a conclusão da graduação, seu desejo inicial era retornar à Bahia para exercer a medicina. No entanto, foi designada para atuar no território federal do Acre, região amazônica em que, à época, havia apenas seis médicos. Sendo ela a primeira mulher a atuar neste Estado. Laélia passou a atender a população local durante cerca de cinco décadas, tornando-se conhecida como a “mãe dos pobres”, graças à presteza e dedicação aos mais necessitados, aplicando o conceito de medicina preventiva e priorizando o atendimento em obstetrícia e pediatria.

Além do exercício clínico, Laélia lecionou Puericultura na Escola Normal de Rio Branco, transmitindo conhecimentos sobre o desenvolvimento fisiológico das crianças, também se especializou em obstetrícia. Sua atuação na medicina foi reconhecida com a presidência do Conselho Regional de Medicina do Acre e, posteriormente, com a designação para integrar o Parlamento Latino-Americano, onde apresentou proposições voltadas à melhoria do antigo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social. Em maio de 1987, ainda ocupou o cargo de Secretária de Saúde no governo de Flaviano Melo.

A carreira política de Laélia de Alcântara antecede o Golpe cívico-militar de 1964. Filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleita suplente de deputada federal em 1962. Com a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1965, que limitou o pluripartidarismo e estabeleceu apenas dois partidos oficiais, a situação representada pela Arena e a oposição pelo MDB, Laélia migrou para o Movimento Democrático Brasileiro, elegendo-se suplente do senador Adalberto Sena em 1974.

O AI-2 instituiu condições rígidas para a fundação de novos partidos, exigindo um mínimo de 20 senadores e 120 deputados federais, o que restringia a formação de legendas alternativas. Nesse contexto, o MDB tornou-se o partido de oposição e Laélia consolidou sua atuação política, assumindo, em 3 de abril de 1981, o mandato de senadora em caráter temporário devido ao afastamento do titular por motivos de saúde. Posteriormente, em janeiro de 1982, após o falecimento de Sena, assumiu definitivamente o cargo.

Com sua efetivação, Laélia tornou-se a terceira mulher a assumir uma cadeira no Senado

brasileiro durante a República, precedida por Eunice Michilles, do Amazonas, e por direito dinástico, a Princesa Isabel, que foi a primeira senadora do país durante o Império. A posse de Laélia teve grande repercussão, e uma comissão formada por diplomatas africanos, americanos e brasileiros recebeu-a no aeroporto de Brasília, celebrando a primeira senadora negra a ocupar o Congresso Nacional.

Durante seu mandato, Laélia posicionou-se contra o aborto e contra o racismo, sendo uma voz ativa na luta por igualdade social. Em 1982, contribuiu decisivamente para a aprovação de emendas que permitiram a inclusão de mulheres na Força Aérea Brasileira (FAB) e o acesso a cargos superiores, como tenente-brigadeiro, major-brigadeiro, brigadeiro e coronel. Além disso, apresentou projetos que visavam melhorar as condições de vida no Acre e garantir direitos às mulheres e pessoas com deficiência.

Laélia também manteve atuação política além do Senado. Candidata à reeleição em 1982 por uma sublegenda do PMDB, figurou como primeiro suplente de Mário Maia ao fim da apuração. Sua trajetória reflete o pioneirismo político aliado ao compromisso social, consolidando-se como referência para a participação feminina e negra na política brasileira.

Radicada no Acre desde o início da década de 1950, Laélia deixou legado marcante na medicina e na política. Seu trabalho na região amazônica, em condições precárias, reafirmou seu compromisso com os mais necessitados, enquanto sua atuação parlamentar buscou ampliar direitos sociais e promover a igualdade racial e de gênero. A senadora Zenaide Maia, ao comentar sua trajetória, destacou a importância de recuperar todos os discursos e intervenções de Laélia, enfatizando sua luta pelos negros e pelas mulheres.

Exerceu a presidência do Conselho Regional de Medicina do Acre, atuou como secretária de Saúde entre maio e setembro de 1987, durante o governo de Flaviano Melo, e integrou o Parlamento Latino-Americano, espaço no qual apresentou diversas proposições voltadas ao aperfeiçoamento do então Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Por razões de saúde, Laélia de Alcântara afastou-se progressivamente da medicina e da política. Faleceu no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 2005, vítima de falência múltipla dos órgãos, deixando um legado de pioneirismo e dedicação à população mais vulnerável, sendo lembrada como a primeira senadora negra do Brasil e como um ícone de compromisso social e político.

Luiza Erundina

Luiza Erundina de Sousa, nascida em 30 de novembro de 1934, no município de Uiraúna, no sertão da Paraíba, construiu uma trajetória política marcada pela defesa da justiça social, dos direitos humanos e da democracia. Filha de Enedina de Souza Carvalho e de Antônio Evangelista de Souza, cresceu em uma família numerosa, em um contexto de restrições econômicas. Ainda na infância, deixou a cidade natal para prosseguir os estudos em Patos e, posteriormente, em Campina Grande, ampliando seu contato com distintas realidades educacionais do Nordeste brasileiro.

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, em 1966, e concluiu o mestrado em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, articulando desde cedo formação acadêmica e atuação profissional junto a populações socialmente vulnerabilizadas.

O ingresso de Luiza Erundina na vida pública ocorreu de forma pioneira, em um período em que a presença feminina nos espaços institucionais era significativamente limitada. Em 1958, assumiu a Diretoria de Educação e Cultura da Prefeitura de Campina Grande e, em 1964, foi nomeada secretária municipal da mesma pasta. Sua atuação, orientada pela defesa da justiça social, levou a conflitos com o regime autoritário instaurado naquele contexto, resultando em perseguições políticas e na necessidade de deixar a cidade.

Na década de 1970, em Campina Grande, iniciou participação nas ligas camponesas vinculadas ao Partido Comunista e da atuação oposicionista à Ditadura Cívico Militar. Nesse contexto histórico e regional, a presença de mulheres na política era bastante reduzida, o que contribuiu para que passasse a ser alvo de perseguições. Em 1971, Erundina decidiu transferir-se de forma definitiva para São Paulo e, ainda nesse mesmo ano, foi aprovada em concurso público para o cargo de assistente social da prefeitura, passando a desenvolver trabalho junto à população nordestina migrante residente nas favelas da periferia da cidade. A mudança para São Paulo marcou uma nova etapa de sua vida.

O reconhecimento profissional levou-a à presidência da Associação Profissional das Assistentes Sociais de São Paulo, em 1979, período em que se aproximou de lideranças sindicais e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, ampliando sua inserção na política partidária durante a redemocratização.

Eleita vereadora em 1982 e deputada estadual em 1986, alcançou projeção nacional ao vencer as eleições para a Prefeitura de São Paulo em 1988, tornando-se a primeira mulher a

governar a maior cidade do país. Sua gestão, entre 1989 e 1992, foi marcada pela ampliação das políticas públicas e pela valorização da participação popular, ao mesmo tempo em que enfrentou resistências políticas e institucionais recorrentes.

Durante o período em que governou a capital paulista, Erundina priorizou programas voltados à educação, saúde e habitação, consolidando políticas de atenção às populações periféricas. Descentralizou recursos e incluiu conselhos populares na tomada de decisões, práticas que reforçaram seu compromisso com a democracia participativa e com a justiça social. Após o mandato na prefeitura, Luiza Erundina manteve atuação contínua na vida pública, exercendo sucessivos mandatos por diferentes legendas e ocupando, em 1993, o cargo de Ministra da Secretaria da Administração Federal. Filiada atualmente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi reeleita deputada federal por São Paulo nas eleições de 2022, iniciando seu mandato em 2023, permanecendo como referência histórica da participação feminina na política brasileira.

Sua atuação legislativa incluiu propostas de proteção às minorias, fortalecimento da rede de assistência social e incentivo à participação política das mulheres, contribuindo para a ampliação da representatividade feminina no Congresso.

Aos 90 anos, anunciou o lançamento do projeto político, movimento Sementes da Esperança, voltado ao estímulo da participação direta da cidadania no exercício do poder político. A proposta prevê a criação de espaços de diálogo em locais de trabalho, comunidades e instituições de ensino, com o objetivo de promover debates sobre os rumos do país. A iniciativa foi apresentada durante seu discurso na cerimônia de concessão do título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizada em 25 de julho de 2025. A homenagem ocorreu 56 anos após a universidade ter recusado sua vinculação institucional, quando foi considerada subversiva pelo regime da Ditadura Militar (1964-1985). À época, o Departamento de Ciências Sociais da UFPB deixou de contar com uma docente que, anos mais tarde, se tornaria a primeira mulher eleita para chefiar o Poder Executivo do maior município brasileiro, a cidade de São Paulo.

A trajetória de Luiza Erundina reflete a complexidade da inserção das mulheres na política brasileira, marcada por conquistas pioneiras, resistências institucionais e contínua luta por justiça social.

Marina Silva

Marina Osmarina Silva Vaz de Lima nasceu em 8 de fevereiro de 1958, em Rio Branco, capital do estado do Acre, na região amazônica brasileira. Cresceu na comunidade seringueira de Breu Velho, localizada no seringal Bagaço, a cerca de 70 quilômetros da capital, em um contexto marcado por restrições socioeconômicas e forte vínculo com a floresta. Durante a infância, contribuiu para o sustento familiar por meio da extração de borracha, da caça e da pesca. Aprendeu a ler e escrever aos 14 anos e completou a escolarização por meio da Educação de Jovens e Adultos, experiência decisiva para sua trajetória educacional. Aos 16 anos, em razão de problemas de saúde, mudou-se para a cidade, dando início a um percurso formativo que influencia profundamente sua atuação política e social.

Antes de ingressar na política institucional, Marina Silva atuou como professora e militante em movimentos sociais e ambientais, envolvendo-se diretamente na formulação de propostas voltadas à preservação da floresta amazônica e à defesa de alternativas econômicas sustentáveis para as populações tradicionais. Essa atuação inicial contribuiu para sua inserção em debates sobre justiça social, direitos territoriais e sustentabilidade, consolidando sua identidade como liderança comunitária e ambiental.

Marina Silva é graduada em História, possui especialização em Psicopedagogia e em Teoria Psicanalítica, além de ter recebido o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia e pela Academia Chinesa de Silvicultura. Ao longo de sua trajetória, foi reconhecida com diversos prêmios nacionais e internacionais em razão de sua atuação em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, o que ampliou sua projeção política para além do cenário nacional.

No início da década de 1980, ao lado de Chico Mendes, participou da organização dos chamados empates, manifestações pacíficas conduzidas por seringueiros como forma de resistência ao avanço do desmatamento e à expulsão de comunidades tradicionais de seus territórios. Naquele período, o estado do Acre enfrentava o crescimento acelerado da degradação ambiental e a intensificação de conflitos fundiários, especialmente em áreas indígenas e seringais. Esses movimentos fortaleceram sua liderança política e reafirmaram seu compromisso com a articulação entre preservação ambiental e justiça social.

Ao longo de sua trajetória, Marina consolidou-se como uma liderança política de destaque, articulando agendas ambientais, sociais e de governança sustentável em diferentes esferas de poder. Sua atuação evidencia a possibilidade de integrar experiência de campo,

conhecimento técnico e representação política institucional, promovendo políticas públicas mais inclusivas e ambientalmente responsáveis.

Em 1994, Marina Silva tornou-se a primeira seringueira eleita para o Senado Federal, marco relevante na história política brasileira. Em 2003, foi nomeada Ministra do Meio Ambiente, tornando-se a primeira mulher a ocupar essa pasta, cargo que exerceu até 2008, período em que esteve à frente de políticas de combate ao desmatamento e de fortalecimento da agenda ambiental.

A militância de Marina também se refletiu na fundação do partido Rede Sustentabilidade, em 2013, cuja proposta central é a promoção de políticas de desenvolvimento sustentável, participação cidadã e fortalecimento da democracia. A criação da legenda permitiu a formalização de sua visão política e a articulação de uma base de apoiadores comprometidos com a agenda socioambiental.

Marina Silva tem se destacado como protagonista em debates nacionais e internacionais sobre mudanças climáticas, preservação ambiental e direitos socioambientais, participando de fóruns globais e conferências de alto nível, o que reforça a importância das lideranças brasileiras na formulação de políticas ambientais e na defesa de populações tradicionais. Sua visibilidade e atuação consolidaram-na como referência no campo ambiental e político, situando-a entre as principais vozes brasileiras nos debates contemporâneos sobre sustentabilidade e justiça socioambiental.

Permanece filiada ao partido Rede Sustentabilidade e foi eleita deputada federal pelo estado de São Paulo nas eleições de 2022, obtendo 237.526 votos e figurando entre as candidaturas mais expressivas no Estado nesta eleição, o que a posicionou como uma das parlamentares com maior visibilidade no legislativo federal em pautas ambientais e de direitos humanos.

Em 4 de janeiro de 2023, foi nomeada Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, retomando, assim, sua atuação ministerial em um contexto marcado por intensos debates sobre políticas climáticas e funcionamento institucional, cargo que exerce com articulação política e repertório técnico acumulado ao longo de sua trajetória.

Marta Suplicy

Marta Teresa Smith de Vasconcelos Suplicy nasceu em São Paulo, em 18 de março de 1945, filha de Noemia Smith de Vasconcelos e Luiz Afonso Smith de Vasconcelos. Desde cedo, demonstrou grande interesse pelas questões humanas e sociais, o que a conduziu a uma trajetória multifacetada como psicóloga, intelectual e figura pública. Mãe de três filhos, Eduardo, André e João, sua trajetória pessoal sempre se entrelaçou com o compromisso com debates sobre comportamento, gênero e direitos sociais.

Formou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e aprofundou seus estudos nos Estados Unidos, especializando-se em psicologia infantil pela Michigan State University, cursando pós-graduação na Stanford University e concluindo mestrado em Psicologia novamente na Michigan State University.

Durante sua permanência nos Estados Unidos, teve contato direto com o movimento feminista, experiência que marcou profundamente sua formação intelectual. De volta ao Brasil, deu continuidade à sua atuação como psicóloga comportamental e sexóloga, sendo uma das fundadoras do curso de Terapia Comportamental do Instituto Sedes Sapientiae, onde lecionou terapia de casais entre 1973 e 1976. Paralelamente, manteve atendimento clínico em consultório particular, escreveu colunas para as revistas *Claudia* e *Vogue* e realizou palestras, ampliando sua projeção pública.

Sua visibilidade nacional ampliou significativamente com sua participação no programa TV Mulher da Rede Globo, a partir de 1980, onde conduziu o quadro “Comportamento Sexual”. Apresentou, com seriedade e naturalidade, temas como desejo, orgasmo e uso de preservativos, assuntos inéditos na televisão brasileira. Posteriormente, exibiu quadro semelhante na TV Manchete entre 1987 e 1988, afirmando-se como referência em discussões sobre sexualidade e direitos das mulheres, atuando como psicóloga comportamental e sexóloga.

Filiada ao Partido dos Trabalhadores na década 1980, Marta iniciou sua carreira política formal como deputada federal, exercendo mandato entre 1995 e 1999, período em que defendeu pautas feministas e de direitos civis, incluindo a ampliação de direitos de pessoas LGBTQIA+. Participou da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela ONU em Beijing, em 1995.

É membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise e da International Psychoanalytical Association, dos Estados Unidos, e fundadora do Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes. Fundadora e presidente do Grupo TVer, iniciativa voltada à promoção da leitura

crítica dos meios de comunicação, bem como criadora do GTPOS, Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual.

Em 2000, foi eleita prefeita da cidade de São Paulo, tornando-se a segunda mulher a governar a maior metrópole do país. Sua gestão, de 2001 a 2004, destacou-se pela ampliação de políticas públicas de inclusão social, como a expansão dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), implementação do Bilhete Único e melhorias no transporte coletivo. Essas ações consolidaram seu legado de inovação administrativa e de aproximação do poder público com a população.

Entre 2007 e 2008, Marta Suplicy exerceu o cargo de Ministra do Turismo no governo federal, conduzindo políticas de incentivo ao setor e à promoção do país como destino turístico internacional. Assumiu o cargo de Ministra da Cultura entre 2012 e 2014, liderando programas voltados à valorização da diversidade cultural e democratização do acesso à cultura, reforçando seu compromisso com políticas públicas inclusivas.

Marta foi senadora pelo estado de São Paulo entre 2011 e 2019. Durante esse período, destacou-se na proposição de projetos voltados à igualdade de gênero, proteção das minorias e ampliação de direitos civis, consolidando sua reputação como defensora dos direitos sociais e da participação feminina na política.

Nos anos seguintes, Marta manteve forte presença no cenário político paulista, atuando como secretária municipal de Relações Internacionais entre 2021 e janeiro de 2024. Ao deixar o cargo, reforçou sua participação nas articulações eleitorais de São Paulo, mantendo-se uma liderança influente em pautas sociais, culturais e de gênero.

Marta Suplicy também construiu uma trajetória como autora, com produção voltada sobretudo aos temas da sexualidade, da educação e das relações humanas. Entre seus livros mais conhecidos estão *Conversando sobre Sexo* (1983), *Sexo para Adolescentes: orientação para educadores* (1988), *Papai, Mamã e Eu: o desenvolvimento sexual da criança dos dois aos seis anos no lar e na escola* (1990), *Guia de orientação sexual* (1994), *Sexo se Aprende na Escola* (1995), além de *Sexo para Adolescente: amor, homossexualidade, masturbação, virgindade, anticoncepção, AIDS* e *De Mariazinha a Maria*, obras que consolidaram sua atuação pública como referência no debate sobre educação sexual no Brasil. Em 2024, Marta retornou ao Partido dos Trabalhadores para disputar as eleições municipais, sendo candidata à vice-prefeita de São Paulo na chapa encabeçada por Guilherme Boulos.

Sônia Guajajara

Sônia Bone de Sousa Silva Santos, Sônia Guajajara, nasceu em 1974 na Terra Indígena Arariboia, no município de Amarante, Maranhão. Pertencente ao povo Guajajara (Tenetehara), cresceu em um ambiente marcado pela luta pela preservação territorial e ambiental, bem como pela afirmação dos direitos indígenas. Desde a infância, sua trajetória foi atravessada pela vivência coletiva e resistência frente às desigualdades históricas impostas aos povos originários no Brasil. Essa experiência inicial influenciou sua vocação para a educação e ativismo social, moldando sua atuação futura em defesa de sua comunidade e das causas indígenas.

Filha de pais analfabetos, Sônia saiu de sua terra aos 10 anos para estudar na cidade de Imperatriz, apoiada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Durante sua adolescência, trabalhou em casas de família em troca de moradia, com o objetivo de continuar os estudos. Aos 15 anos, mudou-se para Minas Gerais para concluir o ensino médio, demonstrando desde cedo coragem, autonomia e determinação em superar barreiras estruturais enfrentadas por meninas indígenas.

Sônia Guajajara é formada em Letras e Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e possui pós-graduação em Educação Especial. Sua formação acadêmica diversificada fortaleceu sua atuação como educadora e ampliou sua capacidade de dialogar com diferentes públicos sobre os direitos dos povos indígenas e questões socioambientais. A base educacional também foi importante para sua atuação em organizações indígenas e para a articulação de estratégias políticas em âmbito nacional e internacional.

A militância de Sônia se consolidou em organizações indígenas como a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e, especialmente, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), da qual foi coordenadora executiva. Nessas instâncias, atuou na defesa de territórios, monitoramento de desmatamento e políticas públicas para a promoção da autonomia e direitos dos povos originários. Sua liderança permitiu maior visibilidade às pautas indígenas no debate nacional.

Reconhecida internacionalmente, Sônia Guajajara recebeu destaque em veículos de grande repercussão, sendo eleita uma das 100 pessoas mais influentes de 2022 pela revista TIME. Participou de fóruns internacionais de direitos humanos, incluindo o Conselho de Direitos Humanos da ONU, promovendo a defesa das causas indígenas e socioambientais. Sua atuação evidencia o papel estratégico da representação indígena em instâncias globais,

ampliando o alcance das demandas de seus povos e fortalecendo alianças em defesa da sustentabilidade.

No campo político-institucional, Sônia Guajajara marcou a história ao concorrer como pré-candidata à presidência da República em 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), destacando a necessidade de maior presença indígena na política nacional. Em 2018, foi lançada como pré-candidata a vice-presidente na chapa liderada por Guilherme Boulos. Essas candidaturas, pioneiras para lideranças indígenas, reforçaram sua visibilidade e consolidaram sua trajetória de resistência e representação, articulando questões de etnia, gênero e política.

Em 2022, Sônia foi eleita deputada federal pelo estado de São Paulo pelo PSOL, recebendo 156.966 votos. Essa conquista histórica a tornou a primeira mulher indígena a representar o estado na Câmara dos Deputados. Sua eleição simboliza avanços significativos na representatividade indígena e feminina no Brasil, evidenciando a importância de incluir vozes originárias nos processos de decisão política e fortalecendo a legitimidade das pautas indígenas no Congresso Nacional.

Além da atuação política, Sônia Guajajara contribui para a educação e conscientização sobre a história e a situação atual dos povos indígenas. Por meio de palestras, debates e diálogos interculturais, promove compreensão mútua entre diferentes grupos étnicos e culturais. Ela também inspira práticas sustentáveis e mobiliza a sociedade brasileira para a proteção ambiental, conectando a defesa territorial à preservação da biodiversidade e aos direitos humanos.

Atualmente, é Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, nomeada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023. No cargo, promove políticas de educação, saúde, preservação cultural, combate ao racismo, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Sua atuação é marcada pelo diálogo com comunidades indígenas e pela defesa de seus direitos, consolidando sua trajetória como líder comprometida com a justiça social e o fortalecimento da participação política indígena.

Sua vida e trabalho demonstram a importância da participação política, da mobilização cívica e do empoderamento de comunidades historicamente marginalizadas, oferecendo um modelo inspirador de liderança e resistência no contexto contemporâneo brasileiro.

3.2.1 Pioneiras na política eleitas no Paraná

Gleisi Hoffmann

Gleisi Helena Hoffmann nasceu em Curitiba, capital do Paraná, em 1965, em família de origem urbana, sendo filha de Júlio Hoffmann e Getúlia Águeda Hoffmann. Viveu a infância e a adolescência no bairro Vila Lindóia, onde construiu vínculos sociais e comunitários que marcaram sua formação. Realizou seus estudos nos colégios Nossa Senhora da Esperança e Nossa Senhora Medianeira, concluindo posteriormente o curso de Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Sua formação acadêmica foi complementada por especialização em Gestão de Organizações Públicas e em Administração Financeira, além de cursos na área de orçamento e finanças públicas.

Desde a juventude, Gleisi Hoffmann envolveu-se com a militância política e estudantil, participando de entidades representativas do movimento secundarista, como a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Curitiba (UMESC) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBESC). Chegando à presidência da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Gleisi teve o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) como o primeiro partido político, influência de sua atuação no período do movimento estudantil. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1989, construiu sua trajetória política articulando formação técnica, militância partidária e atuação institucional, consolidando um perfil voltado à gestão pública e às políticas sociais.

Sua inserção na administração pública ocorreu ainda nos anos finais da década de 1980, quando atuou como assessora na Assembleia Legislativa do Paraná e, posteriormente, na Câmara Municipal de Curitiba. Entre 1993 e 1998, exerceu função de assessoria na Câmara dos Deputados, em Brasília, ampliando sua experiência na esfera legislativa federal. Em 1999, foi nomeada diretora de Administração e Finanças e secretária executiva de Gestão Financeira do Mato Grosso do Sul. Em 2001, integrou a Secretaria Extraordinária Estadual de Reestruturação e Ajuste, onde promoveu cortes de gastos, e no mesmo ano assumiu a Secretaria Municipal de Gestão Pública de Londrina, implantando o plano de carreira dos servidores e o pregão eletrônico, com economia aproximada de 30% nos gastos municipais.

Em 2003, integrou a equipe de transição do primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, contribuindo para a análise do Orçamento da União. No mesmo período, assumiu a Diretoria Financeira da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, cargo que exerceu entre 2003 e 2006.

Em Itaipu, foi a primeira mulher a ter cargo de diretora e desenvolveu ações de responsabilidade social para funcionários, para a comunidade de Foz do Iguaçu e do Paraguai, atuando na reestruturação do Hospital Ministro Costa Cavalcanti e na criação da Casa Abrigo, voltado a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.

A trajetória eleitoral de Gleisi Hoffmann teve início com candidaturas majoritárias e proporcionais de expressiva votação. Foi candidata ao Senado Federal e à Prefeitura de Curitiba. Eleita, em 2010, senadora da República, com 3.196.468 votos, tornando-se a primeira mulher eleita para o Senado pelo estado, marco significativo para a representação feminina na política paranaense e brasileira. Sua eleição rompeu uma longa tradição de exclusão das mulheres dos cargos majoritários no Paraná. No exercício do mandato, destacou-se pela atuação em temas relacionados à economia, à gestão pública e, de modo especial, à defesa dos direitos das mulheres, apresentando propostas voltadas à ampliação da proteção social e da participação feminina na política.

Entre 2011 e 2014, licenciou-se do Senado para exercer o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo Dilma Rousseff, uma das funções mais estratégicas do Executivo Federal. À frente da pasta, coordenou políticas públicas de grande alcance social e acompanhou a implementação de programas federais nas áreas de saúde, educação, habitação e infraestrutura, com impactos diretos no Paraná e em outras regiões do país.

Após deixar o Senado, Gleisi Hoffmann foi eleita deputada federal pelo Paraná em 2018 e reeleita em 2022, com 261.247 votos, figurando como a candidata mais votada no estado nesse pleito. Paralelamente à atuação parlamentar, assumiu a presidência nacional do Partido dos Trabalhadores em 2017, sendo a primeira mulher a ocupar este cargo, posição que ocupou até março de 2025, desempenhando papel central na reorganização partidária e na condução política da legenda em um período marcado por intensa polarização nacional.

Em março de 2025, licenciou-se da Câmara dos Deputados para assumir o cargo de Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, no terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva. Sua atuação contínua nos espaços decisórios do Estado brasileiro é marcada pela combinação entre gestão pública, militância partidária e defesa da ampliação da representação feminina na política institucional. Gleisi Hoffmann é divorciada do ex-ministro Paulo Bernardo, com quem teve dois filhos, João Augusto e Gabriela Sofia.

Maria Olympia (1926-2008)

Maria Olympia Carneiro Mochel nasceu em Curitiba, em 9 de janeiro de 1926, e inscreveu seu nome na história política da cidade ao tornar-se, em 1947, a primeira mulher eleita vereadora da Câmara Municipal de Curitiba, aos 21 anos de idade, pelo Partido Social Trabalhista (PST), com 436 votos.

A eleição de Maria Olympia ocorreu no cenário da redemocratização brasileira após o Estado Novo, período marcado pela reabertura dos legislativos e pela reorganização partidária. Embora o Partido Comunista Brasileiro exercesse forte influência sobre setores operários e intelectuais, sua ilegalidade impôs que candidaturas vinculadas a essa militância fossem registradas por outras legendas, como o PST. Nesse contexto, a eleição de uma jovem mulher, identificada com pautas progressistas, rompeu padrões conservadores historicamente consolidados na política curitibana.

Filha do pediatra Raul Carneiro, professor da Universidade Federal do Paraná, e da imigrante alemã Anna Schweble, Maria Olympia teve formação marcada pelo magistério, tendo concluído seus estudos na Escola Normal de Curitiba. Antes mesmo de ingressar na vida parlamentar, destacou-se por sua atuação junto a trabalhadores e populações periféricas, experiência adquirida, inclusive, durante seu período como operária na Fábrica de Viaturas Hipomóveis de Curitiba, de onde foi dispensada após questionar condições de trabalho.

Seus caminhos na política estavam vinculados às lutas sociais e às reivindicações por justiça social, evidenciadas tanto por sua atuação em campanhas nacionais, como “O Petróleo é Nosso”, quanto por iniciativas locais voltadas à melhoria das condições de vida nos bairros mais vulneráveis da cidade. Na Câmara Municipal, chegou a ocupar o cargo de segunda-secretária da Comissão Executiva, posição rara para uma mulher naquele período, reafirmando sua visibilidade institucional.

Durante seu mandato, foi uma crítica aberta ao prefeito e às condições sociais da cidade, o que gerou forte oposição e vigilância policial sobre sua atuação, em um contexto de polarização política e medo anticomunista no pós-Segunda Guerra Mundial. Marcado pelas barreiras enfrentadas pelas mulheres e pelos opositores de tendências esquerdistas naquele momento histórico.

Apesar de sua inserção parlamentar, o exercício do mandato foi atravessado por perseguições políticas e ataques da imprensa, especialmente em função de sua vinculação ao movimento comunista. Maria Olympia participou ativamente de mobilizações femininas,

liderou ligas de valorização das mulheres e posicionou-se de forma crítica frente às políticas municipais, o que contribuiu para o acirramento das pressões que enfrentou ao longo de sua legislatura.

Nesse contexto, sua atuação política tornou-se progressivamente inviável. No último ano do mandato, Maria Olympia abdicou da vereança, sendo substituída por seu suplente. Pouco tempo depois, já casada com o agrônomo e militante político maranhense Joaquim Rodrigues Mochel, mudou-se para o Maranhão, em um deslocamento diretamente relacionado às limitações impostas à sua permanência na vida pública paranaense.

Estabelecida em São Luís, Maria Olympia reconstruiu sua trajetória profissional ao ingressar, em 1957, na primeira turma do curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão, concluído em 1963. Posteriormente, especializou-se em Psiquiatria, tornando-se, ao que indicam as fontes, a primeira psiquiatra em atividade na capital maranhense, reafirmando seu caráter pioneiro também no campo da medicina.

Ao longo da vida, Maria Olympia e Joaquim Mochel tiveram cinco filhos, muitos dos quais seguiram carreiras acadêmicas na área da saúde, mostrando a centralidade da educação em sua trajetória familiar. Sua atuação profissional no Maranhão consolidou-se paralelamente à memória de sua experiência política, ainda que esta tenha permanecido por décadas relativamente silenciada no espaço público curitibano.

Somente a partir do século XXI sua trajetória passou a receber reconhecimento institucional mais amplo em Curitiba. Em 2014, foi inaugurado, na Câmara Municipal, um mural com placas e fotografias das ex-vereadoras, no qual Maria Olympia figura em primeiro lugar. Em 2023, seu nome foi atribuído à Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Curitiba, reafirmando seu papel como referência histórica para a formação política e cidadã.

Maria Olympia Carneiro Mochel faleceu em 25 de janeiro de 2008, no Maranhão, aos 82 anos. Sua eleição constitui um marco inaugural da presença feminina na política curitibana, revelando, ao mesmo tempo, os avanços e os limites da inserção das mulheres nos espaços institucionais de poder. Sua eleição, embora isolada em seu tempo, permanece como símbolo da luta por representação, participação política e ampliação da cidadania feminina no Paraná.

Rosy de Macedo (1914–2002)

Rosy de Macedo Pinheiro Lima nasceu em Paris, em 2 de abril de 1914, filha de José Maria Pinheiro Lima e Stella de Macedo Pinheiro Lima. Viveu parte da infância entre a Europa e o Brasil antes de fixar residência em Curitiba, capital do Paraná, onde realizou sua formação básica no Ginásio Paranaense e no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Em 1933, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito do Paraná, aos dezenove anos de idade, integrando um grupo ainda restrito de mulheres que alcançavam o ensino superior na área jurídica no Brasil da Primeira República.

No mesmo ano, participou da fundação do Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC), ao lado de Ilnah Secundino de Oliveira e Deloé Scalco. A instituição tinha como objetivo promover a educação, a produção intelectual e a ampliação da participação feminina na vida social e cultural, por meio de atividades como saraus, publicações e ações sociais. Rosy exerceu a presidência do CPFC, tornando-se desde cedo liderança no espaço público paranaense.

Em 1937, tornou-se a primeira mulher no Brasil a obter o título de doutora em Direito, ao defender a tese *A mãe e o Direito Civil* na então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1943, realizou estudos complementares na Universidade de Cambridge, aprofundando sua formação acadêmica e ampliando sua inserção no debate jurídico internacional. Sua história acadêmica revela a articulação entre produção intelectual, reflexão social e compromisso com a condição feminina no campo do direito.

A inserção de Rosy de Macedo Pinheiro Lima na política institucional ocorreu em 1947, quando foi eleita deputada estadual pelo Paraná, pela União Democrática Nacional (UDN), tornando-se a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. Seu mandato, exercido entre 1947 e 1950, desenvolveu-se em um contexto marcado pela redemocratização do país após o Estado Novo e pela recente incorporação das mulheres ao eleitorado brasileiro. As fontes consultadas não registram o número de votos obtidos por Rosy de Macedo Pinheiro Lima na eleição de 1947.

No âmbito parlamentar, integrou a Comissão de Instrução Pública e direcionou sua atuação a temas relacionados à educação e à ampliação da presença feminina na vida pública. Sua participação na legislatura responsável pela elaboração da Constituição Estadual de 1947 representou um avanço simbólico relevante, ainda que Rosy Macedo não tenha assinado o texto

constitucional aprovado naquele ano, por razões que não se encontram documentadas nas fontes consultadas.

Após o término do mandato, dedicou-se à advocacia, ao jornalismo e à produção literária. Em 1953, publicou a biografia *A vida de Júlia da Costa* e a obra poética *Poeira do Sol*, ampliando sua contribuição cultural e intelectual para a sociedade paranaense. Sua produção bibliográfica inclui ainda a tese *The Basis of Private International Law*, defendida em Cambridge em 1944, além de textos em prosa e verso publicados ao longo de sua trajetória intelectual, articulando reflexão jurídica, sensibilidade literária e preocupação social.

No ano de 1988, a Lei nº 8.865 concedeu a Rosy de Macedo Pinheiro Lima o título de Cidadã Benemerita do Paraná, em reconhecimento à sua relevante contribuição à vida pública do Estado. Em 2023, a Assembleia Legislativa do Paraná instituiu o Prêmio Rosy de Macedo Pinheiro Lima, por meio da Resolução nº 2/2023, de autoria da Bancada Feminina, destinado a homenagear anualmente mulheres que se destacam em suas áreas de atuação e simbolizam a força e a determinação feminina na sociedade paranaense.

A eleição de Rosy representou uma ruptura expressiva em um parlamento que, desde a criação da Assembleia Legislativa do Paraná, em 1854, permaneceu por mais de nove décadas sem a presença feminina. Após seu mandato, o legislativo estadual voltou a registrar um longo período de exclusão, com a retomada da representação feminina ocorrendo apenas a partir da década de 1980, de forma lenta e irregular. Esse cenário evidencia o caráter pioneiro, singular e isolado de sua experiência parlamentar.

Rosy de Macedo Pinheiro Lima não se casou nem teve filhos. Faleceu em 2002. As fontes consultadas não registram a causa de sua morte. Ao longo de sua vida pública, consolidou-se como referência intelectual e política, permanecendo vinculada aos debates sobre educação, cultura e direitos das mulheres.

No contexto da história política paranaense, sua trajetória ultrapassa o plano biográfico individual e inscreve-se como elemento estruturante do processo de ampliação da cidadania feminina no Estado. Ao ocupar o espaço legislativo, Rosy de Macedo Pinheiro Lima materializou a figura da mulher pública em um ambiente historicamente marcado por exclusões de gênero, convertendo sua atuação em marco coletivo na consolidação da democracia e da participação política das mulheres no Paraná.

3.3.2 Pioneiras na política não eleitas

Celina Guimarães Viana (1890-1972)

A professora Celina Guimarães Viana constitui um marco simbólico e político na história do sufrágio feminino no Brasil e na América Latina. Nascida dia 15 de novembro de 1890, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, filha de José Eustáquio de Amorim Guimarães e Eliza de Amorim Guimarães. Começou os estudos na Escola Normal de Natal, lugar onde concluiu o curso de formação de professores. Após o casamento com o advogado e professor Elyseu de Oliveira Viana, transferiu-se para Mossoró, onde atuou como docente no Grupo Escolar 30 de Setembro.

Como educadora, em um contexto em que a disciplina escolar era marcada pelo uso da palmatória, Celina rompeu com práticas de castigos físicos para punir as e os estudantes ao adotar o teatro como estratégia pedagógica, escrevendo peças, confeccionando figurinos e promovendo apresentações. Introduziu o futebol nas aulas, em Mossoró, entre 1917 e 1919, traduzindo do inglês o manual do jogo e conduzindo as práticas esportivas. Registros da imprensa indicam que, possivelmente, tenha sido a primeira mulher a apitar uma partida de futebol no país, episódio narrado na obra *O Futebol da Gente* (1982).

A memória de Celina Guimarães Viana permanece central para os estudos sobre o sufrágio feminino e a História das Mulheres no Brasil, demonstrando como iniciativas individuais, articuladas a contextos coletivos de mobilização, foram decisivas para a construção da cidadania feminina e para a consolidação de direitos políticos no país.

O contexto político potiguar foi decisivo para sua atuação. Com a promulgação da Lei nº 660, em 25 de outubro de 1927, que suprimiu a distinção de sexo para o exercício do voto em âmbito estadual, Celina requereu seu alistamento eleitoral no mês seguinte, tendo o pedido deferido. Em 5 de abril de 1928, exerceu o direito ao voto, tornando-se a primeira mulher a votar legalmente no país, antecipando em quatro anos a regulamentação nacional do sufrágio feminino.

A luta da educadora de 29 anos inspirou outras mulheres a exigir o direito de votar, isso levou mais dezenove mulheres a conseguirem a permissão para participar da eleição de 5 de abril de 1928. O processo que foi despachado, primeiro, foi o de Celina Guimarães. Quer dizer, só iria ser eleitora se o juiz dissesse sim. Então ele respondeu positivamente primeiro, o processo dela. Tornando-se a primeira eleitora do Brasil.

Pioneira na conquista do voto, mas não foi a primeira a iniciar essa luta. O primeiro registro é de 1824. Houve tentativas de legislar o voto feminino 100 anos antes, mas foram várias tentativas frustradas. A vitória total do voto feminino no Brasil aconteceu apenas em 1932, com o decreto do então presidente Getúlio Vargas.

No entanto, com o Golpe de 1930 Celina Guimarães Viana e a família tiveram que se mudar do Rio Grande do Norte, devido a perseguições políticas. Foram para Minas Gerais. Embora os votos femininos daquela eleição tenham sido posteriormente anulados, a iniciativa de Celina adquiriu profundo valor simbólico e político. Seu gesto revelou as contradições do sistema eleitoral brasileiro e contribuiu para o fortalecimento das reivindicações em favor da cidadania feminina, consolidando-se como referência histórica para a ampliação da participação das mulheres na esfera pública.

A trajetória de Celina Guimarães Viana expressa tanto o protagonismo individual quanto a articulação coletiva das primeiras sufragistas brasileiras. Seu pedido de alistamento eleitoral esteve alinhado a um movimento mais amplo que buscava assegurar às mulheres o reconhecimento de direitos políticos, questionando práticas excludentes sustentadas por normas e costumes vigentes.

Ao exercer o voto, Celina simbolizou uma ruptura com as estruturas tradicionais de dominação de gênero, afirmando a legitimidade da presença feminina no espaço político. Ela abriu um precedente no interior de um processo mais amplo de mobilização dos movimentos sociais em defesa do voto feminino; assim, seu voto não deve ser compreendido como um ato isolado, mas como resultado de uma luta coletiva e histórica.

Faleceu no dia 11 de julho de 1972, em Belo Horizonte, aos 81 anos, na casa onde morou após se mudar de Mossoró (RN) e Teófilo Otoni (MG) devido a problemas cardíacos.

Elvira Boni (1899-1990)

Elvira Boni de Lacerda, conhecida como Elvira Boni, nasceu em 1899, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, interior de São Paulo. Filha de imigrantes italianos, teve seu primeiro contato com as ideias socialistas por intermédio de seu pai. Ainda muito jovem, iniciou seu trabalho como aprendiz em oficinas de costura no Rio de Janeiro, enfrentando jornadas extensas e condições precárias. A experiência cotidiana da exploração contribuiu para sua aproximação com organizações de trabalhadores e para o engajamento em reivindicações por direitos. Em 1919, participou da fundação da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, entidade que se destacou como uma das primeiras organizações sindicais femininas do país, tornando-se referência na mobilização de mulheres trabalhadoras do setor de confecção.

Nessa organização, Dona Elvira exerceu a função de tesoureira, experiência pouco comum à época, uma vez que, embora as mulheres constituíssem presença expressiva no movimento operário do início do século XX, tanto no Brasil quanto em âmbito internacional, raramente ocupavam cargos de direção ou posições de liderança nas instâncias formais das associações.

A atuação de Elvira Boni foi particularmente significativa durante a greve promovida pela União das Costureiras no mesmo ano, quando as trabalhadoras reivindicaram melhores condições e a redução da jornada diária, frequentemente superior a treze horas. Sua liderança se projetou também no III Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1920, no qual representou as trabalhadoras e presidiu a mesa de trabalhos. Essa participação evidencia a inserção de uma mulher em um espaço historicamente dominado por homens, demonstrando a dimensão política de sua atuação, ainda que fora das estruturas eleitorais formais.

Paralelamente à militância sindical, Elvira Boni desenvolveu atividades culturais e intelectuais ligadas ao movimento operário, integrando grupos de teatro social e colaborando com periódicos voltados à classe trabalhadora. Sua atuação articulava reivindicações de classe às desigualdades de gênero, contribuindo para a visibilidade das mulheres nas lutas sociais do período. Embora tenha mantido relações próximas com grupos comunistas e anarquistas, não exerceu cargos eletivos nem ocupou mandatos políticos, configurando-se como uma liderança de atuação política não eleitoral, baseada na organização coletiva, na mobilização social e na ação direta.

Nas décadas posteriores, especialmente a partir dos anos 1940, direcionou seu engajamento para iniciativas comunitárias no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro.

Participou da fundação da Associação de Senhoras de Santa Teresa, entidade voltada à assistência social e à proteção da infância, reafirmando seu compromisso com a transformação social em escala local. Essa atuação demonstra a continuidade de sua militância, agora expressa em práticas sociais e comunitárias, em consonância com a trajetória de mulheres que exerceram influência política fora das instituições representativas tradicionais.

A história de Elvira Boni fundamenta a relevância das mulheres não eleitas na construção da política brasileira, especialmente no campo das lutas trabalhistas e da organização sindical. Sua atuação contribuiu para ampliar a presença feminina nos espaços de reivindicação coletiva e para questionar as hierarquias de gênero no mundo do trabalho. Ao longo de sua vida, consolidou-se como uma liderança política sem mandato, cuja influência se manifestou por meio da mobilização social, da militância operária e do engajamento comunitário.

Participou ativamente de redes feministas e associações operárias em nível estadual e nacional, estabelecendo contatos com lideranças de outros setores produtivos e contribuindo para debates sobre legislação trabalhista, previdência social e proteção às mulheres trabalhadoras. Na defesa de direitos educacionais e culturais para crianças e jovens das classes populares, consolidando seu papel como articuladora de políticas sociais informais e formadora de lideranças locais. Esses aspectos reforçam a dimensão complexa de sua atuação, mostrando como a influência política feminina se estendia para além do ambiente imediato de trabalho, abrangendo educação, cultura e mobilização coletiva.

Elvira Boni de Lacerda faleceu no Rio de Janeiro, em 1990, aos noventa e um anos. Sua história permanece como referência para os estudos sobre mulheres, trabalho e participação política não institucionalizada, evidenciando que a atuação política feminina no Brasil ultrapassa os limites da representação eleitoral e se expressa de maneira significativa nos movimentos sociais e sindicais ao longo do século XX.

Leolinda Daltro (1858-1935)

Leolinda de Figueiredo Daltro nasceu na Bahia, em 1858, e estabeleceu-se no Rio de Janeiro, capital da República, onde desenvolveu grande parte de sua atuação pública. Professora, educadora e ativista, construiu uma trajetória marcada pelo enfrentamento às convenções sociais impostas às mulheres de seu tempo. Mãe de cinco filhos, que criou de forma independente, sua experiência pessoal expressou a busca por autonomia feminina em um contexto profundamente patriarcal, no qual a presença das mulheres na esfera pública era amplamente contestada.

Sua projeção nacional ocorreu a partir do engajamento na defesa dos direitos dos povos indígenas, sobretudo no campo da educação. Leolinda compreendia a alfabetização como instrumento de cidadania, desde que respeitasse as culturas indígenas e não estivesse subordinada à catequização religiosa obrigatória. Essa concepção representava uma ruptura significativa com as práticas indigenistas dominantes, pautadas pela assimilação forçada e pela negação das identidades originárias no projeto de construção do Estado nacional.

Em 1896, Leolinda iniciou uma série de viagens pelo interior do país, percorrendo regiões de Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Pará. Durante essas expedições, enfrentou dificuldades logísticas, isolamento geográfico e resistência política local. Em cidades como Uberaba, Leolinda sofreu hostilidades, perseguições públicas e expulsão, além de ataques à sua reputação e autoridade moral. Essas experiências exemplificam como a violência simbólica era mobilizada para conter a atuação de mulheres que extrapolavam os papéis socialmente atribuídos ao gênero, sobretudo quando associavam educação, política e intervenção social.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, reorganizou sua militância ao fundar o Grêmio Patriótico Leolinda Daltro, entidade voltada à alfabetização indígena e à promoção da cidadania desses povos. A iniciativa ampliou sua projeção pública, mas também intensificou as reações conservadoras, especialmente na imprensa, que passou a retratá-la de forma hostil e depreciativa.

Nesse contexto, por volta de 1909, Leolinda Daltro chegou a ser chamada de “mulher do diabo”, expressão que evidencia os mecanismos simbólicos de desqualificação mobilizados contra mulheres que ocupavam espaços de protagonismo político. O apelido refletia menos qualquer associação real com práticas demoníacas e mais os preconceitos dirigidos à sua atuação como professora, feminista e defensora dos direitos indígenas, bem como à sua

presença ativa em ambientes políticos majoritariamente masculinos e avessos a pautas consideradas transgressoras à época.

Na década de 1910, Leolinda consolidou-se como uma das principais referências do feminismo nascente no Brasil. Em 1910, fundou o Partido Republicano Feminino, pioneiro na mobilização política de mulheres, que visava articular ações em prol do sufrágio e da cidadania plena feminina. Por meio do partido, elaborou manifestos, promoveu debates públicos e construiu redes de apoio que ampliaram a visibilidade das reivindicações femininas, demonstrando a importância de instrumentos organizacionais próprios para a participação política das mulheres.

Entre suas ações de maior repercussão destacou-se a marcha de 1917, que reuniu dezenas de mulheres no centro do Rio de Janeiro, exigindo o reconhecimento de direitos políticos. Nessa conjuntura, contou com apoios estratégicos, como o de Orsina da Fonseca, e estabeleceu alianças pontuais com homens influentes, o que evidencia a complexidade das negociações políticas necessárias para a inserção feminina em um campo tradicionalmente excludente.

Embora não tenha formalizado candidatura em 1919, Leolinda manteve-se ativa no debate público. Acompanhou atentamente a evolução das discussões sobre o direito ao voto feminino, reconhecendo, em 1932, a conquista do sufrágio como resultado de uma luta coletiva da qual participou desde seus primórdios, simbolizando a consolidação de direitos políticos para as mulheres brasileiras.

Leolinda Daltro faleceu em 1935, em decorrência de complicações causadas por um atropelamento que resultou na amputação de uma perna. Sua trajetória permanece como referência essencial para compreender as intersecções entre feminismo, educação e política indigenista no Brasil, ressaltando o papel de mulheres pioneiras na ampliação dos horizontes democráticos e na contestação das hierarquias de gênero e poder. O legado de Leolinda evidencia que a construção da cidadania feminina e da educação inclusiva demandam estratégias múltiplas, combinando ação individual e mobilização coletiva. Inspira o estudo da participação política das mulheres, mostrando que a transformação social e a ampliação de direitos dependem da coragem de indivíduos e da articulação de movimentos organizados, consolidando-a como figura central da história social e política brasileira.

Maria da Penha

Maria da Penha Maia Fernandes nasceu em 1º de fevereiro de 1945, em Fortaleza, Ceará, e formou-se em Farmácia e Bioquímica pela Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1966. Concluiu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP) em 1977, atuando na área da saúde. É mãe de três filhas. Sua trajetória insere-se no grupo de mulheres não eleitas cuja relevância política se constrói fora das disputas eleitorais, por meio da incidência social, jurídica e institucional, consolidando uma forma de participação política fundamentada na mobilização social e na transformação das estruturas normativas do Estado.

A projeção pública de Maria da Penha ocorreu a partir de experiências pessoais que demonstraram de maneira contundente as limitações do Estado brasileiro no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres no final do século XX. Em 1983, foi vítima de duas tentativas de homicídio praticadas por seu então marido, Marco Antonio Heredia Viveros, professor universitário colombiano. A primeira tentativa ocorreu por meio de um disparo de arma de fogo enquanto dormia, resultando em paraplegia permanente. A segunda consistiu em uma tentativa de eletrocussão durante o banho, quando o agressor manipulou o sistema elétrico da residência com o objetivo de provocar sua morte. Esses episódios revelam a gravidade da violência doméstica e o elevado grau de vulnerabilidade a que as mulheres estavam submetidas em um contexto de ausência de políticas públicas eficazes de proteção.

O processo judicial instaurado após as agressões caracterizou-se por extrema morosidade, multiplicidade de recursos e respostas institucionais ineficazes, resultando em um prolongado cenário de impunidade que se estendeu por quase duas décadas. Diante dessa omissão estatal, o caso foi submetido, em 1998, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em 2001, responsabilizou formalmente o Estado brasileiro por negligência e tolerância frente à violência doméstica. Tal reconhecimento conferiu dimensão política e estrutural à experiência individual de Maria da Penha, transformando sua história pessoal em referência internacional sobre a violação sistemática dos direitos das mulheres.

Marco Antonio Heredia Viveros, foi condenado judicialmente, porém a execução da pena sofreu reiterados adiamentos em razão dos sucessivos recursos apresentados pela defesa, o que lhe permitiu permanecer em liberdade por quase vinte anos após os crimes de 1983.

Apenas em 2002 teve início o cumprimento da condenação, inicialmente em regime fechado, seguido de progressão para regimes mais brandos e, posteriormente, concessão de liberdade condicional, totalizando cerca de oito anos e seis meses de encarceramento. Esse percurso processual expôs, de forma emblemática, as fragilidades do sistema de Justiça brasileiro com relação à violência doméstica e a necessidade de reformas institucionais mais rigorosas.

A repercussão internacional do caso e a condenação do Brasil contribuíram decisivamente para a elaboração de um marco legal específico de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece mecanismos de prevenção, proteção e responsabilização, reconhecendo a violência doméstica como violação de direitos humanos e ampliando substancialmente o papel do Estado na promoção da integridade física, psicológica e social das mulheres.

A partir da promulgação da lei, Maria da Penha consolidou-se como liderança social de alcance nacional e internacional, exercendo uma forma de participação política não eleitoral baseada na incidência pública, na educação em direitos humanos e na construção de políticas públicas. Recebeu diversas homenagens e prêmios por sua atuação na defesa dos direitos das mulheres, tornando-se um dos principais símbolos da luta contra a violência de gênero no Brasil e na América Latina.

Atualmente, Maria da Penha dedica-se às atividades do Instituto Maria da Penha, organização da sociedade civil voltada à educação em direitos humanos, à divulgação da legislação de enfrentamento à violência doméstica e ao acompanhamento de políticas públicas relacionadas ao tema. Residente em Fortaleza, participa ativamente de eventos, campanhas e ações formativas. Sua experiência de vida, articulada à atuação institucional, demonstra como a mobilização individual pode converter-se em mudanças estruturais duradouras, influenciando práticas jurídicas, políticas públicas e a própria compreensão social sobre a violência de gênero.

Margarida Alves (1933-1983)

Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, no município de Alagoa Grande, no agreste da Paraíba, em uma família de trabalhadores rurais. Desde a infância, vivenciou as dificuldades impostas pela concentração fundiária, pela instabilidade do trabalho agrícola e pobreza que marcavam a vida no campo. Seu acesso à escolarização formal foi limitado, tendo concluído apenas a quarta série do ensino primário, em razão da necessidade de trabalhar precocemente para contribuir com a subsistência familiar.

Em 1973, Margarida Maria Alves assumiu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, tornando-se uma das primeiras mulheres a ocupar esse cargo no meio rural brasileiro, em pleno contexto da ditadura militar. Durante os doze anos em que esteve à frente da entidade, destacou-se pela defesa firme da aplicação da legislação trabalhista no campo, reivindicando carteira de trabalho assinada, jornada diária de oito horas, férias remuneradas, 13º salário e melhores condições de trabalho para homens e mulheres.

Para além das demandas trabalhistas imediatas, Margarida Alves ampliou a atuação sindical ao incentivar iniciativas de alfabetização de adultos e formação política inspiradas na educação popular. Essas ações buscavam fortalecer a consciência crítica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ampliando sua capacidade de organização e reivindicação coletiva. Sua liderança contribuiu para a consolidação de uma cultura sindical no campo, articulando direitos sociais, cidadania e dignidade humana.

Confrontou interesses de grandes proprietários de terra e de grupos econômicos locais que se opunham à efetivação dos direitos trabalhistas. Nesse contexto, a violência dirigida à liderança sindical não se manifestava apenas por agressões diretas, mas também por práticas de violência velada, como ameaças recorrentes, perseguições, pressões econômicas, tentativas de deslegitimação pública e avisos indiretos transmitidos por intermediários ligados ao poder local. Estratégias que buscavam intimidar e silenciar a militância sindical por meio da imposição do medo.

Essa realidade torna visível que a luta por direitos no meio rural implicava riscos concretos à integridade física das lideranças, sobretudo em regiões marcadas pelo poder oligárquico, pelo controle político local e pela frágil presença do Estado. Mesmo diante desse cenário adverso, Margarida Alves manteve sua atuação, reafirmando a importância da organização coletiva como instrumento fundamental de enfrentamento às desigualdades estruturais do campo brasileiro.

No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves foi assassinada com um tiro de espingarda calibre 12 em frente à sua residência, na presença do marido e do filho. O crime ocorreu poucos dias após completar cinquenta anos e foi amplamente interpretado como uma tentativa de silenciar sua militância sindical. Sua morte interrompeu de forma violenta uma trajetória marcada pelo engajamento coletivo, mas transformou sua figura em símbolo da resistência camponesa e da luta por justiça social.

O assassinato teve ampla repercussão nacional, sendo divulgado pela imprensa, por sindicatos e por movimentos sociais, o que gerou comoção pública e indignação coletiva. O crime tornou explícita a violência sofrida por trabalhadores rurais organizados, especialmente por mulheres que assumiram posições de liderança. A demora na responsabilização dos envolvidos reforçou a percepção de impunidade e exibiu as limitações das instituições estatais na proteção da organização popular em áreas dominadas por interesses privados.

A memória de Margarida Maria Alves permaneceu viva e foi ressignificada nas lutas sociais posteriores. Em 2000, sua trajetória inspirou a criação da Marcha das Margaridas, uma mobilização organizada de forma periódica, realizada em intervalos regulares, na qual milhares de trabalhadoras rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas se deslocam até Brasília para apresentar pautas coletivas relacionadas a direitos trabalhistas, políticas públicas para o campo, enfrentamento da violência de gênero e promoção da justiça social.

Margarida Maria Alves consolidou-se, como uma das principais referências da atuação política no Brasil, no campo na construção de direitos e na denúncia das violências que atravessam o meio rural. Sua memória segue reconhecida por movimentos sociais e instituições públicas, incluindo sua inscrição no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, reafirmando seu lugar na história das lutas sociais brasileiras.

Nair de Teffé (1886–1981)

Nair de Teffé nasceu em 10 de junho de 1886, no Rio de Janeiro, em uma família pertencente à elite diplomática e intelectual da Primeira República. Filha de Joana Cristina von Hoonholtz e de Antônio Luiz von Hoonholtz, barão de Tefé, e irmã de Oscar e Álvaro von Hoonholtz, cresceu em um ambiente marcado pela circulação internacional, pela sociabilidade política e pelo contato constante com expressões culturais diversas, fatores que influenciaram decisivamente sua formação intelectual e artística.

Ainda na infância, acompanhou o pai em missões diplomáticas na Europa, sendo apresentada precocemente aos círculos sociais internacionais. Nesse contexto iniciou a produção de caricaturas, revelando desde cedo uma veia satírica e crítica pouco comum para mulheres de sua geração.

Nair destacou-se como caricaturista ao assinar suas obras com o pseudônimo “Rian”, anagrama de seu prenome. Suas charges caracterizavam figuras da alta sociedade, políticos, diplomatas, nobres e artistas, são reconhecidas pela historiografia do desenho brasileiro como as primeiras caricaturas publicadas por uma mulher na imprensa nacional, o que a posiciona como pioneira na história das artes gráficas no Brasil.

No Brasil, integrou os círculos intelectuais e culturais do Rio de Janeiro, estabelecendo relações com artistas, escritores e mecenas, entre eles Laurinda Santos Lobo. Passou a colaborar com importantes periódicos da imprensa ilustrada carioca, como *A Careta*, *O Malho*, *Fon-Fon*, *Vida Doméstica*, *Revista da Semana*, *Excelsior* e *Gazeta de Notícias*, além de revistas francesas, ampliando a circulação de sua produção artística em âmbito nacional e internacional.

Em 1913, Nair de Teffé casou-se com Hermes da Fonseca, então presidente da República, tornando-se primeira-dama do país. Embora essa posição estivesse tradicionalmente associada a funções protocolares e à esfera privada, Nair conferiu-lhe novos significados ao utilizar o espaço simbólico como plataforma de intervenção cultural, promovendo iniciativas que desafiavam os códigos sociais e estéticos vigentes.

Organizou no Palácio do Catete saraus e eventos que valorizaram a música popular brasileira e artistas até então marginalizados pelas elites culturais. Ao inserir ritmos como o maxixe e instrumentos como o violão em ambientes oficiais, considerados inadequados pela moral conservadora da época, desafiou hierarquias culturais e ampliou a presença da cultura popular nos espaços de poder.

A chamada noite do “Corta-jaca”, quando foi executada uma composição de Chiquinha Gonzaga nos salões do palácio presidencial, tornou-se emblemática dessas tensões. As críticas de Rui Barbosa, então senador, fundamentaram-se na defesa do chamado “civilismo”, que associava a música popular à desordem moral e à ameaça aos padrões europeizados da elite republicana, revelando preconceitos de classe, gênero e cultura profundamente enraizados na sociedade da Primeira República.

Após o término do mandato presidencial de Hermes da Fonseca, Nair enfrentou problemas de saúde decorrentes de um grave acidente, que a levou a realizar tratamento na Europa. O retorno ao Brasil ocorreu em meio a um cenário de instabilidade política, marcado pela prisão de seu marido em 1922, durante o governo de Epitácio Pessoa, e por sua morte no ano seguinte, acontecimentos que impactaram de forma significativa sua vida pessoal e sua produção artística.

Nos anos posteriores, Nair afastou-se temporariamente da caricatura e passou a dedicar-se a atividades beneficentes. Retomou a produção artística a partir da segunda metade da década de 1920 e, após a morte dos pais, adotou três crianças, Carmem, Tânia e Paulo, com quem passou a viver em um sítio em Pendotiba, no município de Niterói. Mesmo em idade avançada, manteve vínculo com iniciativas culturais e com o movimento feminista local, participando de atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher.

Nair de Teffé escreveu seu livro de memórias, quase nada, registrando suas experiências pessoais, artísticas e políticas. Faleceu em 10 de junho de 1981, no dia de seu aniversário de 95 anos, devido a uma infecção pulmonar agravada por insuficiência cardíaca. Sua história apresenta uma forma singular de atuação política, exercida por meio da cultura, da arte e da ocupação simbólica de espaços tradicionalmente masculinos, tornando-a referência fundamental para a compreensão das relações entre gênero, poder e cultura na Primeira República brasileira.

Therezinha Zerbini (1928–2015)

Therezinha de Godoy Zerbini nasceu em 1928, no estado de São Paulo, em um cenário histórico caracterizado por intensas desigualdades políticas e pela consolidação de estruturas autoritárias que moldaram a vida pública brasileira ao longo do século XX. Formou-se em Direito e atuou como advogada, percurso profissional que lhe ofereceu sólido instrumental jurídico e político para compreender criticamente o funcionamento das instituições estatais e os mecanismos de controle adotados durante o regime instaurado a partir de 1964. Therezinha de Godoy Zerbini teve dois filhos com o general Euryale de Jesus Zerbini, Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini e Euryale Jorge Zerbini.

No contexto da ditadura civil-militar, Therezinha assumiu papel central na resistência política, destacando-se como liderança feminina na militância pelos direitos humanos, democracia e preservação das garantias individuais. Sua atuação ocorreu em meio a um ambiente de repressão sistemática, vigilância permanente e severas restrições à participação política, no qual o engajamento cívico representa elevado risco pessoal. Ainda assim, sua presença no espaço público contribuiu para a organização de redes de oposição e para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento ao autoritarismo.

A trajetória política de Therezinha foi profundamente atravessada por experiências pessoais marcadas pela repressão do regime, sobretudo pela prisão e posterior cassação de seu marido, o general Euryale de Jesus Zerbini, que se posicionou publicamente contra a ditadura. Esse acontecimento intensificou seu compromisso com a luta democrática e impulsionou a transformação de vivências privadas em ação política estruturada. A partir desse processo, ampliou-se sua inserção no campo da militância, consolidando sua relevância como uma das principais vozes femininas na resistência ao autoritarismo no Brasil.

Therezinha fundou o Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, na cidade de São Paulo. O movimento tornou-se um dos principais espaços de articulação política feminina durante a ditadura, reunindo mulheres de diferentes origens sociais, gerações e posicionamentos políticos em torno da reivindicação da anistia ampla, geral e irrestrita para presos políticos, exilados, cassados e perseguidos pelo Estado brasileiro.

A atuação do Movimento Feminino pela Anistia baseou-se em estratégias diversificadas de mobilização pública, como a organização de atos políticos, a elaboração de manifestos, a produção de documentos e o diálogo constante com setores da imprensa. Essas iniciativas

buscaram romper o silêncio imposto pela censura, dando visibilidade às prisões arbitrárias, as torturas e às demais violações sistemáticas de direitos humanos praticadas pelo regime.

Além da atuação no plano nacional, o movimento liderado por Therezinha estabeleceu articulações internacionais, encaminhando denúncias a organismos como a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos. Essa dimensão transnacional da militância contribuiu para ampliar a pressão internacional sobre o Estado brasileiro e inserir a pauta da repressão política no debate global sobre direitos humanos.

Sua atuação demonstrou que experiências tradicionalmente associadas aos papéis de esposa, mãe e cuidadora podiam ser convertidas em ação política organizada, capaz de ocupar o espaço público, articular redes coletivas e confrontar estruturas autoritárias de poder. Desempenhou papel decisivo no processo de abertura política e na gradual redemocratização do Brasil ao longo do final da década de 1970.

Mesmo após a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, Therezinha manteve-se publicamente engajada, assumindo posição crítica em relação aos limites da legislação, especialmente no que se refere à permanência da impunidade dos agentes do Estado responsáveis por violações de direitos humanos. Dialogou com as pautas da memória, da verdade e da justiça, ainda que em um cenário de transição política marcado por ambiguidades.

Therezinha de Godoy Zerbini faleceu em 2015, na cidade de São Paulo, em decorrência de complicações de saúde. Seu legado político é amplamente reconhecido por movimentos sociais, pesquisadores e instituições dedicadas à defesa dos direitos humanos.

Zuzu Angel (1921-1976)

Zuleika de Sousa Netto, conhecida como Zuzu Angel, nasceu em 5 de junho de 1921, no município de Curvelo, em Minas Gerais. Filha de Francisca e Pedro Netto. Sua relevância política e social consolidou-se em modalidades de participação política desvinculadas do processo eleitoral, por meio da atuação no campo da moda, da cultura e da denúncia das violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar.

Em 1943, casou-se com o norte-americano Norman Angel Jones, adotando o nome Zuleika Angel Jones. O casal teve três filhos, Stuart Angel Jones, nascido em 1946, Ana Cristina, em 1948, e Hildegard Angel, em 1949. Em 1947, Zuzu mudou-se para o Rio de Janeiro, cidade onde passou a desenvolver sua carreira profissional e a construir redes sociais e culturais que seriam fundamentais para sua projeção nacional e internacional.

A partir do final da década de 1950, instalou seu ateliê em Ipanema e conquistou a elite carioca pela originalidade de suas criações. Nos anos 1960, obteve reconhecimento internacional, especialmente nos Estados Unidos, para onde passou a exportar seus modelos. Sua produção destacou-se por romper com padrões europeizados e afirmar uma estética identificada com a cultura brasileira, o que a posicionou como figura central na construção de uma moda autoral no país.

Zuzu Angel insubordinou-se à lógica da moda colonizada ao valorizar matérias-primas nacionais, como rendas do Ceará e tecidos populares, além de incorporar estampas de pássaros, borboletas e motivos tropicais. Suas criações expressavam uma concepção de brasilidade que antecedeu o debate ecológico e cultural contemporâneo, articulando identidade, território e criatividade feminina. Nesse sentido, sua atuação extrapolou o campo estético, configurando-se como intervenção cultural e política.

Ao reivindicar a legitimidade da moda produzida por mulheres, Zuzu Angel problematizou a hierarquização de gênero que ordenava o campo da criação artística. Enquanto estilistas homens eram socialmente reconhecidos como artistas e criadores, o trabalho feminino permanecia associado a atividades manuais, domésticas e de menor prestígio. Ao denunciar essa hierarquização simbólica, Zuzu expôs a desvalorização histórica do trabalho das mulheres no vestuário e afirmou a moda como espaço legítimo de autoria, criação e intervenção cultural feminina.

A partir do início da década de 1970, sua trajetória foi profundamente transformada pela prisão, tortura e assassinato de seu filho Stuart Angel Jones, ocorridos nas dependências de uma

unidade da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. Impedida de obter informações oficiais e de localizar o corpo do filho, Zuzu iniciou uma luta incansável pela verdade, tornando-se uma das vozes mais persistentes na denúncia das violências de Estado cometidas pelo regime autoritário. A partir desse momento, sua atuação política intensificou-se e ganhou visibilidade nacional e internacional. Utilizou sua projeção como estilista para denunciar o desaparecimento de Stuart, buscando autoridades brasileiras e estrangeiras, provocando a imprensa e transformando a própria moda em instrumento de denúncia. Seus desfiles passaram a incorporar símbolos de repressão, dor e luto, como sóis aprisionados, pombas negras, anjos feridos e referências explícitas ao martírio.

Em 21 de fevereiro de 1976, Zuzu Angel entregou pessoalmente ao então secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, um dossiê contendo documentos, fotografias e uma carta detalhando as circunstâncias do assassinato de seu filho. Esse gesto teve ampla repercussão internacional e provocou constrangimentos diplomáticos ao governo brasileiro, intensificando as ameaças e pressões sofridas pela estilista.

Declarou publicamente que temia por sua própria vida, afirmando que qualquer morte apresentada como acidente deveria ser compreendida como consequência direta de sua atuação política. Em 14 de abril de 1976, morreu em um episódio oficialmente registrado como acidente automobilístico, ocorrido na saída do túnel Dois Irmãos, no Rio de Janeiro, durante a madrugada. Décadas depois, o Estado brasileiro reconheceu que sua morte resultou de um atentado causado por agentes do regime militar.

A trajetória de Zuzu Angel evidencia uma forma contundente de participação política não eleitoral, construída a partir da articulação entre cultura, maternidade, denúncia pública e resistência. Sua atuação reafirma o protagonismo das mulheres na luta contra a ditadura e na defesa dos direitos humanos, demonstrando que a política também se realiza por meio da mobilização social, da criação cultural e da coragem de confrontar o silêncio imposto pela violência de Estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa estruturou-se em torno da problematização do lugar ocupado pelas mulheres na História ensinada, tomando como referência a política brasileira e as múltiplas formas de participação feminina entre as décadas de 1910 e 2020. Demonstrou-se que a marginalização das mulheres nas narrativas historiográficas escolares e nos livros didáticos não constitui um fenômeno casual, mas decorre de processos históricos, simbólicos e epistemológicos profundamente enraizados, os quais contribuíram para naturalizar a exclusão feminina dos espaços de poder e da produção do conhecimento histórico.

A reflexão acerca do silenciamento das mulheres na historiografia e no Ensino de História permitiu compreender que tal ausência está diretamente relacionada à consolidação de uma tradição histórica centrada em sujeitos masculinos, brancos e pertencentes às elites políticas e econômicas. Essa lógica historiográfica, ao definir como legítimos determinados acontecimentos, personagens e temporalidades, relegou as experiências femininas à condição de exceção ou de elemento secundário.

Conforme discutido ao longo do estudo, a exclusão das mulheres das narrativas históricas não se deve à inexistência de atuação política, mas à forma como o próprio conceito de política foi historicamente construído, associado predominantemente ao espaço público institucional, do qual as mulheres foram formal e simbolicamente afastadas por séculos.

A incorporação dos aportes da historiografia feminista e dos estudos de gênero revelou-se fundamental para desestabilizar essas narrativas consolidadas. Autoras como Michelle Perrot e Gerda Lerner contribuíram para delimitar os mecanismos de apagamento das mulheres da História, enquanto Joan Scott possibilitou compreender o gênero como categoria analítica capaz de revelar as relações de poder que estruturam as sociedades. A interlocução com Pierre Bourdieu aprofundou a compreensão acerca da violência simbólica como elemento constitutivo das desigualdades de gênero, ao passo que Simone de Beauvoir forneceu subsídios teóricos para problematizar os processos de naturalização da subordinação feminina. Esses referenciais sustentaram a análise crítica do Ensino de História e reforçaram a necessidade de revisão dos conteúdos e das abordagens pedagógicas tradicionalmente adotadas.

No que se refere à luta pelo sufrágio feminino no Brasil, os resultados da pesquisa indicaram que esse processo foi marcado por avanços graduais, tensões e contradições, permitindo identificar tanto estratégias de mobilização quanto resistências persistentes à

participação política das mulheres. A conquista do direito ao voto, embora constitua um marco fundamental, não significou a imediata inclusão das mulheres nos espaços decisórios. Ao contrário, conforme analisado ao longo da investigação, a ampliação formal dos direitos políticos coexistiu com práticas de exclusão, deslegitimação e violência política de gênero, que continuam a limitar a presença e a permanência das mulheres na política institucional.

As discussões empreendidas a respeito dos desdobramentos do sufrágio ao longo do século XX e do início do século XXI permitiram identificar permanências estruturais que atravessam distintos contextos históricos. Mesmo diante de avanços legais e do aumento numérico da participação feminina, as mulheres seguem sub-representadas nos cargos eletivos e nos espaços de maior poder decisório. Esse cenário indica que a desigualdade de gênero na política não pode ser explicada apenas por fatores individuais, devendo ser compreendida como resultado de estruturas patriarcais que operam tanto no âmbito institucional quanto no plano simbólico e cultural. Tal constatação reforça a relevância de abordar essas temáticas no Ensino de História de forma crítica e contextualizada.

No âmbito educacional, esta pesquisa fundamentou-se na interlocução com produções acadêmicas que analisam criticamente os livros didáticos, indicando que essas obras ainda apresentam limitações significativas no tratamento da História das Mulheres, sobretudo no que se refere à política. A literatura especializada aponta a recorrência de abordagens fragmentadas e descontínuas, aspecto que tem demandado, por parte das pesquisadoras e dos pesquisadores da área, revisões constantes dos critérios analíticos empregados. Conforme assinalam esses estudos, quando as mulheres são inseridas nas narrativas didáticas, sua presença ocorre, em geral, de forma pontual, descontextualizada ou associada a representações simbólicas redutoras, o que compromete a construção de uma consciência histórica atenta à pluralidade dos sujeitos históricos. Nesse sentido, o Ensino de História assume papel estratégico ao problematizar tais lacunas, contribuindo para que as e os estudantes compreendam os processos históricos de exclusão e reconheçam as mulheres como agentes históricas legítimas.

A proposição didática apresentada constituiu-se como resposta a esse desafio, articulando investigação historiográfica e prática pedagógica. Ao desenvolver fichas biográficas de pioneiras da política brasileira, eleitas e não eleitas, oriundas de diferentes regiões e trajetórias, a proposta visou ampliar o repertório histórico disponibilizado às estudantes e aos estudantes, bem como confrontar narrativas homogêneas sobre a política nacional. A utilização de uma sequência didática de caráter crítico e lúdico, associada ao Álbum

de Figurinhas, mostrou-se uma estratégia com potencial para promover o engajamento discente e favorecer a aprendizagem histórica de maneira significativa.

Optou-se pelo trabalho com biografias com a finalidade de contextualização das trajetórias femininas em processos históricos mais amplos. Ao tornar visíveis as condições sociais, políticas e culturais que moldaram essas trajetórias, a proposta possibilita compreender tanto os limites quanto às possibilidades de atuação das mulheres em diferentes períodos históricos. Essa abordagem contribui para desconstruir a noção de excepcionalidade feminina na política, demonstrando que a presença das mulheres resulta de lutas coletivas e de transformações estruturais, ainda que incompletas.

Nesse sentido, conforme apontam as referências consultadas, a histórica exclusão das mulheres dos espaços de poder político não decorreu de ausência de protagonismo, mas de um processo sistemático de silenciamento e invisibilização. As narrativas tradicionais da História privilegiaram trajetórias masculinas, reforçando a ideia de que a participação feminina seria rara ou excepcional. Diante desse cenário, as mulheres organizam-se coletivamente para contestar essas exclusões e reivindicar reconhecimento social e político. Suas lutas evidenciam estratégias de resistência frente às barreiras institucionais e simbólicas impostas ao longo do tempo. Assim, a análise biográfica permite compreender que a presença feminina na política é fruto de enfrentamentos contínuos contra estruturas desiguais. Tal perspectiva reafirma a necessidade de revisar criticamente os discursos historiográficos consolidados.

A interlocução com Paulo Freire e bell hooks reforçou a dimensão ética e política do Ensino de História, ao compreender a educação como prática problematizadora e emancipatória. Ao valorizar sujeitas historicamente silenciadas, a proposta didática dialoga com a formação de uma consciência crítica, capaz de questionar desigualdades e reconhecer a historicidade das relações de poder. Sob essa perspectiva, o trabalho reafirma que ensinar História das Mulheres não se limita à inserção de novos conteúdos, mas implica a revisão das perguntas, das fontes e das metodologias mobilizadas em sala de aula.

Embora tenha buscado contemplar uma diversidade de trajetórias femininas, a complexidade da História das Mulheres e da política brasileira não pode ser plenamente abarcada em um único trabalho. Permanecem lacunas relacionadas a determinados recortes regionais, étnico-raciais e geracionais, as quais apontam para a necessidade de investigações futuras. Do mesmo modo, a aplicação da proposição didática em distintos contextos escolares

pode demandar adaptações e gerar desdobramentos que não foram possíveis de avaliar no âmbito deste estudo.

Apesar das limitações apontadas, considera-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados ao explicitar as razões do silenciamento das mulheres na historiografia e nos livros didáticos, ao analisar a luta pelo sufrágio e seus desdobramentos, bem como ao apresentar uma proposta pedagógica comprometida com a democratização do conhecimento histórico. Diante do conjunto das análises desenvolvidas, espera-se que esta dissertação possa suscitar novas reflexões e práticas pedagógicas que reconheçam as mulheres como sujeitas históricas centrais, contribuindo para a formação cidadã das e dos estudantes e para o enfrentamento das desigualdades de gênero ainda presentes na sociedade brasileira.

Ao longo desta dissertação, buscou-se demonstrar que a participação das mulheres na construção da História, especialmente no campo político, constitui dimensão fundamental para a compreensão dos processos sociais e institucionais que conformam a sociedade brasileira. Amparado por referenciais consolidados da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, o trabalho evidenciou que a marginalização dessas trajetórias no Ensino de História não decorre da inexistência de atuação feminina, mas de escolhas historiográficas e curriculares que, historicamente, privilegiaram narrativas androcêntricas. Nesse sentido, reafirma-se que a política também é lugar de mulheres, no passado e no presente, e que essa compreensão deve ocupar espaço efetivo nas práticas pedagógicas escolares.

A proposição didática apresentada foi concebida em diálogo com a realidade da educação básica, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos que possam inspirar professoras, professores e estudantes a problematizar narrativas históricas tradicionais. Espera-se que esta pesquisa contribua tanto no plano teórico, ao aprofundar o debate sobre o Ensino da História das Mulheres, quanto no plano prático, ao estimular ações pedagógicas que promovam o reconhecimento da atuação feminina nos processos políticos, sociais e culturais, favorecendo práticas educativas mais críticas e inclusivas.

Cabe destacar que esta dissertação foi desenvolvida a partir da observação da realidade vivenciada pela pesquisadora no contexto escolar, bem como de sua trajetória acadêmica e profissional. Tal perspectiva conferiu ao estudo um caráter situado, possibilitando a articulação entre teoria e prática de modo significativo. A expectativa é que as reflexões aqui apresentadas possam contribuir para a formação de estudantes capazes de se reconhecerem como sujeitos históricos e de compreenderem a relevância das mulheres na construção da sociedade.

Por fim, ressalta-se que Política também é lugar de mulheres não se configura como uma proposta acabada, mas como um trabalho aberto a aperfeiçoamentos e desdobramentos. A promulgação da Lei nº 14.986/2024 amplia significativamente as possibilidades de desenvolvimento de projetos, práticas pedagógicas e pesquisas no âmbito da História das Mulheres, não apenas no campo político, mas também nas ciências, engenharias, artes, música, cultura e em outras áreas do conhecimento. Assim, espera-se que esta dissertação possa contribuir como ponto de partida para novas investigações e ações educativas, fortalecendo o compromisso do Ensino de História com a equidade e a pluralidade de sujeitos históricos.

*A vida só é possível
reinventada.*

Cecília Meireles

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA da agricultora que inspirou várias outras mulheres a lutar por conquistas no campo. **Agência Gov**, 12 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202408/a-historia-da-agricultora-que-inspirou-varias-outras-mulheres-a-lutar-por-conquistas-no-campo>. Acesso em: 02 dez. 2025.

A PROFESSORA potiguar que desafiou a Justiça e conquistou o direito de voto cinco anos antes de virar lei. **Brasil de fato**, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/bem-viver/2025/02/24/a-professora-potiguar-que-desafiou-a-justica-e-conquistou-o-direito-de-voto-cinco-anos-antes-de-virar-lei/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

A MEMÓRIA como âncora da vida: história de vida de Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbini. **Museu da Pessoa**, São Paulo, 29 jul. 2008. Disponível em: <https://museudapessoa.org/historia-de-vida/a-mem-ria-como-ncora-da-vida/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE HISTÓRIA. **Compromissos éticos da docência em História**. Ponta Grossa, PR: ABEH, 2022. Disponível em: https://www.abeh.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=14. Acesso em: 17 maio 2025.

ALISTAMENTO da primeira eleitora brasileira completa 93 anos. **Rádio Senado**, 23 out. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/10/23/alistamento-da-primeira-eleitora-brasileira-completa-93-anos-no-domingo>. Acesso em: 02 dez. 2025.

ALMEIDA ARAÚJO, Maria do Amparo *et al.* **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Brasília, DF: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009.

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-64.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Professor/a pesquisador/a: problematizando gênero e sexualidade na escola. In: SILVEIRA, Catharina; FRIEDERICHS, Marta; SOARES, Rosângela; SILVA, Rosimeri (Orgs.). **Educação em gênero e diversidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 43-54.

JOÊNIA Wapichana toma posse e é a primeira indígena a comandar a Funai. **APIB**, 03 fev. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/02/03/joenia-wapichana-tome-posse-e-e-a-primeira-indigena-a-comandar-a-funai/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

AVANSINI, Carolina. Aberta a temporada de trocas de figurinhas. **Folha de Londrina**, Londrina, 07 abr. 2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/esporte/aberta-a-temporada-de-trocas-de-figurinhas-1004077.html>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BARBOSA, Henrienne. **Eunice Michiles: a primeira senadora do Brasil**. São Paulo [s.n.], 2006.

BARROS, Antonio Teixeira de; MITOZO, Isabele Batista; BUSANELLO, Elisabete. Depois de eleitas: os desafios de deputadas federais para o exercício do mandato. **Revista Brasileira**

de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 122, p. 115-162, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9732/2021.122.720>. Acesso em: 17 maio 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BELISÁRIO, Karina M.; REIS, Roberta C. Representação feminina na cena política brasileira: estereótipos e preconceitos. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023011, 2023. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/1049/566>. Acesso em: 9 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.31068/tp.v32iesp.1.1049>.

BERTHA Lutz abriu caminho para o voto feminin e outras conquistas. **Câmara dos Deputados** [s. d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/bertha-lutz.html>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BERTHA Lutz. **Senado Federal**, Brasília [s. d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Abordagens históricas sobre a história escolar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 83-104, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15136>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Biografia parlamentar de Gleisi Hoffmann. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF: 24 fev. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Em 55 anos, Joênia Wapichana será a primeira mulher indígena a assumir a presidência da Funai. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas**, 02 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/em-55-anos-joenia-wapichana-sera-a-primeira-mulher-indigena-a-assumir-a-presidencia-da-funai>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Lei inclui lutas das mulheres no currículo do ensino fundamental e médio. **Agência Gov.** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/governo-inclui-lutas-das-mulheres-no-curriculo-do-ensino-fundamental-e-medio>. Acesso em: 27 set. 2024. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Mulheres na política**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2002. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camara/conheca/museu/publicacoes/arquivos-pdf/mulheres_na_politica-PDF%20novo.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasileira Fotográfica. **Celina Guimarães Viana**. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=celina-guimaraes-viana>. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Cadernos LGBTQIA+ Cidadania**: volume 1 – Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024. ISBN 978-65-983439-1-0. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Maria da Penha**: Trajetória e direitos das mulheres. Brasília, DF: MDHC, 04 abr. 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/8655>. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Currículo de Marina Silva**. Brasília, DF: MMAMC [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/gm/quem-e-quem/curriculomarinasilva.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Galeria de ministros**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/o-ministerio/galeria-de-ministros.html>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Dilma Rousseff**: biografia. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Secretaria-Geral. **Dilma Vana Rousseff**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/dilma-vana-rousseff#:~:text=No%20segundo%20turno%20das%20elei%C3%A7%C3%B5es,quase%2056%20milh%C3%B5es%20de%20votos>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Gleisi Hoffmann: dados biográficos e atuação parlamentar**. Portal do Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br>. Acesso em: 10 de ago. 2024

BRASIL. Senado Federal. **Biografia de Eunice Mafalda Michiles**. Disponível no portal institucional do Senado Federal: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1612> Acesso em: 02 dez 2025.

BRASIL. Senado Federal. Primeira senadora tomou posse há 40 anos e foi recebida com flor e

poesia. **Arquivo S do Senado Federal.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1a-senadora-tomou-posse-ha-40-anos-e-foi-recebida-com-flor-e-poesia> Acesso em: 02 dez 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais: **Gleisi Helena Hoffmann.** Brasília, DF: TSE [s. d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRASILIANA FOTOGRÁFICA. **Nair de Teffé.** Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=nair-de-teffe>. Acesso em: 02 dez. 2025.

BUDEL, Caio; HAMMES, Barbara; KRÜGER, Ana; COLOMBO, Mariah. Linha do tempo mostra consolidação da presença de deputadas na ALEP: primeira mulher foi eleita há 75 anos. **G1 PR,** Curitiba, 06 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2022/noticia/2022/10/06/linha-do-tempo-mostra-consolidacao-da-presenca-de-deputadas-na-alep-primeira-mulher-foi-eleita-ha-75-anos.ghtml> Acesso em: 01 set. 2025.

BUENO, Wilma de Lima. **Representações sociais, etnia e relações de gênero.** Curitiba: III Seminário Nacional Perspectivas do Ensino de História, 07 a 23 jul. 1998. Disponível em: https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=430. Acesso em: 9 out. 2024.

CAINELLI, Marlene. A escrita da história e os conteúdos ensinados na disciplina de História no ensino fundamental. **Educação e Filosofia,** Uberlândia, v. 26, n. 51, p. 163-184, 2012. DOI:10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v26n51a2012-p163a184. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducaoFilosofia/article/view/7666>. Acesso em: 01 dez 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Erika Hilton.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/220645/biografia>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CAMPOS, Anderson Gurgel; JACOB, Helena Maria Afonso. A cultura das figurinhas: as configurações de linguagens do colecionismo no álbum da Copa do Mundo FIFA 2018. **FuLiA / UFMG,** Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 9-27, maio/ago. 2018. DOI: 10.17851/2526-4494.3.2.9-27.

CAMPOS, Lígia Fabris; ROCHA, Décio Vieira da; RIBEIRO, Leandro Molhano; PEIXOTO, Vitor de Moraes. Competição política e desigualdades de gênero nas eleições para assembleias estaduais em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política,** Brasília, v. 14, n. 2, p. 587-611, 2018.

CARDOSO, Michele Gonçalves. Biografia e temporalidades: prática historiográfica e o ensino de história. **Educar em Revista,** v. 37, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/75676>. Acesso em: 21 jun. 2025.

CÁTEDRA ANTONIETA DE BARROS / UDESC. **“Quem foi Antonieta de Barros?”.** Disponível em: <https://catedraantonietadebarros.paginas.ufsc.br/quem-foi/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

CAVALCANTE, C. T. L.; ALCÂNTARA, A. S. A sub-representação feminina e a fragilidade da democracia: a necessária inclusão feminina nos espaços e debates públicos. In: Encontro Da Associação Brasileira De Ciência Política, 14., 2024, Salvador. Universidade Federal da Bahia. Área Temática AT06. Gênero, Democracia e Políticas Públicas. Sessão presencial: **Associação Brasileira de Ciência Política,** 2024. p. 1-16. Disponível em:

https://www.abcp2024.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista#php2go_top. Acesso em: 9 out. 2024.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN E INVESTIGACIÓN DE LA CULTURA DE IZQUIERDAS. **Boni, Elvira**. Disponível em: <https://diccionario.cedinci.org/boni-elvira/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

CERRI, Luís Fernando; COSTA, Maria Paula. O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular de História para o Ensino Fundamental. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77155, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77155>

CHAVES VASCONCELOS, Maria Celi; CABRAL DA SILVA, Márcia; COIMBRA VIEIRA, Cristina Maria. História de mulheres e educação: transgressões, resistências e empoderamentos. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 70, p. 2–11, 2022. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/69625>. Acesso em: 26 maio 2025. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.69625>.

COLLING, Ana Maria. **Pensando gênero e história**. Florianópolis: EdUFSC, 2020.

COLLING, Ana Maria. Relações de poder e gênero na História do Brasil. **Revista Acadêmica Historien**, Petrolina, p. 10-25, 2013.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. A história e as mulheres: novas encruzilhadas, outros sujeitos. In: AZEVEDO, Paula; COLLING, Ana Maria (Org.). **Diálogos Interseccionais**. Porto Alegre: CirKula, 2022. p. 23-46.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. A história e as mulheres: novas encruzilhadas, outros sujeitos. In: CADONÁ, Eliane; LUZA, Náthaly Zanoni; KURTZ, Taina (Org.). **Estudos de gênero e estudos de mídia: (des)construções contemporâneas**. 1. ed. Frederico Westphalen: Editora URI, 2020. p. 22-36. Disponível em: https://www.fw.uri.br/storage/publications/files/3ff7cb39116231167f066c98436eb892ebook_estudos_de_genero.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

CORRÊA, Sônia; KALIL, Isabela. **Políticas antigênero em América Latina: Brasil**. Trad. Jimena de Garay. Correção: Julia Bloch. Revisión técnica: Rajnia de Vito. Selección de indicadores: Carla de Castro Gomes e Clara Faulhaber. Diseño gráfico: Agencia FW2. Publicado por el Observatorio de Sexualidad y política (SPW), proyecto basado en ABIA, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/spwprojects/gpal/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 109- 134.

COSTA, Sílvia G. Gênero e história. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 187- 208.

CPDOC/FGV. **TEFFÉ, Nair de**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/TEF%C3%89,%20Nair%20de.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2025.

EM 1945, diplomata brasileira Bertha Lutz teve papel fundamental na elaboração da Carta da ONU. **Nações Unidas do Brasil**, Brasília, DF 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/239580-em-1945-diplomata-brasileira-bertha-lutz-teve-papel-fundamental-na-elabora%C3%A7%C3%A3o-da-carta-da>. Acesso em: 01 jul. 2025.

“FEBRE” do álbum da Copa cria pontos de troca em shoppings e bancas. **Veja**, São Paulo, 18 abr. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/febre-do-album-da-copa-cria-pontos-de-troca-em-shoppings-e-bancas/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

FEDERICI, Sílvia. O Feminismo e a Política dos Comuns. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. p. 379-396.

FELIZARDO, S. M. **As mulheres na história dos livros didáticos de história de Ensino Fundamental II das escolas municipais de Cruz das Almas/BA**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/432888>. Acesso em: 26 maio 2025.

FERNANDES, D. **Critérios de avaliação**. Universidade de Lisboa. Instituto de Educação. Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica. Maia: Lisboa, 2020. Disponível em: https://apoioescolas.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-02/folha_criterios_de_avaliacao.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

FONSECA, Tânia N. de L. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOLDMAN PRIZE. **Marina Silva** [s. d.]. Disponível em: <https://www.goldmanprize.org/recipient/marina-silva/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SILVA, Mayra Goulart da.; GOUVEIA, Giulia. De Alzira Soriano a Tainá de Paula: as eleições de 2020 sob uma perspectiva interseccional. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 2, e89624, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n289624>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/89624>. Acesso em: 28 out. 2024.

HÁ 45 anos, Zuzu Angel foi assassinada. **Centro Sérgio Buarque de Holanda**, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2021/04/14/quem-matou-zuzu-angel-foi-o-estado-brasileiro-2/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

HENRIQUE, Layane. Quem é Erika Hilton? **Politize!**, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.politize.com.br/erika-hilton/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

HISTÓRIA da liderança feminina no Parlamento paranaense. **Assembleia Legislativa do Paraná**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/lideranca-feminina/historia>. Acesso em: 14 dez. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOSKEN, Fernanda Ghazali. Pioneirismo na política: você já ouviu falar sobre Laélia de Alcântara? **Agência de Notícias CEUB**, Brasília, 06 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/pioneirismo-na-politica-voce-ja-ouviu-falar-sobre-laelia-de-alcantara/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

INSTITUTO HISTÓRICO DE PETRÓPOLIS. **Admirável Nair de Teffé**. Disponível em: <https://ihp.org.br/admiravel-nair-de-teffe/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 02 dez. 2025.

KALIL, Angélica; AMMA. **Bertha Lutz e a Carta da ONU**. [S.l.]: Veneta, [s.d.].

KARAWEJCZYK, Maria. Voto feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro A. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

KULAITIS, Letícia Figueira Moutinho. Os homens estruturam um mundo deles e para eles: a violência política de gênero como estratégia ortodoxa de reprodução do campo político.

Mediações, Londrina, v. 29, n. 1, e49152, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n1e49152>. Acesso em: 17 dez. 2025.

KOLODY, Helena. **Viagem no espelho: e vinte e um poemas inéditos**. Curitiba: Criar Edições, 2001. 241 p.

LAGO, Rudolfo. Carta à minha bisavó, Alzira Soriano. **Congresso em Foco, UOL**, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/mundo/carta-a-minha-bisavo-alzira-soriano/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, Wilson. Maria da Penha levou tiro nas costas, foi eletrocutada e sobreviveu para lutar contra o feminicídio. **Agência Cidades**, 01 ago. 2025. Disponível em: <https://www.agenciacidades.com.br/reportagens/maria-da-penha-levou-tiro-nas-costas-foi-eletrocutada-e-sobreviveu/364/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

LUIZA ERUNDINA. **Uma mulher que não foge à luta**. Biografia. Disponível em: <https://luizaerundina.com.br/biografia/>. Acesso em: 9 out. 2024.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Quem foi Margarida Maria Alves**. [s. d.] Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=asmargaridas>. Acesso em: 02 dez. 2025.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. E-book. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: EDUSC, 2000.

MATOS, M. A violência sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: D'ÁVILA, Maria (Org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

MEIRELES, Cecília. **Vaga música**. São Paulo: Global Editora, 2019.

MEIRELES, Fernando; RUBIM ANDRADE, Livia Valença. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 63, p. 79-101, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987317256304>.

MEMÓRIA FEMINISTA. **Alzira Soriano (1897-1963)**. [s. d.]. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/alzira-soriano-1897-1963>. Acesso em: 01 jul. 2025.

MEMÓRIA FEMINISTA. **Bertha Lutz (1894-1976)**. [s. d.]. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/bertha-lutz-1894-1976>. Acesso em: 01 jul. 2025.

MEMÓRIA FEMINISTA / REDEH. **Informações sobre Dra. Laélia de Alcântara**. [s. d.]. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/documentos/informacoes-sobre-dra-laelia-alcantara/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

MEMÓRIA FEMINISTA / REDEH. **Nair de Tefé von Hoonholtz (1886-1981)**. [s. d.]. Disponível em: <https://memoriafeminista.com.br/nair-de-teffe-von-hoonholtz-1886-1981/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Zuzu Angel**. [s. d.]. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/cultura/zuzu-angel/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Antonieta de Barros**. [s. d.]. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros. Acesso em: 02 dez. 2025.

MEMÓRIA SINDICAL. **Therezinha de Godoy Zerbini**. [s. d.]. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/therezinha-de-godoy-zerbini/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Margarida Maria Alves**. [s. d.]. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/margarida-maria-alves/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Zuzu Angel**. [s. d.]. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/zuzu-angel/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

MICHILES, Eunice. **Entrevistas concedidas à Rádio Senado e a veículos da imprensa nacional, disponíveis nos acervos institucionais e jornalísticos**. Acesso em: 24 ago. 2024.

MARANHÃO. Ministério Público. Loreto: palestra destaca a Lei Maria da Penha no Dia Internacional da Mulher, realizada em 8 de março de 2025. **MPMA**, 11 mar. 2016. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/loreto-palestra-destaca-lei-maria-da-penha-no-dia-internacional-da-mulher/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

MARIA Olympia Carneiro Mochel: a primeira vereadora de Curitiba. Câmara Municipal de Curitiba, 07 mar. 2014. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/maria-olimpia-carneiro-mochel-a-primeira-vereadora-de-curitiba>. Acesso em: 14 dez. 2025.

MONTEIRO, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná,

Curitiba, 2013.

MORAES, J. Por que não nos querem? In: D'ÁVILA, Maria (Org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

MOREIRA, V. da S. **Ensinar mulheres na história: abordagens biográficas**. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Curso ProfHistória, Ensino de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. 127 f.

MULHER 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. **Elvira Boni de Lacerda (1899–1990)**.

Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/elvira-boni-de-lacerda-1899-1990/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES. **Zuzu Angel: a força do anjo**. Catálogo da exposição. Rio de Janeiro: MNBA, 1996.

NETO, W. O. de. Uma breve história dos álbuns de figurinhas. **Café História**, 19 set. 2022. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/uma-breve-historia-dos-albuns-de-figurinhas/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 79 p.

NOME de Margarida Maria Alves é incluído no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. **Senado Federal**, Brasília, 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/17/nome-de-margarida-alves-e-incluido-no-livro-dos-herois-e-heroínas-da-patria>. Acesso em: 02 dez. 2025.

ONU MULHERES BRASIL. **ONU Mulheres destaca o legado de Therezinha Zerbini**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-destaca-o-legado-de-therezinha-zerbini/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

OS BRASIS E SUAS MEMÓRIAS. **Sônia Guajajara**. [s. d.]. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/sonia-guajajara/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

OYÈWUMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Gleisi Hoffmann**. Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://pt.org.br>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PANKE, Luciana; ALVES, Mércia. Perspectivas de gênero nas eleições. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023005, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31068/tp.v32iesp.1.1054>. Disponível em: <https://teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/1054>. Acesso em: 28 out. 2024.

PARANÁ. **Lei ordinária nº 8.865, de 14 de junho de 1988**. Concede o título de cidadã benemerita do Paraná à doutora Rosy de Macedo Pinheiro Lima. Curitiba: Assembleia Legislativa, 14 jun. 1988. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-8865-1988-parana-concede-o-titulo-de-cidada-benemerita-do-parana-a-doutora-rosy-de-macedo-pinheiro-lima>. Acesso em: 01 set. 2025.

PARANÁ. Secretaria da Administração e da Previdência. Arquivo Público do Paraná. **Rosy de Macedo Pinheiro Lima (1914–2002)**. Curitiba [s. d.]. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/ROSY-DE-MACEDO-PINHEIRO-LIMA-PRIMEIRA-DEPUTADA-PARANAENSE>. Acesso em: 14 dez. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Referencial curricular para o ensino fundamental do Paraná**. Curitiba: SEED/PR, 2021. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/202105/crep_historia_2021_anos finais.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em: 17 maio 2025.

PENNA, Fernando de Araújo. Programa “Escola sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (Orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 43-58.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História: sujeitos, culturas e narrativas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 29-54.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa: as primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 459-490, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/Y7WyXNvPDsmwMn4BwR4Lnxn>. Acesso em: 17 maio 2025.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher “recatada”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 533-540, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2016v24n2p533>. Acesso em: 17 maio 2025.

PINTO, Tania Regina. Laélia de Alcântara: a 1ª negra a ocupar a cadeira de senadora. **Primeiros Negros** [s.l.]. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/laelia-de-alcantara-a-la-negra-a-ocupar-a-cadeira-de-senadora/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

PIONEIRISMO na política: você já ouviu falar sobre Laélia de Alcântara? **Jornal de Brasília (Agência UniCeub)**, Brasília, 06 abr. 2024. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/pioneirismo-na-politica-voce-ja-ouviu-falar-sobre-laelia-de-alcantara/>. Acesso em: 02 jan. 2026.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PRÊMIO Rosy de Macedo valoriza e reconhece contribuições das mulheres na sociedade. **Assembleia Legislativa do Paraná**, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/premio-rosy-de-macedo-valoriza-e-reconhece-contribuicoes-das-mulheres-na-sociedade>. Acesso em: 01 set. 2025.

PRIMEIRA deputada negra do Brasil é reconhecida como heroína da pátria. **Agência Senado**, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/05/primeira-deputada-negra-do-brasil-e-reconhecida-como-heroína-da-pátria>. Acesso em: 2 dez. 2025.

PRIMEIRA governadora no país conta como conseguiu espaço no meio político do Acre. **Senado Federal**, Brasília [s. d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania1/2019/03/primeira-governadora-no-pais-conta-como-conseguiu-espaco-no-meio-politico-do-acre>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PROCURADORIA da Mulher do Senado celebra centenário da primeira senadora negra. **Senado Federal**, Brasília, 06 jul. 2023. Senado Federal – Procuradoria da Mulher. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/procuradoria-da-mulher-do-senado-celebra-centenario-da-primeira-senadora-negra>. Acesso em: 17 jan. 2026

QUEM é Maria da Penha. **TJDFT**, 20 fev. 2024. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/quem-e-maria-da-penha>. Acesso em: 02 dez. 2025.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. p. 371-388.

QUEM foi Nair de Teffé, primeira-dama do Brasil e pioneira na caricatura mundial. **BBC News Brasil**, 12 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56926480>. Acesso em: 02 dez. 2025.

REBELO, Valéria. Rosy de Macedo, a primeira deputada no Paraná. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, 14 set. 2018. Disponível em: <http://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/rosy-de-macedo-a-primeira-deputada-no-parana>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

ROSY de Macedo Pinheiro Lima: a primeira deputada no Paraná. **Assembleia Legislativa do Paraná**, 14 set. 2018. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/rosy-de-macedo-a-primeira-deputada-no-parana>. Acesso em: 14 dez. 2025.

ROSY de Macedo Pinheiro Lima. Perfil parlamentar. **Assembleia Legislativa do Paraná** Curitiba, s.d. Disponível em: http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/669-rosy-de-macedo-pinheiro-lima. Acesso em: 01 set. 2025.

SEAP destaca história das mulheres na publicação “Raízes Paranaenses”. Amese, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://www.amese.pr.gov.br/Noticia/Seap-destaca-historia-das-mulheres-na-publicacao-Raizes-Paranaenses>. Acesso em: 01 set. 2025.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 1995.

SANTANA, Brenda Figueiroa de; ROSA, Acassia dos Anjos Santos. A condição da entrada

das mulheres no cangaço e sua importância para esse movimento do sertão nordestino (1930–1938). **Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 23, p. 367-381, jun. 2025. DOI: 10.47456/krkr.v1i23.47441. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/krkr.v1i23.47441>. Acesso em: 02 dez. 2025.

SANTOS, Denise Olegário Alves dos. A história das mulheres nos livros didáticos: 2ª fase do ensino fundamental. In: Seminário Perspectivas do Ensino de História, 3., 1998, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 1998. Acesso em: 9 out. 2024.

SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. Mulheres. O cruzamento de dois imaginários. In: SOLLER, Maria Angelica; SANTOS DE MATOS, Maria Izilda (Orgs.). **O imaginário em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 1998. p. 09-25.

SCHMIDT, Albano Francisco. **Jogos patrimoniais: diálogos entre cultura, direito, economia e criatividade**. Tese (Doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Joinville, 2022. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/3396185/ALBA_NO_FRANCISCO_SCHMIDT.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antônia. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir das lutas sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade: biográfico e ilustrado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. IN: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 63 - 95.

SEFFNER, Fernando. É raro, mas acontece muito: aproximações entre ensino de História e questões em gênero e sexualidade. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

SEGAT, Juliana. Lazzaretti.; VIEIRA, Ana Gabriela da Silva; CAETANO, Marcio. Basta Falar de Mulheres? A Lei 14.986/24 sob uma ótica feminista decolonial. **Educação & Realidade**, v. 50, e146188, 2025. DOI: [10.1590/2175-6236146188vs01](https://doi.org/10.1590/2175-6236146188vs01)

SÉRIE Inclusão: a conquista do voto feminino no Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**, 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 02 dez. 2025.

TADDEO, Luciana. “Junto aos povos indígenas, Brasil pode ser exemplo em políticas socioambientais”, Joenia Wapichana, presidente da Funai. **Gêneronúmero Media**, 10 ago. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/entrevistas/joenia-wapichana-presidente-funai/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SILVA, Bruno Barros da. **Da autobiografia ao jogo: o ensino das relações étnico-raciais a partir das experiências de Mahommah Gardo Baquaque**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei. Biografias. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História: sujeitos, culturas e narrativas**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 13-28.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marina. **Site oficial**. [s. d.]. Disponível em: <https://marinasilva.org.br/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SILVA, Marina Osmarina. **Perfil biográfico**. [s. d.]. Disponível em: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/marina-osmarina-marina-silva-vaz-de-lima>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SILVA, Marina. **Perfil de autora**. [s. d.]. Disponível em: <https://record.com.br/autores/marina-silva/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SILVA, Mariana Guimarães; HOMEM, Gabriela Garcia da Silva Pinto. De Alzira Soriano a Tainá de Paula: as eleições de 2020 sob uma perspectiva interseccional. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 2, e89624, 2024. DOI: 10.1590/1806-9584-2024v32n289624. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/89624>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Março das mulheres: conheça Elvira Boni de Lacerda**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.sindimetrors.org/marco-das-mulheres-conheca-elvira-boni-de-lacerda>. Acesso em: 02 dez. 2025.

SISTEMA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Margarida Maria Alves**. [s. d.]. Disponível em: <https://smdh.org.br/margaridaalves/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

SOIHET, Rachel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-237.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007. DOI: 10.1590/S0102-01882007000200015

SÔNIA Guajajara. **APIB**, 31 out. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/10/31/sonia-guajajara/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SORIANO, Alzira. A história de coragem de Alzira Soriano, a primeira prefeita eleita no Brasil. **Tribuna da Justiça**, 14 nov. 2020. Disponível em: <https://tribunadajustica.com.br/a-historia-de-coragem-de-alzira-soriano-a-primeira-prefeita-eleita-no-brasil/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

TEDESCHI, L. A. Representação. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 784 p.

TEORIA DO DESIGN. **Nair de Teffé**. Disponível em: <https://teoriadodesign.com/nair-de-teffe-2/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

THE DIALOGUE. **Marina Silva**. Experts. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/expert/marina-silva>. Acesso em: 01 out. 2025.

THEREZINHA Zerbini. **Recanto das Letras**, 17 mar. 2015. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/5172621>. Acesso em: 02 dez. 2025.

TSE Mulheres: portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política.

Tribunal Superior Eleitoral, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em: 09 out. 2024.

TURISTÓRIA. **Maria Olímpia Carneiro Mochel: a pioneira**. [s. d.]. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/maria-olimpia-carneiro-mochel-a-pioneira>. Acesso em: 02 nov. 2024

UNIVERSIDADE 93,7: Especial Érika Hilton – Erika Hilton fora da política: quem é a deputada longe das câmeras. **Jornal da USP**, 11 maio 2025. *Podcast*. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/universidade-937-especial-erika-hilton/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Detalhes da tese: Therezinha de Godoy Zerbini**. Disponível em: <https://historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS/detalhes-da-tese?id=13101>. Acesso em: 02 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Manual de normalização de documentos científicos**. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2024. Disponível em: <https://bibliotecas.ufpr.br/servicos/normalizacao/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

URURAHY, B. Mulheres na política: uma história de lutas. **Senado Federal**, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/mulheres-na-politica-uma-historia-de-lutas>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VALE, Michelle de Souza. A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal. **Revista Relações Sociais (REVES)**, Universidade Federal de Viçosa, v. 1, n. 2, 2018.

VAQUINHAS, I. História das Mulheres. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro. Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 784 p.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Márcia Cabral da; VIEIRA, Cristina Maria Coimbra. História de mulheres e educação: transgressões, resistências e empoderamentos. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 70, p. 2-11, jul. 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052022000300002&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 22 jun. 2025.

VEIGA, A. M.; PEDRO, J. M. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro. Antonio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 784 p.

VIEIRA, Samarha Lemos *et al.* Poder, política e sexo feminino: pressupostos da atuação feminina como agente político em Sant’Ana do Livramento, RS. **Interações** (Campo Grande), v. 24, n. 1, p. 95-115, jan. 2023.

WAPICHANA, Mayra. Legado de Joênia Wapichana, primeira deputada federal indígena do Brasil. **Sumaúma**, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/legado-joenia-wapichana-primeira-deputada-federal-indigena-brasil/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

XAVIER, Luiz Gustavo. Primeira deputada indígena eleita tem como prioridade a defesa da inclusão e da sustentabilidade. **Agência Câmara de Notícias**, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546065-primeira-deputada-indigena-eleita-tem-como-prioridade-a-defesa-da-inclusao-e-da-sustentabilidade>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ZAIDAN, Patrícia. Therezinha Zerbini: “Eu faria tudo de novo, com a mesma ousadia”. **Claudia**, 16 mar. 2015. Atualizado em 22 out. 2016. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/therezinha-zerbini-eu-faria-tudo-de-novo-com-a-mesma-ousadia/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ZENI-LEÃO, Viviane Maria. “Partidárias da Paz”: mulheres comunistas e a utopia de um mundo novo. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH/UFPR, 2005.

ZUZU Angel: a voz que ecoa por uma liberdade ainda ameaçada. **PUC Minas**, 05 jun. 2024. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/zuzu-angel-a-voz-que-ecoa-por-uma-liberdade-ainda-ameacada/>. Acesso em: 02 dez. 2025.

ZUZU Angel: o centenário da estilista que lutou para descobrir destino de filho assassinado e foi morta pela ditadura. **BBC News Brasil**, 05 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57366178>. Acesso em: 02 dez. 2025.

APÊNDICES

Apêndice A - Quadro de pioneiras na política brasileira selecionadas para esta dissertação, e referências desta pesquisa

O Quadro reúne trajetórias de mulheres que se destacaram na política brasileira em diferentes períodos históricos, permitindo compreender a construção histórica da cidadania política feminina e da presença das mulheres na esfera pública, desde as primeiras formas de participação no início do século XX até as conquistas mais recentes no cenário contemporâneo. O quadro, assim como as Fichas biográficas, está subdividido em Pioneiras na política brasileira eleitas, pioneiras do Estado do Paraná, por se tratar de uma pesquisa realizada neste estado e pioneiras não eleitas.

A inserção das mulheres nos espaços políticos constituiu um processo gradual, marcado por lutas sociais, disputas simbólicas e transformações legislativas. Nesse contexto, pioneiras como Leolinda Daltro iniciaram a articulação feminista ainda no começo do século XX, enquanto Celina Guimarães Vianna, em 1928, tornou-se a primeira mulher a exercer o direito ao voto no Brasil, antecedendo a consolidação jurídica desse direito em âmbito nacional.

Em 1929, a eleição de Luiza Alzira Soriano como prefeita representou um marco na presença feminina no poder executivo municipal. Poucos anos depois, em 1934, Carlota Pereira de Queirós tornou-se a primeira mulher eleita deputada federal, ao mesmo tempo em que Antonieta de Barros assumiu mandato como deputada estadual, consolidando-se como a primeira mulher negra a ocupar um cargo eletivo no país.

Ao longo do século XX e início do XXI, outras mulheres ampliaram esse percurso de inserção política, como Eunice Michiles, primeira senadora em 1979, Joênia Wapichana, primeira deputada federal indígena eleita em 2018, e Dilma Rousseff, que, em 2010, tornou-se a primeira presidenta da República, consolidando avanços significativos no reconhecimento institucional da participação política feminina.

A sistematização dessas experiências no Quadro não apenas organiza nomes e marcos históricos, mas evidencia a diversidade de trajetórias e de campos de atuação das mulheres na política brasileira, revelando como a presença feminina se estruturou por meio de processos contínuos de resistência, negociação e conquista de direitos. A análise dessas trajetórias individuais, situadas em diferentes contextos históricos, permite compreender as mulheres como sujeitos históricos centrais na construção da democracia brasileira, ao mesmo tempo em

que reforça o caráter dinâmico, plural e inacabado da ampliação da cidadania política no país.

Eleitas no Brasil

NOME	FUNÇÃO	ANO	REFERÊNCIAS
Alzira Soriano	Primeira Prefeita eleita no Brasil e na América Latina e Vereadora	1928	<p>LAGO, Rudolfo. Carta à minha bisavó, Alzira Soriano. <i>Congresso em Foco</i>, UOL, 08 mar. 2023. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/mundo/carta-a-minha-bisavo-alzira-soriano/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>MEMÓRIA FEMINISTA. Alzira Soriano (1897–1963). Disponível em: https://memoriafeminista.com.br/alzira-soriano-1897-1963. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. <i>Mulheres no poder: trajetórias na política a partir das lutas sufragistas do Brasil</i>. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.</p> <p>SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. <i>Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade: biográfico e ilustrado</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>SORIANO, Alzira. A história de coragem de Alzira Soriano, a primeira prefeita eleita no Brasil. <i>Tribuna da Justiça</i>, 14 nov. 2020. Disponível em: https://tribunadajustica.com.br/a-historia-de-coragem-de-alzira-soriano-a-primeira-prefeita-eleita-no-brasil/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>
Antonieta de Barros	Primeira Deputada Estadual eleita de Santa Catarina (SC). Primeira deputada negra eleita no Brasil.	1934	<p>BARROS, Antonieta de. Biografia. <i>Memória Política de Santa Catarina</i>. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>BARROS, Antonieta de. Antonieta de Barros. <i>Literafro – Portal da Literatura Afro-Brasileira</i>, UFMG. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/57-antonieta-de-barros. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>BARROS, Antonieta de. Quem foi Antonieta de Barros. <i>Páginas UFSC</i>, s.d. Disponível em: https://antonietaebarros.paginas.ufsc.br/quem-foi/. Acesso em: 02 jan. 2026.</p> <p>BARROS, Antonieta de. Antonieta de Barros. <i>Plenarinho – Câmara dos Deputados</i>, 2020. Disponível em: https://plenarinho.leg.br/index.php/2020/10/antonieta-de-barros/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. <i>Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade: biográfico e ilustrado</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>SENADO FEDERAL. Primeira deputada negra do Brasil é reconhecida como heroína da pátria. <i>Senado Notícias</i>, 5 jan. 2023. Disponível em:</p>

			<p>https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/05/primeira-deputada-negra-do-brasil-e-reconhecida-como-heroina-da-patria. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC). Cátedra Antonieta de Barros. <i>UDESC</i>, s.d. Disponível em: https://www1.udesc.br/?id=2678. Acesso em: 02 dez. 2025.</p>
Benedita da Silva	<p>Primeira mulher negra a assumir o Governo do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Única deputada negra da Assembléia Constituinte de 1988.</p> <p>Vereadora</p> <p>Deputada Federal.</p> <p>Primeira mulher negra eleita da Senadora da República</p> <p>Ministra</p>	2002	<p>BENEDITA DA SILVA (PT-RJ). Benedita da Silva (PT-RJ). <i>Wikifavelas</i>. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Benedita_da_Silva_(PT-RJ). Acesso em: 02 jul. 2025.</p> <p>BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Benedita da Silva — Deputada Federal 1987-1995; Governadora 2002-2003; Senadora da República 2003-2007; Ministra 2011-2014. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, s.d. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/73701. Acesso em: 02 jul. 2025.</p> <p>EBIOGRAFIA. Benedita da Silva. <i>Ebiografia</i>. Disponível em: https://www.ebiografia.com/benedita_da_silva/. Acesso em: 02 jul. 2025.</p>
Bertha Lutz	<p>Presidenta da Federal das Mulheres do Brasil.</p> <p>Deputada Federal</p> <p>Ativista</p> <p>Cientista</p>	1920	<p>CÂMARA DOS DEPUTADOS. Bertha Lutz. In: <i>A conquista do voto feminino</i>. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, s.d. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficoshtml5/a-conquista-do-voto-feminino/bertha-lutz.html. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>KALIL, Angélica; AMMA. <i>Bertha Lutz e a Carta da ONU</i>. São Paulo: Veneta, s.d.</p> <p>NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Em 1945, diplomata brasileira Bertha Lutz teve papel fundamental na elaboração da Carta da ONU. Brasília, DF: ONU Brasil, 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/239580-em-1945-diplomata-brasileira-bertha-lutz-teve-papel-fundamental-na-elaboracao-da-carta-da-onu. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>SENADO FEDERAL. Bertha Lutz. Brasília, DF: Senado Federal, s.d. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>

Carlota Pereira de Queiróz	Primeira Deputada Federal eleita no Brasil Médica	1934	BRASIL. <i>Mulheres na política</i> . Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2002. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/museu/publicacoes/arquivos/pdf/mulheres_na_politica-PDF%20novo.pdf . Acesso em: 01 jul. 2025.
			<p>CARLOTA PEREIRA DE QUEIROZ. <i>Carlota Pereira de Queiroz. Plenarinho – Câmara dos Deputados</i>, 2017. Disponível em: https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/02/carlota-pereira-de-queiroz/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. <i>Mulheres no poder: trajetórias na política a partir das lutas sufragistas do Brasil</i>. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.</p> <p>SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL. A primeira deputada constituinte (1934). <i>Que República é Essa?</i>, s.d. Disponível em: https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/achados-e-perdidos/524-a-primeira-deputada-constituente-1934. Acesso em: 02 dez. 2025.</p>
Dilma Rousseff	Primeira Presidenta eleita no Brasil. Presidenta do BRICS. Ministra	2010	<p>ALMEIDA, Rodrigo de. <i>À sombra do poder: os bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff</i>. Lisboa: Leya, 2016.</p> <p>BRASIL. Presidência da República. <i>Dilma Rousseff: biografia</i>. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>BRASIL. Secretaria-Geral. <i>Dilma Vana Rousseff</i>. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/dilma-vana-rousseff. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>MEMÓRIAS DA DITADURA. <i>Dilma Rousseff</i>. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dilma-rousseff/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>

Erika Hilton	Primeira pessoa trans a assumir a liderança de seu partido (Federação PSOL/REDE), no Congresso Nacional. Deputada Federal. Vereadora Deputada Estadual	2018	<p>AGÊNCIA BRASIL. Érika Hilton é primeira deputada trans a liderar bancada no Congresso. <i>Agência Brasil</i>, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-02/erika-hilton-e-primeira-deputada-trans-liderar-bancada-no-congresso. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>BRASIL DE FATO. Érika Hilton é a primeira líder trans em bancada no Congresso. <i>Brasil de Fato</i>, 22 fev. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/02/22/erika-hilton-e-a-primeira-lider-trans-em-bancada-no-congresso/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>CÂMARA DOS DEPUTADOS. <i>Erika Hilton</i>. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/220645/biografia. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>CONGRESSO EM FOCO. Érika Hilton é a primeira mulher trans a liderar uma bancada na Câmara. <i>Congresso em Foco</i>, 2024. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/8741/erika-hilton-e-a-primeira-mulher-trans-a-liderar-uma-bancada-na-camara. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>HENRIQUE, Layane. Quem é Erika Hilton? <i>Politize!</i> Publicado em 16 abr. 2025. Disponível em: https://www.politize.com.br/erika-hilton/. Acesso em: 30 nov. 2025.</p> <p>JORNAL DA USP. Universidade 93,7: especial Érika Hilton. <i>Jornal da USP</i>, s.d. Disponível em: https://jornal.usp.br/podcast/universidade-937-especial-erika-hilton/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>RÁDIO USP. Universidade 93,7: Especial Érika Hilton. Erika Hilton fora da política: quem é a deputada longe das câmeras. <i>Rádio USP</i>, s.d. Disponível em: https://www.radiosp.com.br/podcast/especial-erika-hilton/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>
Eunice Micheles	Primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado da República do Brasil. Senadora pelo Estado do Amazonas	1979 eleita na chapa, no entanto como suplente e assumiu após o afastamento.	<p>SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. <i>Dicionário Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade: biográfico e ilustrado</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>SOUZA, Michelle Rabelo de. <i>A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal</i>. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.</p> <p>TEODORO, Daniel Fernandes. Eunice Michiles, a mulher adventista ideal. <i>Revista Zelota</i>, 3 anos atrás. Disponível em: https://revistazelota.com/eunice-michiles-a-mulher-adventista-ideal/. Acesso em: 30 nov. 2025.</p>

		do titular	
Iolanda Fleming	Primeira mulher a governar um Estado brasileiro (Acre)	1986	<p>C24HORAS. <i>Iolanda Fleming, a acreana que abriu caminho para as mulheres na política</i>. AC24HORAS, 08 mar. 2025. Disponível em: https://ac24horas.com/2025/03/08/iolanda-fleming-a-acreana-que-abriu-caminho-para-as-mulheres-na-politica/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>BRASIL. <i>Primeira governadora no país conta como conseguiu espaço no meio político do Acre</i>. Senado Federal — TV Senado Cidadania, 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2019/03/primeira-governadora-no-pais-Conta-como-conseguiu-espaco-no-meio-politico-do-acre. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MEON. <i>Iolanda Fleming, pioneira na política e primeira governadora mulher do Brasil</i>. Meon, s.d. Disponível em: https://www.meon.com.br/noticias/brasil/iolanda-fleming-pioneira-na-politica-e-primeira-governadora-mulher-do-brasil. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>CONTILNET NOTÍCIAS. <i>A filha de seringueiros que foi a 1ª governadora de um Estado no Brasil: conheça Iolanda Fleming</i>. Contilnet Notícias, 2024. Disponível em: https://contilnetnoticias.com.br/2024/04/a-filha-de-seringueiros-que-foi-a-1a-governadora-de-um-estado-no-brasil-conheca-iolanda-fleming/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>O JORNALISMO. <i>Filha de seringueiro e ex-militante varguista foi 1ª governadora do Brasil</i>. O Jornalismo, s.d. Disponível em: https://ojornalismo.com.br/noticia/133624/filha-de-seringueiro-e-ex-militante-varguista-foi-1a-governadora-do-brasil/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p>

Joênia Wapichana	Primeira Deputada Federal Indígena e Primeira Indígena a Presidir a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) Advogada	2023	<p>AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. <i>Primeira deputada indígena eleita tem como prioridade a defesa da inclusão e da sustentabilidade</i>. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/546065-primeira-deputada-indigena-eleita-tem-como-prioridade-a-defesa-da-inclusao-e-da-sustentabilidade/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>APIB. <i>Joênia Wapichana toma posse e é a primeira indígena a comandar a Funai</i>. 03 fev. 2023. Disponível em: https://apiboficial.org/2023/02/03/joניה-wapichana-tome-posse-e-e-a-primeira-indigena-a-comandar-a-funai/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>BRASIL. FUNAI – Fundação Nacional do Índio. <i>Em 55 anos, Joênia Wapichana será a primeira mulher indígena a assumir a presidência da Funai</i>. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/em-55-anos-joenia-wapichana-sera-a-primeira-mulher-indigena-a-assumir-a-presidencia-da-funai. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>SUMAUMA. <i>Legado de Joênia Wapichana, primeira deputada federal indígena do Brasil</i>. Disponível em: https://sumauma.com/legado-joenia-wapichana-primeira-deputada-federal-indigena-brasil/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>
------------------	--	------	---

Laélia de Alcântara	Primeira mulher negra a ocupar a cadeira de Senadora da República, assumindo no lugar do titular.		<p>AGÊNCIA DE NOTÍCIAS – UniCeub / Jornal de Brasília. <i>Pioneirismo na política: você já ouviu falar sobre Laélia de Alcântara?</i> Brasília, 06 abr. 2024. Agência UniCeub / Jornal de Brasília. Disponível em: https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/pioneirismo-na-politica-voce-ja-ouviu-falar-sobre-laelia-de-alcantara/. Acesso em: 27 dez. 2025</p> <p>MEMÓRIA FEMINISTA / REDEH. Dra. Laélia de Alcântara. Disponível em: https://memoriafeminista.com.br/wp-content/uploads/tainacan-items/1145/20806/BR-RJ-REDEH.NM_TEX_ART_03.06.23.pdf. Acesso em: 27 dez. 2025</p> <p>SENADO FEDERAL – Procuradoria da Mulher. <i>Procuradoria da Mulher do Senado celebra centenário da primeira senadora negra</i>. Brasília, 06 jul. 2023. Senado Federal – Procuradoria da Mulher. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/procuradoria-da-mulher-do-senado-celebra-centenario-da-primeira-senadora-negra. Acesso em: [inserir data de acesso].</p> <p>JORNAL DE BRASÍLIA (Agência UniCeub). <i>Pioneirismo na política: você já ouviu falar sobre Laélia de Alcântara?</i> Brasília, 06 abr. 2024. Jornal de Brasília (conteúdo reproduzido da Agência Ceub). Disponível em: https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/politica-e-poder/pioneirismo-na-politica-voce-ja-ouviu-falar-sobre-laelia-de-alcantara/. Acesso em: 27 dez. 2025.</p> <p>PRIMEIROS NEGROS – Pinto, Tania Regina. <i>Laélia de Alcântara: a 1ª negra a ocupar a cadeira de senadora</i>. [S.l.], Primeiros Negros. Disponível em: https://primeirosnegros.com/laelia-de-alcantara-a-1a-negra-a-ocupar-a-cadeira-de-senadora/. Acesso em: 27 dez. 2025</p>
Luiza Erundina	Primeira mulher eleita prefeita da cidade de São Paulo. Deputada Federal. Vereadora Assistente Social	1988	<p>BRASIL. Câmara dos Deputados. <i>Biografia do(a) Deputado(a) Federal Luiza Erundina</i>. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/74784. Acesso em: 20 jul. 2025.</p> <p>ERUNDINA, Luiza. <i>Biografia</i>. Site oficial de Luiza Erundina. Disponível em: https://luizaerundina.com.br/biografia/. Acesso em: 20 jul. 2025.</p> <p>Guia do Acervo – CEDEM/UNESP. <i>Coleção Luiza Erundina</i>. Disponível em: https://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/e-pdf_cedem_2022.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.</p>

Marina Silva	Primeira mulher a ocupar o Ministério do Meio Ambiente do Brasil. Deputada Federal Professora Vereadora Senadora Ambientalista	2003	<p>SILVA, Marina. Disponível em: https://marinasilva.org.br/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>SILVA, Marina Osmarina. Disponível em: https://neamp.pucsp.br/liderancas/maria-osmarina-marina-silva-vaz-de-lima. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>SILVA, Marina. Disponível em: https://record.com.br/autores/marinasilva/?srsltid=AfmBOoqhXsfuqrEM8fi2fTiV9S7yxbUzGk85JvRaa-B6wEIRHlzaLf. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>
Marta Suplicy	Psicóloga comportamental. Primeira sexóloga com programa de TV em canal aberto do Brasil. Segunda mulher a ser eleita prefeita da cidade de São Paulo Deputada Senadora Ministra	1980 2001	<p>MARTA SUPLICY. <i>Biografia de Marta Suplicy</i>. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/73550/biografia. Acesso em: 30 nov. 2025. <u>Portal da Câmara dos Deputados</u></p> <p>MARTA TERESA SUPLICY — Senadora (perfil). Senado Federal. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5000. Acesso em: 30 nov. 2025. <u>Senado Federal</u></p> <p>MARTA SUPLICY. Perfil no Senado (atom). Senado Federal. Disponível em: https://atom.senado.leg.br/index.php/marta-suplicy. Acesso em: 30 nov. 2025.</p> <p><i>Marta Suplicy — Arts & Culture</i>. Google Arts & Culture. Disponível em: https://artsandculture.google.com/entity/m03zc58?hl=pt. Acesso em: 30 nov. 2025.</p> <p>NEAMP PUCSP — Lideranças: Marta Teresa Suplicy. Núcleo de Estudos e Apoio à Mulher e à Política, PUC-SP. Disponível em: https://neamp.pucsp.br/liderancas/marta-teresa-suplicy. Acesso em: 30 nov. 2025.</p> <p>MARTA SUPLICY — Biografia. Museu da TV. Disponível em: https://www.museudatv.com.br/biografia/marta-suplicy/. Acesso em: 30 nov. 2025.</p>
Sônia Guajajara	Primeira Ministra dos Povos Indígenas do Brasil. Deputada Federal Ativista indígena Ambientalista Professora Enfermeira	2023	<p>GUARAJARA, Sônia. Disponível em: https://apiboficial.org/2021/10/31/sonia-guajajara/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>OS BRASIS E SUAS MEMÓRIAS. Sônia Guajajara. Disponível em: https://osbrasisesuasmemorias.com.br/sonia-guajajara/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>

Continuação do quadro
Pioneiras eleitas no Estado do Paraná

NOME	FUNÇÃO	ANO	REFERÊNCIAS
Gleisi Hoffmann	Primeira Senadora da República eleita no Estado do Paraná. Advogada Deputada Federal Ministra	2010	<p>CÂMARA DOS DEPUTADOS. <i>Perfil da deputada Gleisi Hoffmann</i>. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/107283. Acesso em: 20 mai. 2025.</p> <p>GLEISI HOFFMANN (site pessoal oficial). <i>Página institucional de Gleisi Hoffmann</i>. Disponível em: https://gleisi.com.br/. Acesso em: 20 mai. 2025.</p> <p>PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). <i>Perfil de Gleisi Hoffmann</i>. Disponível em: https://pt.org.br/gleisi-hoffmann. Acesso em: 20 mai. 2025.</p> <p>PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SENADO FEDERAL. <i>Perfil da senadora Gleisi Hoffmann (em exercício)</i>. Senado Federal. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5006. Acesso em: 20 mai. 2025.</p> <p>SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. <i>Composição e perfil da ministra Gleisi Hoffmann</i>. Disponível em: https://www.gov.br/sri/pt-br/composicao/ministra. Acesso em: 20 mai. 2025.</p>
Maria Olímpia	Primeira mulher eleita vereadora, em Curitiba, capital do Estado do Paraná.	1947	<p>CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. <i>Maria Olímpia Carneiro Mochel: a primeira vereadora de Curitiba</i>. Curitiba, s.d. Disponível em: https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/nossa-memoria/galeria-de-vereadoras/noticias-da-galeria-de-vereadoras-1/maria-olimpia-carneiro-mochel-a-primeira-vereadora-de-curitibasse. Acesso em: 02 nov. 2024.</p> <p>MONTEIRO, Claudia. <i>Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945–1947)</i>. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.</p> <p>TURISTÓRIA. <i>Maria Olímpia Carneiro Mochel: a pioneira</i>. s.l., s.d. Disponível em: https://www.turistoria.com.br/maria-olimpia-carneiro-mochel-a-pioneira. Acesso em: 02 nov. 2024.</p> <p>ZENI-LEÃO, Viviane Maria. “Partidárias da Paz”: mulheres comunistas e a utopia de um mundo novo. In: ANPUH – <i>Simpósio Nacional de História</i>, 23., 2005, Londrina. Anais [...]. Londrina: ANPUH/UFPR, 2005.</p>

Rosy de Macedo	Primeira Deputada Estadual eleita no Paraná	1947	<p>BUSSOLARO, Yasmym Suelen Ruthz dos Santos. <i>Vozes femininas apagadas: a trajetória da poeta Júlia da Costa</i>. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <PB_COLET_2018_2_26.pdf>. Acesso em: 04 set. 2025.</p> <p>MARTINS, Paulo. <i>Rosy de Macedo: a primeira deputada no Paraná</i>. Assembleia Legislativa do Paraná, 2024. Disponível em: http://assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/rosy-de-macedo-a-primeira-deputada-no-parana. Acesso em: 02 set. 2025.</p> <p>RAÍZES Paranaenses: <i>empoderamento político da mulher no PR</i>. Secretaria de Estado da Administração e Previdência, 2024. Disponível em: <#A4 - RAÍZES PARANAENSES JUNHO - PERSONALIZADO - MULHERES NO PARANÁ.cdr>. Acesso em: 02 set. 2025.</p> <p>UNIÃO CÍVICA FEMININA. Secretaria de Estado da Administração e Previdência, 2024. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/Pagina/UNIAO-CIVICA-FEMININA. Acesso em: 02 set. 2025.</p>
----------------	---	------	--

**Continuação do quadro
Pioneiras não eleitas do Brasil**

NOME	FUNÇÃO	ANO	REFERÊNCIAS
Celina Guimarães Viana	Primeira mulher que conquistou o registro como eleitora no Brasil	1928	<p>SOIHET, R. <i>A conquista do espaço público</i>. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). <i>Nova História das Mulheres no Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2012. p. 555.</p> <p>BRASILIANAFOTOGRAFICA. <i>Celina Guimarães Viana</i>. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=celina-guimaraes-viana. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>BRASIL DE FATO. <i>A professora potiguar que desafiou a Justiça e conquistou o direito de voto cinco anos antes de virar lei</i>. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/podcast/bem-viver/2025/02/24/a-professora-potiguar-que-desafiou-a-justica-e-conquistou-o-direito-de-voto-cinco-anos-antes-de- virar-lei/. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>CÂMARA DOS DEPUTADOS. <i>Plenário faz homenagem à patrona do voto feminino</i>. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/594093-PLENARIO-FAZ-HOMENAGEM-A-PATRONA-DO-VOTO-FEMININO. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>SENADO FEDERAL (Brasil). <i>Alistamento da primeira eleitora brasileira completa 93 anos no domingo</i>. Disponível em:</p>

			<p>https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/10/23/alista_m_ento-da-primeira-eleitora-brasileira-completa-93-anos-no-domingo. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO (UFERSA). <i>Repositório digital: itens relacionados à Celina Guimarães Viana</i>. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/items/07e3f24e-573c-4c9b-ba76-8cb05485f2f7. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>
Elvira de Boni	Fundação da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas	1919	<p>CEDINCI – CENTRO DE DOCUMENTACIÓN E INVESTIGACIÓN DE LA CULTURA DE IZQUIERDAS. <i>Boni, Elvira</i>. Disponível em: https://diccionario.cedinci.org/boni-elvira/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MULHER 500 ANOS ATRÁS DOS PANOS. <i>Elvira Boni de Lacerda (1899–1990)</i>. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/elvira-boni-de-lacerda-1899-1990/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>SINDIMETRÔ-RS – SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL. <i>Março das mulheres: conheça Elvira Boni de Lacerda</i>. Disponível em: https://www.sindimetrors.org/marco-das-mulheres-conheca-elvira-boni-de-lacerda. Acesso em: 02 dez. 2025.</p>
Leolinda Daltro	Ativista Fundadora do Partido Republicano Feminino	1910	<p>BRASILIANA FOTOGRÁFICA. <i>Leolinda de Figueiredo Daltro</i>. Biblioteca Nacional. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=leolinda-de-figueiredo-daltro. Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>CPDOC/FGV. <i>DALTRO, Leolinda de Figueiredo</i>. Verbetes. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO,%20Leolinda%20de%20Figueiredo.pdf. Acesso em: Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>MEMÓRIA FEMINISTA. <i>Leolinda Figueiredo Daltro (1859–1935)</i>. Disponível em: https://memoriafeminista.com.br/leolinda-figueiredo-daltro-1859-1935/. Acesso em: Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. <i>A brasileira que era chamada de “mulher do diabo” por ter senso de justiça</i>. Disponível em: https://observatorio3setor.org.br/a-brasileira-que-era-chamada-de-mulher-do-diabo-por-ter-senso-de-justica/. Acesso em: Acesso em: 01 jul. 2025.</p> <p>REPOSITÓRIO JESUÍTA UNISINOS. <i>[Título do trabalho]</i>. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: https://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4097. Acesso em: Acesso em: 01 jul. 2025.</p>

<p>Maria da Penha</p>	<p>Referência central para a elaboração da Lei nº 11.340/2006. Atividade da luta contra a violência sofrida por mulheres. Vítima de duas tentativas de feminicídio</p>	<p>1983</p>	<p>INSTITUTO MARIA DA PENHA. <i>Quem é Maria da Penha</i>. Disponível em: https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (BR). <i>Maria da Penha: trajetória e direitos das mulheres</i>. Biblioteca Digital. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/8655. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. <i>Quem é Maria da Penha</i>. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/quem-e-maria-da-penha. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (MPMA). <i>Loreto: palestra destaca a Lei Maria da Penha no Dia Internacional da Mulher</i>, realizada em 8 de março de 2025. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/loreto-palestra-destaca-lei-maria-da-penha-no-dia-internacional-da-mulher/. Acesso em: 10 dez. 2025.</p> <p>AGÊNCIA CIDADES. <i>Maria da Penha levou tiro nas costas, foi eletrocutada e sobreviveu para lutar contra o feminicídio</i>. Agência Cidades, 2025. Disponível em: https://www.agenciacidades.com.br/reportagens/maria-da-penha-levou-tiro-nas-costas-foi-eletrocutada-e-sobreviveu/364/. Acesso em: 10 dez. 2025.</p>
<p>Margarida Alves (1933-1983)</p>	<p>Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Assassina em 1983</p>	<p>1973</p>	<p>AGÊNCIA GOV / EBC. <i>A história da agricultora que inspirou várias outras mulheres a lutar por conquistas no campo</i>. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/a-historia-da-agricultora-que-inspirou-varias-outras-mulheres-a-lutar-por-conquistas-no-campo. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MARCHA DAS MARGARIDAS. <i>Quem foi Margarida Maria Alves</i>. Disponível em: https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=asmargaridas. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. <i>Margarida Maria Alves</i>. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/margarida-maria-alves/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>SMDH – SISTEMA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS. <i>Margarida Maria Alves</i>. Disponível em: https://smdh.org.br/margaridaalves/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p>

			<p>SENADO FEDERAL (BR). <i>Nome de Margarida Maria Alves é incluído no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria</i>. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/17/nome-de-margarida-alves-e-incluido-no-livro-dos-herois-e-heroínas-da-patria. Acesso em: 02 dez. 2025.</p>
Therezinha Zerbini (1928-2015)	Fundadora do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Ativista de direitos humanos, feminista	1975	<p>HISTÓRIA. Universidade Federal do Espírito Santo. Detalhes da tese: Therezinha de Godoy Zerbini. Disponível em: https://historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS/detalhes-da-tese?id=13101. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MEMÓRIA SINDICAL. Therezinha de Godoy Zerbini. Disponível em: https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/therezinha-de-godoy-zerbini/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>ONU MULHERES BRASIL. ONU Mulheres destaca o legado de Therezinha Zerbini. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-destaca-o-legado-de-therezinha-zerbini/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>RECANTO DAS LETRAS. Therezinha Zerbini. Disponível em: https://www.recantodasletras.com.br/biografias/5172621. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>ZAIDAN, Patrícia. <i>Therezinha Zerbini: “Eu faria tudo de novo, com a mesma ousadia”</i>. CLAUDIA, 16 mar. 2015. Atualizado em 22 out. 2016. Disponível em: https://claudia.abril.com.br/noticias/therezinha-zerbini-eu-faria-tudo-de-novo-com-a-mesma-ousadia/. Acesso em: 10 dez. 2025.</p> <p>MUSEU DA PESSOA. <i>A memória como âncora da vida: história de vida de Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbini</i>. São Paulo, 29 jul. 2008. Disponível em: https://museudapessoa.org/historia-de-vida/a-mem-ria-como-ncora-da-vida/. Acesso em: Acesso em: 10 dez. 2025.</p>
Nair de Teffé (1886-1981)	Considerada a primeira cartunista brasileira. Primeira dama, esposa do Presidente brasileiro Hermes da Fonseca (1910-1914)	1909	<p>BBC NEWS BRASIL. Nair de Teffé: a caricaturista irreverente que foi primeira-dama do Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-56926480. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>BRASILIANA FOTOGRAFICA. Nair de Teffé. Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=nair-de-teffe. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>CPDOC/FGV. TEFFÉ, Nair de. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TEF%C3%89,%20Nair%20de.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.</p>

			<p>MEMÓRIA FEMINISTA. Nair de Teffé von Hoonholtz (1886–1981). Disponível em: https://memoriafeminista.com.br/nair-de-teffe-von-hoonholtz-1886-1981/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>TEORIA DO DESIGN. Nair de Teffé. Disponível em: https://teoriadodesign.com/nair-de-teffe-2/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>UNZELTE, Carolina. <i>Quem foi Nair de Teffé, primeira-dama do Brasil e pioneira na caricatura mundial</i>. Correio Braziliense, 12 maio 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4923992-quem-foi-nair-de-teffe-primeira-dama-do-brasil-e-pioneira-na-caricatura-mundial.html. Acesso em: 01 jul. 2025.</p>
Zuzu Angel (1921-1976)	Estilista. Ativista Direitos Humanos. de	1970	<p>BBC BRASIL. Zuzu Angel: a estilista que desafiou a ditadura. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57366178. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Quem matou Zuzu Angel foi o Estado brasileiro. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2021/04/14/quem-matou-zuzu-angel-foi-o-estado-brasileiro-2/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. <i>Zuzu Angel</i>. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/pessoas/zuzu-angel/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MEMÓRIAS DA DITADURA. <i>Zuzu Angel</i>. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/cultura/zuzu-angel/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p> <p>MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES. Zuzu Angel: a força do anjo. Catálogo da exposição. Rio de Janeiro: MNBA, 1996.</p> <p>PUC MINAS. Zuzu Angel: a voz que ecoa por uma liberdade ainda ameaçada. Disponível em: https://blogfca.pucminas.br/colab/zuzu-angel-a-voz-que-ecoa-por-uma-liberdade-ainda-ameacada/. Acesso em: 02 dez. 2025.</p>

Fonte: Criação da autora, com base em diferentes fontes específicas para cada ficha biográfica. Ver informações detalhadas na lista de referências.

Apêndice B - Resumo: mulheres selecionadas para esta dissertação

NOME	DATA E LOCAL DE NASCIMENTO	CARGO/ CONTRIBUIÇÃO	PROFISSÃO/NOTAS RELEVANTES
Alzira Soriano	29 de abril de 1896, Jardim de Angicos (RN)	Primeira prefeita eleita no Brasil e na América latina - Prefeita de Lajes)	Prefeita, vereadora e liderança comunitária
Antonieta de Barros	11 de julho de 1901, Florianópolis (SC)	Deputada estadual - Santa Catarina)	Professora, jornalista
Benedita da Silva	26 de fevereiro de 1942, Rio de Janeiro	Deputada Federal, Senadora, Governadora Rio de Janeiro	Assistente social
Bertha Lutz	2 de agosto de 1894, São Paulo (SP)	Deputada Constituinte	Bióloga e Advogada
Carlota Pereira de Queirós	13 de fevereiro de 1892, São Paulo (SP)	Deputada Federal	Médica e escritora
Dilma Rousseff	14 de dezembro de 1947, Belo Horizonte (MG)	Secretaria Municipal, Estadual, Ministra de Estado e Presidenta da República	Economista
Erika Hilton	9 de dezembro de 1992, Franco da Rocha (SP)	Deputada Federal	Pedagoga
Eunice Michiles	10 de julho de 1929, São Paulo (SP)	Senadora	Educadora e servidora pública
Iolanda Fleming	20 de julho de 1936, Cruzeiro do Sul (AC)	Governadora do Acre	Advogada
Joênia Wapichana	1º de setembro de 1974, Boa Vista (RR)	Deputada Federal	Advogada
Laélia Alcântara	7 de julho de 1923, Salvador (BA)	Senadora	Médica
Luiza Erundina	30 de novembro de 1934, Uiraúna (PB)	Deputada Federal	Assistente social
Marina Silva	8 de fevereiro de 1958, Rio Branco (AC)	Senadora, Ministra, Candidata à Presidência	Professora, Historiadora
Marta Suplicy	18 de março de 1945, São Paulo (SP)	Senadora, Ministra, Deputada Federal	Psicóloga, Sexóloga
Sônia Guajajara	6 de março de 1974, Ubajara (CE)	Ministra dos Povos Indígenas, Deputada Federal	Enfermeira

continuação do quadro

NOME	DATA E LOCAL DE NASCIMENTO/ FALECIMENTO	CARGO CONTRIBUIÇÃO	NOTAS RELEVANTES
Celina Guimarães Viana	15 nov. 1890, Natal (RN) – 11 jul. 1972	Professora. Ativista dos direitos civis	Primeira mulher a conquistar formalmente o direito ao voto no Brasil.
Elvira Boni de Lacerda	1899, Espírito Santo do Pinhal (SP) – 1990, RJ	Costureira, sindicalista, ativista social	Fundadora da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas; participou de greves e movimentos operários.
Leolinda Figueiredo Daltro	14 jul. 1859, Bahia – 4 mai. 1935, RJ	Professora, sufragista, ativista	Liderou o movimento sufragista e fundou o Partido Republicano Feminino em 1910.
Maria da Penha Maia Fernandes	Nascida 1945, Fortaleza (CE)	Farmacêutica bioquímica; ativista	Sua luta após sofrer violência doméstica levou à Lei Maria da Penha (2006), marco jurídico de proteção às mulheres.
Margarida Maria Alves	5 ago. 1933 – 12 ago. 1983	Líder sindical e trabalhista	Defensora dos direitos de trabalhadores rurais; assassinada em represália a sua militância no campo (símbolo de luta agrária).
Therezinha de Godoy Zerbini	12 dez. 1928 – 14 mar. 2015	Assistente social, advogada, ativista	Liderou Movimentos pela Anistia na ditadura militar; presa por organizar o Congresso da UNE em 1968; fundadora do Movimento Feminino pela Anistia.
Nair de Teffê von Hoonholtz	10 jun. 1886, Petrópolis (RJ) – 10 jun. 1981, RJ	Artista plástica, músico, caricaturista	Pioneira como primeira caricaturista mulher do mundo e figura cultural influente, primeira-dama (1913-1914).
Zuzu Angel (Zuleika Angel Jones)	5 jun. 1921, Rio de Janeiro – 14 abr. 1976, RJ	Estilista, ativista social	Símbolo da luta contra a ditadura ao procurar seu filho desaparecido, usando a moda como forma de denúncia política.

continuação

NOME	DATA E LOCAL DE NASCIMENTO	CARGO / MARCO HISTÓRICO	PROFISSÃO
Gleisi Helena Hoffmann	6 de setembro de 1965, Curitiba (PR)	Deputada Federal (mandatos desde 2019 e 2023–2027) Senadora da República Ministra Chefe da Casa Civil Ministra da Secretaria de Relações Institucionais em 2025	Advogada
Maria Olímpia Carneiro Mochel	9 de janeiro de 1926, Curitiba (PR)	Primeira vereadora de Curitiba (Câmara Municipal, eleita em 1947)	Professora
Rosy de Macedo Pinheiro Lima	2 de abril de 1914, Paris, França	Primeira mulher deputada estadual no Paraná (Assembleia Legislativa, 1947–1950)	Advogada, jornalista, poeta,

Fonte: Criação da autora, com base em diferentes fontes específicas para cada ficha biográfica. Ver informações detalhadas na lista de referências.

Apêndice C - Glossário Conceitual

O presente glossário tem como finalidade explicitar e sistematizar os principais conceitos mobilizados ao longo desta dissertação, oferecendo ao leitor maior clareza quanto às categorias analíticas que fundamentam a investigação e a proposta didática desenvolvida. A seleção dos verbetes considerou sua centralidade para a compreensão das discussões sobre ensino de História, política, cidadania, democracia, relações de gênero e enfrentamento das desigualdades sociais, contribuindo para a consistência teórica e metodológica do trabalho.

Os conceitos aqui apresentados foram elaborados de forma autoral, em diálogo com a produção historiográfica e, sobretudo, com as obras Dicionário de conceitos históricos (Silva e Silva, 2009) e Dicionário crítico de gênero (Colling e Tedeschi, 2015), adotadas como referências teóricas centrais. As definições não constituem transcrições dessas obras, mas construções interpretativas orientadas pelos objetivos desta pesquisa e pelas demandas do campo do Ensino de História, compreendendo os conceitos como processos históricos, permanentemente disputados e atravessados por relações de poder.

A organização conceitual deste glossário expressa o entendimento de que o domínio das categorias analíticas é condição essencial para a produção do conhecimento histórico e para a formação de sujeitos críticos. Dessa forma, os verbetes aqui sistematizados operam como ferramentas teóricas que sustentam a proposição didática desenvolvida nesta pesquisa, fortalecendo a articulação entre teoria, prática pedagógica e compromisso social do Ensino de História.

CIDADANIA

Cidadania constitui uma categoria histórica e política que expressa o conjunto de direitos e deveres que vinculam os indivíduos a uma determinada comunidade, assumindo significados distintos conforme os contextos sociais, políticos e culturais. Longe de ser um conceito fixo, a cidadania resulta de processos históricos de luta, negociação e conquista de direitos.

Historicamente, a cidadania se configurou como um campo de disputas marcado por exclusões e desigualdades. Mulheres, populações escravizadas, demais trabalhadores e outros grupos sociais permaneceram por longos períodos à margem do reconhecimento jurídico e político, revelando o caráter histórico, conflituoso e permanentemente inacabado desse conceito.

No Ensino de História, a abordagem da cidadania permite analisar as transformações das estruturas políticas e sociais, bem como os processos de legitimação do poder, contribuindo para a formação do sujeito histórico e para o desenvolvimento de uma compreensão crítica da vida coletiva e da democracia (Silva e Silva, 2009).

DEMOCRACIA

A democracia pode ser compreendida como uma forma de organização política fundada no princípio da soberania popular, segundo o qual o poder emana do povo. Entretanto, esse conceito não constitui um modelo acabado, mas um processo histórico em permanente construção, ressignificado de acordo com as condições sociais, políticas e culturais de cada período.

Apesar de associada a ideais de igualdade e participação, a democracia sempre conviveu com profundas contradições. A exclusão histórica de mulheres, populações escravizadas, trabalhadores e outros grupos sociais evidencia que os regimes democráticos são atravessados por relações de poder e por disputas em torno da definição de quem pode participar e em quais condições.

No Ensino de História, compreender a democracia como processo histórico e campo de disputas contribui para a formação de uma consciência política crítica, capaz de problematizar narrativas naturalizadas e fortalecer práticas cidadãs orientadas para a justiça social e a participação coletiva (Silva e Silva, 2009).

FAMÍLIA

A família constitui uma instituição social historicamente construída, cujas formas, funções e significados variam conforme os contextos culturais, políticos e econômicos. Longe de representar uma estrutura fixa ou universal, a família expressa transformações sociais e culturais que revelam mudanças nas relações de poder e nas normas que organizam a vida social.

As configurações familiares evidenciam relações de gênero, padrões de autoridade e processos de naturalização de determinados modelos, ao mesmo tempo em que marginalizam outras formas de organização familiar. A análise histórica da família permite compreender como essas representações são produzidas, disputadas e ressignificadas ao longo do tempo. No

Ensino de História, o estudo da família possibilita problematizar concepções tradicionais, reconhecer a diversidade das experiências sociais e contribuir para a formação de sujeitos críticos, sensíveis às transformações históricas e às demandas contemporâneas por inclusão e justiça social (Colling e Tedeschi, 2015).

FEMINICÍDIO

O feminicídio constitui a forma mais extrema de violência de gênero, caracterizando-se pelo assassinato de mulheres motivado por desigualdades estruturais entre homens e mulheres. Esse conceito permite compreender que tais crimes não decorrem de eventos isolados, mas se inserem em contextos sociais historicamente marcados por relações de poder assimétricas.

Enquanto categoria analítica, o feminicídio evidencia a dimensão estrutural da violência contra as mulheres, articulando fatores culturais, simbólicos, institucionais e jurídicos. Ele revela como discursos, normas sociais e práticas cotidianas contribuem para a legitimação da violência e para a reprodução de padrões históricos de dominação.

No Ensino de História, a abordagem do feminicídio favorece a problematização das desigualdades de gênero, a reflexão sobre políticas públicas e a formação de uma consciência crítica comprometida com os direitos humanos, a cidadania e a justiça social (Colling e Tedeschi, 2015).

FEMINISMO

O feminismo, segundo bell hooks, é definido como “um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão” (Hooks, 2018, p. 9). Essa definição rompe com a compreensão limitada que reduz o feminismo a uma oposição entre mulheres e homens. Para a autora, o problema central é o sistema do sexismo, também chamado de patriarcado, que estrutura a sociedade de modo a produzir desigualdade e dominação. Como todas as pessoas são socializadas dentro desse sistema, tanto mulheres quanto homens podem reproduzir comportamentos e valores sexistas.

Assim, o feminismo exige uma transformação profunda das consciências individuais e das estruturas sociais, indo além de simples reformas legais ou institucionais (Hooks, 2018).

Bell Hooks enfatiza que o feminismo é um movimento para todas as pessoas, e não exclusivamente para as mulheres. Embora os homens se beneficiem historicamente do

patriarcado, também são prejudicados por ele, pois são ensinados a exercer dominação, reprimir sentimentos e naturalizar a violência como forma de poder. Dessa forma, o feminismo oferece não apenas a libertação das mulheres, mas também a possibilidade de libertação emocional, social e ética para os homens, ao propor relações baseadas na igualdade, no respeito e na mutualidade (Hooks, 2018). Segundo a autora, a rejeição ao feminismo decorre sobretudo da desinformação e das representações distorcidas disseminadas pela mídia e por discursos conservadores: “o feminismo é para todo mundo” (Hooks, 2018, p. 11).

Hooks compreende o feminismo como um projeto radical de transformação social, e não apenas como uma luta por direitos individuais. A autora sustenta que uma revolução feminista autêntica só é possível quando articulada ao enfrentamento do racismo, do elitismo e do imperialismo, uma vez que essas formas de opressão operam de maneira interligada. Assim, o feminismo configura-se como uma proposta ética e política voltada à reconstrução das relações humanas, buscando uma sociedade na qual mulheres e homens possam viver com dignidade, justiça e liberdade compartilhada (Hooks, 2018, p. 14-15).

FONTES HISTÓRICAS

As fontes históricas correspondem aos vestígios da ação humana no tempo e constituem a base para a produção do conhecimento histórico. Esses registros assumem múltiplas formas, como documentos escritos, imagens, objetos, relatos orais e manifestações culturais, expressando a diversidade das experiências humanas e dos processos históricos.

A ampliação contemporânea do conceito de fonte histórica possibilitou incorporar novos sujeitos, memórias e perspectivas à investigação do passado, superando concepções restritas e hierarquizadas da documentação. Esse movimento fortaleceu abordagens historiográficas mais plurais e sensíveis às múltiplas formas de produção de sentidos nas sociedades.

No Ensino de História, o trabalho sistemático com fontes desenvolve o pensamento histórico e contribui para a formação do sujeito histórico, ao demonstrar que o conhecimento é construído por meio da análise, interpretação e problematização das evidências disponíveis, favorecendo aprendizagens críticas e reflexivas (Silva e Silva, 2009).

GÊNERO

O conceito de gênero consolidou-se, na historiografia contemporânea, como categoria analítica central para a compreensão das relações sociais, ao permitir interpretar como as diferenças entre homens e mulheres são historicamente produzidas e socialmente construídas, e não determinadas biologicamente.

Essa categoria evidencia que as identidades de masculino e feminino resultam de processos históricos de produção de sentidos, nos quais discursos, práticas sociais e instituições, como a família, a escola, a religião e o Estado, desempenham papel decisivo na legitimação de hierarquias e relações de poder.

No Ensino de História, trabalhar o conceito de gênero possibilita problematizar narrativas tradicionais, ampliar a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados e promover a formação de uma consciência histórica crítica e democrática (Silva e Silva, 2009).

MISOGINIA

A misoginia pode ser compreendida como um conjunto de atitudes, discursos e práticas que expressam desprezo, hostilidade ou desvalorização das mulheres. Trata-se de um fenômeno social historicamente construído e profundamente enraizado em sistemas culturais de dominação masculina.

Esse fenômeno opera por meio de estereótipos, representações simbólicas e normas sociais que reforçam a inferiorização das mulheres e legitimam desigualdades de poder, contribuindo para a reprodução de relações sociais assimétricas.

No Ensino de História, a problematização da misoginia contribui para que os estudantes reconheçam e questionem estruturas de opressão, favorecendo a construção de valores pautados no respeito, na igualdade e na justiça social (Colling e Tedeschi, 2015).

SEXISMO

O sexismo refere-se a um conjunto de atitudes, crenças, práticas e estruturas sociais que atribuem valores, papéis e capacidades diferenciados a indivíduos com base em seu sexo ou gênero, estabelecendo hierarquias que privilegiam determinados grupos, historicamente os homens, em detrimento das mulheres e de outras identidades de gênero. Trata-se de um fenômeno construído social e historicamente, que opera tanto de forma explícita quanto sutil,

naturalizando desigualdades e legitimando relações assimétricas de poder.

No plano institucional e cultural, o sexismo manifesta-se por meio de normas, discursos, representações e políticas que reforçam a divisão sexual do trabalho, a exclusão das mulheres dos espaços de decisão e a desvalorização de saberes e práticas associados ao feminino. Essas formas de discriminação contribuem para a perpetuação de estereótipos de gênero e para a reprodução de desigualdades nos campos da educação, do trabalho, da política e da produção do conhecimento, afetando de maneira desigual as oportunidades e o reconhecimento social.

Além das dimensões estruturais, o sexismo também se expressa nas interações cotidianas, por meio de práticas simbólicas como a invisibilização, a desqualificação e a violência verbal ou simbólica dirigida às mulheres. Nesse sentido, o sexismo articula-se à noção de violência simbólica, ao impor modelos e expectativas de gênero que são frequentemente internalizados pelos próprios sujeitos, dificultando a identificação e o enfrentamento das desigualdades e tornando sua superação um desafio contínuo no campo social e político.

SUFRÁGIO

O sufrágio refere-se ao direito de participação política por meio do voto, constituindo um dos pilares fundamentais da cidadania moderna.

A luta pelo sufrágio feminino expressa um processo histórico de mobilização, resistência e conquista de direitos, no qual as mulheres enfrentaram barreiras legais, culturais e simbólicas para serem reconhecidas como sujeitos políticos plenos.

No ensino de História, o estudo do sufrágio possibilita compreender a construção dos direitos políticos e a importância da participação cidadã na consolidação da democracia (Colling e Tedeschi, 2015).

TRANSGÊNERO

O termo transgênero refere-se a pessoas cuja identidade de gênero não corresponde às expectativas socialmente atribuídas ao sexo designado no nascimento, evidenciando a diversidade das experiências humanas de gênero.

Enquanto categoria analítica, o conceito de transgênero permite compreender processos históricos de reconhecimento, exclusão e legitimação de identidades, revelando como normas

sociais e discursos institucionais produzem fronteiras simbólicas e políticas.

No Ensino de História, a abordagem desse conceito contribui para promover o respeito às diferenças e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com os direitos humanos e a justiça social (Colling e Tedeschi, 2015).

VIOLÊNCIA

A violência constitui um fenômeno social complexo que envolve dominação física, simbólica, psicológica ou institucional, articulando-se a estruturas sociais, políticas e culturais historicamente construídas.

Sob a perspectiva das relações de gênero, a violência manifesta-se de forma desigual e sistemática contra mulheres e outros grupos historicamente marginalizados, revelando a persistência de hierarquias sociais.

No Ensino de História, a análise da violência favorece a formação cidadã e crítica, contribuindo para a construção de uma cultura de direitos e de respeito à dignidade humana (Colling e Tedeschi, 2015).

Apêndice D - Álbum de Figurinhas

O Álbum de Figurinhas foi concebido como uma ferramenta pedagógica voltada ao Ensino da História das Mulheres, com enfoque na participação feminina na política brasileira. A seu critério, a (o) professora (r) poderá solicitar que as e os estudantes registrem informações adicionais sobre cada personagem, com base nas fichas biográficas ou nos quadros apresentados no Apêndice, promovendo, assim, uma apropriação crítica e reflexiva dos conteúdos.

O material foi preparado para impressão em formato A4, podendo, contudo, ser reproduzido em tamanhos menores, conforme a decisão da ou do docente responsável. A impressão das figurinhas também se apresenta como flexível, garantindo adaptabilidade às diferentes realidades escolares e às necessidades pedagógicas específicas.

Além das orientações previstas na sequência didática, a distribuição e o preenchimento do álbum podem ser adaptados conforme os objetivos pedagógicos e as características da turma. Por exemplo, a utilização de figurinhas repetidas pode estimular a troca entre as e os estudantes, enquanto atividades em grupo favorecem o desenvolvimento do senso de cooperação e contribuem para a construção de um ambiente de aprendizagem mais colaborativo. Ao final do trabalho, apresenta-se um modelo de preenchimento, concebido como ponto de partida para suscitar novas ideias e diferentes formatos de pesquisa.

Tanto o recurso didático quanto a sequência de atividades podem ser integrados a projetos interdisciplinares ou a oficinas articuladas com outras disciplinas. Essa abordagem mostra-se especialmente pertinente em contextos como a Semana da Valorização da Mulher, ao ampliar as possibilidades de aprendizagem e proporcionar experiências mais significativas e contextualizadas.



Política também é lugar de mulheres

Proposição Didática para o Ensino de História

Maria Alzira Souza Lara

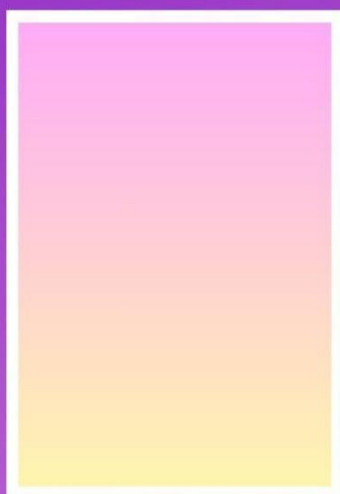
**Álbum de Figurinhas - parte integrante da Dissertação
apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ensino de
História - ProfHistória, da Universidade Federal do Paraná para
obtenção do título de Mestre.**

Orientadora: Profa. Dra. Nadia Gaiofatto Gonçalves

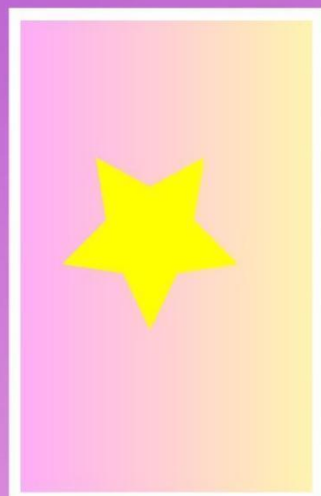
**Curitiba
2026**



Pioneiras do Executivo



GOVERNADORA



PRESIDENTA

PREFEITA



Pioneiras eleitas no Brasil



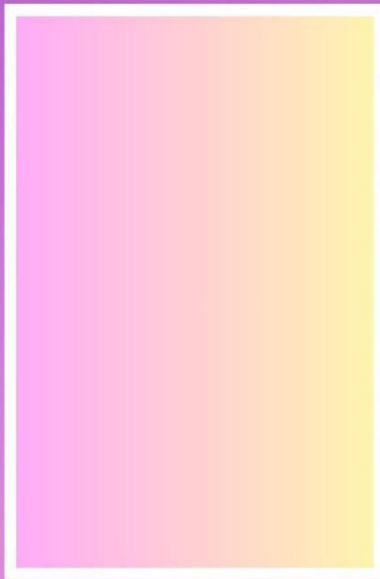
BERTHA LUTZ



BENEDITA DA SILVA



ANTONIETA DE BARROS



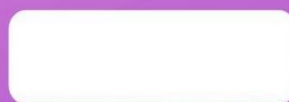
CARLOTA QUEIRÓS



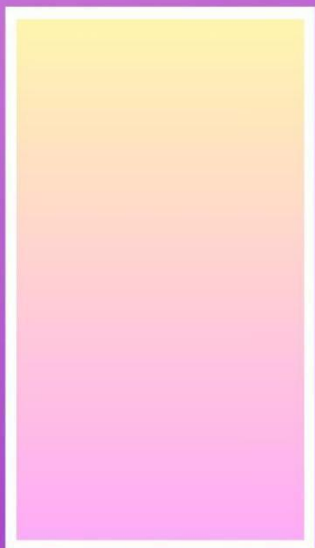
ERIKA HILTON



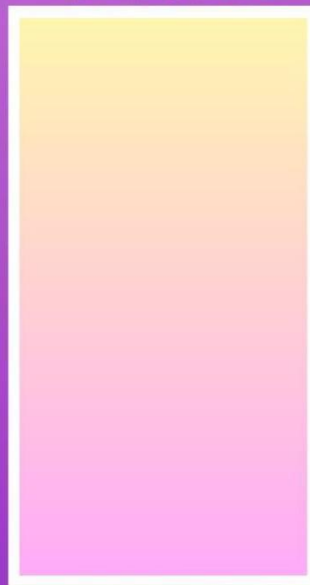
EUNICE MICHELIS



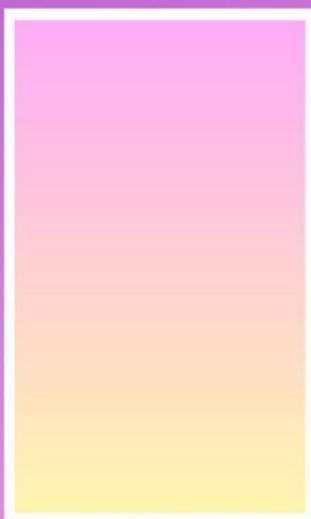
JOÊNIA WAPICHANA



LUIZA ERUNDINA

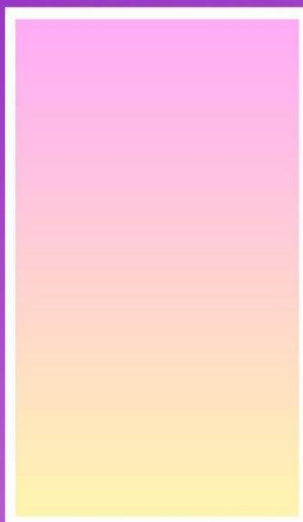


LAÉLIA ALCÂNTARA



MARTA SUPLICY

MARINA SILVA



SÔNIA GUAJAJARA

Pioneiras Eleitas no Paraná

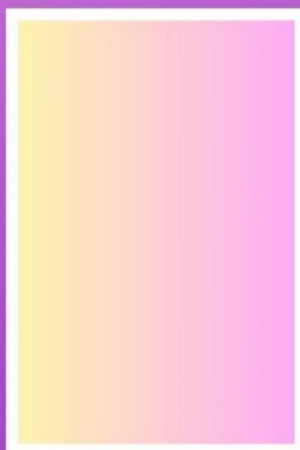
GLEISI HOFFMANN



MARIA OLIMPIA



ROSY DE MACEDO



Pioneiras não Eleitas

CELINA



ELVIRA DE BONI



LEOLINDA DALTRO



MARIA DA PENHA



MARGARIDA ALVES



NAIR DE TEFFÉ



THEREZINHA ZERBINI



ZUZU ANGEL





ALZIRA SORIANO- IOLANDA
FLEMING - DILMA ROUSSEFF



ANTONIETA DE BARROS- BENEDITA
DA SILVA- BERTHA LUTZ - CARLOTA
QUEIRÓS



ERIKA HILTON - EUNICE MICHELIS
JOÊNIA WAPICHANA -
LUIZA ERUNDINA



LAÉLIA ALCANTARA - MARINA
SILVA - MARTA SUP LICY -
SÔNIA GUAJAJARA



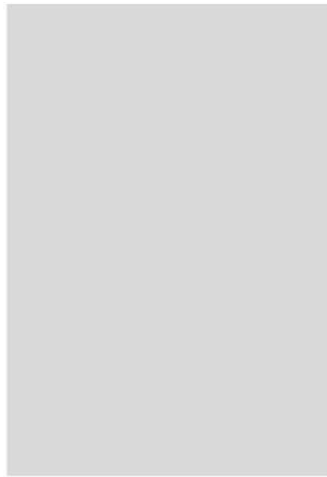
GLEISI HOFFMANN -
MARIA OLIMPIA -
ROSY DE MACEDO



CELINA GUIMARÃES -
ELVIRA DE BONI -
LEOLINDA DALTRO



MARGARIDA ALVES- MARIA DA
PENHA- NAIR DE TEFFÉ -
TEREZINHA



ZUZU ANGEL

